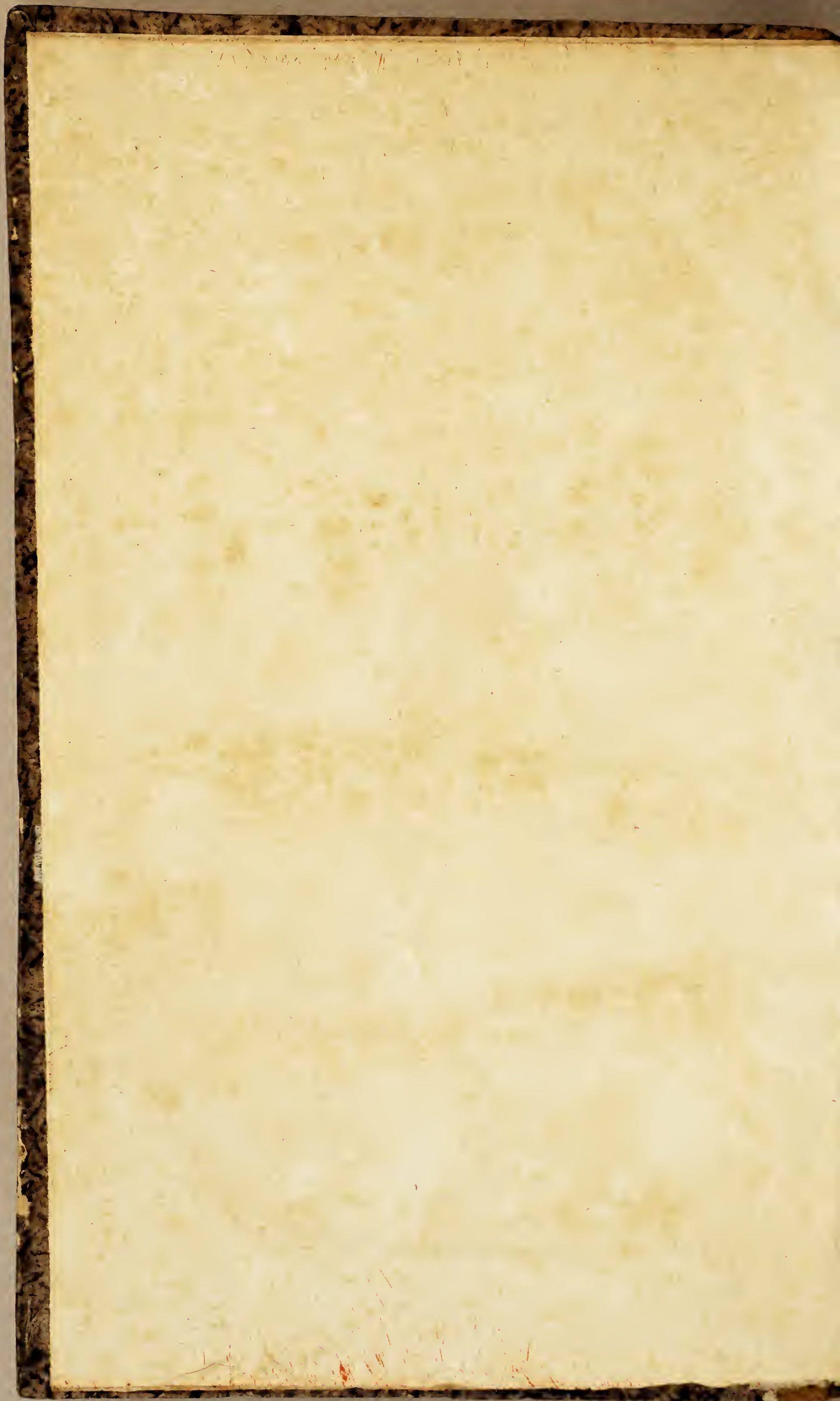




JOHN CARTER BROWN
LIBRARY

Purchased from the
Trust Fund of
Lathrop Colgate Harper
LITT. D.



O

Investigador Portuguez

EM

INGLATERRA,

OU

JORNAL

LITERARIO, POLITICO, &c.

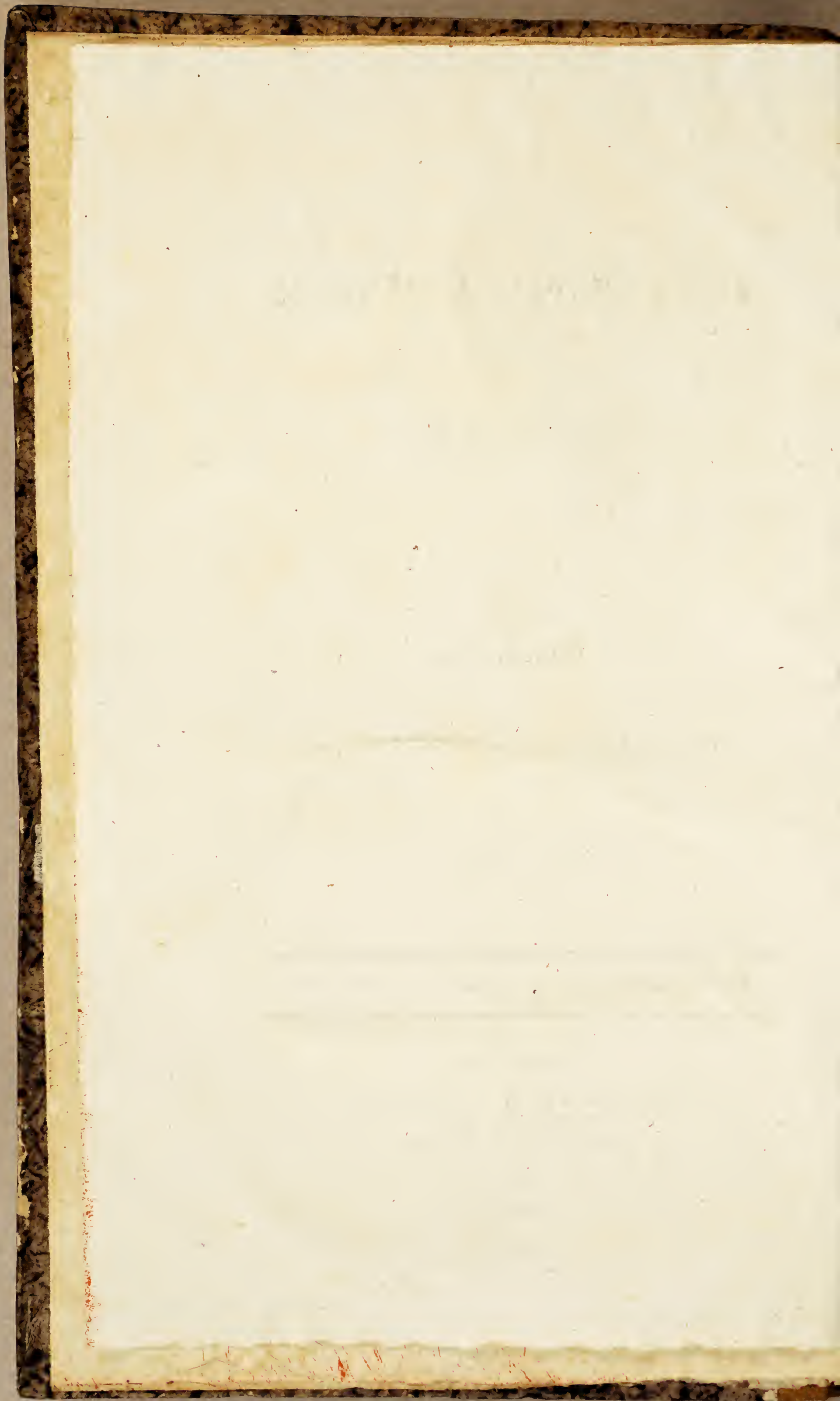
~~~~~  
VOL. XXIII.  
~~~~~

Condo et compono, que mox depromere possim.—HOR.

LONDRES:

IMPRESSO POR T. C. HANSARD,
Na Officina Portugueza,
Peterborough-court, Fleet-street.

—
1818.



O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ

EM INGLATERRA,

OU

JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

NOVEMBRO, 1818.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR

LITERATURA PORTUGUEZA
E ESTRANGEIRA.

*Jurisprudencia militar applicavel aos Officiaes
Milicianos.*

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR POR-
TUGUEZ.

TENHO ouvido criticar o Almirante Rodrigo Pinto Guedes de parcial na Cauza de Rodrigo Jore Ferreira Lobo, talvez porque o publico só tem visto aquelle parecer, e não tem visto outros em cazos que não dizem respeito a individuo

algum particular, mas a muitos em geral, e nos quaes tem mostrado o mesmo calor que se nota no parecer sobre o negocio do official de Marinha Lobo. Agora como recebesse do meo correspondente da Bahia varios pappeis importantes, e entre elles alguns do mesmo Almirante Rodrigo Pinto Guedes, relativos a Jurisprudencia militar, e dezeje render um pequeno serviço a um amigo de longos annos, e ao mesmo tempo desenganar o publico que o meo amigo não tem parcialidade se não pela justiça e pela verdade, quer ellas mereçam applicar-se a um individuo condecorado, quer a individuos desconhecidos e sem protecção, rogo por isso a Vm^{ces} queiraõ fazer-me o obsequio de publicar os papeis inclusos. A' vista delles se convencerá tambem o publico que o meo amigo-não merece outra accusação injusta que se lhe tem feito *de ser opposto á classe dos Jurisconsultos*, porque alem de não se lhe poder apontar expressão alguma que indique essa sonhada opposição, o mesmo curioso estudo que mostra ter feito naquelle ramo das sciencias hé uma prova evidente da grande importancia que lhe dá. E nem mesmo era de esperar que um homem, ainda quando apenas tivesse o senso commum, se decidisse contra toda uma classe, e classe de homens de letras, só por não concordar com as ideas de um ou outro individuo. Prouvera á Deos que semelhantes discussões juridicas fossem sempre publicas, e que a honra de cada votante, em negocios de direito ou de opiniaõ, dependesse tambem sempre do conceito que o publico formasse da seus diversos pareceres.

Assim já podem ver Vm^{ces} que os motivos que tenho para rogar-lhes esta publicação, procedem de duas cauzas mui justas: 1^a, o interesse publico; 2^a, a amisade que tenho com o auctor do

Parecer Juridico ; amisade que faz que o publique sem seo consentimento, e que até faria com que o publicasse, a pezar da sua prohibiçaõ.

Sou de Vm^{ces} &c. &c. &c.

Amicitia.

Lisboa, 7 de Agosto, 1818.

Consulta.

Senhor;

O Governador e Capitão General das Ilhas dos Açores representou a V. A. que alguns Chefes de corpos Milicianos lhe pediraõ a rezoluçaõ das questoes seguintes, convem a saber: “Se os Milicianos gozavaõ do privilegio do Foro Militar, para serem sentenciados em Conselho de Guerra:—se as Cartas de seguros nos crimes, que elles perpetrarem, haõ de ser passadas pelos Auditores nos cazos em que as podem passar, e nos maiores pelo conselho de Justiça; ou pelas Justiças:—se devem praticar-se com elles o que com os das Tropas de Linha manda praticar o Alvará de 21 de Outubro de 1763:—se podem, ou não renunciar o privilegio do Foro.”—E havendo exposto, que vira sempre nas diversas partes, em que estivera, que os Milicianos foraõ sentenciados pelas Justiças, e que o mesmo se praticára nos Tribunaes da Corte, todavia pedio que semelhantes questoes fossem por V. A. rezolvidas para evitar duvidas, e ficar servindo de regra.

Ordenou V. A. que vendo-se a materia no Conselho Supremo Militar se consultasse com effeito o que parecesse.—A questaõ principal hé se gozaõ, ou não os Milcianos do privilegio do Foro, e da decizaõ dellá dependem as mais.

Examinada toda a Legislaçaõ militar, e que

Literatura Portugueza e Estrangeira.

trata de Milicianos, chamados em outro tempo, Auxiliares, hé cardial o Alvará de 24 de Novembro de 1645, que se denomina mesmo o *Alvara* dos privilegios dos Auxiliares, e que foi confirmado com algumas alteraçoes pelo Alvará do 1 de Septembro de 1800; não se encontram nelle estabelecido o privilegio do Fôro. He verdade que no § 56 do Regimento dos Governadores das Armas expressamente se lhes concede até Sargento *inclusive*; mas hé tambem verdade, que ne são praticou jamais; e o desuso desta Legislação accuza huma revogação tacita, de que hé tambem argumento o não se especificar este privilegio, sendo alias o mais exorbitante no ja citado Alvará de 1 de Septembro de 1800. Sendo alem disto huma regra de Hermeneutica juridica o examinar-se a Legislação analogia, não hé leve argumento, que em muitas Provizoens, Decretos, e Ordens Regias, sempre que se falla de privilegio do Forô se faz menção da tropa paga, como se vê em muitas anteriores ao citado Regimento e em todas as mais posteriores, e que são estabelecidas depois da criação dos Auditores, e nova forma dos conselhos de guerra. Alem disto, os Auditores foraõ criados, e especialmente designados para cada hum dos Regimentos de Linha, sem que jamais se fizesse menção dos Milicianos; e hé a melhor regra de interpretação das Leis o uzo, e costume de as entender, sellado com a antiga pratica, e inveterado modo de julgar; e de que não ha exemplos attesta o Governador, e hé igualmente notorio. O contrario, alem do exorbitante, traria embaraços na administração da Justiça, maiormente em tempos, em que as Milicias se tem por maneira multiplicado, que são mui poucos os que o não são, e seria sem modo o numero dos Conselhos de Guerra, e ficaria paralizada a Administração da

Justiça nos Tribunaes Ordinarios, recrescendo mil inconvenientes desta praxe, tornando-se privilegiados, quasi todos os Cidadãos, nos quaes não hé o primeiro mister o ser militar.

Estes motivos, e outros por ventura de maior ponderação, deraõ cauza a huma Decisão de V. A. de que só gozassem do privilegio do Foro os Milicianos, quando estão em Serviço vivo, e vencem soldo, e pão, ou alguma destas coizas somente; hé por certo o que melhor quadra a questaõ, que se controverte. Resolvida ella por esta maneira será a regra para as mais, que estando os Milicianos municiaados gozaõ do Foro Militar; que nesse tempo seraõ em tudo considerados como Tropa de Linha; e fora delle, como paizaños, relativamente á materia das questoens propostas.

Parece por tanto ao Conselho que na sobredita forma se deve responder ao Governador, e Capitão General das Ilhas dos Açores, ficandõ assim em regra resolvida a sua proposta.

A muito Alta, e Poderosa Pessoa de V. A. Guarde Deos, como havemos mister. Rio 15 de Agosto, de 1808.

N. B. Votáraõ nesta Consulta quatro Conselheiros de Guerra, e tres Magistrados.

Resolução.

Está bem: eo Conselho deverá ficar na intelligencia de que o seu parecer, coincidendo com as Minhas Supremas, e Anteriores Decisoens sobre casos identicos, constituem Ley geral para o futuro nesta materia: isto hé que os Milicianos só podem gozar do Foro Militar em quanto reunidos ás suas Bandeiras, e em serviço actual forem, ou deverem ser competentemente municiaados; do que se deduz naturalmente deverem contentemente gozar do referido Foro os Offi-

ciaes Milicianos, que receberem effectivamente o soldo das suas respectivas Patentes. Pelo que, e a fim d'evitar para o futuro, e em todos os meus Dominios a renovação de semelhantes duvidas, Sou Servido Ordenar que subá Alvará na conformidade do parecer do Conselho, e desta minha Real Declaração. Palacio do Rio de Janeiro 16 de Novembro de 1808. Com a Rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

Senhor;

Por Avizo de 26 de Junho do corrente anno Manda V. A. R. que o Conselho Supremo Militar consulte com effeito o que parecer sobre uma representação de Luis Joaquim Lisboa, actual Governador das Ilhas de S. Thome, e Principe, que sobe junta com a consulta; e versa sobre o ter-se annullado no Conselho Supremo de Justiça o processo feito ao Alferes de Milicias Francisco Nunes Rio, com o fundamento de que os officiaes Milicianos não gozavaõ do Foro Militar, segundo o disposto na Real Resolução de 16 de Novembro de 1808, tomada em consulta do Conselho Supremo de Justiça de 15 de Agosto do mesmo anno.

O Conselho Supremo Militar tendo em attenção, que o Processo tinha sido annullado no Conselho Supremo de Justiça o fez remetter ao Juiz Relator deste Conselho para ser apresentado em uma das suas Sessoens: e sendo tudo alli visto,—

Parece ao Conselho* conformar-se com o parecer do Conselheiro Rodrigo Pinto Guedes, que sobe com esta Consulta, fazendo parte della.

Parece aos Conselheiros e ao vogal (eraõ tres Magistrados) para justificar o

* Foi o Conselho, nesta sessão, formado por 3 Conselheiros de Guerra, e 2 vogaes Militares.

seu procedimento na sentença, que annullou o Conselho de Guerra feito a um Miliciano da Ilha de S. Thomé, e de que se queixa o Governador, e para responder aos seus argumentos, levar á Augusta Presença de V. A. R. a Consulta incluzida resolvida em deseseis de Novembro de mil oito centos, e oito, e a minuta do Alvará que subio para a Real Assignatura em virtude da Resoluçã da mesma Consulta.

Deste papeis se vê que a questã foi resolvida geral, e terminantemente; que o Conselho observou a regra prescripta na Real Resoluçã; e que as razoes ora allegadas pelo Governador não esquecerã a ponderar; e que sendo refutadas pelo Conselho merecêrã ser desapprovadas por V. A. R. E sendo assim decidida a materia pela Legislaçã existente, nem se pode dizer revogada pelo Regulamento de vinte de Dezembro de mil oito centos e oito, que expressamente foi estabelecido para Portugal em attençã ao estado de guerra em que se acha; no que entã vem a ser conforme com o que se decidio na Consulta referida: nem merece que se amplie, porque traz na pratica muitos inconvenientes, como de multiplicidade de Conselhos de Guerra, sendo Milicianos quasi toda a Povoaçã do Brazil, tendo-se criado, só na Capitania da Bahia, de novo dezoito corpos, ou regimentos, vindo a ser necessario nomear, e pagar a muitos Auditores, difficultando-se as Decisoens finaes no Conselho Supremo, onde se ajuntarã milhares de Processos, os quaes não poderã ser decididos todos, e o serã sempre com muita tardança contra a utilidade publica, que muito interessa na promptidã, e presteza dos castigos, muitas vezes recommendada, e estabelecida nas determinaçoens de V. A. R.; reduzindo-se os Tribunaes de Justiça a terem menos que fazer, que o

Foro privilegiado dos Militares; rezultando muitos conflitos de jurisdicções em menos cabo de Magistratura, e perdendo muito os officios do Crime, ás vezes dados em recompensa de serviços, sendo então necessario recorrer a indemnizações; e perdendo os mesmos privilegiados o direito da defesa mais circunstanciada nos cazos de livramentos ordinarios, não podendo embargar duas vezes, quando estão prezos; e o que mais hé, demorando-se por mais tempo nas prizoens, em quanto os Processos vem a esta Capital e voltaõ aos que são do districto da Relação da Bahia, alem do empate geral, tendo de decidir-se todos os que vem das diversas Capitánias no Conselho Supremo relatados por um só homem, ao mesmo tempo que se dividiaõ na forma estabelecida, e praticada por diversas varas das Relações; e obstando em fim ao systema das criações das Juntas da Justiça; pois que ainda naquellas em que se sentençaõ só mulatos, e pretos, faltariaõ os que fossem Milicianos desta qualidade, que accresceriaõ ao Conselho Supremo. Pelo que, á vista do exposto parece indeferivel a representação do Governador da Ilha de S. Thomé, e Principe, fóra do que está decidido na referida Resolução. V. A. porem decidirá o que for justo.

Rio, 17 de Novembro de 1813.

Parecer do Conselheiro de Guerra Rodrigo Pinto Guedes.

Senhor;

O Conselheiro Rodrigo Pinto Guedes, vendo, que a Consulta que V. A. R. foi servido Ordenar que o Conselho fizesse, sobre a Representação do Governador das Ilhas de S. Thomé, e Prin-

ceipe, que versa principalmente á cerca de ter sido annullado, por Sentença do Conselho Supremo de Justiça um Conselho de Guerra, que o dito Governador mandou se fizesse a um Alferes de Milicias da Ilha de S. Thomé, tem por primeiro fundamento a Real Resolução de deseseis de Novembro de mil oito centos, e oito, tomada sobre outra Consulta deste Conselho, datada de quinze de Agosto do dito anno, na qual o referido Conselheiro não votou, por motivo de molestia, que então o impedia de ir ao Tribunal; na collisaõ de dar agora o seu parecer, e tendo em attençaõ, que nunca baixou da Real assignatura o Alvará, que a mesma Real Resolução mandou que se fizesse, e subisse; julga-se obrigado a fazer as mesmas reflexoens, que o seu modo de pensar o induziriaõ a produzir na primeira Consulta, visto que o objecto da presente hé o mesmo, e que a sobredita Real Resolução foi sobre os fundamentos daquella; com os quaes o dito Conselheiro se não conforma; e por isso requer que este seu parecer suba á Presença de V. A. R. junto com as referidas consultas, como parte dellas, posto que abranja alem do que se contem na Representação sobre mencionada: e para apartar a confuzaõ que pode nascer de ser a materia tratada em generalidade, divide-a pela maneira seguinte:—

Que o Foro Militar foi concedido aos officiaes, e Sargentos de Milicias:—“que nunca foi derogado: que nenhum inconveniente há na administração da Justiça, por se conservar aquelle privilegio:”—E quaes foraõ os motivos por que lhe foi concedido.

Quanto ao primeiro: o Alvará de vinte quatro de Novembro de mil seis centos quarenta e cinco, denominado dos privilegios dos Auxiliares, trata positivamente do Foro Militar em quanto

estabelece:—“ Que os Capitaens, e Officiaes, em quanto o forem dos Auxiliares (hoje chamados Milicianos) gozarão dos mesmos privilegios da gente paga:”—mas quando parecesse que o Foro Militar não entrava na generalidade dos privilegios da gente paga, o que jamais se pode conceder sem erro, a simples exposição do Proemio, e do § 49 do Regimento dos Governadores das Armas de todas as Provincias, datado do primeiro de Junho de mil seis centos setenta e oito bastará para demonstrar a verdade affirmativamente.—Estabelece-se no Proemio, que o Regimento se cumprirá, e guardará individualmente, como Ley, reprovando, e derogando para o seu effeito todos os usos, e costumes, que o encontrarem, assim nestes Reinos (Portugal, e Algarve), e Ilhas adjacentes, como nos mais Dominios da coroa—E no § 49 o seguinte—“ Pela
“ grande conveniencia do Meu Real Serviço, e
“ pelo augmento de disciplina militar, que se
“ tem experimentado nos Terços dos Soldados
“ Auxiliares: hei por bem fazer mercê aos
“ Mestres de Campo, Sargentos Mores, Capitães, e mais officiaes até Sargentos inclusive,
“ que gozem do privilegio do fôro, e dos mais,
“ que gozão os Soldados pagos; e os Auditores
“ tomarão conhecimento das suas culpas em
“ todos os cazos, em que compete o privilegio
“ aos pagos na forma, e declaração deste Regimento.”

Os objectos que a Lei tomou em consideração, para a concessão do foro, que são, por ser conveniente ao Real Serviço, e ao augmento da disciplina militar nos corpos Milicianos, tem subido progressivamente a um maior ponto de perfeição, e utilidade, tanto em Portugal, como no Brazil, o que hé de notoria verdade, e V. A. R. o reconhece, e declara pelas Suas Paternaes, e honrozas

expressoens no Decreto de nove de Outubro de mil oito centos, e dôze, as quaes são :—“ E considerando eu que os corpos de Milicias formão
“ uma força muito principal do Meu Exercito,
“ que sem grande detrimento da Minha Real
“ Fazenda, e com pouco incommodo dos Povos
“ se conserva não só prompto a defender o Estado
“ em qualquer aggressão externa, mas sempre
“ habil, e disposto para manter a tranquillidade
“ interna, e segurança publica” Por
tanto seria fazer diffuza a demonstração com
qualquer accrescentamento de razoens, ou explicaçoens, quando hé sustentada pelo contexto da Ley.

Outro Alvará do primeiro de Setembro de mil e oito centos, confirmando os privilegios concedidos no de 24 de Novembro de mil seis centos quarenta, e cinco, hé sem duvida que confirmou tambem o do fôro, por isso mesmo que o não deroga, nem estabelece disposiçãõ alguma contraria ao dito privilegio ; o que se evidencia das formaes palavras do § 1, que dizem :—“ Hei por
“ bem confirmar, a favor dos Regimentos de Milicias destes Reinos, e Dominios os privilegios
“ como se de todos se fizesse aqui
“ uma positiva, e declarada menção ; excepto
“ naquelles pontos que forem expressamente
“ derogados em virtude das disposiçoens no presente Alvará.”

Segunda :—“ Que a concessão do fôro militar aos officiaes, e Sargentos de Milicias nunca foi derogada.”

Mostrada como fica a concessão, e confirmação do fôro, ainda mesmo pelos Alvarás de 1645, e de 1800, como se observa lendo as suas excepçoens, não hé possivel achar argumento contra a existencia do dito privilegio ; porque não parece boa razão para provar que não existe o fazerem

só menção d'elle relativo á Tropa paga algumas Provisões, Decretos, e Ordens Regias posteriores á concessão.—O privilegio do fóro militar concedido aos officiaes, e Sargentos Milicianos hé o daquella Tropa; quando d'elle se tratar a seu respeito, ou seja em ampliação, revogação, ou restricção, deve ficar-se entendendo, por perfeita analogia, e identidade de razão, que abrange os ditos Officiaes, e Sargentos.

Nenhuma Ley declara o que sejam os Postos Milicianos de persi; porem sabendo-se o que são os da Tropa paga, e havendo ley que iguale a estes os das Milicias, fica-se em perfeito conhecimento do que são uns, e outros.

Nenhuma Ley concede o fóro de Fidalgo da Caza de V. A. R. aos Chefes d'Esquadra, e o Habito da Ordem de Aviz aos officiaes da Marinha Real, desde o Posto de Primeiro Tenente inclusive para cima; porem estando estas, e outras graças concedidas aos officiaes de certas Patentes no Exercito, e achando-se reguladas as graduações das diversas denominações em uma, e outra Repartição, fica facil o conhecimento de todos aquelles a quem taes Graças competem.

Desta forma, voltando os argumentos á presente questão; uma vez que o fóro da Tropa paga foi concedido aos officiaes, e Sargentos Milicianos, sempre que se tratar daquelle privilegio, de qualquer maneira que seja, relativamente á Tropa paga, se fica entendendo pertencer a disposição aos Milicianos, se não for alli expressamente excluido.

Os Auditores nos Regimentos de linha julgarão-se necessarios, porque todos os individuos destes corpos gozão de foro militar: assim mesmo foram abulidos, e extinctos aquelles lugares, dando-se providencia para serem supri-

dos nos Conselhos de Guerra. Se nos ditos corpos, onde mil, e mais praças gozão do fôro militar, vieraõ a julgar-se inuteis, não podia deixar de o ser desde o principio nos Corpos Milicianos, nos quaes apenas quarenta e quatro individuos gozão do foro; e por isso quando era necessario entrar algum destes em Conselho de Guerra, servia o Auditor do Regimento de linha mais proximo, ou aquelle que o General nomeava. Por tanto, a razão de não serem criados os Auditores para os Corpos Milicianos não obsta ao privilegio, nem mostra revogação delle; assim como não obsta aos corpos pagos, que actualmente os não tem por expressa determinação. — Revogação tacita, pelo desuzo, hé equivalente a poderem os Delegados encarregados da execução das Leys, obstar às que o Legislador manda publicar, e seguir. O que ultimamente deixa de executar a Ley, pela má razão de o não ter sido até então, falta de mesma forma que o primeiro, que assim o fez; alias estabelece-se, que um erro pode authorizar outro erro.

Se a execução da Ley tivesse difficuldade, e ainda mesmo se o executor julgasse que trazia comsigo algum inconveniente, seria prudente pedir explicação a par das duvidas propostas, se as circumstancias o permittissem, sem grave transtorno da marcha dos negocios: porem tomar o silencio como remedio, e de proprio arbitrio, contra o que está ordenado, se não hé grande attentado, não pode deixar de ser culpa.

Sendo esta regra tão geral, o cazo em questão tem uma legislação particular, que faz o abuzo mais aggravante. O Alvará com força de Ley de 21 de Outubro de 1763, § 3º, estabelece o seguinte:—“ Para que assim se observe inviolavelmente, hei por inhibidos, e cassados, pelo

“ que pertence aos crimes dos Militares
 “ todas as jurisdicções de todos, e quaesquer
 “ Magistrados, e de todos, e quaesquer Tri-
 “ bunaes; e Ordeno que das referidas causas
 “ crimes não possam tomar conhecimento algum,
 “ debaixo da pena de suspensão de seus cargos
 “ até Minha Mercê, para ficarem nella incursos,
 “ pelo mesmo facto da usurpação, que fizerem
 “ contra o acima disposto; a qual pena Mando
 “ que lhes seja declarada pelo Regedor
 “ da Caza da Supplicação e pelo Chan-
 “ celler do Porto os quaes depois de
 “ haverem declarado as ditas suspenções, farão
 “ remetter os Autos, e os prezos debaixo de toda
 “ a segurança aos corpos Militares a que forem
 “ pertencentes.”

O fôro concedido pela forma dita hé o mesmo
 que foi dado aos Officiaes, e Sargentos Milicia-
 nos; e aquellas são as penas que a Ley impoem
 aos Magistrados que se intrometerem a julgar os
 seus crimes não exceptuados.

Uma vez publicada para a execução uma Ley,
 não pode esta reputar-se derogada, sem ser por
 outra, onde se faça della expressa menção. Este
 essencial ponto de Legislação hé expresso na
 Ordenação do Liv. 2º, tº 44.

Hé um principio juridico que toda a Ley que
 se não achar expressamente derogada por outra
 deve observar-se, sem que valha dizer-se que não
 está em uzo. E posto que a connivencia do
 Legislador na inobservancia da Ley fosse funda-
 mento para se allegar a não dever executar-se,
 vista a mesma connivencia, e longuissimo
 silencio; com tudo hé tão somente para se poder
 representar, mas não hé sufficiente para obstar á
 execução.

O § 14 de Carta de Ley de 18 de Agosto de
 1769, decidindo sobre costumes do Reino, e

estilos da Corte, estabelece sobre estes que se devia observar aquelle, a cujo favor concorressem copulativamente os tres essenciaes requisitos,— de ser conforme as boas razoes, que constituem o espirito das Leys ; “ de não será estas contrario em coiza alguma :” e de ser tão antigo, que exceda o tempo de cem annos.—Nenhum destes tres requisitos existe a respeito do inculcado desuzo do Privilegio do Fôro.—Não se conforma com as razoes tomadas do Regimento de 1678 : —Hé opposto a este, e ao Alvará de 1800 :—E finalmente não hé o desuzo de mais de um seculo ; porque alem de se entender implicitamente ratificado o fôro por este ultimo Alvará, como fica acima demonstrado ; o Governador das Ilhas de S. Thomé, e Principe assevera na sua Representação, ter ali estado em vigor, e pratica ; e a mesma se mostra em outras partes, pelos factos de que abaixo se tratará, alem de muitos mais que poderiaõ referir-se, tendo alguns acontecido nesta mesma Capital, onde foraõ sentenciados em Conselhos de Guerra Officiaes Milicianos, sem estarem no cazo de fazer serviço, recebendo paga, no tempo em que Joze Narcizo de Magalhaens commandava a Tropa.

O citado § 14 da Ley de 18 de Agosto de 1769 accrescenta :—“ Todos os outros pretensos
“ costumes nos quaes não concorrerem copulati-
“ vamente os tres requisitos, reprovo, e declaro
“ por corruptela, e abuzos : prohibindo que se
“ alleguem, ou por elles se julgue debaixo das
“ mesmas penas acima determinadas
“ E reprovando como doloza a suppozição noto-
“ riamente falsa, de que os Principes Soberanos
“ são, ou podem ser sempre informados de tudo
“ o que passa nos fóros contenciozos em trans-
“ gressão das Suas Leys, para com esta supposi-
“ ção se pretextar o consentimento, e approvação,

“ que nunca se estendem ao que se ignora;
“ sendo muito mais natural a presumpção de que
“ os Sobreditos Principes castigariaõ antes os
“ transgressores das Suas Leys, se houvessem
“ sido informados das transgressoens d’ellas nos
“ cazos occorrentes.”

Eisaqui sobre que deveria fundar-se a Consulta de quinze de Agosto de 1808, pois não consta, ou ao menos não se prova, que houvesse representação, e menos ainda Resolução alguma á cerca do fôro dos Milicianos, depois de concedido.

A Real Resolução que determinava que os Milicianos gozem do fôro militar, quando estiverem em serviço vivo, vencendo soldo, não hé argumento para a presente questão : ella tem por objecto abranger tambem os cabos, e soldados, aos quaes só nestas circumstancias hé concedido ; e por isso o Governador das Ilhas dos Açores não podia ver de outra forma o privilegio em pratica quanto a estes. Ora a Real Resolução de 16 de Novembro de 1808, tomada sobre consulta deste Conselho de 15 de Agosto do mesmo anno, firma-se em que o parecer do Conselho coincide com as Supremas, e Ulteriores Decisoens : não existindo porem este principio, quanto aos Officiaes, e Sargentos, por não haver até entãõ decisoens contrarias ao privilegio do foro, que lhes foi concedido, antes se achará em vigor a Legislação, que concedeo, e ratificou ; pode dar-se, que sendo assim presente a V. A. R., a dita Real Resolução deixe de fixar regra. — Assim parece que aconteceo ; porque não declarando a Real Resolução, que se haviaõ expedido ordens, nem mandando que se expedissem, Determinou que, para evitar para o futuro a renovação de Semelhantes duvidas em todos os Dominios de V. A. R. subisse Alvará, na con-

formidade do parecer do Conselho. Deste Alvará ficou dependente a revogação do privilegio do foro; em quanto não baixar, a Legislação continua em vigor; e nem foi publicada a Real Resolução, que só servia ao Conselho para fundamentar, e ordenar o Alvará.—São provas, que tirão a menor sombra de duvida de quanto fica dito, as posteriores Ordens de V. A. R. sobre aquella materia.—Por Avizo de 27 de Março do corrente anno, dirigido ao Conde de Palma, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes foi declarado por V. A. R. que o foro militar competia aos Officiaes, e Sargentos dos corpos de Milicias, pelo mencionado Regimento dos Governadores das Armas de 1678. A muitas outras Capitancias foraõ iguaes decisões; e na Corte foi mandado meter um Tenente Coronel de Milicias em Conselho de Guerra, por disputas com um Coronel, não sendo a contestação por materia de Serviço militar.

Naõ pode considerar-se esta Ordem como excepção, porque se aquelle Miliciano não gozasse do privilegio militar, não tem sido uzo estabelecer por Avizos uma tal Legislação; muito mais havendo Ley em contrario. Era necessario conhecer do seu procedimento; tinha inherente ao seu Posto o privilegio do foro militar, mandou-se que entrasse em Conselho de Guerra.

Baixáraõ tambem, depois da Real Resolução de 1808, e alem das ordens referidas, algumas outras Determinações, que, não sendo tão terminantes encaminhaõ a crer no acerto da Doutrina, que fica referida: seguem-se relatadas chronologicamente.

Foi publicado o Regulamento de Milicias em Portugal por Alvará do 20 de Dezembro de 1808.—Nelle hé expresso no Capitulo 7º, § 1º, o fôro militar até aos cabos exclusivamente, concedido

pelo sobredito § 49 do Regimento de 1678.—O dito Regulamento foi mandado ao Conselho Supremo Militar, com Avizo de 14 de Dezembro de 1811, para que o Tribunal consultasse se convinha observar-se em todo, ou em parte no Brazil. O Conselho consultou com effeito a conveniencia da Sua observancia com algumas restricçoens; porem nestas não entrava o fôro.

Pelas Reaes Resoluçoens de 29 de Outubro de 1810, e 3 de Abril do anno corrente, tomadas sobre consultas do Conselho Supremo Militar, determinou V. A. R. que os Officiaes Milicianos supraõ nos Conselhos de Guerra a falta que houver dos Officiaes da Tropa de linha.—Nestes Conselhos, nunca são Juizes individuos, que não tenhaõ fôro militar, á excepção do Auditor, que serve de Relator para, como Letrado, apontar, e explicar a Ley, a fim de poderem os vogaes fazer della a devida applicação.

E, finalmentê, no Decreto de 9 de Outubro do anno proximo passado, foi V. A. R. Servido não somente declarar as Milicias igualadas á Tropa da Linha, pelo haverem sido pelo outro de 7 de Agosto de 1796, e Real Resolução de Consulta do Conselho de Guerra de 21 de Julho de 1757, senão tambem expressamente diz:—
“ alem de outras prerogativas, com que por effeito da Minha Real Benevolencia quiz, que fossem authorizados.—Não pode entrar em duvida que nesta generalidade se acha implicitamente involvido o privilegio do fôro, que havia sido concedido, e que nunca foi derogado.”

Terceiro—No modo de sentencear as causas crimes, não exceptuadas, em Conselhos de Guerra não pode haver prejuizo, ou seja quanto á demora, ou pelo que pertence á applicação das Leys.

Está estabelecida, e regulada a forma dos pro-

cessos para os Conselhos de Guerra, os quaes são summarios: isto faz comque as decizoens não possam ser demoradas, como são nos processos ordinarios, onde, com o fim de ser a verdade mais bem apurada se concedem muitos meios de alongar os pleitos; e alguns assim inutilizão as decizoens.

Isto mesmo foi tomado em consideração no Alvará de 21 de Outubro de 1763, do qual vem a proposito as palavras do fim do seu preambulo: —“ Para que de huma vez cessem e “ todas as mais controversias semelhantes, que “ só servem de animar, e fomentar os delictos; “ dando occasião a que os reos delles os com- “ mettaõ na esperança de que poderão subter- “ fugir ás penas pelas controversias dos Juizes, e “ pelos circuitos, e *dilaçoens dos meios ordinarios* “ que até agora se empregavaõ em dirimir as “ mesmas controversias” E pelo que pertence á applicação das Leis, quando o crime não hé simplesmente militar, e de pouca monta (em cujo processo, e sentença o Regulamento admite, que possa servir de Auditor um capitão) sempre o Auditor hé um Magistrado criminal, como hé expresso no Alvará de 26 de Fevereiro de 1789; ou sendo Auditor de propriedade, nos lugares expressados no dito Alvará. He um dever destes Magistrados, como Letrados, apontar as Leys que são applicaveis aos crimes que se sentençaõ. Porem concedendo que as sentenças dadas em primeira Instancia nos Conselhos de Guerra, e em cazos crimes não militares, que deixassem de estar prevenidos no codigo Militar, não sejaõ algumas vezes proferidas com aquella pureza de Direito, com que seriaõ nas varas Inferiores, onde um Magistrado profere sentença sem encontrar votos, por ventura de homens leigos, que invalidem o seu pela pluralidade, que deve ser o fundamento da Sentença; esta senaõ

hé bem fundada, quando sobe á superior Instancia, he de certo revogada, pois que neste Tribunal são votos tres Magistrados da primeira ordem, ou ao menos de singular escolha.

Tambem se não oppoem á boa administração da Justiça o ser grande o numero dos Milicianos. De cada Regimento de Milicias composto de mil, ou mais praças, são os officiaes, e Sargentos somente os privilegiados : isto hé, são quarenta e quatro pessoas daquelle grande numero ; e desgraça seria considera-los todos reos de crimes.

A demora que pode haver em serem remettidos os conselhos de Guerra das diversas Capitancias ao Conselho Supremo Militar, hé a mesma que há na remessa dos processos crimes sentenciados pelos juizes inferiores de todo o districto da Relação, que vem a esta por appellação, de Officio, e são relatados por um só Juiz, o Dezembargador Ouvidor do Crime ; e aquellá demora talvez não seja equivalente á que necessariamente há no curso dos processos crimes ordinarios.

Mas quando se julgasse esta cauzal digna de ponderação, seria mais conforme á razão criar Juntas Supremas, onde fossem decididos os conselhos de Guerra em Superior Instancia, do que privar aquelles vassallos tão uteis e benemeritos, e que fazem continuamente serviço á sua custa, de um privilegio, dado como recompensa do estado de boa disciplina, e por consequencia da utilidade a que tem chegado, o qual tanto prezão, e os distingue.

Desta forma os Conselhos de Guerra não terião maior demora em subir, e serem decididos em Superior Instancia, do que as cauzas crimes ordinarias appelladas para as Relações.

Esta legislação não hé nova.—As Capitancias do Maranhão e Pará ficaraõ izentas de mandarem os processos dos Conselhos de Guerra ao Con-

selho Supremo de Justiça pelo § 8º do Alvará da sua criação do primeiro de Abril de 1808. Ib. —da mesma forma ficaraõ izentos os Dominios Ultramarinos.—Na Bahia, antes da criação do Conselho Supremo Militar, sentenciavaõ-se em Ultima Instancia, naõ somente os Conselhos de Guerra de individuos pertencentes áquella capitania, senaõ tambem os de muitas capitancias do Norte. Na capitania do Pará ainda assim se pratica; e para aquella Junta de Justiça vaõ os Conselhos de Guerra de outras capitancias, para serem decididos em Ultima Instancia.

Em consequencia de um Avizo de V. A. R. datado de tres de Abril de 1812, o Conselho Supremo de Justiça consultou em data do primeiro de Julho do dito anno, que no Maranhão se criasse um Conselho de Justiça para o referido fim.

A demora, delonga, e difficuldade de virem os processos de grandes distancias para o Conselho Supremo Militar, naõ fica removida pela derogaçaõ do privilegio dos officiaes, e Sargentos Milicianos: porque os Conselhos feitos por crimes militares sempre tem que fazer aquelle transito; e se para facilidade se derem providencias, como de criar Juntas em algumas Capitancias, neste cazo remediados ficaõ tambem os inconvenientes, pelo que respeita aos crimes naõ exceptuados do fôro.

A mesma difficuldade de distancia deve entender-se quanto á Tropa de Linha; e naõ há capitania, que a naõ tenha; e posto que seja menor em numero, hé sempre maior o dos privilegiados, porque alli o saõ todos os individuos.

Demonstradas, como ficaõ as tres sobremencionadas proposiçoens, resta indagar, e conhecer os motivos do estabelecimento do foro militar, e a inconveniencia, que da privaçaõ delle se seguiria ao serviço.

O Regimento do 1º de Junho de 1678 no § 49, e o Alvará com força de Ley de 21 de Outubro de 1763 declararaõ quaes sejaõ.

Este diz, que para evitar as delações dos meios ordinarios, e privar os reos das esperanças de poderem subterfugir ás penas pelas controversias dos juizes Aquelle dá por cauzal a grande conveniencia do Real Serviço, e pelo augmento de disciplina. Em ambas as referidas Leys se vê a conveniencia de que tendo os subditos em dependencia dos Superiores, se conseguirá serem-lhe mais sujeitos; que desta sujeição nasce necessariamente a subordinação, e que esta hé a mola principal da disciplina militar. Acabado o privilegio do foro militar diminuia, pelo menos, a dependencia; e passava ao corpo da Magistratura, que só deve entrar como auxiliar, por se suppor nelle, por via de regra, mais amplos conhecimentos de direito Patrio.

Tendo o sobredito Conselheiro exposto as suas razoes para provar que o privilegio do foro militar, dado aos officiaes, e Sargentos Milicianos, existe do mesmo modo, que existia antes de baixar a Real Resolução de 16 de Novembro de 1808, cuja execuçaõ, fica pelas razoes expendidas, dependente d'Alvará (que nunca baixou), que fixasse regra invariavel, cazo coincidesse com as Supremas, e Ulteriores, Determinações sobre aquella materia; que a conservaçaõ do foro militar hé necessaria, pelo interesse do Real Serviço: passa a fazer outras reflexoes sobre á acima dita Representação de Governador das Ilhas de S. Thomé, e Príncipe, que faz o objecto da presente Consulta.

Não consta que a Real Resolução de 16 de Novembro de 1808 fosse communicada aos Governadores das diversas Capitanias, pela Secretaria d'Estado, como já se expendeo, e nem o foi pelo

Supremo Conselho Militar por aquellas razoes ditas: Logo ignorando aquelle governador, assim como todos os mais, a Real Rezolução hé indubitaval, que o sobredito Governador de S. Thomé obra coherente, segundo a Legislação existente, em mandar conhecer, por Conselho de Guerra do crime de que era accusado o Official Miliciano do districto do seu Governo, visto não ser da classe dos exceptuados; e que o Conselho Supremo de Justiça não estava no cazo de annular o processo, fundado na Real Resolução; a qual por isso mesmo que não tinha ainda sido publicada pela falta do Alvará, não podia fundamentar a nullidade, e muito menos fixar regra contraria a Legislação existente, para cazos futuros. Esta prova-se, até, como fica dito, pelas ordens posteriores á Real Resolução allegada, para que subsista o privilegio em questão. São da maior attenção as reflexoens do Governador de S. Thomé, na sua Representação, já quando mostra que derogado o fôro militar dos Officiaes Milicianos, ficam estes de inferior condição ás Ordenanças, que pelo seu Regimento gozão o privilegio de serem julgados pelo seu Capitão Mor nos crimes leves, e com assistencia delle nos de maior gravidade; e já quando expõem, se fazendo os Milicianos diariamente todo o Serviço Militar naquella Colonia, sem serem com tudo municidados, segundo a letra da Real Resolução, devem os crimes militares que commetterem no mesmo serviço pertencer ao conhecimento dos Magistrados de Justiça, para por estes serem julgados.

Este mesmo inconveniente existe na Corte, e em todas as mais capitancias do Brazil, onde os Milicianos estão entrando frequentemente de serviço, debaixo da arma; e pode acontecer commetterem faltas, que deverião ser julgadas

pelo Código penal Militar ; mas que deixando de gozar do fôro militar, por não receberem soldo, nem pão, ficaraõ impunes, visto não deverem entrar em Conselho de Guerra, conforme a literal intelligencia da Real Resoluçaõ, e por ser incompativel aos Magistrados de Justiça o conhecimento de semelhantes crimes.

Naõ vem a ser conforme á Real Resoluçaõ allegada o Regulamento das Milicias de Portugal, por ser feito no estado de guerra. Esta Regulamento faz differença nas suas disposições do estado de guerra, e de paz ; porem em ambos os cazos o foro militar hé concedido aos Milicianos até cabos de esquadra exclusivamente. A criação de muitos corpos Milicianos no Brazil depoem em seu favor.

Nada prova taõ bem a utilidade que o Estado tira do Serviço desta Tropa ; e por tanto a necessidade, ou pelo menos a justiça para a conservação dos seus privilegios. O do fôro, como fica dito, e repetido apenas compete a quarenta e quatro individuos de cada mil e tantos, e todos da classe de quem se deve esperar menor numero de delinquentes.

Os auditores particulares dos Regimentos de Tropa de linha foraõ julgados desnecessarios pela ultima Legislaçaõ á este respeito. Se nestes Corpos onde todos os individuos gozaõ do privilegio do foro militar, se consideraraõ inuteis não se podem suppor precizos nos corpos onde taõ somente quarenta e quatro individuos o tem. Alem disto, a criação de muitas varas de juizes de Fora para diversas villas das capitancias do Brazil seria bastante, segundo a Legislaçaõ existente, para remover a necessidade de auditores, em qualquer cazo, em que devessem ser processados os Milicianos dos seus respectivos destrictos por Conselhos de Guerra.

Ainda que as poucas pessoas, que nos corpos Mili-

cianos gozão do privilegio do foro, commettessem tantos crimes, para serem por elles julgados em conselhos de guerra, apezar de pertencerem á classe mais distincta daquelles corpos, como ordinariamente commettem os individuos dos corpos de linha, o que jamais se pode conceder; porque os Conselhos de Guerra, pela maior parte, nestes corpos são feitos á soldados, e procedem de deserçoens; o que raras vezes acontecerá aos Officiaes, e Sargentos Milicianos; assim mesmo seria facil vencer aquelle trabalho no Conselho Supremo de Justiça; porque sendo destinado um só dia por semana para decidir de semelhantes processos, acontece terem-se inutilizado a maior parte dos dias de conferencia, desde a criação do tribunal, por falta de processos a julgar; o que melhor hade constar de secretaria do Conselho; e isto principiando as conferencias ás cinco horas da tarde, e acabando quasi sempre antes do sol posto, por não haver nada mais a tratar.

Naõ se pode suppor a existencia de conflictos de jurisdicção pela continuacão do privilegio do foro, á vista do Alvará de 21 de Outubro de 1763; e muito menos o dito privilegio em menos cabo da Magistratura. Pelo contrario: elle foi concedido pela dependencia que há, e deve haver sempre entre os individuos arregimentados com os seus superiores. Extinguir o privilegio, hé diminuir a authoridade militar; por consequencia a subordinaçãõ dos subditos, e faze-los dependentes de outra classe de julgadores, sem duvida em menos cabo dos Militares, ou dos que estão nestas circunstancias.

A ultima Legislaçãõ em pratica a respeito da concessãõ dos officiaes de Justiça izenta a Real Fazenda de indemnizaçoens, quando hé preciso altera-los, ou extingui-los. Assim se tem praticado com a criaçãõ de novos officios nesta côrte,

e seu destricto, e assim se lhes declara nas suas cartas. Demais : nunca se poderia tomar em consideração o ficarem menos rendosos os officios do crime para se deixar de conservar o foro militar aos Officiaes, e Sargentos Milicianos, que lhes foi concedido, como premio depois da experiencia de Seculos ; o qual vendo um bem publico não pode ceder ao particular proveito daquelles Escrivaens, ou proprietarios dos Officios.

Em consequencia de tudo quanto fica exposto, conclue o sobremencionado Conselheiro, que lhe parece injusto, e de má politica, que em uma epoca em que todas as Nações da Europa, e da America se conservão em grandes armamentos ; e em que o Estado do Brazil se não acha fertil de meios para sustentar um Exercito de Tropa paga, como conviria ter sendo possivel ; se desgostem, e ponhão em inferior condição á em que estavam até agora os officiaes Milicianos ; isto hé, Officiaes dos Corpos, que, como V. A. R. declara no seu Real Decreto de 9 de Outubro de 1812, *formaõ uma muito principal força* do seu Exercito : não fazendo aquelles Officiaes a menor despesa á Real Fazenda : sendo por aquella forma privados de um privilegio, que fica pertencendo aos seus Camaradas, que nos mesmos Corpos recebem soldo, e se sustentão das rendas do Estado : e não podendo deixar de cauzar esta suppressão grande desprazer aos referidos Officiaes, hé consequencia infallivel a diminuição do enthusiasmo militar, que se lhes havia por aquelle modo infundido, vendo-se considerados com tanta mingua no privilegio, que mais os aproximava á Tropa que devem imitar. E não hé menos certa outra consequencia ; que da quebra do espirito militar dos Officiaes nasce a dos soldados.

Hé pois prejudicial a extinção projectada do privilegio do fóro, mormente ao mesmo passo,

que se lhes conservão outros que não sendo tão analogos ao enthusiasmo, e espirito militar, muitos delles se podem reputar de grande inconveniente ao serviço publico; e mais ainda considerando-se a falta de população no Brazil; e outras como obstaculo ao prompto curso dos pleitos civeis, por meras formalidades, que nada tem com a verdade das cauzas, quando de nenhuma forma se deve entender nestas circumstancias o privilegio do fôro. — Este hé considerado em tanta monta para os individuos a quem foi concedido, que só podem ser privados delle em pena de certos crimes; e esta pena não deve ser imposta aos officiaes Milicianos, quando pelo bom serviço, que actualmente fazem V. A. R. mais os distingue, louva, e reconhece a sua utilidade. — Deos Guarde a Pessoa de V. A. R. por felizes, e dilatados annos. — Rio de Janeiro 17 de Novembro, de 1813.

RODRIGO PINTO GUEDES.

Senhor;—Tendo sido inconcussa, e invariavel pratica, desde que se deu nova, e mais regular forma aos Conselhos de Guerra, e procedimentos contra os reos militares pelos Alvarás de 1763, e seguintes, não se julgarem comprehendidos no fôro militar os Milicianos, salvo os Officiaes, que vencem soldo, ou quando estiverem em serviço effectivo, e de guerra, vencendo paõ ou soldo; e tendo sido esta intelligencia deduzida das Leis, e apoiada na interpretação uzual confirmada pela Real Resolução de V. A. R. de 16 de Novembro de 1808, tomada em consulta deste Conselho de 15 de Agosto do dito anno, mandando-se subir Alvará, que não baixou, houve outra vez de consultar-se esta materia por Avizo do Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos de 26 de Junho de

1813, em representação do Governador de S. Thomé; e subindo a Consulta em 17 de Novembro de 1813, não houve até agora Resolução. Entanto tem sido remettidos á este Conselho, e ao Dezembargador do Paço Juiz Relator delle Conselhos de Guerra das capitanias de S. Pedro do Sul, de S. Paulo, e do Esperito Santo, formados á Milicianos em virtude do Avizo de 16 de Julho de 1813, expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, no qual se Ordenou, que gozassem do fôro militar todos os Milicianos até Sargento inclusive, como tem agora constado a este Conselho por copias transcritas em alguns Processos dos acima referidos.

Naõ tendo sido participada esta Resolução ao Conselho, onde semelhantes Processos se devem julgar em ultima instancia, estando a intelligencia, e pratica em contrario, firmada com a Real Resolução da Consulta de 15 de Agosto de 1813; naõ se tendo decidido a outra, que sobre a mesma materia subio á Real Presença de V. A., cuja Determinação se esperava para se decidirem em sua conformidade os Processos, que estão pendentes, estando presos alguns dos Reos nelles comprehendidos o que faz necessaria mais prompta decizaõ, deliberou o Conselho levar á Augusta Presença de V. A. esta representação, e por copia as Consultas, e mais Papeis acima referidos para haver por bem resolver de uma vez esta questãõ, e determinar o que se deve praticar com os Processos julgados, e remettidos em conformidade do referido Avizo de 16 de Julho de 1813.

Por esta occasiaõ leva tambem o Conselho á Prezença de V. A. R. o officio do Governador e Capitão General da Capitania de S. Paulo, em que pondera o inconveniente de estarem presos

os Milicianos de crimes leves, por muito tempo, em quanto voltaõ os seus Processos julgados contra a brevidade taõ recommendada nos criminaes, e que deu cauza ao estabelecimento de Relações, e Juntas de Justiça, e sobre que não deu parecer, nem este Conselho o interpoem sem estar decidido o ponto principal, de que de todo depende. V. A. R. decidirá sobre tudo o que for justo.

Parece ao Conselheiro Rodrigo Pinto Guedes, que esta Consulta, feita á requerimento do Conselheiro Juiz Relator não devia ter lugar; por quanto ella hé contra Lei expressa, e terminante, sobre a qual nunca foi mandado consultar este Conselho pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra; antes por ella se tem expedido Avizos a diversas Capitánias, declarando, e confirmando V. A. R. o § 49 do Regimento dos Governadores das Armas de 1º de Junho de 1678, por onde foi concedido o fôro militar aos Officiaes Milicianos até Sargentos inclusive; sendo expresso do Preambulo do mesmo Regimento, que comprehende não somente o Reino, e Ilhas adjacentes, se não também os mais Dominios da Coroa. Como porem este Conselheiro havia feito duas consultas, por Avizos, que lhe foraõ dirigidos pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, motivadas por declaraçoens, que pediraõ os Governadores das Ilhas dos Açores, do Principe, e de S. Thomé, e o Conselheiro votante fez o seu parecer separado em data de 27 de Novembro de 1813, e agora sobe por copia, a elle se refere, porque nelle mostra 1º, que o fôro militar foi concedido aos Officiaes Milicianos ate Sargentos inclusive em todos os Dominios Portuguezes: 2º, que nunca foi derogado: 3º, que não estava em desuso, e fora postom pratica nesta cidade, hoje

Corte do Rio de Janeiro, poucos annos antes da chegada de V. A. R. ao Brazil: 4º, que os motivos da Ley para a sua concessão tem hido progressivamente em augmento.—Rio de Janeiro, 5 de Julho, de 1815.

N. B. Foraõ votos dois Conselheiros de Guerra; tres ditos da Magistratura; e tres Vo-gaes Militares.

CORTES DE COIMBRA DE 1385.

(Monarquia Lusitana, Part. VIII. Cap. 29, pag. 645.)

Pessoas que foraõ prezentes, nas ditas Cortes, dos tres braços, Ecclesiastico, Nobre, e Popular.

“ As duas acçoens mais celebres e mais notaveis que houve até hoje entre a nação Portugueza, foraõ as primeiras Cortes do Reino na antiga cidade de Lamego, e estas, em que estamos, na alegre e douda Coimbra, alem de outras razoes; porque em ambãs *exercitaram os povos a sua maior regalia* de elegerem dentre si Principe, e proverem da sua mão o Solio Real vacante. Das primeiras Cortes de Lamego se conservou por muitos annos a Escriptura no Archivo da Camera de Lisboa em um Livro que chamaram do *Porco espin*, e o levou para Madrid El Rey D. Filipe 2º. A escriptura das presentes de Coimbra se ve hoje na Torre do Tombo, e por ella e por Fernaõ Lopes sabemos as pessoas que intervieram, as materias que trataram, e a Acclamação Real que fizeraõ. De tudo direi com clareza, e começando pelas pessoas, foraõ prezentes os tres braços Ecclesiastico, Nobre, e Popular, e nelles pessoas seguintes :

Braço dos Ecclesiasticos.

1. O Arcebispo Primaz, D. Lourenço Vicente.
2. D. João Annes Escudeiro, Bispo de Lisboa.
3. D. João Bispo do Porto.
4. D. Lourenço Bispo de Lamego.
5. D. Frey Vasco Monge de S. Bernardo, Bispo da Guarda.
6. D. João Bispo de Evora.
7. D. Paio de Meira, por seo Procurador, Bispo de Sylves.
8. D. Frey João de Ornelas Abbade de Alcobaga, Esmoler mor.
9. D. Affonso, Abbade de S. João de Pendorada, Benedictino.
10. D. João, Abbade de Bostelo da mesma Ordem.
11. D. Vasco, Prior mor do Real Mosteiro de Santa Cruz.
12. Ruy Lourenço Deaõ de Coimbra, pelo Diecesano. E de urbanidade admittiram entre si a D. Rodrigo Bispo de Ciudad Ròdrigo que andava neste reino, por não ser Scismatico com os Castelhanos.

Braço da Nobreza.

1. Vasco Martins de Souza, Rico homem.
2. Gonçalo Mendes do Vasconcellos, Alcaide mor de Coimbra.
3. Vasco Martins da Cunha, o velho.
4. Nuno Alvares Pereira, Fronteiro mor de Alemtejo.
5. Gonçalo Gomes da Sylva, Alcaide mor de Monte mor o velho.
6. Vasco Martins de Mello, o velho.
7. Martim Vasques da Cunha.
8. Martim Affonso de Souza.

9. Gonçalo Vasques Coutinho, Alcaide mor de Trancozo.
10. Affonso Furtado de Mendoça, Anadel mor do Reino.
11. Alvaro Pereira.
12. Joaõ Rodrigues Pereira.
13. Diogo Lopes Pacheco.
14. Joaõ Fernandes Pacheco.
15. Lopo Fernandez Pacheco.
16. Mem Rodrigues de Vasconcellos.
17. Ruy Mendes de Vasconcellos.
18. Vasco Martins da Cunha, o moço.
19. Fernaõ Vasques de Rezende.
20. Lopo Vasques da Cunha.
21. Pedro Affonso de Mello.
22. Joaõ Gomes da Sylva.
23. Estevaõ Vasques de Goes.
24. Vasco Martins de Mello.
25. Martim Affonso Valente.
26. Alvaro da Cunha.
27. Alvaro Dias de Ulveira.
28. Alvaro Golçalves.
29. Estevaõ Vasques Filipe.
30. Martim Gil, Comendador na Ordem de Christo.
31. Gonçalo Annes Homem.
32. Estevaõ Annes de Gauderiz.
33. Gil Martins Doutel.
34. Gonçalo Fernandez de Curutelo.
35. Ruy Vasques de Castelbranco.
36. Gonçalo Vasques Callado.
37. Affonso Annes.
38. Alvaro Gil Cabral, Alcaide mor da Guarda.
39. Martim Affonso de Mello, o moço.
40. Affonso Vasques Correa.
41. Fernaõ Gonçalves.
42. Alvaro Garcia de Faria.
43. Lourenço Mendes de Carvalho.

44. Pedro Lourenço de Tavora.
45. Ruy Lourenço de Tavora.
46. Affonso Pires da Charneca.
47. Nuno Viegas, o moço.
48. Gil Vasques da Cunha.
49. Ruy Gomes de Chaves.
50. Diogo Nunes, Comendador de Santos.
51. Affonso Annes Nogueira.
52. Pedro Vasques de Pedra alçada.
53. Fernando Nunes Homem.
54. Alvaro Gonçalves Coitado.
55. Gonçalo Gonçalves Borges.
56. Gonçalo Vaz de Mello.
57. Egas Coelho.
58. Antão Vaz de Almada, Alcaide mor de Lisboa.
59. Gonçalo Annes de Castelvide.
60. Lopo Dias de Azevedo.
61. João Vasques Michaõ.
62. Gomes Martins de Lemos.
63. Ruy Cravo.
64. João Rodrigues Guarda.
65. Nuno Fernandes de Cordovelas.
66. Ruy de Andrade, Comendador da Redinha.
67. Garcia Soeyro, Comendador de . . .
68. Diogo Alvares, Comendador da Chouparria.
69. Martim Gonçalves, Comendador de Almourol.
70. João Gomes, Comendador das Pias.
71. Manoel Peçanha.
72. Garcia Pires de Podentes.

Et multi alii generosi Domicelli, diz a Escrip-
tura no fim ; e se advirta, que em nomear os
Fidalgos referidos não guardou precedencias.

Braço Popular.

1. Pedro Affonso Sardinha.
2. Martim Lourenço, Procurador de Lisboa.
3. Luis Gonçalves de Carvalho, e
4. João Fernandes Darca, Procuradores de Evora.
5. Domingos Pirez das Eyras, e
6. João Gil, Procuradores do Porto.
7. Affonso Domingues de Aveiro, e
8. Gonçalo Esteves Ferreira, Procuradores de Coimbra.
9. Alvaro Gonçalves, Procurador de Sylves, e das mais villas do Algarve, que tem voto.
10. João Affonso de Azambuja, Procurador de Elvas.
11. Vincente Pires, e
12. Lourenço Martins, Procuradores de Thomar.
13. O P. Alvaro Esteves, e
14. Lourenço Martins, Procuradores de Abrantes.
15. Affonso Gonçalves, e
16. Ayres Eannes, Procuradores de Lamego.
17. João Boroa, e
18. Vasco Vicente, Procuradores de Portalegre.
19. Vasco Martins, e
20. Vasco Pires, Procuradores de Penela.
21. Affonso Esteves, e
22. Lourenço Martins, Procuradores de Montemor, o velho.
23. João Branco, e
24. João Gonçalves, Procuradores de Celorico da Beira.
25. João Esteves, e
26. João Pires, Procuradores de Pinhel.
27. Pedro Martins, e
28. João Affonso, Procuradores de Soure.
29. Gonçalo Martins, Procurador de Pombal.

30. João Lourenço, Procurador de Santiago de Cacem.
 31. Gomes Eannes, e
 32. Diogo Martins, Procuradores de Setuval.
 33. Fernão Vasques, Procurador de Serpa.
 34. João Lourenço Chavaco, Procurador de Aviz.
 35. Affonso Vicente, Procurador de Monsaraz.
 36. Vasco Lourenço, Procurador de Marialva.
 37. Affonso Annes, e
 38. João de Veiros, Procuradores de Evoramonte.
 39. João Affonso, e
 40. Vicente Capitozo, Procuradores da Fronteira.
 41. Pedro Martins. e
 42. Bartholomeu Annes, Procuradores de Nisa.
 43. Affonso Pires, e
 44. João Fernandes, Procuradores de Castel de vide.
 45. Vicente Gerardes, Procurador de Alegrete.
 46. João Vicente, e
 47. Fernão Pires, Procuradores de Monsanto.
 48. Vasco Pires, e
 49. Vasco Domingues, Procuradores de Penamacor.
 50. Martim Fernandes, Procurador da Amieira.
O Bispo de Evora, com procuração da Villa de Mourão.
-

REVOLUÇOENS ANTIGAS E MODERNAS.

Qual hé o effeito que a desgraça produz nos homens?

Muito se tem disputado sobre a natureza e effeitos da infelicidade: Como opera ella pois sobre o homen. ¿ Augmenta a sua força, ou lha diminue?

Se lha augmenta, porque se mostrou Denis tão

vil e tão fraco. ; E se lha diminue, porque mostrou a Rainha de França tamanha fortaleza?

Tomará por ventura a desgraça o Character da sua victima. ; Mas se assim hé, como foi que Luis, tão tímido nos dias da felicidade, tão animoso se mostrou nos dias de desgraça ; E como he que esse Jacques II. tão valoroso na prosperidade, tão cobardemente fugia pelas margens do Boyne, ja quando nada tinha que perder?

Succederá talvez que a desgraça transforma os homens. ; Seremos nós fortes, porque eramos fracos, ou seremos fracos por que eramos fortes? Mas esse pusilanime Imperador Romano, que procurava escapar á morte escondido nas latrinas de seo proprio palacio, havia sido sempre o mesmo ; eo Bretaõ Caractacus mostrou-se sempre tão nobre na Capital do mundo como no meio dos bosques da sua patria. Parece logo ser impossivel poder-se raciocinar com certeza sobre a natureza do infortunio. He mui provavel que elle opere em nós por meio de cauza occultas que dependem de nossos habitos e nossos prejuizos, ou segundo a posição em que nos achâmos relativamente aos objectos que nos cercão. Denis, tão vil em Corintho, talvez se houvesse mostrado mui nobre entre as maons de seos proprios vassallos de Syracusa.

Mas até aqui só temos considerado a infelicidade em si mesma, examinemo-la agora nas suas relações externas. O espetaculo da miseria excita nos homens mui diversas sensações. Os grandes, isto hé, os ricos não a veem se não com extremo desgosto: não espereis delles se não uma piedade insolente, ou dons e cortezias ainda mil vezes peiores que os insultos: O avaro, se lhe entrardes em caza de repente, levantará em um momento o dinheiro que lhe tenha cahido no chaõ: sua alma de lodo confunde o desgraçado

com o homem que pertende rouba-lo. No povo achareis ora bem ora mal, segundo seo particular genio ou character. Ora sendo isto geralmente assim, que procedimento deverá ter o homem na desgraça ? Nos conhecemos tres maximas que são as seguintes:—

Um miseravel hé sempre objecto de curiosidade para os homens. Folgaõ de o examinar, e de lhe tocar, por assim dizer, na principal corda de suas agonias, para gozarem do prazer de estudar os movimentos do coração humano no meio das convulsoens da dor, bem como esses cirurgioens, que poem a tormento os animaes para examinar-lhes a circulação do sangue e o meqanico movimento dos orgãos. Nossa primeira maxima hé pois, que o infeliz deve occultar sempre suas lagrimas. Quem hé que se pode interessar em seos males ? Uns o escutarão sem o ouvir, outros o ouviraõ com desgosto, e todos com certa malignidade. A prosperidade hé uma estatua de oiro, cujas orelhas se assemelhaõ á cavernas sonoras: o mais pequeno suspiro externo opera nellas um ruido ou som espantozo.

Segunda maxima, que se deduz da primeira:—
Fugi inteiramente dos homens. Hé necessario evitar a Sociedade quando soffremos, por que ella hé a inimiga natural dos infelizes. Sua maxima hé: *infeliz-culpado.*

Terceira maxima—altivez intratavel. O orgulho hé a virtude do infeliz. Quanto mais a fortuna nos abater, mais nos devemos elevar, se quizer-mos conservar nosso Character. Cumpre nunca peder-mos de vista, que em toda a parte se honra o habito e naõ o homem. Pouco emportará que sejaes um desavergonhado se fordes rico, ou que sejaes um homem de bem se fordes pobre: as posições relativas do homem so daõ na sociedade isso que nella se chama-estimação,

consideração, e virtude. Como o nascimento não tem valor algum intrinseco alem do que he proprio de todos os entes humanos, segue-se que podeis mui bem ser Rey em Syracusa, e passar depois a ser individuo particular e infeliz em Corintho. Na primeira posição deveis desprezar o que sois; na segunda, deveis mostrar orgulho do que fostes, não porque deis mais importancia do que ella merece á frivola vantagem de que gozastes, mas para vos servir della como de um escudo contra o desprezo com que sempre hé olhado o infortunio. Os homens facilmente se familiarisaõ com o desgraçado, e este entãõ se vê em a dura necessidade de recorrer á sua dignidade de homem, para não ser desprezado ou esquecido pelos outros.

Mas em fim que deverá fazer o infeliz para adoçar suas agonias? Eis aqui toda a difficuldade; eis a verdadeira pedra filosofal. Pois que a natureza da desgraça não pode ser perfeitamente conhecida, segue-se que esta questãõ hé por assem dizer indissolúvel. Quando se ignora a cauza do mal, pode por ventura applicar-se lhe algum remedio certo? Muitos filosofos, tanto antigos como modernos, tem escripto sobre o assumpto; e uns aconselhaõ a leitura, outros a virtude, e outros o vigor d'alma. Todavia, tudo isto equivale á receita do medico que dicesse ao seo doente:—cuidai em ter saude. Nós não podemos, por conseguinte, applicar algum remedio certo para esta grande moral enfermidade. Se o infeliz, como o Emilio de J. J. Rousseau, tiver aprendido um officio no tempo da sua prosperidade, empregue-se logo nelle, porque occupando o corpo destrahirá o espirito, e não se verá forçado a estender a mão envergonhada para receber insultantes dons com que mantenha a vida. Se este remedio não curar as

dores passadas, ao menos prevenirá outras de novo, talvez ainda mais agudas, como são as que sofre toda a alma nobre que não pode viver se não á custa da caridade ou basofia alhea.

HISTORIA DE AGATHON,

Escrepta por M. Weilland.

(Continuada da pagina 428 do No. antecedente.)

CAPITULO IV.—*Enthusiasmo de Agathon.*

A caza de Hippias tinha na sua parte meridional vastos jardins, em que a arte e a natureza ostentavaõ toda a sua magnificencia. As flores de todos os climas, successivamente produzidas, conservavaõ as successivas primaveras de todas as partes do mundo; eos extensos bosques de arbustos cheirosos, ora cortados por longas ruas de limoeiros, oliveiras e cedros, ora por pequenos passeios guarnecidos de rozeiras, murta e loureiros, com mil fontes, repuxos e tanques de marmore, formavaõ dos jardins de Hippias uma dessas habitaçoens, encantadas, que apenas existem fora da imaginaçaõ dos poetas.

Nestes lugares de verdadeiras delicias passava Agathon as suas melhores horas, e so nelles recobrava a tranquillidade d'alma taõ preferivel a agitaçaõ dos sentidos. Ahi ao menos podia entreter-se so comsigo, porque todos os objectos que o cercavaõ eraõ analogos ás disposiçoens de seo coração. Muitas vezes recostado em um banco solitario nas bellas noites de luar, que elle preferia a claridade do dia, passava tempos esquecidos a recordar-se dos dias felizes da sua primeira mocidade, em que tinha gozado das delicias de um primeiro e innocente amor; e estas

lembranças, acompanhadas do silencio da noite, do harmonioso murmurinho dos regatos e das fontes, e da branda viração dos zefiros, o faziaõ cahir em um ligeiro sono que lhe abria as portas a todas as fantasias brilhantes de sua rica imaginação. So entaõ percebia a consoladora imagem de um melhor destino ; so entaõ via cumpridos seos melhores desejos ; e so entaõ era ditozo por alguns instantes. Quando acordava destes amaveis sonhos persuadia-se que suas esperanças deviaõ ter alguma realidade, porque, a não ser assim, não teriaõ produzido nelle impressoens taõ fortes. Acreditava em fim que nestas occasioens libertado o espirito do poder dos sentidos tinha verdadeiros presentimentos que eraõ mais do que sonhos.

Foi em um destes momentos que Hippias, querendo aproveitar o fresco de uma bella noite do estio, o veio surprehender. O Sophista esteve pór muito tempo parado a contemplar Agathon sem que este o percebesse, e a final o acordou e lhe fallou, de que resultou a conversação seguinte, que muito mais confirmou Hippias nas ideas que ja tinha de exaltada imaginação do nosso heroe.

CAPITULO V. — *Dialogo entre Hippias e seo escravo.*

Hippias. Tu me pareces bem meditativo, Callias !

Agathon. Eu cuidava estar só.

H. Qualquer outro, em teo lugar, aproveitaria melhor os prazeres ea liberdade de que se goza em minha caza. A tua reserva admira-me, mas não me offende : poderei com tudo saber quaes são os pensamentos que te occupão?

A. O silencio universal que ha em torno

de mim, a bella claridade da lua, a formosa apparencia da natureza que agora parece estar descansando, o ar embalsamado como o delicioso aroma de mil flores, e infinitos sentimentos agradaveis, que por sua mesma desordem extasiaõ a minha alma, excitaõ em mim uma especie de enthusiasmo que parece descobrir-me belezas desconhecidas. Agora mesmo tive eu um momento . . . Sim um momento, que eu não trocava por um anno inteiro da vida do Rey da Persia! (*Hippias surrio-se*). Estas sensacoens me fazem pois imaginar que delicias gozaraõ as almas que, libertadas do pezo dos sentidos, passaõ a contemplar nas bellezas essenciaes, immutaveis, e divinas seculos inteiros, que lhes devem parecer taõ curtos como este instante foi para mim. Tu vieste suprehender-me exactamente no tempo em que eu estava fazendo taes reflexoens.

H. Se tu não estás ainda dormindo, Callias, seguramente tens um talento extraordinario que eu não soppunha:—sonhas estando acordado.

A. Eu creio, com effeito, que existem muitas especies de sonhos, porque a vida de alguns homens não he mais do que um sonho. Se minhas reflexoens são na verdade meramente sonhos, ao menos confesso-te que me são mais agradaveis do que todas essas realidades de que agora posso gozar.

H. Pelo que vejo imaginas tu logo que hes um desses espiritos dos quaes tanto exaltas a felicidade.

A. Sim eu espero que o serei tal ainda um dia; e sem esta esperanza não faria nenhum cazo da vida.

H. Mas tens tu o segredo de transformar os corpos em espiritos como se diz que Medea e Circe tinhaõ para operar *quasi* taõ prodigiozas transformaçoens.

A. Confesso que não te entendo, Hippias.

H. Eu vou pois mais claramente explicar-me. Se hé que bem tenho percebido o que me dizes, vejo que tu cres ser um espirito, encerrado dentro de um corpo animal.

A. Certamente! Poderei eu fazer outra idea da minha natureza?

H. E os quadrupedes, os passaros, os peixes, os vermes, e emfim todos os animaes são tambem espiritos, encerrados em corpos mortaes?

A. Talvez.

H. E as plantas?

A. Talvez tambem.

H. Logo todas as tuas esperanças estão só fundadas em um *talvez*. Se não pode provar-se que todos os animaes tenham um espirito, tambem não se pode provar que tu o tenhas, porque hes um animal. Tu nascees bem como os outros animaes, e tu crescees e te desenvolves como elles. Não tens tu os mesmos sentidos, as mesmas necessidades, e as mesmas paixões? Tu, como elles, cuidas na tua conservação, tu te reproduzes e morres como elles, e emfim como elles tambem acabas dando á terra o que della recebeste. Hé verdade que sobre elles tens grandes vantagens: a natureza deu-te uma bella figura, duas mãos com as quaes podes fazer o que elles não podem; uma organização particular que te habilita a exprimir sons articulados, e um espirito activo, resultado de tua propria fraqueza, e da irritabilidade de teos nervos; todavia ainda assim mesmo o homem deve aos animaes todas as artes que o tem constituido tão poderoso, só porque hé capaz de as aperfeiçoar.

A. Pelo que vejo temos ambos bem differentes ideas á cerca da natureza humana.

H. Certamente, porque as minhas dependem todas de meos sentidos, e porque minhas obser-

vaçoens são livres de prejuizos. Mas emfim eu te concedo que a faculdade de pensar resulta de um espirito que differe essencialmente do teo corpo; em que fundas tu porem a esperanza de que esse espirito continuará ainda a pensar depois da tua morte? Eu não pertendo dizer que elle deva morrer de todo; com tudo se teo corpo perde a forma que elle tinha antes, quando vivo, quem te diz que teo espirito não perderá tambem a que antes tinha?

A. Porque eu não posso persuadir-me que o Espirito Supremo, donde todos os outros dimanão, aniquille para sempre um ser capaz de gozar de uma felicidade semelhante a aquella de que eu já gozei.

H. Eis aqui temos um novo talvez! Como sabes tu que existe esse espirito supremo?

A. Como sabes tu que um esculptor fez essa estatua que ahi tens do amor?

H. Porque eu a vi fazer: mas talvez que uma estatua se possa tambem produzir sem o trabalho de um artista.

A. E como pode isso ser?

H. Não poderia o acaso ter dado movimento aos elementos de que ella se compoem, e dar-lhe assim a figura que agora tem?

A. Pois que! um movimento irregular pode produzir uma obra regular?

H. E porque não? Não ves tu que hé possivel, jogando os dados, deitar algumas vezes parelhas? E como seria então impossivel que, deitando-se milhares de vezes area ao ar, houvesse uma occasiã em que essa area por taí forma se combinasse, que produzisse a figura de um circulo? Agora podes disso fazer a applicaçã que bem quizeres.

A. Bem percebo o que dizes; mas quanto a mim, tenho por impossivel absoluto que um

movimento incerto de elementos possa produzir se quer uma dessas pequenas conchas de que estão cheias as praias do mar : ainda mais ; toda a eternidade me parece ainda mui curta para formar o nosso globo, apesar de ser um pequeno atomo, comparado com o immenso edificio do universo

H. Basta que em o numero infinito de movimentos fortuitos, que nenhuma couza regular ou duravel produzem, haja um só capaz de crear um mundo, para haver uma grande duvida sobre a verosimilhança da tua opiniaõ.

A. Sim essa tua duvida hé tão capaz de destruir a minha opiniaõ como um grão de area, tirado do alicerce de um grande edificio, seria capaz de o arruinar.

H. Eu vejo que tu sempre te esqueces de conceder-me um tempo infinito para realisar a minha opiniaõ: Supponhamos porem que eu admito a tua objecção, que facilmente poderia ser destruida, que se poderá ainda concluir com certeza? Pode ser que o mundo sempre tenha sido tal como agora o vemos ; pode ser, que só a elle mesmo deva sua propria existencia ; e pode ser que o espirito supremo, de que me fallas, fosse forçado pela essencia de sua natureza a animar os corpos deste mundo segundo as leis invariaveis da necessidade. Suppondo ainda que este mundo tenha sido, como tu pensas, a obra de uma resolução livre e intelligente, pode ser tambem que elle tenha muitos auctores. Em uma palavra, tu ves agora Callias que te hé necessario destruir um grande numero de possibilidades antes de poderes provar a existencia desse espirito superior.

A. O Hippias ! teo atheismo só procede de tua cabeça e não de teo coração. Tuas duvidas são os vaons raciocinios de um homem que só

pertende fugir da verdade com receio de ser esclarecido por ella. Um coração recto e uma alma pura não precisaõ recorrer a esses subterfugios, e cavilaçoens obscuras de metaphysica para combater a mais consoladora e mais palpavel de todas as verdades. Basta que eu abra os olhos, e basta sentir que eu existo para perceber dentro de mim e em toda a natureza o auctor de todas as couzas, esse espirito superior e bem fazejo: não hé somente a razão que me persuade da sua existencia; eu a sinto, bem como vejo que o sol existe, e como sinto que tambem existo.

H. Um enthusiasta, um louco, ou delirante tambem vê mil coizas, e com tudo nada do que elle vê existe.

A. E a razão hé porque no seo estado elle não pode ver exactamente as couzas.

H. E como podes tu provar que não estás no mesmo cazo? Consulta os medicos, e elles te diraõ que pode haver um homem insensato em um só ponto, e mui assisado em todos os outros: assim muitas vezes nós vemos um instrumento com todas as cordas afinadas a excepção de uma só: Ajax furioso via sempre dois soes, e duas cidades de Thebas. Assim tens tu algum sinal ou alguma receita infallivel para destinguir a verdade das apparencias, e as sensaçoens reaes daquellas que só são imaginarias, ou são meros effeitos de uma particular disposiçaõ dos teos nervos? E que será se teos sentimentos te enganaõ, e que nada com effeito exista de tudo quando tu seutes?

A. A tua objecção nenhuma força tem para mim. Supponhamos que o sol não hé tal como eu o vejo; elle tem sempre para comigo a figura que meos olhos lhe daõ, e isto hé quanto me basta. A sua influencia no sistema das outras

minhas sensações não produzirá também menor effeito, ainda quando elle não seja tal como eu cuido que elle hé.

H. Que applicação fazes tu pois dessa idea?

A. Digo que o sentimento do ser supremo influe tanto sobre o meo espirito como o sol influe sobre o meo corpo.

H. Explica-me isso.

A. Quando meo corpo está doente a ausencia do sol augmenta ainda o incomodo da minha situação. Mas assim que por entre as nuvens sahe um só raio, este me alegra, anima, consola, e eu me sinto logo melhor. O sentimento de um Ser supremo produz o mesmo effeito em minha alma: apura minhas ideas, socega meos sentidos, dissipa minhas tristezas, vivifica minhas esperanças, e me dá forças para soffrer os incomodos de um estado que sem esta idea eu não poderia supportar.

H. Eu sou pois mais feliz do que tu, Callias, porque não preciso de nada disso. A experiencia e a reflexão tem-me libertado de todos esses prejuizos: gozo de quanto dezejo, e só dezejo couzas que estejam ao meo alcance. Por este modo tenho poucas tristezas e poucos cuidados. Espero pouco, por que me contento com o presente. Uso de tudo moderadamente para poder gozar longos annos; e se estou doente soffro com paciencia, porque hé o melhor modo de diminuir as dores.

A. E sobre que fundas tu então a tua moral? Que alimento é que interesse lhe das tu? Como vences os obstaculos que te impedem de a praticar, as seducções que há sempre contra ella, o contagio dos máos exemplos, e a indolencia natural da alma, que sempre se oppoem a que ella se elleve acima de si mesma?

H. Há já com effeito muito tempo que eu

estou ouvindo tuas extravagancias meo joven Callias! Em que labirinto te entranha a vivacidade de tua imaginação! Tua alma está mergulhada n'um continuo encantamento, em uma alternativa de sonhos que te consolaõ ou te atormentaõ, e conheces tanto a verdadeira propriedade das couzas como um cego de nascença conhece o que são cores. Na verdade, muito me compadeço de ti, desgraçado Callias! Tua boa figura e tuas qualidades podiaõ mui bem fazer com que gozasses de todas as felicidades da vida, mas o teu modo de pensar te fará sempre desgraçado. Habitado a não ver em roda de ti senão seres fantasticos, nunca aprenderás a arte de tirar bom partido dos homens. Semelhante á um habitante de outro mundo, nunca conhecerás este em que vives, nem serás d'elle conhecido. Vivendo em toda a parte como estrangeiro, nunca poderás estar bem senão em algum dezerto, ou no tonel de Diogenes. Que figura pode representar no mundo um visionario que quer que a virtude ande sempre em guerra tanto comsigo mesmo como com todo o mundo; ou um homem que se transporta para as regioens da lua, e que ahi está fazendo observaçoens a respeito dos espiritos sem corpo? Acredita no que te digo, Callias, eu conheço muito o que hé o mundo: a tua filosofia poderá talvez servir de divertimento a uma sociedade de ociosos, mas o pratica-la será loucura.

Tu hes ainda moço, e a solidaõ em que passaste teos primeiros annos, bem como as quimeras dos Orientaes, que nos são referidas pelos viajantes do Egypto e da Caldea, tem voltado completamente a tua cabeça. A muita sensibilidade de tua imaginação tem dado ainda maior força á todos esses principios agradaveis e enganadores. Tudo isso hé com effeito mui bom para todos os

que pensão como tu, porque crião a sua vontade quantos mundos querem, e nelles satisfazem seos coraçoes insaciaveis.

Mas ainda estás a tempo de remediar o mal. Entre as desordens da tua imaginação descobre-se muita exactidão de raciocínio que só necessita de ser bem dirigido. Com alguma docilidade ficarás curado desse singular fanatismo que tu chamas sabedoria. Permite-me pois que eu te ajude a descer desses mundos invisiveis, e que te apresente neste em que realmente estamos. Ao principio te parecerá elle bem extraordinario, mas hé em quanto fores noviço : uma vez costumado a seos uzos farás tão pouco cazo das regioens celestes como faz o homem adulto dos bonecos da sua infancia. Todo esse teo enthusiasmo nasce da solidão e da ociosidade em que vives.

Aquelle que precisa de sensações agradaveis, e que de proposito se priva dos meios de ter as que são reaes, hé obrigado a alimentar-se de imagens, e de viver com os seres imaginarios, por isso que foge da sociedade dos seres verdadeiros. A experiencia será logo a tua melhor mestra, e ao mesmo passo te revelarei os mysterios dessa unica sabedoria que nos abre as portas a todos os prazeres que a natureza, as artes, a Sociedade, e até a mesma imaginação (porque o homem nem sempre pode ser rígido e austero) são capazes de nos dar. Muito me engano eu se a razão, de que agora pareces fazer bem pouco cazo, não hé capaz de curar-te de todas as tuas opinioens adquiridas no paiz das quimeras, e de fazer-te enfim conhecer o erro em que até agora tens andado.

Mas para isso já hoje hé tarde ; vamos descansar, e ficará nossa ulterior conversação para a primeira manham em que eu estiver desoccupado.

No em tanto affirmo-te que estou mui contente pelo bem que tu exerces teu emprego. O que agora só desejo hé que tuas opinioens se conformem com as minhas, e te ponhas habil para receber todas as provas que pertendo dar-te da minha amisade.

Hippias retirou-se ao dizer estas palavras, e deixou Agathon nas disposiçoens que veremos no capitulo seguinte.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

A GUERRA DA PENINSULA,

*Debaixo do seu verdadeiro ponto de vista ;—ou,
Carta ao Snr. Abbade F. . . a cerca da
Historia da Ultima Guerra, publicada recentemente em Florença.*

(Continuada da pag. 444 do No. antecedente.)

Sir Arthur Wellesley foi nomeado pelo governo Portuguez Marechal General das tropas Portuguezas, a fim de que podesse ter o commando absoluto das tropas de ambas as naçoens. Assim o Marechal Beresford ficou servindo debaixo de suas ordens, posto que Commandante em Chefe do exercito Portuguez.

Sir Arthur Wellesley, logo que chegou a Lisboa, reconheceu quando tempo Soult e Victor haviaõ perdido, viu que sua fortuna o não desamparava, e decidio-se a não imitar os Generaes Francezes. Poz immediatamente todas as tropas em movimento para o norte do reino, demorou-se mui poucos dias em Lisboa, e tanto parecia estar decidido a forçar a passagem do Douro, que entre as anedotas do tempo se conta, que estando elle á meza com os seus officiaes, antes

de sahir de Lisboa, fizera a seguinte saude:—
“*Aquelles que entrarem na cidade do Porto, ou no lugar em que ella esteve.*”

Assas já se disse, para uma obra deste genero, quam brilhante fosse a passagem do Douro, effeituada aos 12 de Maio de 1809. Sir Arthur Wellesley seguiu o exercito Francez até a fronteira septentrional de Portugal para a parte da Galiza. Dali voltou para a provincia da Beira; e depois de dar por algumas semanas repouzo as tropas entrou em Hespanha a frente de 30 mil Inglezes nos principios de Julho, e uniu-se em *Talavera de la Reina*, 18 legoas de Madrid, ao General *Cuesta*, que commandava um exercito Hespanhol de 40 mil homens. Aceitou a batalha que lhe deu o Rey *Joze* por conselho do General Jourdan no dia 28 de Julho do dito anno. Os Francezes foraõ repelidos, mas a acção não foi decisiva, porque o General *Cuesta* não se moveu com a sua tropa, e nem tiveraõ parte naquella batalha outros Hespanhoes senaõ aquelles que ás ordens do Duque de Albuquerque e do General Bassecour se tinhaõ incorporado na ala esquerda dos Inglezes. Uma nova batalha haveria decidido, e talvez para sempre, a sorte da Peninsula, se Sir A. Wellesley não fosse informado com tempo de que o Marechal Soult, tendo recobrado as forças perdidas, se avançava da parte do reino de Leaõ para a Estremadura a fim de lhe cortar a retirada para Portugal. Sir A. Wellesley retirou-se pois para *Merida*, deixando com o General *Cuesta* os seos feridos na batalha de *Talavera*: mas o mesmo General *Cuesta* tambem se retirou ao chegar dos Francezes, e os feridos Inglezes cahiram nas maons do inimigo.

O Marechal Beresford sahiu de Portugal com um pequeno corpo de tropas Portuguezas para

oppor-se á marcha do Marechal Soult; mas quer fosse pelo máo estado de organisação em que se achava ainda o exercito Portuguez, quer fosse por falta de *Commisariado*, elle não se achou a tempo nem estado de suspender a marcha de Soult; o que tornou absolutamente necessaria a retirada de Sir A. Wellesley de *Talavera*. Sir Robert Wilson, que commandava a *Legião Lusitana*, com algum regimento Hespanhol, e era como a guarda avançada de Sir A. Wellesley tendo-se adiantado até as portas de Madrid, ficou cortado do exercito Inglez, e a muito custo reconduziu a Legião para Portugal.

Temo-nos demorado muito sobre este epocha, por ser ella uma das memoraveis na guerra da Hespanha, e porque o auctor da *Historia da Ultima Guerra* nenhuma conta dá della. Seos principaes caracteres são:—1. Que naquelle momento a curta guerra de Austria já se havia terminado com a infeliz paz de Vienna. E que ganhou o continente com as batalhas de Eslingen e Wagram? O mesmo que já tinha ganhado com as de *Jena* e *Friedland*, dadas pelos Prussianos e Russos: isto hé, apertou-se cada vez mais o jugo debaixo do qual Napoleaõ tinha o continente. 2. Que a inexactidaõ dos Marechaes Francezes em seguir as ordens de invadir Portugal, e a resistencia, bem que tumultuaria, que os Portuguezes lhes opposeram, deram tempo a que se vencessem os obstaculos que retardavaõ a gloriosa chegada de Sir A. Wellesley, e salvaram aquelle reino da segunda catastrophe que o ameaçava em 1809.

3. Que a *Junta Suprema*, fugida de Madrid para Aranjuez, e depois para Sevilha, teve com isso tempo de formar novos exercitos, os quaes, posto que incapazes de suster o impeto das tropas Francezas, as afligiaõ com tudo e in-

quietavaõ ; e talvez com o tempo adquirissem a disciplina que lhes faltava, se essas bellas esperanças se não murchassem de pressa, e de todo se aniquillassem na batalha de *Ocanha*, logo depois da retirada de Sir A. Wellesley para Merida, pela dispersaõ da Junta Suprema de Sevilha, e pelo consecutivo e formal assedio de Cadiz.

4. Que Portugal, bem que ficasse desde Outubro de 1808, isto hé, depois da *Convenção de Cintra*, o unico ponto do Continente livre do jugo Francez, foi continuamente invadido ou ameaçado de invasão até 1812.

O Snr. de Pradt diz, que a guerra d'Austria salvou a Hespanha. Já se provou que se não tratava mais da Hespanha no principio de 1809, depois da retirada de Sir J. Moore, nem no fim daquelle anno depois da batalha de Ocanha. A Hespanha estava decididamente perdida para os Hespanhoes ; e com algum fundamento se poderia antes dizer que a guerra d'Austria salvou indirectamente Portugal, pois que deu lugar ao erro de Napoleão de julgar que a sua presença era mais necessaria na Austria do que em Portugal. Todavia a guerra d'Austria se teria terminado sem consequencia util para a Peninsula uma vez que os Marechaes Francezes tivessem feito o seu dever nos primeiros mezes de 1809. Sir A. Wellesley não teria chegado a tempo no mez de Maio daquelle anno.

A verdade da asserção precedente fica mais que provada pela resolução que Napoleão tomou de invadir Portugal no anno seguinte de 1810 com o exercito confiado ao Marechal Massena, o qual em numero e qualidade era julgado por todos invencivel. Se elle poudes destacar 115 mil homens dos exercitos de Hespanha para fazer a conquista de Portugal ; se nos dez mezes daquelle invasão não houve na Peninsula outro

sucesso militar importante, nem os Hespanhoes fizeião movimento algum para se aprovietaem da diversão do Marechal Massena e da do Marechal Soult que recebêra ordens de tomar Badajoz e occupar a margen meridional do Tejo em Portugal, hé evidente que Napoleaõ era quazi senhor da Hespanha nos annos de 1809-10-e 11, como o era do resto do Continente. Em vez pois de considerar de baixo de um ponto de vista secundario os acontecimentos militares de Portugal, e dar toda a importancia aos movimentos da Alemanha, o auctor devia considerar a cauza de Portugal como a cauza do continente inteiro.

Napoleaõ mostrou comprehender mui claramente e á tempo em que consistia a difficuldade que lhe oppunha a insurreiçaõ de Hespanha, isto hé, nos soccorros que ella poderia receber de Inglaterra. Por isso antes de envolver-se naquella empreza procurou em 1808 alcançar nas Conferencias de Erfurt não so o consentimento do Imperador Alexandre á respeito dos seos projectos sobre a Hespanha, como tambem a sua mediação para offerecer a paz a Inglaterra, a fim de que ella abandonasse a cauza dos que elle *impia-mente* chamava *Insurgentes Hespanhoes*.

Posto que Inglaterra regeitasse a offerecida paz com aquella condiçaõ, e se ligasse publicamente desde Junho, 1808, com os Deputados Hespanhoes vindos a Londres das Asturias, e seguidos logo pelos de Galiza e Andaluzia, Napoleaõ não poudede retroceder, e entrou em Hespanha. Como achasse taõ facil a destruiçaõ dos exercitos Hespanhoes, que a *Junta Suprema* ostentava em numero de 400 a 500 mil homens, e vendo que as Tropas Inglezas abandonavaõ apressadamente a Peninsula, julgou a guerra acabada. Considerou tambem a conquista de Portugal como couza facil, e não se lembrou que

*

Inglaterra poderia fazer naquella reino o mesmo que julgava ella fãria em Hespanha, isto hé, crear um numeroso e formidavel exercito. Não hé porem este seo erro tanto de maravilhar quando se observa que Inglaterra cahiu no mesmo erro por bons dois annos, isto hé, em não fazer cazo algum da cooperação dos Portuguezes, e dirigir toda a sua attenção para os Hespanhoes.

A situação de Hespanha, contigua a França, a diversa extensão, a sua população mais que tripla, relativamente á de Portugal, induziaõ naturalmente a fazer-se este superficial raciocinio. Para bem avaliar a importancia militar de Portugal, a fim de libertar Hespanha, nenhuma das guerras passadas da Peninsula podia subministrar luzes, excepto essa que nos tempos antiquissimos fizeraõ *Viriato* e *Sertorio*, os quaes começaram por segurar-se na posse de Portugal, antes de emprehender o livramento de Hespanha, que haviaõ quazi effectuado sobre os Romanos no momento em que um e outro foraõ mortos á traição.

Sera pois o 5º e mais distincto caracter desta epocha, isto hé, o anno de 1809, a mudança de opiniaõ nos animos dos Inglezes, que desde entaõ prestaram mais ouvidos aos rogos dos Portuguezes e lhes forneceram mais copiosos meios de formar um exercito.

Tem-se omittido até agora fallar deste ultimo caracter, por isso mesmo que elle apparece melhor demonstrado no decurso dos annos de 1810, 1811. Por outra parte, a batala de *Barroza*, dada nas vesinhanças de Cadiz aos 5 de Março de 1811, assim como a de *Talavera* contribuíram talvez para desenganar os Inglezes da impossibilidade de formar um exercito *Anglo-Hespanhol*. Desde aquella epocha os Inglezes não pensaram mais de entrar sos na Hespanha, e depois da retirada de Massena em Maio de 1811 não houve

outro exercito mais que o *Anglo-Luso*, que figurasse na Hespanha. Hé verdade que de quando em quando se lhe unia algum pequeno e insignificante corpo de Hespanhoes, mas pela maior parte elles obravaõ somente como *Guerrilhas*; e nos verdádeiros e brilhantes successos da guerra depois de 1809, pode-se dizer que tiveraõ pouquissima parte.

Nenhuma, por exemplo, na batalha de *Bussaco*, aos 27 de Septembro de 1810, e em todo o tempo da invasão de *Màssena*.

Nenhuma nos assaltos de *Ciudad Rodrigo* e de *Badajoz* no anno de 1811.

Pouquissima e fraca, na batalha de *Albuera* em 16 de Maio de 1811.

Nenhuma quazi, na de *Salamanca*, aos 21 de Julho de 1812.

Pouquissima, na de *Victoria*, aos 21 de Junho, de 1813.

Nenhuma, no assalto de *S. Sebastião*.

Pouquissima, nas diversas batalhas junto de *Pamplona*, e nos *Pirineos*.

Pouquissima, nas varias acçoens em torno de *Bayona*.

Pouquissima, na batalha de *Orthez*, aos 13 de Fevereiro de 1814.

Fraquissima, na de *Touloza*, aos 10 de Abril de 1814.

Fica pois demonstrado que o auctor da *Historia* representou a guerra com falsas cores.

1º. Quando começa a sua historia da ultima guerra desde a epocha do casamento da Imperatriz *Maria Louiza*, celebrado no 1º de Abril de 1810.

2º. Quando omitta fallar dos triumphos de *Lord Wellington* em Portugal, e dos esforços dos Portuguezes, que foraõ o primeiro passo decisivo para o livramento do continente.

3º. Quando faz constantemente figurar um exercito Anglo-Hispano, que nunca existiu, e ommitte o exercito *Anglo-Luso* que foi quem colheu todos os louros da guerra da Peninsula.

4º. Quando attribue ao Governo Hespanhol a parte de actor principal em toda a guerra, sabendo todo o mundo que elle cessou de obrar quazi totalmente depois da dispersão da *Junta de Sevilha*, em 1809, e nem poderia soster-se em Cadiz sem a guarnição Ingleza e Portugueza.

5º. Quando affirma que a guerra d'Austria foi uma diversão procurada pela Inglaterra a favor de Hespanha, sem se lembrar que no mesmo anno de 1809 mandou Inglaterra a famosa expedição a ilha de Walcheren para fazer uma diversão a favor da mesma Austria.

6º. Quando assevera, sem o provar, que Napoleão quiz sahir airosamente da guerra de Hespanha, affirmando com a mesma falta de provas, que elle quiz fazer escapar El Rey Fernando de Valencey, e induzio para esse fim o barão Kolli, gratuitamente tachado por elle de impostor.

Omissão de factos, e falta de exactidão com que são expostos.

De quanto já se disce no artigo antecedente ficando assas clara a inexactidão do auctor, batterá agora provar a omissão de factos. Havendo o auctor fixado o ponto, donde quiz principiar a sua historia, na epocha do casamento de Napoleão com a Arquiduqueza Maria Louiza, celebrado no 1º de Abril de 1810, achava-se no rigoroso dever de referir a invasão de Massena em Portugal, que teve principio na conquista de Ciudad Rodrigo, feita por aquelle general em 15 de Julho de 1810, e durou até Maio do anno seguinte, em que Portugal foi inteiramente evacuado pelos Francezes.

Há uma especie de contradicção absurda entre o titulo e a obra, pois que naquelle periodo da invasão de Massena não havia outra guerra no contiuyente se não a de Portugal; de modo que o auctor no 1º anno da sua *Historia da Guerra* falla de tudo quanto quer menos da guerra. E aonde pode elle achar naquelle periodo de tempo resistencia á vontade de Napoleão se não em Portugal. Em que epocha da guerra passada foi Napoleão tido por mais poderoso do que então? A Italia era toda sua: o casamento lhe assegurava o bene placito da Austria. A Prussia não existia. A Alemanha, debaixo da confederação do Rheno, estava a sua obediencia. A Russia não se movia do seo sistema continental; e finalmente a nação Sueca, escolhendo por successor ao throno um general Francez, mostrava bem claro qual era naquelle momento a opiniaõ do continente a cerca da potencia Franceza, e preponderancia dos principios revolucionarios.

O auctor, occupando-se inteiramente daquelle periodo, ommittiu fallar do unico paiz do continente, e dos unicos factos militares que ali occorriaõ, e eraõ dirigidos contra a potencia de Napoleão! Quem duvidou do exito da nova invasão de Portugal, e quando se viu um exercito tão numeroso e formidavel, commandado por um general Francez que era chamado o *Anjo da Victoria*, ou “*l'enfant gaté de la victoire*?”

Quando se soube a primeira derrota que elle encontrou no Bussaco, onde as tropas Portuguezas deraõ as primeiras grandes provas de sua intrepidez, e disciplina; e que não obstante os progressos feitos por elle depois daquella batalha até as *Linhas de Torres Vedras*, ficára petrificado á vista dellas, como á vista da cabeça de Meduza, sem ouzar ataca-las:—quando se soube que todos os reforços, que havia recebido e que tinham livremente atravessado a Hespanha, não lhe

haviaõ feito adeantar um passo, antes se via molestado na sua retaguarda pelas *Milicias Portuguezas*, que obravaõ prodigios de valor:—quando se ouviu o estrepitoso facto do heroismo desenvolvido pelos habitantes das provincias invadidas, que sem distincção de classe, de sexo, e idade abandonaram todos suas cazas, e destruíram quanto podia servir de uzo ao exercito Francez:—quando em fim o mesmo *Moniteur* confessou que se acharam inteiramente desertas cidades, alias populozas: entaõ a massa reunida de todas estas circumstancias extraordinarias feriu profundamente a attenção de todas as pessoas que observavaõ os acontecimentos publicos da Europa.

E como aconteceria pois que só a attenção do nosso auctor não fosse excitada por tamanhos e taõ estrondosos successos? Aonde julgou elle que os Russos aprenderam o methodo que seguiram na sua retirada, de Smolenko até Moskou, de abandonar ou queimar suas cazas e aldeas, e devastar tudo aquillo que podesse servir ás tropas Francezas, se não no exemplo dado pelos Portuguezes dois annos antes?

Sabe-se que o *Moniteur* buscou tirar aos Portuguezes o merito do heroismo que mostraram naquella occasião, imputando á barbaridade do general Inglez a devastação daquellas provincias. “Os Inglezes, dice elle, trataram Portugal á Indiana.” Mas esta era a usual lingoagem de Napoleaõ, que sempre convertia em odio contra os Inglezes quantos esforços faziaõ os povos que não temiaõ resistir-lhe. Quem pode crer que o general de um exercito que se retira deante de um inimigo formidavel, que o segue pelo espaço de mais de 50 legoas, possa conservar auctoridade sobre os povos que abandona, se elles livremente não quizerem obedecer?

O facto hé que a ordem não foi geralmente

executada, do que Lord Wellington se queixa nos seus despachos publicos. Mas seja ou não justa aquella queixa, o heroismo da maior parte da povoação daquellas duas provincias deverá passar indubitavelmente á posteridade como um grande e raro sacrificio voluntario.

Há um facto notavel, que servindo agora de prova, mereceria per si mesmo ser recordado nos annaes do patriotismo. A cidade de Coimbra parecia situada fora da marcha retrograda de Lord Wellington desde Almeida até as famosas linhas de *Torres Vedras*, assim como da marcha de Massena que lhe foi logo no alcance, tomada aquella praça. Mas pela direcção que Massena tomou para a direita do Mondego Lord Wellington viu claramente que os armazens que tinha em Coimbra ficariam perdidos. Decidiu-se pois, atravessou o Mondego, e oppoz-se a Massena na estrada que passa pelas alturas do Bussaco. Massena tentou forçar aquella posição, e foi repellido com grande perda; mas conseguindo achar uma estrada transversal que hia ter á Coimbra, Lord Wellington o precedeu, deixando a posição do Bussaco, atravessou a cidade, e proseguiu sua retirada para as *Linhas*.

A rapidez destes movimentos foi tal que os habitantes de Coimbra não tiveram senão um dia para sahir da cidade, antes da entrada dos Franceses. E com tudo, naquelle mesmo dia toda a povoação, acima de 19 mil almas, abandonou voluntariamente a cidade, de maneira que os Franceses acharam as cazas particulares cheias de provisoes, mas totalmente vazias de habitantes.

Não se pode pois duvidar do heroismo mostrado pelo povo de Portugal; e se alguma critica se podesse fazer seria pela tardança do conselho dado aos povos; porquanto aceitado como foi por elles, e executado apressa, deu lugar a graves

desordens, procedidas da falta de direcção, não produziu todo o effeito que se esperava, e teve terriveis consequencias. As doenças, os encomodos, a fome cauzaram uma epidemia que devorou, segundo o calculo mais restricto, 400,000 almas de ambos os sexos. Alem disto, a devastação das provincias, se foi mui nociva aos Francezes, durante a invasão, foi-lhes vantajosa na retirada no anno seguinte; porque sendo elles senhores de todos os recursos, poucos ou muitos que nas provincias acharam, nada deixaram para o exercito que os seguia, o que obrigou Lord Wellington a demorar-se alguns dias por falta de provisoes e transportes. Talvez a devastação geral, attendidas as sobreditas reflexoes, não foi mesmo tão util, quanto a simples emigração das pessoas abastadas, por meio das quaes os generaes Francezes costumavaõ segurar-se na posse dos paizes occupados, e haver delles as provizoes necessarias.

Se uma emigração voluntaria, como a que se menciona, foi praticavel, vista a indisposição do povo Portuguez contra os Francezes, não ha duvida que os habitantes capazes de pegar em armas, se ficassem para traz, poderiaõ formar-se em *guerrilhas*, como os Hespanhoes, na retaguarda do exercito Francez, e teriaõ salvado todas as victimas que o sexo e idade tornavaõ incapazes de soffrer os encomodos da emigração. Lê-se na historia antiga que os Portuguezes em todas as invasoens costumaram sempre tomar semelhante partido. Os camponeses, capazes de pegar em armas, abandonavaõ suas aldeas deixando a traz todas as pessoas inuteis para a guerra. Mas mui facil he sempre discorrer de pois do perigo, ou dos acontecimentos. No meio de uma crize tão violenta, e quando ainda durava a opiniaõ da invencibilidade Franceza, o conselho de

devastar as provincias invadidas pareceu o melhor que se podia dar aos povos. Elles o abraçaram com uma avidez e resolução que lhes custou immensas calamidades,* mas que ao mesmo tempo cobrem com honra immortal os tumulos daquellas victimas illustres. E quem poderia ver sem commoção o espetaculo daquella turba de fugitivos, entrando nas cidades não occupadas pelo inimigo, ou cobertas pelo exercito *Anglo Luso*, serem acolhidos irmamente por seos habitantes, e receberem destes todos os soccorros que o reciproco amor da patria á todos inspirava! A cidade de Lisboa, coberta pelas *Linhas de Torres Vedras*, foi o maior receptaculo daquelles illustres fugitivos; e seo numero junto ao de uma cidade tão populoza, e ao de um exercito de mais de 100,000 homens dentro das *Linhas*, augmentou as difficuldades de achar provisoes para manter-se tão longo tempo na quella posição.

A attenção de toda a Europa se fixou pois sobre aquelle ponto. Não havia em todo o Continente, fora de *Torres Vedras*, uma baioneta contra outra, nem uma espada desembainhada contra outra espada. Segundo a mesma confissão do Snr. de Pradt, durante o periodo da invasão de Massena, os Francezes eraõ militarmente senhores absolutos de Hespanha. Os reforços mandados ao sobredito Marechal a cruzavaõ livremente até as fronteiras de Portugal. Hé pois verdadeiramente incrivel que o *Auctor* ommitisse o unico objecto que merecia ser recordado no primeiro anno da sua historia. Com effeito

* O Parlamento Inglez votou uma soma de 100,000 Libras sterlingas á favor dos fugitivos daquellas provincias. Outra soma de 70,000 Libras se juntou por meio de subscrições particulares de Portuguezes residentes em Londres, e de individuos Inglezes.

para provar a deficiencia, e inexactidaõ, taõ proxima da falsidade, com que o auctor escreve geralmente, basta recordar os principaes successos da guerra, e observar quer seo absoluto silencio sobre elles, quer a incorrecta, e claramente falsa maneira com que os refere. Sirva de exemplo o seguinte:

Aquella naçaõ, ou antes aquelle Governo Hespanhol, que elle nos pinta como actor principal na guerra, por meio daquelle exercito *Anglo-Hispano, que nunca existiu*, aquelle governo, digo, se achava desde o anno de 1809 escondido em Cadiz, e nem se mantinha naquelle ponto desde que os Francezes o sitiaram regularmente, senaõ pela segurança que lhe dava a guarniçaõ Ingleza e Portugueza. De nada disto faz mençaõ o auctor. A Convocaçaõ das *Cortes*, decretada em consequencia das negociaçoens do Marquez de Wellesley com a *Junta Suprema* em Sevilha, se fez em Cadiz, como o unico ponto livre do jugo Francez. O auctor naõ diz uma palavra a este respeito, e por consequencia naõ nos explica a singularidade do phenomeno, nem diz se hé verdade, como contaõ os Hespanhoes, que nos mesmos paizes, immediatamente occupados por tropas Francezas, se faziaõ os ajuntamentos populares, e se elegiaõ Deputados para as Cortes sem que os Francezes dessem fé disso; ou se, como refere o Snr. de Pradt, *a Regencia, para supprir a falta dos representantes do reino, admittiu todos os substitutos daquelles deputados que pôde achar*. Naõ hé pois de surprehender que o auctor involvesse no mesmo silencio a batalha de *Barrosa*, perto de Cadiz, e o extremo aperto do assedio daquelle cidade até a batalha de Salamanca, aos 21 de Julho de 1812, depois da qual o Marechal Soult foi obrigado a levantalo, a fim de unir-se com o Marechal Suchet, e

opporem-se ambos a Lord Wellington. Ou por ignorancia dos factos, ou por outro qualquer motivo, o auctor julgou mais comodo dizer simplesmente:—*que a guerra de Hespanha tinha um character diverso da guerra da Alemanha.* E assim julgou-se dispensado de referir tudo o que havia acontecido desde o principio de 1810 até a batalha de Salamanca, isto hé, toda a historia da invasão de Massena em Portugal, e toda a guerra offensiva que Lord Wellington empreendeu logo que segurou a independencia de Portugal, mediante a expulsão do dito Marechal: de modo que ao ler-se esta historia se tomarão por sonhos ou fabulas a batalha de *Bussaco*, as *Linhas de Torres Vedras*, as batalhas de *Fuentes-d'onor* e de *Albuera*, os dois immortaes assaltos de *Ciudad Rodrigo* e *Badajoz*, os dois assedios da primeira, e os tres da ultima. Para o nosso auctor todos estes gloriosos acontecimentos passaram quando muito debaixo da rubrica de *acontecimentos sem importancia, servindo so para preparar outros maiores.* Sua inadvertencia chega a ponto de dizer na relação, que dá da batalha de Salamanca, que a victoria fôra alcançada pelo exercito *Anglo-Hispano*, quando não havia ahi outras tropas Hespanholas mais que um pequeno corpo de dois a tres mil homens commandado por Don Carlos de Hespanha, o qual se pode dizer não teve parte na acção, pois que Lord Wellington na sua relação official, levando a perda Ingleza e Portugueza acima de 6,000 homens, sô falla de *dois soldados Hespanhoes mortos, e um ou dois feridos!*

A' mesma pena do silencio condemnou o auctor todas as consequencias daquella gloriosa batalha, a saber:—o immediato livramento de Cadiz, a marcha de Lord Wellington para Madrid, a retirada do Rey Joze, a tentativa sobre Burgos,

e a reuniaõ de todos os exercitos Francezes em numero superior, e assas fortes para obrigar Lord Wellington a retirar-se outra vez para a *Freineda* em Portugal, seguido pelas tropas Francezas até Ciudad Rodrigo, aonde fez alto, e os Francezes não ousaram ataca-lo. As operaçoens brilhantes do anno seguinte não tiveram melhor fortuna com o nosso auctor. Elle não diz uma só palavra da brilhante campanha que Lord Wellington começou com a rapida marcha desde a *Freineda* até Madrid; da terceira retirada do rey Joze; e da demolição de Burgos, feita pelos Francezes que o haviaõ defendido com tanta obstinação no anno antecedente. Da mesma sorte não diz uma só palavra da batalha de *Victoria*, em que os Francezes perderam todo o seo parque de artilharia, toda a bagagem do exercito, e toda a equipagem do rey Joze, que, ao momento de ser surprehendido dentro da sua carruagem, montou a cavallo, e salvou-se dentro de França, perdendo todas as esperanças de tornar a entrar na Hespanha. Os restos do exercito Francez se retiraram entaõ para *Pamplona*, aonde foraõ perseguidos; e depois da sua retirada foi aquella praça estreitamente bloqueada pelo corpo Hespanhol do Conde de Abisbal, as ordens de Lord Wellington. Mas o auctor, que provavelmente não fez mais do que cõpear os *bulletins Francezes*, só quando estes fallaõ das tentativas do Marechal Soult para livrar Pamplona, se lembra entaõ que a guerra se fazia ainda vivamente em Hespanha. De tal sorte porem confunde as datas, os lugares, e acontecimentos, que faz postar aquelle Marechal com o seo exercito desde *Victoria* até Bayona, isto hé, quasi na mesma posiaõ occupada pelo exercito de Lord Wellington, depois da batalha de *Victoria*. Entre tanto hé sabido de todos os que conhe-

com os successos militares desse tempo, que o Marechal Soult fôra chamado para a Alemanha por Napoleão, e depois da dita batalha re-enviado á pressa para oppor-se a Lord Wellington. Hê tambem sabido que o dito Marechal entrou de novo em Hespanha, mas por um ponto diverso, isto hé, pela parte de *Roncesvalles*, forçando a retroceder as tropas alliadas, que se oppunhaõ á sua marcha; e quasi tinha libertado Pamplona, quando chegou Lord Wellington com reforços, o qual depois de muitos dias de asperas batalhas o constrangeu a re-entrar em França.

Seria para o auctor uma triste apologia de seo silencio acrescentar, que julgou os negocios de Hespanha pouco importantes, á par da catastrophe do exercito Francez na *Russia*, e da campanha dos alliados nas margens do *Elbo e do Rheno*, pois que: 1. a expedição da *Russia* era apenas começada quando teve lugar a batalha de Salamanca, aos 21 de Julho de 1812.

2. Porque a resistencia da Peninsula, e os triumphos de Lord Wellington tiveraõ uma grande influencia sobre as deliberaçoens do Imperador Alexándre; e o plano adoptado pelos Russos para suspender a invasão Franceza foi exactamente o mesmo que Lord Wellington seguiu em Portugal, isto hé, o de atrahir o inimigo para dentro do paiz, e devastar as provincias que elle ameaçava invadir.

3. Porque depois de rompida a guerra com a *Russia*, houve sempre uma correspondencia entre os movimentos dos Russos e os de Lord Wellington.

4. Porque ainda depois do destroço que soffreu o exercito Francez na Polonia pelos fins do anno de 1812, e depois da marcha do Imperador para a Alemanha, não hé facil decidir qual fosse a mais importante das duas guerras que entaõ se

faziaõ á Napoleaõ. Uma sem outra seria insufficiente para o grande objecto de livrar o continente inteiro do jugo Francez, como se poderá deduzir do parallelo seguinte:

No anno de 1812, e depois da batalha de Salamanca, não se achou o exercito *Anglo-Luso* em sufficiente estado de fazer face no interior da Hespanha á todas as tropas Francezas reunidas que ainda ahi se achavaõ. Mas quando Napoleaõ, para formar o novo exercito que tinha de oppor-se aos Russos e Prussianos em 1813, enfraqueceu o exercito Francez na Hespanha, entaõ Lord Wellington marchou rapidamente, e pela famosa batalha de Victoria a libertou com um só golpe; os Francezes porem ficaram superiores no Elbo. Para romper, a favor da boa cauza, tal equilibrio, foi necessario juntar á alliança do norte o pezo da Austria, e subtrahir das forças de Napoleaõ as que lhe davaõ as tropas da *Confederação do Rheno*. Este resultado obteve-se na batalha de Leypsik, assim como a subsequente fuga de Napoleaõ para o Rheno.

Mas a declaração dos Soberanos alliados, em data de Frankfort no 1º de Dezembro de 1813, que offerecia a Napoleaõ a paz com vantajozas e honradas condiçoens, prova que elles não estavaõ decididos a entrar em França; e ainda depois da sua entrada naquelle reino, o proposto Congresso de Chantillon aos 3 de Fevereiro de 1814, mostra que elles temiaõ que Napoleaõ podesse ainda formar um exercito assas formidavel para resistir ás *forças do Norte*. Este recurso porem lhe foi tirado pelos progressos do exercito de Lord Wellington, ao qual Soult não poudo fazer frente, não podendo tambem por isso estorvar que o Meio dia da França, a exemplo de *S. João da Luz* e de Bourdeaux, se declarassem a favor dos Bourbons. O recurso da conscripção

lhe foi por conseguinte repentinamente tirado em o norte, meio dia, e Lest da França; e o exercito Anglo-Luso, sendo o primeiro que entrou em França, seguiu aos Soberanos alliados desde 7 de Outubro de 1813 (epoca da passagem do Bidassoa, fronteira da França) a sua patente cooperação no Meio dia, que se julgava a parte da França mais inclinada aos Bourbons. Sabe-se que os Soberanos alliados ganharam a batalha de Leypsig aos 19 de Outubro, e que não passaram o Rheno antes dos 17 e 21 de Dezembro.

Outra prova da inexactidão, ou antes manifesta falsidade do auctor vem expressa na passagem seguinte. *No primeiro de Junho de 1813 eraõ os Francezes senhores de metade da Hespanha.* Esta hé exactamente a epocha em que Lord Wellington começou a sua brilhante campanha daquelle anno, passando rapidamente da *Freineda* em Portugal á *Madrid*, a *Burgos*, e *Victoria*, acossando sempre as tropas Francezas, que não ousaram fazer-lhe frente até a sua reunião em *Victoria*. Não teria sido tão brilhante aquella Campanha, se as tropas Francezas não occupassem entãõ a Hespanha até as fronteiras de Portugal, mais ou menos, porquanto não tiverãõ tempo de recuperar a Andaluzia; e a grande extensão de Hespanha deu lugar a formação e existencia não só de Guerrilhas, mas de alguns corpos do novo exercito Hespanhol, e os Francezes enfraquecidos em numero não podiaõ achar-se em toda a parte.

A diminuição do exercito Francez em Hespanha, para engrossar aquelle que passou para o Elbo, teve lugar em 1813 pouco depois da chegada a Paris de Napoleão fugitivo da Polonia. Com tudo antes do fim do anno de 1812, o exer-

cito Francez, que perseguiu Lord Wellington na sua retirada de Burgõs, apresentou entre *Salamanca* e *Alba de Tõrmes*, a 10 de Novembro, uma força de 90,000 homens. Mas não ousando tentar couza alguma contra o General Anglo-Luso, foi constrangido, por falta de provisões, a separar-se para diversos pontos da Hespanha.

Hé pois uma verdadeira zombaria descrever a guerra da Península debaixo de um caracter diverso do daquelle da Alemanha, como o auctor faz nas seguintes palavras:—*Na Hespanha, pelo contrario, consistia a guerra em ataques parciaes, e em combates pequenos e destacados, que todavia molestavaõ as tropas Francezas, causados sobretudo pela cooperação dos paisanos.* A historia da guerra não apresenta em epocha alguma um quadro semelhante.

Assim tem-se provado em todo o decurso deste Opusculo, que desde Maio de 1808 até o fim de 1809 o Governo Hespanhol e o Governo Inglez tentaram fazer frente ao exercito Francez com exercitos regulares Hespanhoes e Inglezes; e que desde o anno de 1810 até os fins de 1812 não houve couza que se pudesse chamar exercito Hespanhol. Foi na dita epocha de 1810 que teve principio o plano systematico adoptado por Lord Wellington para livrar a Hespanha, seguindo primeiro a independencia do territorio Portuguez, e retomando as praças Hespanholas fronteiras ao mesmo para se aproveitar de todas as occasiões que se appresentassem de destruir os exercitos Francezes, como felizmente conseguiu.

A serie dos triumphos supra-mencionados foi obra exclusiva de Lord Wellington, e do bravo exercito *Anglo-Luso*, que elle commandava. Não se pertende porem dizer com isto que não hou-

vessem em tão longo periodo tentativas feitas por corpos regulares, não pertencentes ao exercito *Anglo-Luso*; sim as houveraõ, mas qual fosse seo resultado o provaõ a batalha de *Barrosa*, a capitulaçaõ do General Blake em *Valencia*, e a expediçaõ *Anglo-hispano-Siciliana*, contra *Tarragona*. O dito resultado, a par dos progressos do exercito *Anglo-Luso* fez com que alguem dicesse por Zombaria, que a expressaõ—*Exercito alliado* já dali em diante não significaria sempre *a mesma couza*.

Naõ se pertende com tudo negar que houvessem algumas vezes corpos Hespanhoes unidos ao exercito *Anglo-Luso*. Entre outros, o Marquez de La Romana conduziu ás famosas *Linhas de Torres Vedras*, alguns mil homens de suas tropas. O General Blake, em 1811, trouxe uma divisaõ Hespanhola á batalha de *Albuera*, mas qual fosse sua disciplina e subordinaçaõ cabe dizer aos officiaes que ali se acharam. Couza hé mui sabida, que não houve soldado algum Hespanhol nos tres memoraveis assaltos de *Ciudad Rodrigo*, de *Badajoz*, e *S. Sebastiaõ*. Nenhum nas batalhas de *Bussaco*, e *Fuentes d'Onor*. Pouquissimos na de *Salamanca*. Depois desta ultima batalha, ou depois da marcha de Lord Wellington até *Burgos*, e levantado o cerco de *Cadiz*, recuperou a Regencia Hespanhola por algum tempo muitas provincias do reino, o que deu facilidade de formar novamente em Galliza, e Andalusia novos exercitos, dos quaes Lord Wellington, nomeado Generalissimo das tropas Hespanholas, escolheu os Corpos dos Generaes Morillo, Longa, Abisbal, e Giron, que lhe pareceram mais disciplinados, e os reuniu ao exercito *Anglo-Luso*, alguns antes e outros depois da batalha de *Victoria*. Estes corpos estiveraõ debaixo do seo commando até

o fim da guerra, e mais de uma vez mereceram honrosa menção nos despachos do sobredito Lord.

Naõ queira o Céu que alguém busque imputar ao escriptor do presente Opusculo a intenção de tirar á nação Hespanhola a parte, bem que minima, da gloria que merece. “ Quem pensaria, diz o Snr. de Pradt, tirar aos Hespanhoes um ramo dos louros que lhes tocaõ?” Com effeito, a lealdade, e optima disposição da maioridade do povo Hespanhol, a favor *da boa cauza*, forão um elemento necessario aos progressos do exercito *Anglo-Luso*, e por conseguinte, ao livramento da Peninsula. A cooperação das Guerrilhas, como tropas ligeiras, na retaguarda e flancos do inimigo, deraõ a Lord Wellington mil recursos, e lhe fizeram multiplicados serviços. Se alguma censura pode resultar desta relação deve cahir sómente sobre o vicios e seos fautores, que constantemente impediram que as tropas Hespanholas adquirissem a disciplina e subordinação necessarias na guerra: vicios e fautores que, se tivessem podido prevalescer em Portugal, tanto aquelle Reino como a Hespanha, e talvez todo o continente Europeo estariaõ ainda hoje debaixo do jugo Francez.

O determinar quam diversos seriaõ os resultados se tivesse havido tambem um exercito Hespanhol numeroso e bem disciplinado, hé presentemente uma especulação ociosa. A solução do problema depende das hypotheses que se adoptassem, relativamente ao anno em que se julgasse que elle estaria em estado de obrar offensivamente, o se haveria em tal cazo um exercito Portuguez como o que se viu desde o anno de 1810 até o ultimo dia da guerra.

Eisaqui, presadissimo Senhor Abbade, quanto julgo bastante para dar-lhe uma idea da insuffi-

ciencia da Obra: e renovando-lhe os protestos da minha sincera estima, sou

D. V. S.

Muito attento e obsequioso Servo,

A. V.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Progresso que fizeram as Sciencias Physicas em 1816.

(Continuado da pag. 295 do No. LXXXVII.)

ZOOLOGIA.

No volume segundo da obra de M. Peron, intitulada "*Voyage de Decouvertes aux Terres Australes, &c.*" vem, entre outros assumptos de summo interesse, uma memoria sobre Geographia Zoologica, desempenhada por maneira tal, que bem mostra a grande assiduidade com que M. Peron se há dedicado á este ramo das Sciencias Naturaes. Nós apenas poderemos della fazer o extracto seguinte:—

Na infancia do estudo da historia natural, e antes de se adoptar uma terminologia technica, viajantes e naturalistas confundiaõ de continuo, sob a mesma denominação, animaes inteiramente distinctos; e não havia no reino animal uma só classe, que não comprehendesse varias especies, consideradas como orbiculares, isto hé, que habitaõ indistinctamente todas as partes do Globo. E mesmo algumas especies as quaes, segundo elles, só existiaõ em certas latitudes, eraõ tidas por habitantes de todos os climas e mares comprehendidos nessas latitudes, sem que se fizesse a menor distincção das dif-

ferentes longitudes. Assim, nas classes dos animaes marinhos, vemos nós repetidas vezes mencionado, mesmo nas obras dos melhores authores, que a Balea ordinaria do Norte (ou Balaena Mistecetus de Linneo) habita tanto nos mares de Spitzbergen, como no polo Antartico. O Lobo, boi e leão marinhos, &c. existem tambem segundo elles, nos mais remotos mares dos dois hemisferios: porem, a experiencia bem mostra quam erronea hé está asserção. Examinemos, por exemplo, as provas destas suppostas identidades, e acharemos, que ellas existem só em nome; e que não há um só animal *bem conhecido* do norte, que não seja essencialmente distincto, de todo outro qualquer animal, *tambem bem conhecido*, do hemisferio opposto. Eu tenho com particular individuação examinado todas as descripções de diversos authores sobre a ordem dos animaes cetaceos; e mesmo naquellas especies de phocas (de todas as mais difficultozas em razão de suas numerozas variedades, e mui grande semelhança) em que se suppunha estar a sua identidade decididamente estabelecida, e tenho eu achado distincções bem caracteristicas. Eu me atrevo a affirmar, que ninguem tem feito uma maior collecção do que eu de animaes do hemisferio antartico: eu os observei, e descrevi todos nos seus respectivos lugares; e tenho trazido para Europa milhares de especies: comparem-se estes com os animaes do nosso hemisferio, e o problema sera logo resolvido; e isto não só pelo que diz respeito aos animaes de estrutura mais complicada e perfeita, mas até mesmo nos que são dotados da mais simples organisação, e que por esse motivo parece, que apresentariao menos variedade no systema da natureza, taes como as esponjas, que são talvez os seres, que menos participao das faculdades animaes. Na maravilhosa multidão dos animaes antarticos não

se achará um só, que seja habitante dos mares do Norte. Por tanto apoiado por factos os mais convincentes, me julgo authorizado a estabelecer a proposição seguinte, i. e. “ Que não há uma so especie de qualquer animal bem conhecido, que se possa com propriedade considerar como cosmopolitano, quer dizer, commum á todas as partes do globo. Mais, (e hé nisto que a natureza mostra quanto hé inesgotavel nas suas variedades) por mui imperfeito que seja qualquer animal, achar-se-há ser uma regra invariavel, que cada classe tem uma região distincta; e que tem habitação fixa em certos lugares; ao menos existem ahi em maior numero, e na sua maior perfeição; e ao passo que vão estando mais remotos deste ponto, os individuos gradualmente degeneraõ, até que a especie desapparece de todo. Tomemos por exemplo a orelha marinha (*Haliotis Gigantea*). Nos mares do polo antartico chega ao comprimento de seis ou sette polegadas, e existe em tanta abundancia, que constitue parte do sustento dos habitantes destas regioens; pasando-se pelo estreito de Dentrecasteaux já o seo volume diminue muito; em King’s Island saõ ainda mais pequenas e mais raras, e assim vão progressivamente diminuindo em tamanho, e tornando-se mais escassas, até que em King George’s Sound desapparecem de todo. O mesmo se observa com as *Phasianelles*.—A sua habitação fixa hé Maria Island—onde se podem carregar barcos dellas; e semelhantes a orelha marinha, desapparecem totalmente em King George’s Sound, depois de haver passado por gradaçoens progressivas. Poderíamos citar ainda outros exemplos, mas os que acabamos de referir provaõ com toda a evidência, que a classe de animaes, oriunda das latitudes frias, não chega até a zona torrida,

sem soffrer visivel alteraçãõ, e vice versa. De todos os paizes, que vizitei, nenhum me apresentou, no genero dos testaceos, uma taõ rica e taõ bella variedade como o Timor;—em quanto ahi estive collegi mais de 20,000 conchas, pertencentes á varios centos de diversas especies; e de todo este avultado numero não descobri uma só em Van Dieman's Land, ou nas partes Austraes da Nova Hollanda; e foi unicamente quando me avizinhei ás regioens equatorias, que achei algumas das especies do Timor. Esta singular observaçãõ, não se verifica somente nas especies, mas tambem nos generos. Perto do equador, por exempto, se encontraõ muitos generos, que raras vezes se achaõ, naquellas partes mais frias dos dois hemisferios; e ao passo que em Timor e nas ilhas circumvisinhas a natureza nos apresenta innumeraveis conchas de infinita belleza e variedade, toda a costa austral da Nova Hollanda não offerece mais, que duas ou tres especies distinctas. Em King George's Sound tornaõ a apparecer classes mais esplendidas dos testaceos; as quaes seguem-se, para assim dizer, ás Phasianelles e Haliotes, formando a continuaçãõ da maravilhosa cadeia geographica de produçoens naturaes.”

Neste ponto de vista, a sciencia parece offerecer um novo e brilhante campo para indagaçoens e theorias, e nesta illustre tarefa o naturalista receberá grande auxilio da Zoologia Geographica de M. De Lacepede, e das Obras sobre Zoologia Hydrographica de M. De Fleurieu. Na sessãõ do Instituto Real de França de 5 de Agosto M. Cuvier leu uma Memoria de M. Moreau de Jonnés, sobre uma especie de serpentes, que existem em grande abundancia nas ilhas de Sta. Lucia e Martinica, e a que os habitantes denominãõ *Grande Vipere, Feu de Lance*, em razãõ da

singular estrutura da sua lingua. A mais extraordinaria circumstancia, que se observa neste reptil, que pela sua fecundidade se há tornado a peste e terror destas ilhas, hé a faculdade que possue de subir arvores mui altas, enroscar-se ahi em uma figura espiral, e saltar á grande distancia sobre a victima, que tem em vista: felizmente, porem, a natureza tem de algum modo contrabalançado os terriveis estragos deste animal, dando-lhe por inimigo outra serpente do genero Boha, a qual ao passo que nunca investe creatura humana, tem um tão decidido odio a *Vipere Feu de Lance*, que continuamente a procura, attaca, e destroe. Para dar uma idea do quanto hé prolifica esta vibora basta mencionar, que o author achou uma, que produzira não menos de 60 para 70.—A memoria, alem de outras importantes e novas particularidades sobre este reptil, contem muitos factos de bastante interesse.

O mesmo celebre naturalista na sessaõ do Instituto de 29 de Septembro lêo uma Memoria sua sobre os animaes *Cephalopodes*, em que nos apresenta uma circunstanciada descripção da estrutura anatomica destes animaes. Ahi mostra, que a forma de seos olhos, até agora desconhecida, he tão bella e complicada, como a dos animaes vertebrados os mais perfeitos; menciona ao mesmo tempo as singularidades, que distinguem os seos olhos dos outros animaes; entra em uma minuciosa relação do seo arranjo nervozo, e da phisiologia das suas funcções; refuta a opiniaõ do Dor. Munro, de que a tinta das sibas (sepia) hé o humor bilioso destes animaes, &c. A memoria, em summa, hé bem digna de ser lida pela novas ideas que offerece, e hé escrita com aquelle estilo luminoso, e exactidaõ philosophica que tanto realçaõ as produções deste illustre sabio.

Em o Numero de Julho do Jornal de Physica, por De la Metherie, vem um papel intitulado, "*Observations pour servir à une Classification des Animaux, par M. De Barbançois.*"—Os nossos leitores haõ de ter, sem duvida, conhecimento da grande obra de Delamarck sobre Zoologia Philosophica. Ora M. Barbançois, apesar de approvar a divisaõ geral em duas classes adoptada por esse eminente naturalista, segundo a qual os animaes saõ considerados e distinguidos conforme possuem ou naõ aquelle arranjo osseo, denominado columna vertebral; com tudo se oppoem ás subdivisoens, propostas naquella obra—Ellas saõ as seguintes:—1. Mammaes. 2. Aves. 3. Reptis. 4. Peixes. 5. Molluscos. 6. Cirrhipedes. 7. Annelides. 8. Crustaceos. 9. Araneides, (insectos sem azas). 10. Insectos (que tem azas). 11. Vermes. 12. Radiarios. 13. Polypos. 14. Infusorios.—A fim de se poderem adoptar estas subdivisoens, assenta M. Barbançois, que se devem fazer algumas alteraçõens.—O homem, julga elle, deve ser classificado seperadamente dos mammaes, em razãõ de certas peculiaridades, procedidas da estrutura anatomica, signaes apparentes, e faculdades intellectuaes; só esta ultima circumstancia seria bastante, segundo elle, para se estabelecer um *Reino Moral*. Os reptis elle propoem dividir em duas classes, uma dellas comprehendendo os escamosos, e a outra os viscosos. Abraça a opiniaõ de M. Cuvier sobre a propriedade de separar a ordem *Sibas* dos Molluscos, e formar uma nova classe denominada *cephalopodes*. Assenta, que os cirrhipedes, e os annelides devem formar so uma classe. Alem destas alteraçõens, propoem outras, que por falta de lugar deixamos de mencionar aqui. Elle dá mui plausiveis razõens pelas mudanças que suggere, e trata sem duvida o assumpto com

maõ de mestre. Assim recommendando o original á todos aquelles, que se dedicaõ ao estudo das mais perfectas producçoens da natureza, vamos copiar a tabella seguinte, em razãõ de ella apresentar, em um resumido ponto de vista, as ideas do author sobre esta interessante materia.

Tabella da Classificaõ proposta.

		Graus.	Classes.	Sub classe.
Animaes devidos em	Vertebrados	9º	Homens	Intelligentes.
				Idiotas.
		8º	Mammaes	Terrestres.
				Marinhos.
			Aves	Pernas cobertas de pennas.
				Das. destituídos de pennas.
	Invertebrados	7º	Reptis escamosos	Com pes.
				Sem pes.
			Reptis viscosos	Com cauda.
				Sem cauda.
		6º	Peixes	De esqueleto osseo.
				De esqueleto cartilaginoso.
			Cephalopodes	De capa membranosa ou sacco.
				Cobertos de concha.
		5º	Molluscos	Cephalos.
				Acephalos.
			Annelides	Nus.
				Cobertos.
		4º	Crustaceos	Entomostraceos.
				Malacostraceos.
		3º	Araneides	Antennistas, ou guarnecidos de antenas.
				Palpistas, ou guarnecidos de palpos.
		2º	Insectos de metamorphose	Com queixos.
				Sem queixos.
		1º	Vermes Interiores	Que existem nos intestinos.
				Que existem nas visceras.
		1º	Radiarios	Echinodermes.
				Malacodermes.
		2º	Polypos	Livres.
				Ligados á um tronco solido.
		1º	Infusorios	Guarnecidos de pedunculos.
				De corpo lizo.

F I M.

POLITICA E VARIEDADES.

REINO UNIDO PORTUGUEZ.—BRAZIL.

(Estractos das Gazetas do Rio de Janeiro até o 1. de Julho).

Noticias do Rio da Prata.

Temos recebido do Sul noticias fide dignas que nos appressamos a communicar.

Havendo Artigas abandonado o posto da Purificação, procurando reunir todas as suas forças no arroio Quabeju, o Marechal de Campo João de Deos Menna Barreto, com todo o regimento de Milicias da Rio Pardo, 150 lanceiros de entre rios, um esquadrão de Dragoens, outro de Milicias de Porto Alegre, e 180 de Infanteria da Legião de S. Paulo, ao todo 1030 homens, tentou surprender o inimigo no seo acampamento. Marchando no silencio da noite sem embargo de pezados aguaceiros, achou-se ao romper do dia 7 tão proximo do inimigo, que poudes ouvir o seo toque de alvorada, sem ter sido percebido. Estava a sua retaguarda defendida com um bosque e um grande lago. O Marchal Barreto fez logo avançar um esquadrão de Milicias do Rio Pardo, commandado pelo Capitão Antonio de Medeiros Costa, para tomar uma posição vantajosa, para onde o inimigo, se podia retirar: depois mandou que o esquadrão de Dragoens occupasse a frente do inimigo, em quanto a infantaria entrava no mato donde atta-

casse vigorosamente; e adiantando mais um esquadrão de Milicias, que tomou a esquerda dos Dragoens, em cujo ponto devera desenvolver a cavallaria; prevenida a reserva, e destacado o corpo de lanceiros para umas alturas, a fim de perseguir os debandados, caminhou para o inimigo. Este disparou a artilharia sobre o esquadrão de Dragoens: a nossa infantaria rompeu o fogo, e desenvolvendo a cavallaria carregou intrepidamente sobre o inimigo. Não foi duvidosa a victoria. Apenas se virão escapar 3 de cavallaria; ficaraõ no campo 133 mortos; muitos foraõ carregados pelos lanceiros, e outros se arremetteraõ ao grande lago, ao qual lançaraõ armas e espadas e 6 mil cartuchos. Ficaraõ prisioneiros 266 inclusive 12 officiaes. Tomámos 1 peça de calibre 2, 235 espingardas, 114 espadas, 52 pistoias, 8 caixas de guerra, 1 clarim, 1 corneta, 1 bandeira, muitas cartucheiras, e 600 cavallos. Dos nossos morreo 1 soldado de milicias de Porto Alegre de um tiro de mosquete, e tres foraõ levemente feridos.

Noticias recebidas de Montes Video referem que no dia 19 de Maio foraõ prisioneiros 600 homens das tropas de Artigas, pela Divisaõ do General Curado, e que pela mesma Divisaõ está setiado em Passandu o ditto Artigas; que a Divisaõ do Commando do Tenente General Sebastiaõ Pinto ja se communica com a do Tenente General Curado; que varios officiaes superiores dos Insurgentes se tem entregado, entre estes um denominado Hortuguez. Daremos mais circunstanciada relaçaõ deste importante acontecimento, quando chegar a Parte Official.

Decreto, relativo ás Patentes dos Officiaes do Exercito de Portugal, destacado no Brazil.

Resultando grave inconveniente e embaraço aos officiaes das divisoens do exercito de Portugal actualmente destacados nas differentes provincias deste Reino do Brazil, que as Patentes dos postos a que tem sido aqui promovidos, tenhaõ de ser enviadas a Portugal, para haverem o Cumpra-se do Marechal General Commandante em Chefe do Exercito, e os registos nas estaçoens daquelle Reino, quando sendo aqui lavradas no Conselho Supremo Militar, e assignadas por Mim, sem inconveniente algum podem ser cumpridas pelos respectivos Generaes ou sejaõ do mesmo Exercito, ou do Exercito do Brazil debaixo de cujas ordens estejaõ empregados temporariamente e registarem-se nas precisas estaçoens, remettendo-se pela minha Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, aos Governadores do Reino de Portugal, para lhes darem a necessaria direcção e cumprimento na parte que lhes toca, as relaçoens das Promoçoens que por Mim forem Approvadas e Mandadas expedir com os respectivos Decretos ao Conselho Supremo Militar. Hei por bem Desejando Conciliar quanto possivel for o bem do Meu Real Serviço com a justa commodidade e vantagem dos individuos, que nelle estaõ empregados, que as Patentes dos sobreditos Officiaes daquellas Divisões, que se houverem de lavrar no referido Conselho, sejaõ do mesmo modo lavradas como ate aqui, porem depois de assignadas por Mim seraõ entregues na competente Secretaria de Estado aos proprios Militares, ou seus Procuradores, que as sollicitarem, para as appresentarem ja selladas e registadas aos Gene-

raes, ou Governadores, debaixo de cujas ordens estiverem servindo, para lhes pôr o Cumpra-se e serem depois registadas nas Thesourarias por onde forem pagas; e a fim de que nas listas do exercito de Portugal, a que pertencem, possam ter as precisas declarações e lugar, pela mesma Secretaria de Estado se remetterão regularmente de ora em diante as necessarias relações destas Promoções e Despachos para esse effeito aos Governadores do Reino de Portugal, que farão expedir em consequencia as ordens que foren necessarias. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, encarregado interinamente da Repartição dos Negocios Estrangeiros e da Guerra assim o tenha entendido e o faça executar.—Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Junho de mil octo centos e dezoito.—Com a Rubrica de Sua Magestade.—Cumpra-se e registre-se, Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1818—Com a Rubrica do Exmo. Senhor Thomaz Antonio de Villanova Portugal.

Chafariz de 22 bicas levantado no Campo de Santa Anna do Rio de Janeiro.

Quarta feira 24 do Corrente, Dia de Grande Gala por ser o do Augusto Nome do Nosso Amabilissimo Soberano concorreo ao Paço o Corpo Diplomatico, e grande numero de pessoas das classes mais distinctas, para terem a honra de comprimentar a S. S. M. M. e A. A. R. R. por tão plausivel motivo, pelo qual estiverão embandeiradas as fortalezas e navios de guerra

=

surtos neste porto, que deraõ as salvas do costume.

A' tarde gozou-se no vastissimo campo de Santa Anna uma deliciosa scena, que de bom grado iremos esboçar. A pezar do grande cabedal d' agua, com que a fonte da Carioca bastecia esta Cidade, a chegada de muitos milhares de pessoas, e a prodigiosa extensaõ, que accresceu, tornaraõ insufficiente aquella abundancia. O Paternal Coraçãõ de Sua Magestade sensivel á mingoa, que soffriaõ Seus fieis Vassallos, projectou desde logo metter nesta cidade a boa agua do Rio Maracanã, que corre no sitio de Andarahi, tomando-se em duas legoas de distancia. Exigindo porem esta conduçaõ longo tempo e trabalho, a Sua Incomparavel Bondade superou todos os obstaculos, fazendo levantar um bicamente de madeira sobre grandes vigas, e desta sorte dentro de 5 mezes teve o prazer de pôr no Campo de Santa Anna uma fonte de 10 bicas, que correu no dia 13 de Maio do anno seguinte; Ordenando desde logo que se fizesse o aqueducto, qual deverá ser, para fazer perpetuo este beneficio. Os obstaculos que offerecia o terreno, pelo qual devia transitar a agua, demoraraõ esta obra, e moveraõ a Sua Magestade a Mandar Construir ao mesmo tempo outra provisoria, com a qual teve o Seo Regio Coraçãõ o prazer de fazer correr no meisonado dia 24 copiosissima agua por 22 bicas do Chafariz, que no mesmo Campo mandou erigir, vindo Sua Magestade as 5 horas da tarde assistir a este acto com o Principe Real, Princeza Real, a Serenissima Senhora Princeza D. Maria Thereza, e o Serenissimo Senhor Infante D. Sebastiaõ, entre immenso concurso do povo, que o esperava cheio de alegria, e de respeito.

Em roda do Chafariz mandou a Policia, sem-

pre zelosa do bem publico, e attenta a desempenhar escrupulosamente as Reaes Ordens, preparar uma praça illuminada de lampioens de tochas de cera a tres luzes cada um, tijelinhas e copos, a que a noite concorreo immenso povo. A' chegada de S. M. e A. A. R. R. romperão dois choros de Musica instrumental de sopro, que alli se postarão, e subirão girandolas de fogo de artificio, dando-se ao retirarem-se as Reaes Pessoas uma salva de fogo de artificio, imitando artilharia e mosquetaria, que por tres vezes se repetio.

Reservamos a descripção do Chafariz, e dos dois tanques contiguos (de 40 palmos cada um) para quando se concluir esta excellente obra, apressando-nos a congratular os moradores desta Cidade, por que os Paternaes Disvelos do Nosso Amabilissimo Soberano, depois de nos fazerem gozar de uma consideravel copia d'agua com o soccorro dos Chafarizes do Lagarto e de Matta Cavallos de que já tivemos a satisfação de fallar, nos faz agora sentir a abundancia, e o fará ainda mais, quando plenamente satisfeito Seu Real Coração, correr por esta e por outras fontes, já agora tão ricas, um cabedal de aguas tres vezes maior do que aquelle que actualmente corre. A' noite se dignou Sua Magestade, Acompanhado de S. S. A. A. R. R. de Honrar com a Sua Real Presença o espectaculo que se appresentou no Real Theatro de S. Ioaõ. Estava este elegantemente illuminado, e ornado com um brilhante concurso. A' chegada de Sua Magestade a Sua Real Tribuna, se deraõ repetidas, e unanimes vivas. Começou o Espectaculo por um elogio allegorico. A Scena representava o Parnaso, e rompendo-se deixava ver um vistoso jardim, tendo de cada lado dois repuchos que lançavaõ agua. Mais a cima no meio do Theatro,

de uma grande corôa de flores suspensa no ar sahiaõ varias grinaldas, que sustentavaõ figuras allegoricas, sobre pedestaes. Debaixo da corôa havia uma columna, sotoposta uma Ara, sustentando a columna uma flor, que abrindo-se representava um girasol, onde appareceo o Retrato de Sua Magestade. Romperaõ os espectadores em novos e accordes vivas. Findo o Elogio, que era acompanhado de musica, se representou a Opera seria, a Vestal, Musica do celebre Puccini: e no intervallo do 1º ao 2º acto se executou o grande Baile serio Pantomimo em um Acto, intitulado o Prodigio da Harmonia, inventado e dirigido pelo bem conhecido Luiz Lacombe. - Ao apparecer o quadro final, os vivas, e o ondear dos lenços fizeraõ uma vista encantadora.

Comunicação entre Minas Geraes e a Bahia.

Da Gazeta da Bahia de 12 de Maio copiamos o seguinte:

Já fallámos em outro tempo sobre a navegação do Rio Jequitinhonha; e descrevemos as primeiras exportações, que desceraõ de Minas até Belmonte, as quaes apezar de algumas difficuldades, principiaraõ a prometter uma communição facil entre a Capitania de Minas, e a Bahia. Estas difficuldades ficaraõ desvanecidas desde que se criou em Minas Geraes a Junta Militar para a conquista e civilização dos Indios. O Commandante da septima Divisaõ, 'Juliaõ Fernandes Leaõ, estabeleceo com feliz successo uma Colonia nas margens do Rio, a qual tem consideravelmente prosperado, porque o terreno hé mui fertil, o ar sadio, e o Rio mui abun-

dante de peixe. Os Botecudos despirão a sua natural ferocidade, perderão o medo dos brancos; e excitados pelo seu exemplo, cultivão a terra, e se prestaõ a qualquer genero de trabalho. Tem-se estabelecido colonos em distancias proporcionaes até ao Salto Grande e Belmonte os quaes ajudaõ a conduzir as canoas por terra naquelles sitios, em que as cachoeiras não deixaõ vogar o Rio. A este pequeno estado de população e de cultura, que hé o precioso berço de grandes Aldeas e Villas, accresce a nova viagem, que há pouco se descobrio, pela qual as canoas que descem de Minas, não corecem surmontar as difficuldades do Jequitinhonha, de Belmonte até a costa do mar, porque antes de chegar a esse sitio entraõ o Rio de Salça, que desemboca no porto de Canavieiras, o qual fica mais ao Norte 4 legoas, e por conseguinte mais perto desta Cidade.

O mez passado chegaraõ algumas canoas a Canavieiras com quatro centos fardos de algudaõ, e voltaraõ para cima com sal, e outros generos da primeira necessidade, os quaes já se podem levar a Minas por menos de metade do seu antigo preço, o qual hira diminuindo á medida que se facilitar o transporte. Dizem os conductores das canoas, que admiraraõ pelo caminho a tractabilidade dos novos Colonos, e a excellente qualidade de algudaõ e milho das suas plantaçoens, e agoiraõ que em breve tempo se fara a maior parte do commercio de Minas, pelo Jequitinhonha e Rio da Salça. Dizem mais que desde Minas até a Cachoeirinha, no espaço de 80 legoas, encontraraõ varias tropas, que subiaõ com muita commodidade, e que achavaõ pouso em muitos sitios.

Nova Estrada aberta no Brazil.

Temos visto um papel contendo a direcção, medição e observaçoens da nova estrada, que dos sertoes da povoação de Vianna, levantada com os cazaes das familias dos Açores, na margem septentrional do Rio de Santo Agostinho, termo da Villa da Victoria, Capitania do Espirito, Santo, segue ao quartel de Ourem situado na nova estrada, que da cachoeira do Rio Santa Maria, termo da mesma villa, vai ter a villa Rica na Capitania de Minas Generaes. Daremos o que nos pareceu mais notavel.

No quartel de Vianna se fincou o primeiro marco e dali se começou a medir. Este quartel está situado no morro denominado Ilha Grande, que pelo Norte confronta com o morro de Oleo, e pelo sul com o morro Ilha Pequena. A 385 braças de distancia do marco se encontra uma ponte de madeira sobre um rio pequeno, que corre ao N. e vai desaguar no de santo Agostinho, á qual se chega depois de 473 braças de caminho. Aqui se encontra outra ponte de Madeira. O rio corre a E. e seguindo a estrada por varge mais 410 braças, se torna a encontrar o mesmo rio com outra ponte, e aqui o Quartel de Borba.

A 600 braças alem do marco da primeira legoa se ouve um sussurro da cachocira do rio Jucú; dahi a 150 braças se sobe o morro da Onça; adiante 110 braças se encontra um rio com vinte palmos de largo e dois de fundo, correndo a O. 4 a S. O. Até á marca de 2^a legua vão 930 braças.

Á 270 braças desta marca se achão dois rios,

dos quaes o menor tem 30 palmos de largo, e 2 de fundo, e se chama rio de Cascalho; corre a S. 4^a S. O.: o segundo por nome rio preto tem 45 palmos de largos e 4 de fundo, e corre ao S.; e ambos se cruzaõ no lugar em que passa a estrada; e seguindo juntos ao S. 4^a S. O.; dali a meia legoa se encontra um grande despenhadeiro, que termina no rio Jucu; mais adiante 300 braças corre ao S. o rio, que se denominou da Ferruge, que se torna a encontrar a 250 braças mais, e a 50 faz uma grande cachoeira: passadas 200 braças se atravessa o mesmo rio; e outra vez a 150, e a 50 mais se acha a nascente do mesmo rio em uma pequena serra, e logo adiante 50 braças termina a terceira legoa.

Mais adiante 800 braças se encontra uma grande pedra com 100 palmos de comprido e 40 alto; á mais 150 correm dois ribeiros pouco distantes, e depois varios corregos, a 1230 braças do ultimo ribeiro corre um rio a S. com 30 palmos de largo, e 30 de fundo; e que a 200 braças mais se dirige ao N. E.; dali a 150 braços ve-se outro rio a caminho de S. O. com 25 palmos de largo, e 25 de fundo; e logo uma grande vertente ao S.; mais avante 200 braças se encontra outro rio de 30 palmos de largo e 40 de fundo, e logo mais 200 braças termina a 4^a legoa. Passados dois corregos e outras tantas vertentes a 1200 braças se acha um rio com 25 palmos de largo e dois de fundo na direcção S. O.; e alem de mais dois corregos finda o 5^a legoa.

A 100 braças se acha uma ponte e um ribeiro, e passados trez corregos em distancia de 2050 braças da legoa precedente se encontra um rio, que atravessa a estrada com 40 palmos de largo e 2 de fundo, corrente ao S.; e a 400 mais outro com 30 palmos de largo e trez de fundo na mesma direcção; e dali a 350 está marcada a 6^a legoa.

A 7ª tem 6 correjos e 1 vertente, e 300 braças antes de terminar se achã um rio com 50 palmos de largo e 3 de fundo na direcção S. O.

950 braças depois desta legoa se avista uma vasta serra no mesmo rumo; a mais 550 se vê um rio com 30 palmos de largo e 2 de fundo ao S. S. O.; que a 850 vai ao Norte da estrada: um semelhante rio se encontra a 450 braças de distancia, e depois desta um marco da 8ª legoas.

A 250 braças deste marco se encontra um rio com 45 palmos de largo e 3 de fundo a E. 4ª S. E., e a mais 350 outro de 38 largo e 2 de fundo á E. N. E., que teve o nome de Claro, e a sua primeira cachoeira adiante 100 braças: dahi a 500 braças se atravessa outro rio de 30 palmos de largo e 2 de fundo; sobe-se então entre dois morros, em cada um dos quaes há uma grande cachoeira, a do N., e do rio Claro, e o do S. do rio que nelle desagua. Dali a 1800 braças esta amarca da 9ª legoa.

Depois de 1150 braças se encontra outra vez o rio por uma ponte de madeira, que se torna a atravessar a 200 braças de distancia, e nas 450 seguintes corta a estrada nove vezes, e passadas 1150 esta pregado o marco da decima legoa.

Percorridas mais 1400 bracas se sahe á estrada, que da cachoeira do Rio Santa Maria termo da Villa da Victoria segue para Villa Rica, na Capitania de Minas Geraes, ficando esta cortada pela nova estrada 700 braças ao N. do Quartel de Ourem.

Esta exposição mostra que esta estrada tem 10 legoas e quasi meia (de 3,000 braças cada uma) desde o primeiro quartel de Vianna até onde sahe na da cachoeira do Rio Santa Maria e Villa Rica; tem poucos morros e não muito altos; quasi toda pela encosta dos morros e a corrente dos correjos; e o mais por vargens; tem largura suffi-

ciente para passarem dois carros juntos, ficando terreno desembaraçado. Está defendida das invasões do Gentio por 5 quarteis, a saber, 1º de Vianna; 2º no morro dos Oleos; 3º de Borba, defronte das vertantes do Rio Santo Agostinho; 4º de Melgaço, no centro da estrada; 5º de Ourem ha pouco mencionado. Os Mineiros, que descerem a Villa da Victoria, quando chegarem ao Quartel de Ourem, devem preferir esta nova estrada, por ser melhor, e evitarem a serra dos Aymores; e por que da povoação ao porto de Itaciba, que fica na marge mopposta á Villa da Victoria, há uma boa estrada de 3 legoas e meia por entre fazendas.

ESTADOS UNIDOS D'AMERICA.

Restauração da Florida.

Uma gazeta Americana, com data de Boston em 12 de Setembro, diz: “ No *Georgia Journal* appareceu um artigo a respeito da resturação de Pensacola, &c. que mostra ter o sello de *auctoridade*; porque dá como authenticas as seguintes resoluções:—

1ª. Que Pensacola será entregue quando houver um Agente Hespanhol acreditado para a receber, e passar o recibo da sua entrega.

2ª. Que depois disto, se requererá á Hespanha que haja de cumprir com as obrigações do Tratado, mantendo ahi forças sufficientes para conter os Indios em paz. Se Hespanha recusar ou for negligente em cumprir esta condição, nesse cazo o Congresso determinará se convem occupar e

reter toda ou alguma parte da Florida, ou fazer qualquer outro acto hostil.

3ª. Como o posto de S. Marcos hé verdadeiramente militar, e está situado em um immenso dezerto, rodeado de Indios inimigos, não será restituído se não quando Hespanha tiver ali uma guarnição sufficiente, e fizer com que sua auctoridade seja respeitada naquelle ponto.

Taes são as intenções do Prezidente, que bem parecem dictadas pela sabedoria, justiça, e moderação, e comotaes devem merecer a approvação e respeito de todos os bons cidadãos.

Navio Portuguez Montallegre, tomado por um Pirata em nome de Artigas.

Baltimore, 15 de Setembro.—Chegou o Bote de Vapor *Virginia* em 24 horas de Norfolk, e ao passar a embocadura do rio viu ali anchorado um grande navio e um Brigue apresados por um Corsario de Artigas. O navio hé *Portuguez*, e se suppoem do Brazil. Está debaixo do cuidado de um official da Alfandega, em virtude da reclamação do *Consul Portuguez*. Parece ser um navio de 900 a 1000 toneladas, com uma avultada carga de assucar, alem de outros artigos. Será preciso aliviálo de uma parte da Carga, por que mete 24 pés de agoa, para que possa entrar para dentro do rio. Seo nome, e outras circunstancias não são ainda bem conhecidas.—*Fed. Gazette*.—N. B. Suppoem-se que o dito navio hé o *Montallegre*.

Provincia de Texas.

Uma Gazeta de Boston, em data de 28 de Setembro refere o seguinte :—“ *Embrião da futura invasão do Mexico,* Uma pessoa de respeito, ora residente em Washington, e a pouco chegada da Nova Orleans, diz que o campo fortificado, e estabelecido junto do *Rio da Trindade*, na provincia de Texas, continuâ a receber quazi todos os dias muitos voluntarios ; que se durante um anno mais sua força augmenta na proporção em que tem crescido até agora, não pode haver duvida de que naquelle ponto se concentrarão forças adequadas para libertar por uma vez o Mexico, e bater completamente os Hespanhoes ; que o General Lallemant hé o commandante em chefe, e tem de baixo de suas ordens muitos officiaes Francezes Veteranos ; e que passão quazi todo o seo tempo em exercicios militares, achando-se bem armados, bem disciplinados, e affeitos a todas as privações da guerra. Se esta noticia hé verdadeira (do que não duvidâmos) o Mexico está destinado, em epocha não mui distante, para fazer uma nova figura, e vir ainda a ser um formidavel Imperio ; o que provavelmente acontecerá debaixo da direcção de algum aspirante militar, o qual tendo á sua disposição os primeiros grandes recursos da guerra, poderá rir e zombar de todas as potencias da Europa combinada.

AIX-LA-CHAPELLE.

Tratado para a evacuação da França.

Em nome da Santissima e indivisivel Trindade.
Suas M. M. o Imperador d'Austria, El Rey de

Prussia, e o Imperador de todas as Russias, achando-se em Aix la-Chapelle, e havendo suas M. M. El Rey de França, e El Rey da Gran Bretanha e Irlanda mandado ahi seos Plenipotenciarios, os Ministros das cinco cortes se congregaram em conferencia, e nella declarou o Plenipotenciario Francez, que em consequencia do estado da França, e da fiel execucao do Tratado de 20 de Novembro de 1815, S. M. Christianissima muito desejava que a occupacao militar, estipulada no Artigo V do dito Tratado, houvesse de cessar o mais breve possivel. Os ministros das Cortes d'Austria, Gran Bretanha, Prussia, e Russia (os nomes das Potencias saõ mencionados pela ordem alphabetica) depois de haverem, conjunctamente com o Plenipotenciario de França, maduramente examinado tudo o que podia influir para esta importante decisao, declararam que seos Soberanos admitiaõ o principio da evacuação do territorio Francez no fim do terceiro anno da occupação; mas desejando consolidar esta sua resolução por meio de uma Convenção formal, e segurar ao mesmo tempo a definitiva execucao do dito Tratado de 20 de Novembro de 1815, suas M. M. nomearam . . . (Seguem-se os nomes dos Ministros) os quaes concordaram nos artigos seguintes:—

Art. 1. As tropas, que compoem o exercito de occupação, sahiraõ do territorio Francez no dia 30 de Novembro proximo, ou mais cedo se for possivel.

Art. 2. As praças fortes e fortalezas, que as ditas tropas até agora occuparam, seraõ entregues a Commissarios para esse effeito nomeados por S. M. Christianissima, no estado em que estavaõ no tempo da occupação, conforme ao artigo 9 da Convenção, concluida em execucao do artigo 5, do Tratado de 20 de Novembro, de 1815.

Art. 3. A soma destinada para pagar o soldo, fardamento e trem das tropas do exercito de occupação será em todo o cazo paga até 30 do proximo Novembro, do mesmo modo que se tem praticado desde o 1 de Dezembro de 1817.

Art. 4. Estando já regulados e estabelecidos todos os arranjos pecuniarios entre a França e as Potencias alliadas, a soma que a França ainda tem que pagar para a completa execução do artigo 4 do Tratado de Novembro, 1815, fica definitivamente reduzida a 265 milhoens de francos.

Art. 5. Desta soma sera paga a quantia de 100 milhoens de effectivo valor por meio de uma inscripção de *rendas* no grande Livro da Divida publica de França, a qual quantia vencerá juro desde 22 de Setembro de 1818. As ditas inscripções serão recebidas pelo valor que tinham os fundos em 5 de Outubro, 1818.*

Art. 6. Os 165 milhoens restantes serão pagos em nove pagamentos mensaes, que devem começar no dia 6 do proximo Janeiro, por meio de Letras sacadas, sobre as cazas de Hope e C^a, e Baring, Irmaons, e C^a. Do mesmo modo as inscripções das rendas mencionadas no artigo supra serão entregues aos Commissarios das cortes d'Austria, Gran-Bretanha, Prussia, e Russia pelo Real Erario de França na epocha da completa e definitiva evacuação do territorio Francez.

Art. 7. Na mesma epocha os Commissarios da ditas Cortes entregarão no Real Erario de França as seis obrigações ainda não satisfeitas que receberá como parte das 15 obrigações já entregues na conformidade do artigo 2 da Convenção concluida para a execução do artigo 4

* O valor dos fundos no dia 5 foi—75 f. 50 c.—*Nota dos REDACTORES.*

do Tratado de 20 de Novembro, 1815. Os ditos commissarios entregarão na mesma epocha as inscripções dos 7 milhoens de *rendas* creadas em virtude do artigo 8 da sobredita Convenção.

Art. 8. A presente Convenção será ratificada, e as ratificações trocadas em Aix-la Chapelle no espaço de 15 dias, ou mais cedo se for possível. Em fé do que os respectivos Plenipotenciarios a assignaram com seos nomes e lhe pozeram o sello de suas armas.

Feita em Aix-la-Chapelle aos 9 de Outubro, no anno da Graça, 1818.

(Seguem-se as assignaturas dos Ministros.)

Achámos o Tratado supra conforme nossas vontades, e em consequencia disso, o confirmámos e ratificamos, bem como agora o confirmámos e ratificamos em nosso nome e de nossos herdeiros e successores.

(Seguem-se as assignaturas dos Soberanos, com a especificação dos differentes annos dos seos diversos reinados.)

Aix-la-Chapelle, 17 de Outubro, de 1818.

H E S P A N H A.

Mudança de Ministerio em Hespanha.

Madrid, 16 de Setembro, 1818.

“ Esta capital ficou surprehendida hontem de manham, por saber que em a noite antecedente tinha havido a repentina e não esperada mudança dos tres principaes Ministros de Estado—os Snrs. Pizarro, Garay, e o Ministro da Marinha; e que todos tinhaõ sido mandados sahir da Corte dentro de uma hora !

“ Coches de viagem, com guardas competentes foraõ postos ás portas de cada um dos Ministros ás duas horas da noite, e a essa mesma hora foi violado o azillo de suas cazas em nome de El Rey. Hé facil de imaginar quaes seriaõ as melancolicas scenas domesticas que este procedimento produziu. A' cada um dos Ministros se intimou a ordem seguinte:—á Mr. Garay de partir para Sáragoza, para ahi cuidar da sua saude, quando elle nunca a tinha gozado taõ perfeita como entaõ;—á M. Pizarro, de hir para Valencia, e ahi esperar pelas ordens de El Rey; e a Mr. Figaroa, de hir para o Ferrol, a fim de ahi descansar de seos trabalhos, quando hé sabido que não ha hoje em Hespanha Secretaria que dê menos trabalho que a da Marinha !

Os empregos dos tres Ministros em desgraça foraõ occupados pelas pessoas seguintes:—O Marquez de *Casa Trujo*, Primeiro Ministro; o Almirante *Cisneros*, Ministro da Marinha : e M. *Himas*, Ministro das Finanças.

“ O primeiro Ministro foi em outro tempo Secretario do Marquez del Campo, quando Embaxador em Londres, e passou depois a ser Ministro Plenipotenciario nos Estados Unidos da America, e no Brazil. Foi nomeado primeiro Ministro na epocha da primeira Regencia constitucional, emprego que não aceitou, e era actualmente um dos Conselheiros de Estado.

“ O Ministro da Marinha, foi um dos ultimos Vice-Reys de Buenos-Ayres, e proximamente commandante em chefe da Marinha de Cádiz. Diz-se que hé um official de actividade e talento.

“ O Ministro das Finanças, era um dos mais laboriosos Empregados por M. Garay na repartição das Finanças, e consta que hé um homem de muitos recursos e talento.

“ Segundo o character destes individuos, que

agora compoem o Ministerio, hé de esperar que se hajaõ de tomar medidas decisivas, Liberaes, e francas. Naõ há em toda a Hespanha homem que tenha mais firmeza de caracter do que o Marquez de *Casa Trujo*, e que melhor conheça o verdadeiro estado das Provincias Hespanholas. Assim hé certissimo que elle naõ se conservará por muito tempo no emprego se vir que suas medidas saõ inefficazes, ou que sua influencia hé maliciosamente atacada pela intriga. Quanto ao beneficio que tem que esperar Hespanha desta mudança de Ministerio, pode prever-se já que naõ será nenhuma: o mal naõ está tanto nos homens como nos couzas. Em quanto o sistema for o mesmo, as consequencias seraõ tambem as mesmas: porque diz um dictado Hespanhol:—*No dá peras el olmo.*”

INGLATERRA.

Lista geral dos navios Portuguezes tomados pelos Corsarios, denominados de Artigas, copiada das listas diarias de Lloyd's.

1 de Setembro, 1818.—O navio Portuguez, *N. S. da Piedade*, Capitão Araujo, com sal e fazendas abordo, tomado a 5 do passado, hindo de Lisboa para Bilbao. Foi metido a pique, depois de roubado, e a gente mandada para terra.

8 de Setembro, dito.—Entraram nesta Ilha de S. Bartholomeo em 12 de Julho, dois emportantes navios Portuguezes, aprezados por duas Escunas de Piratas, esquipadas em Baltimore com com-

missão de Artigas. Os ditos navios são de 400 a 500 toneladas; um do Rio de Janeiro para Lisboa, com assucar, Rome, caffè, coiros, sebo, arroz, e canella, e outro de Lisboa para o Rio, com sal, vinho, manteiga, queijos, passas, figos, especiaria, perfumes, e fazendas, o que tudo descarregaram e venderam. Estão ancorados nas 5 Ilhas mais dois Brigues com commissoens de Artigas para cruzarem contra os Portuguezes.

22 de Setembro, dito.—Foi tomado no dia 29 de Julho, perto da Bahia o Brigue *Globo*, de Bengala para Lisboa. A gente da sua equipagem foi posta a bordo do *Margaret*, Cudd, de Londres, a qual no mesmo dia entrou na Bahia.

O navio Portuguez *Eugenio*, que havia sahido da Bahia para a India, depois de andar alguns dias fora, tornou a entrar no dia 30, desarvorado dos mastaréos em consequencia da Caça que lhe deu o mesmo Corsario até a barra da Bahia, aonde continuou a cruzar até o dia 31.

O *Lord Wellington*, de Lisboa para o Pará, e o *S. Joao Baptista*, do Rio para Lisboa foram tomados no dia 20 de Junho.

25 de Setembro, dito.—Rio de Janeiro, 24 de Julho. Chegou a este Porto no dia 19 do corrente a Sumaca *Pernambucano*, vinda de Pernambuco, depois se haver sido roubada de 30,000 pezos por um Corsario, fora do Cabo Frio, o qual Corsario já havia roubado 4 ou 5 pequenas embarcações. Dizem que se esperam nestas costas mais corsarios com commissoens de Artigas.

Pernambuco, 14 de Agosto.—Os Corsarios tem por aqui feito um grande estrago no commercio Portuguez. O *Pernambucano*, que daqui sahiu para o Rio de Janeiro, foi roubado de uma grande soma de dinheiro, assim como o *Furaõ*, que sahiu para a Bahia, e muitos outros.

2 de Outubro, dito.—Lisboa, 19 de Setembro.

A Nymfa de Lisboa, e a *Luiza*, que daqui sahiram em 23 do passado, o primeiro para o Pará, e o segundo para o Maranhão, foraõ tomados, dois dias depois da sua sahida por um Corsario insurgente.—Os navios Portuguezes, que na folha de 8 de Setembro se daõ entrados em S. Bartholomeo aos 12 de Julho, saõ pela descripção da sua carga o *S. João Baptista* do Rio para este porto, e o *Lord Wellington* sahido daqui para o Pará.

6 de Outubro, dito.—Lisboa 25 de Setembro. Foi tomado em 22 do corrente *fôra da Barra!* o navio *D. Pedro d'Alcantra*, e roubado o General *Sam Paio*. Arrecea-se que igualmente fosse tomado o *D. Miguel Forjaz* vindo do Rio de Janeiro. Tambem foi roubada de immensa propriedade, á vista de S. Miguel, a Escuna *Ligeira*,

Porto, 22 de Setembro. Estaõ cruzando *fôra da barra!* 2 corsarios com commissoens de Artigas, os quaes já tomaram 3 navios Portuguezes, roubaram 2, e queimaram um.

O *Caçador*, que sahira da Madeira para Lisboa, foi roubado em 28 de Agosto *fôra da barra* do ultimo Porto, tornando outra vez a entrar na Madeira.

O *Paquete do Porto*, Capitão Sylva, que em 7 de Setembro havia sahido do Porto para o Rio de Janeiro, foi no dia seguinte tomado.

Um Brigue de Lisboa para S. Miguel com tabaco e sabaõ, e uma Escuna da Madeira foraõ tomados, e a ultima metida a pique.

9 de Outubro, dito.—Pernambuco, 20 de Agosto. O *Regeneração*, que daqui havia sahido para Angola no principio deste mez, foi tomado a vista de Olinda! pelo corsario insurgente *Inven-cível*, de 12 peças.

A *Maria*, que hia da Madeira para o Porto, foi tomado e destruido.

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

“ Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

“ Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e
nossa Patria.”)

REINO UNIDO PORTUGUEZ.—BRAZIL.

Debaixo deste titulo copeamos alguns extractos das Gazetas do Rio de Janeiro, pelos quaes se vê mui claramente os progressos, e adiantamentos physicos que vai tendo o novo Reino do Brazil. Trata-se de abertura de novas estradas, abastece-se a nova capital com abundancia d'agoas tão necessarias em uma grande cidade, e n'um paiz ardente como o Brazil, e tentão-se faceis communicacoens internas entre as diversas provincias, como por exemplo entre *Minas Geraes e a Bahia*. Todas estas couzas são mui importantes, e de grande valor para um paiz novo, e immensamente dilatado, e rico; e todas estas couzas tem ganhado o Brazil e os Brasileiros depois que El Rey e o governo estão no Rio de Janeiro. Logo hé evidentissimo que todos os habitantes do Brazil devem de justiça mostrar-se gratos ao seo Monarca, e nunca em tempo algum devem esquecer tamanho bem, e tão visiveis e assignalados beneficios. Sim, á este dever estão obrigados por honra, gratidão e lealdade todos *os sensatos e espirituozos habitantes do Brazil*; e nunca, sem cometer o maior de todos os crimes —a *ingratidão* se podem achar no cazo de *aborrecer o seo governo*!

Oxa-la que Portugal crescesse na metade da

proporção se quer em que vai crescendo o Brazil, mas as circumstancias do primeiro todas correm para que elle diminua! Houve em outro tempo em França um grande valido na corte, que entrou a perder sua consideração politica ao passo que um seo rival rapidamente ganhava muito poder e valimento. Hindo um dia o primeiro á Versailles, e descendo já na retirada, as escadas do Palacio, encontrou no meio dellas subindo o seo rival que hia para o Paço. Perguntando-lhe este que novidades havia na corte, respondeu immediatamente o outro:—*As mais frescas são, que vós hides subindo, e eu vou descendo!* Eis aqui a historia abreviada do Brazil e Portugal.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

O governo da America, depois de haver dado uma boa amostra de suas intenções e sua energia para com o governo Hespanhol, ostenta agora suma liberalidade e moderação e declara que está pronto a largar as Floridas. Todavia suas condições são taes que será talvez impossivel que Hespanha as possa preencher. O gabinete Hespanhol fez um solemne Protesto contra a invasão das Floridas com data de Madrid de 29 de Agosto proximo passado, o qual Protesto hé assignado pelo Ministro de então Joze Pizarro, e foi dirigido ao Ministro Americano residente na corte de Madrid. Mas este publico sinal de resentimento parece ser uma farça diplomatica, porque por elle se vê que ambos os governos estavam em actuaes negociações, e provavelmente relativas ás mesmas Floridas. Talvez que para accelerar as ditas negociações, e que para se darem e receberem as Floridas sem

maior escandalo ou ciúme publico houvesse todo este estrondo diplomatico-militar; ao menos assim o dá a entender o contexto do mesmo Protesto. O governo de S. M. Catholica, depois de patentear todo o seu descontentamento, e dizer que El Rey tinha ordenado a suspensão das negociações, vem por fim ás boas, e n'um tom de muita urbanidade e doçura conclue, que se o governo Americano der as satisfações que *as circunstancias admittem*, e que são de esperar da sua justiça e probidade, S. M. C. há por bem *que se continuem as negociações começadas*, sem para isso serem necessarias novas ordens. Tudo isto em estillo diplomatico quer dizer muito; e hé bem natural que as Floridas passem agora mais rapidamente das mãos fracas e velhas de Hespanha para as dos Estados Unidos que, como Cesar, podem manejar com tanta facilidade a penna como a espada.

Muitos louvores merece o Consul Portuguez em Baltimore por haver logo reclamado o navio *Montalegre*, tomado por um dos Piratas que infestão os mares em nome de Artigas. Veremos agora como os tribunaes Americanos decidem um cazo em que não só interessão os Portuguezes, mas todos os povos civilizados do mundo. Se Artigas não hé chefe reconhecido de algum povo, se elle não se pode chamar chefe de governo algum regular, e se não possue de facto ou direito dominios, a nelles portos de mar, pertencentes a esses dominios, hé por conseguinte um chefe de salteadores. Os Tribunaes Americanos tem com effeito para decidir um cazo importante de direito publico que muito há de influir no progresso ou diminuição de piratarias futuras. Consta-nos, que o Corsario que tomou o navio Portuguez *Montalegre*, com commissão

de Artigas, pertence a cazas mui ricas e conhecidas dos Estados Unidos.

O pequeno artigo que copeámos a respeito dos novos povoadores do rio da Trindade na Provincia de Texas, menciona conjecturas que não são para desprezar. Certamente, os novos hospedes devem cauzar mais susto á Hespanha do que aos Estados Unidos, e não se pode duvidar que com sua vesinhança, uma vez que a colonia vá avante, o Mexico está em grande perigo. Nós porein por agora não nos occuparemos em mais conjecturas, ou prophecias sobre este ponto; como viemos a fallar dos negocios de Hespanha na America, parece-nos mais acertado dizer outras couzas mais positivas sobre o assumpto. As noticias mais frescas daquella parte do mundo são, que em 24 de Agosto proximo passado o Almirante Brion tomou Guiria aos Hespanhoes, e que em data de 27 do dito mez há uma Proclamação do mesmo Almirante, convidando todos os neutros e amigos a hirem a hi commerciar, e declarando que a importação de todas as provisoens será livre de direitos durante um mez, á contar da data da Proclamação.

O chefe supremo da Republica de Venezuela, Simão Bolivar, mandou tambem publicar uma Proclamação, dirigida aos habitantes da Nova Granada, datada de Angustura, aos 15 de Agosto, em que lhes promette que brevemente ficarão livres do dominio Hespanhol, porque o exercito de Morillo já não existe; e pois que em outro tempo o povo da Nova Granada foi libertar Venezuela, cumpria agora á esta hir fazer o mesmo ao povo da Nova Granada. Estes são os acontecimentos mais notaveis que por ora tem occorrido naquella parte do mundo; agora passâmos a materia velha, e vamos continuar

com o que deixámos suspenso a pag. 498 do No. antecedente, debaixo do titulo de

Hespanha, e Suas Colonias.

Muita gente tem sido de opiniaõ que Inglaterra, depois de haver libertado a Hespanha e a Europa do jugo de Buonaparte, podia agora especular livremente na liberdade da America Hespanhola, por haver sido excitada para esta guerra umas vezes por meio de severas censuras a cerca do comportamento de Hespanha, outras por meio de assustadoras insinuaçoens contra o poder progressivo dos Estados Unidos. Mas o estado particular das relaçoens politicas entre Hespanha e Inglaterra desde o anno de 1809 até 1814, e desde a transiçaõ da guerra para a paz, em nada tem alterado a posiçaõ politica de ambas as naçoens, e por consequencia taõ pouco tem diminuido os argumentos que há contra a alliança colonial. Depois da fatal experiencia que Inglaterra teve nas suas desavenças com as suas proprias colonias do Norte da America, deve ella mostrar-se mui prudente, e até vagarosa em intrometer-se nas disputas coloniaes das outras naçoens. Se as consequencias politicas que teve a França pela sua activa cooperaçaõ para a liberdade daquellas colonias forem sinceramente meditadas, ver-se-ha que dellas se não poderá tirar grande estimulo para a imitar.

Alem disto, não pezará nada na balança a justa e duravel inimisade da naçaõ que, por cauza de Inglaterra, perdesse suas melhores colonias? Mas supponhamos ainda que seos meios futuros de Vingança erã para desprezar, pode alguem persuadir-se que todas as naçoens da Europa seriaõ espectadoras indifferentes quando Vissem Inglaterra estendendo sua influencia, e como diz

o mundo, monopolizando todo o commercio da America? Tão livres de ciúmes contra Inglaterra ou amigas de seu commercio, se tem ellas mostrado até agora para esperar-se que olhassem ociosamente para este novo augmento do poder Britânico? Sendo pois a cauza de Hespanha auxiliada por algum alliado, eis que veriamos de novo a tranquillidade da Europa dependente dos destinos da guerra, e converter-se a America em um desastroso campo de batalha. Que o comportamento de Hespanha para com suas colonias não tem sido nem prudente nem humano; e que Fernando VII, voltando para o throno, perdeu a melhor occasião que houve para conseguir uma racionavel reconciliação são verdades inegaveis: todavia dellas se não pode concluir que Inglaterra deva desembainhar a espada em defeza daquellas colonias.

Diz-se mais, que Inglaterra, abstendo-se de intrometer-se em os negocios do Sul da America, está dando aos Estados Unidos todas as vantagens que lhe caberia se os auxiliasse, e que assim concorre para augmentar o poder e o commercio de uma nação que pode ser a unica rival maritima da Gran-Bretanha. Com tudo, parecenos muito duvidoso que Inglaterra haja de perder vantagens commerciaes ou politicas por cauza da sua neutralidade; quanto mais vendo-se que os mesmos Estados Unidos tem dado todas as provas publicas de quererem tambem ficar neutraes. Suppondo ainda porem que aquelle comportamento dos Estados Unidos seja um mero pretexto decente, ou admittindo ainda que elles deem aos Independentes um auxilio directo e publico, Inglaterra nada perderá com isso. A experiencia dos seculos, e o mesmo exemplo da America do Norte claramente provaõ, que os Americanos do Sul não sacrifica-

raão á gratidão dos *desinteressados* auxilios dos Estados Unidos todos os beneficios que em cazo de Victoria final ou máo successo, possaõ receber da amisade e ligação com Inglaterra. Nunca de certo se castigaráõ a si mesmos, recebendo nossas manufacturas por via dos Estados Unidos e por um preço avultado, podendo-as receber directamente de nós; nem gratuitamente haõ de provocar a indignação do poder maritimo Inglez, e privar-se assim não só dos productos que são mais proprios para o seo paiz, mas de todos os recursos de um commercio livre, objecto primario porque pegaram em armas. Alem disso, estamos persuadidos, que nunca se mostraráõ inimigos de Inglaterra só pelo motivo de que nos primeiros annos da sua revolução ella preferio a boa fé e lealdade aos seos proveitos commerciaes; não quiz comprometer a tranquillidade da Europa; e evitou augmentar suas difficuldades pecuniaras, entrando em guerra contra o mesmo alliado, a quem acabava de libertar.

Todas estas razoens parecem concludentes para que Inglaterra não deva comprometer sua honra e poder, entrando em uma alliança offensiva e defensiva com os Colonistas da America. O Governo Britanico adoptou em 1810 o meio da mediação, e em consequencia disto foraõ nomeados alguns Commissarios Inglezes que partiram para Cadiz, aonde depois de mui fortes discussões das Cortes, rejeitou-se a mediação, e dissolveu-se a missaõ. Hé para lamentar que os Commissarios Britanicos homens de talento e de experiencia em os negocios politicos, qualquer que podesse-ser o resultado da sua missaõ, não tivessem procurado instruir-se, e assim instruir tambem a sua patria, do Verdadeiro estado das Colonias, e dos sentimentos, vistas, disposicoens, e comportamento de ambos os partidos em tão

sanguinolenta contenda. Não hé facil agora decidir se Hespanha, rejeitando o plano da mediação, perdeu a unica occasião que teve de recobrar suas Colonias; todavia o que se pode asseverar hé que muitos membros principaes do poder executivo e das Cortes estão hoje bem arrependidos par haver seguido os velhos prejuizos coloniaes em vez de terem maduramente discutido a questão. Nada há pois occorrido desde 1810 que em nossa opiniaõ deva alterar a linha de neutralidade entaõ adoptada por Inglaterra; pelo contrario muito mais estamos agora persuadidos que nos convem seguir estrictamente, por nosso mesmo interesse, aquelle comportamento politico. Que houvessemos de désviar-nos d'elle só pelo que temos visto fazer a Fernando, e por tudo quanto sabemos de seos calabouços, torturas, e *Autos da Fé*, seria essa uma maxima que unicamente pode ser adoptada pelos amigos de uma guerra perpetua: sim unicamente taes individuos podem folgar que Inglaterra entre em guerras dispendiozas, e quem sabe se fataes, só porque os monarcas e naçoens estrangeiras fazem despropositos ou comettem mil erros dentro em suas cazas.

Há ainda certos politicos que dizem que Inglaterra nunca devia, e menos neste ponto, seguir uma equivocada marcha de politica. O principio hé verdadeiro; e tal marcha equivocada, sendo absurda nos communs e ordinarios negocios da vida, hé ainda muito mais em os negocios politicos, por que hé muito peor que a fraqueza, e sempre traz com sigo consequencias fataes. Seguramente o defender Hespanha contra as Colonias, ou estas contra Hespanha seria sempre mais nobre e mais prudente do que debaixo da capa de neutralidade auxiliar occultamente ou enganar ambos os partidos. Mas

esta não hé a neutralidade que nós aconselhâmos ; porque ella seria indigna do Character da nação Britanica, em todo o tempo franca e leal, e sempre tão longe da fraqueza como da duplicidade ou arteficio. A unica interferencia de que podia usar Inglaterra em os negocios Americanos, e talvez com muito bom successo, seria renovar, sendo solicitada por alguma das partes, a sua antiga mediação ; por que se esta fosse aceita em 1810 teria poupado muitos annos de grandes calamidades ás colonias, e não teria pôsto agora Hespanha em circumstancias de ver que a hora da reconciliação talvez já passou. Mas quando tal mediação fosse agora offerecida ou aceita, acrescentâmos ainda, que o Governo Britanico se não deveria aproveitar della para monopolizar todos os seus bons resultados : pelo contrario a politica seria convidar as grandes potencias da Europa para serem neste ponto cooperadoras com Inglaterra.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

AIX-LA-CHAPELLE.

Demos neste Artigo o Tratado feito entre os Alliados e a França para a evacuação do territorio Francez pelas tropas combinadas. Este passo mostra que a tranquillidade publica se vai muito visivelmente consolidando em França, e que esta, determinada a gozar dos fructos de um Governo Constitucional, por que pelejou mais de Vinte annos, dará agora ás artes da paz o tempo que antes deu á devastação, rapinas, e conquistas.

Uma Caracteristica bem notavel deste Congresso de Aix-la-Chapelle hé que á par dos Soberanos, que só o compoem, figuraõ duas

grandes Cazas de Commercio de Inglaterra e Paizes Baixos, e como taes são partes integrantes do Tratado. Eis pois o commercio hobreando agora com os Soberanos, e só duas cazas sendo por assim dizer os fiadores da maior nação Europea,—a França! Aprendaõ disto os Reys da terra, e os governos do mundo a honrar e proteger como devem o commercio; e lembrem-se, que grandes ou immensos territorios, sem dinheiro ou sem erario, valem muitas vezes menos que dois ou tres individuos particulares! Isto hé mais que bastante para humilhar a altivez dos governos e naçoens.

Naõ admira que o Congresso de Aix-la-Chapelle tenha já dado demonstraçoens tão pacificas, e sinaes tão evidentes do bom humor de que actualmente gozaõ os Soberanos alliados; os preliminares deste famoso Conselho dos Deoses da terra já nos faziaõ augurar estes bons resultados de bemaventurança politica. O Principe Metternich festejou grandemente alguns dos Ministros das potencias alliadas, na sua marcha para o Congresso; e diz-se que estas convivaes conferencias, politico-pacificas, foraõ liberalmente humedecidas com o nectar precioso do vinho de *Johanisberg*. Ora sendo um Velho dictado, que *in vino veritas*, seguia-se logo que os Ministros dos Reys, illuminados pelo espirito de verdade de *Johanisberg*, o deviaõ infundir tambem nos soberanos que representavaõ; e daqui nasceu portanto a pronta e generosa decisaõ dos Alliados.

As esperanças do mundo parecem estar pois realisadas; e em prova disto copiaremos o Improviso seguinte, que nos dizem fora composto em 4 lingoas, dedicado á *Santa Alliança*, e cantado publicamente am Aix-la-Chapelle, no dia 16 de Octubro do anno da Graça 1818:—

En fin la paix, dans le repos
Vient de fixer l'Europe intière :
Peuples, oublions tous nos maux !
Nous n'avons pour Rois que de pères !!!
Braves enfans, unissons-nous
Pour chanter toutes leurs louanges !
S'ils sont nos Dieux !!! Nous serons tous,
Oui, tous heureux, comme les Anges !

HESPAÑHA.

Neste artigo copeamos uma Carta de Madrid que noticiava a mudança de Ministerio com as particulares circunstancias que a acompanharam. As ordens de El Rey para este effeito foraõ assignadas por elle no dia 14 de Setembro. Ainda que a mudança de um Ministerio seja couza privativa dos Monarcas, que podem mui bem despedir seos servos, como um âmo despede seos creados quando se não dá bem com elles, todavia o modo de os despedir, e a frequencia de taes despedidas caracterisaõ sempre muito os donos de Caza. Que o modo da despedida do Ministerio Hespanhol foi verdadeiramente no *estilo Asiatico*, ninguem poderá duvidar; quanto á frequencia desta mudança politica em Hespanha, melhor se poderá ella avaliar pela lista seguinte das diversas scenas que ahi tem passado desde que S. M. Catholica Fernando VII recobrou o throno.

Lista dos Ministros nomeados, e depostos, depois da Volta d' El Rey Fernando para a Hespanha, em Maio de 1814.

Ministros de Estado dos negocios estrangeiros:—O Duque de S. Carlos, Dom Pedro Cevallos, Don Joze Pizarro.

Ministros do Interior, ou da Graça e Justiça :
—D. Pedro Macanaz, D. Thomas Moiano, D.
Joze Quipo de Lano, Bispo de Mechoacan,
nomeado de manham, e deposto e prezo a noite!

Ministros das Finanças :—D. Christovão de
Gongora, D. João Perez Vilamil, Don — Valligo,
D. Luiz Salazar, D. Martin Garay.

Ministros da Guerra :—Don — Heredia, Ge-
neral Ballesteros, El Conde de Campo Sagrado.

Ministros da Marinha :—D. Luiz Salazar, D.
Joze Figaroa.

Ministro da Policia :—D. Pedro Echeverria.

Eis uma lista de 17 Ministros nomeados e
depostos dentro do espaço de 4 annos, pela qual
cáhem á cada anno 4 Ministros e $\frac{1}{4}$! Se ainda em
Portugal ha individuos que tem por officio
exaltar o governo de Hespanha, e convidar, ora
directa ora indirectamente, os Portnguezes a
serem Hespanhoes; olhem bem para ella, e
vejaõ a felicidade que pertendem dar a Portugal!

INGLATERRA.

Neste artigo publicámos a grande lista dos
navios Portuguezes, tomados pelos Corsarios
Commissionados por Artigas, lista formada das
que regularmente são publicadas no Lloyd's. O
numero destas prezas hé com effeito mui grande,
por que achâmos perto de trinta navios roubados,
tomados, ou destruidos. Mas não hé só a
perda de tantos vazos, perdidos com suas ricas
cargas, que faz este acontecimento digno de
sérias meditações, acresce ainda o effeito moral
que taes tomadias tem produzido nos seguradores
Ingleses; nova e mui attendivel perda para o
Commercio Portuguez. Os Seguros tem che-

gado em Londres á 15 guineos, soma tão enorme que o commercio, feito em navios Portuguezes, já não pode competir com o que se faz em navios estrangeiros. Todavia, já nos consta que há poucos dias se tem feito seguros entre 11 e 12 guineos, depois que chegou a Londres a noticia de estar embargado em Baltimore, á requerimento do Consul Portuguez o navio *Montallegre* ahi levado porum Corsario, e da esperança em que estão os seguradores Inglezes de que a prêza Portugueza será julgada illegal.

Nem se persuadea alguém que a diminuição dos premios dos seguros procedeu de ter corrido em Londres que do Porto de Lisboa estavam a sahir ou já tinham sahido uma Náo, e um Brigue para cruzar contra os Piratas enbandeirados em nome de Artigas; esta noticia nenhuma influencia causou na diminuição dos seguros, e em prova disso refererimos a anecdotia seguinte, que nos foi contada por um negociante respeitavel Portuguez, que foi fazer um seguro no Lloyd's.

Querendo o dito negociante Portuguez fazer melhor o seo negocio, quando os seguros estavam á 15 guineos, dice aos seguradores que por cartas chegadas de Lisboa sabia, que tinham sahido ou estavam a sahir as duas embarcações de guerra já mencionadas: que resposta lhe deram porem os seguradores? *Uma risada!* acrescentando, que tal noticia, ou fosse verdadeira ou falsa, nada podia influir na baixa dos seguros, *porque havia ja muito tempo que se não reconhecia no Lloyd's a existencia da marinha Portugueza!* O negociante não ponde, por consequência, tirar proveito algum da noticia que deu.

Vemos pois que a nova da morte da *Marinha Portugueza*, já hé publica na primeira

Praça mercantil do mundo: e como o deixaria de ser, particularmente agora, quando, examinando as Listas dos navios tomados, se descobre que a maior parte delles tem sido apreçados fóra das Barras dos principaes portos do Reino Unido Portuguez, tanto da Europa como da America, e quazi á vista de suas fortalezas; e que os ditos portos tem estado como bloqueados pela *marinha nominal* de Artigas? Depois da ignominia porque tem passado os descendentes dos que tão briosamente quebraram tantas Lanças em Africa, reduzidos á pagar tributos á piratas Argelinos, não podia haver outra equivallesse á miseraval desgraca de ver-mos como bloqueados nossos portos de ambos os hemisphericos pela *nominal marinha* de Artigas!

E que convirá dizer agora á vista de tamanha quebra do antigo poder e fortuna Portngueza? Nada mais do que aquillo que já dice em uma das suas bellas Odes o nosso *velho Horacio* Portuguez, o illustre P.^e Francisco Manoel do Nascimento:—

“ Netos de Gama, Netos de Albuquerque,
 “ (E arranca alto suspiro
 “ Neptuno, que assim brada) envergonhai-vos!
 “ Que hé do trisulco sceptro,
 “ Que entreguei ao valente Aventureiro,
 “ Que arrou primeiro, ousado,
 “ O ignoto mar da apavonada Aurora?
 “ Aquellas Argos Lusas,
 “ Cheias de heroes, que a Mauritana escola
 “ Criára e endurecêra,
 “ Já não trilhaõ meo reino, desenvoltas?
 * * * * *
 “ A cinza dos Pachecos
 “ Pedio vingança; e os Fados mais que justos . . .”

* Concederam-lha! . . . —Os REDACTORES.

Hé incrível o modo porque o *Correio Braziliense* forma seos ataques contra o *Investigador*! Sem nunca seguir uma marcha franca e leal, recorre á todas as tortuosidades, e por assim dizer, á *esperas encobertas*, que só emprega quem desconfia da sua força ou razão. No seo N° de Setembro, pag. 372, volta á mesma cantilena do N° antecedente, e repete que como o Investigador o chamou, *em outro tempo*, “Mirandista, Caraquenho, Revolucionario, Incendiario, &c. &c.” deve agora retorquir-lhe *a ponto*. Mas se o *Correio Brazillense* ainda taõ sentido se mostra porque o *Investigador* lhe chamou em 1812, ou 1813 os nomes acima indicados, porque não escreve um Numero inteiro, ou metade de cada um para se vingar dessa offensa; e não separa couzas verdadeiramente pessoas de questoes de muita importancia, e que só merecem ser tratadas com muita seriedade, e proposito? Que tem os ultimos debates em que entrou o C. B. com o mal com que em *outro tempo* o tratou o Investigador? Não prova elle com isso que suas intenções não são defender uma boa cauza, mas satisfazer só uma vingança?

Isto porem nada hé em comparação da manifesta calumnia ou má fé com que ataca o *Investigador* na mesma pag. 372. Diz elle: —“O Investigador insistindo em que El Rey deve voltar para Lisboa, sahio agora no seo N° 87, com a copia das Cortes de Coimbra em que se aclamou El Rey D. João I, para provar que os Portuguezes tem o direito de nomear Rey, estando vago o throno” E (na pag 373) continûa: —“Quererá o Investigador insinuar com isso, que por El Rey ter escolhido conservar a sua corte no Rio de Janeiro temporariamente, durante o presente

estado politico da Europa e da America, fica vago o seo throno?"

Com effeito, hé preciso que o *Correio Braziliense* esteja bem no cazo desse famoso Romano, a que alludiu o *Investigador* de Setembro, pag. 353, para desfigurar a tal ponto a verdade! 1º, o C. B. dá a entender, que o Investigador publicou as Cortes de Coimbra por que insiste que El Rey deve voltar para Lisboa: 2º, que pertende por isso provar que os Portuguezes tem direito de nomear Rey, estando vago o throno: 3º, que parece insinuar, que está vago o throno, por El Rey ter estabelecido temporariamente sua Corte no Rio de Janeiro. Bem máo conceito faz o C. B. das faculdades mentaes de seos Leitores, e mormente dos do Brazil, a quem dedica suas paginas, para persuadir-se que seos raciocinios podem ser havidos por elles como effeitos de boa persuasão e boa logica. Hé por ventura um misterio o motivo que deu occasião ao Investigador de publicar as Cortes de Lamego e de Coimbra? Tendo por conveniente responder á um Folheto publicado em Lisboa, no qual, entre outras couzas, se asseverava, que os direitos de nossos Reys ao throno Portuguez só estavaõ fundados nos direitos de *doação e conquista*! e se queria até provar isto com as Cortes de Lamego: que couza mais obvia podia haver do que retorquir-lhe com as mesmas Cortes de Lamego e de Coimbra? O Investigador bem francamente manifestou suas intenções quando na resposta que deu dice:—

1. Em o No. de Agosto, pag. 228:—"Mas supponhamos que estes (os direitos de *doação e conquista*) originariamente assim tinhaõ sido; elles depois acabaram de todo com a morte d'El Rey D. Fernando. Quem hé que poz no throno o illustre tronco da Caza de Bragança, e

pelejou por elle contra Castella a famosa batalha de Aljubarrota? Forão os direitos de doação e conquista?..... E quem a final deo á mesma illustre Caza de Bragança o throno da Monarquia Portugueza perdido por 60 annos de dura escravidão, e restaurado por 27 annos de guerra, e de prodigios de lealdade e valor? Forão ainda os direitos de doação e conquista, transmittidos pelos Reys de Leão?"

2. E em o No. de Setembro, pag. 334:—
“Nós nascemos Portuguezes, e Portuguezes queremos morrer,* conservando sempre nossos Reys e nossa patria! Pois bem! que se deve fazer? Animar a nação para que faça o que sempre tem feito o favor dos seos Reys e da sua patria. *Com estes intentos hé que já publicámos as Cortes de Lamego, e pãssamos agora a publicar parte das Cortes de Coimbra, que ellegeram o Nobilissimo e Illustre tronco da Caza de Bragança, o Senhor D. Joao I.*”

Ora depois de se ler isto no Investigador, como poderia o *Correio Braziliense*, a não estar bem no cazo do famoso Romano, a quem ja se alludiu, desfigurar tão baixa e atraçoadamente phrases tão claras e francas? Estava sim reservado para o *Correio Braziliense* o accusar o Investigador por elle ter feito reviver o actos de patriotismo dos antigos Portuguezes em uma epocha em que alguém trabalha por nos fazer Hespanhoes! Mas nós ja uma vez o dicemos: o C. B. não hé Portuguez Europeo; não sabemos mesmo se nasceu Portuguez Braziliense; e hoje hé inquestionavelmente Cidadão Inglez!

O C. B. na verdade honra grandemente a nova patria que adoptou, repetindo ainda na pag.

* De certo não o quer o *Correio Braziliense*, que acaba de naturalisar-se Ingles!—Os REDACTORES.

373, que Inglaterra seria capaz de se unir aos outros alliados contra Portugal! Que ella seja incapaz desta perfidia asseverâmos nòs ainda outra vez. Em quanto a Europa politicamente existir como agora, Inglaterra será sempre a melhor alliada de Portugal, por que seos interesses são e seraõ sempre de fazer cauza commum com elle, e de opor-se á seos inimigos. Nem poderá citar-se uma hypotese racionavel em que a Gran-Bretanha possa ser inimiga de Portugal para favorecer interesses alheios.

O C. B. quando mais se vai chegando para o fim do seo ataque contra o Investigador torna-se mais original, e assemelha-se ao Cisne, cujo ultimo canto sempre he mais melodiozo. Diz elle a pag. 374:—"quanto aos elogios que o Investigador aqui faz a seo *pay*, o Conde de Funchal, escusa de suar camisas...." Hé pasmozo como o Correio Braziliense já de todo se esqueceu dos factos mais notaveis da sua vida! Consulte pois o seo assento de baptismo, e por elle verá que hé filho mais velho: portanto melhor seria que por prudencia se calasse. Quem falla das geraçoens dos outros expõem-se a que tambem lhe fallem na sua.

O ultimo parágrapho do artigo do C. B. hé delicioso; e ninguem poderia esperar tal do novo cidadão Inglez! Conclue elle em pag. 375:—"Logo, nem a citação dessas Cortes de Coimbra serve para mostrar que os Portuguezes podem eleger Rey, visto que o seo hé legitimo, e vive, *pela graça de Deus*, com numerosa successão." Isto dito por quem já antes asseverou que *todos os habitantes do Brazil* (sensatos e espirituosos) *tinhaõ cauza mais que sufficiente para aborrecer o seo governo*, hé agora delicioso, hé sublime!

A's noticias que já referimos do Brazil no seo lugar competente acrescentaremos agora as seguintes, relativas aos negocios do commercio de escravatura, as quaes os nossos Leitores poderão tomar como certas:—

Por Decreto de 18 de Agosto do corrente anno já foraõ nomeados o Commissario Juiz e o Commissario Arbitro Portuguezes que, conjunctamente com os Inglezes, haõ de formar a Commissão mixta que, em virtude do Artigo 8º, da Convenção de 28 de Julho de 1817, devia residir nos Dominios de S. M. F.; e para residencia da dita Commissão designou El Rey N. S. a Praça do Rio de Janeiro. As pessoas nomeadas são:—Silvestre Pinheiro Ferreira, Deputado da R. Junta do Commercio, &c.; para Commissario Juiz; e João Pereira de Souza, Negociante daquella Praça, para Commissario arbitro.

Tambem já o Governo Inglez, em execução do mesmo Artigo, designou o Estabelecimento de Serra Leôa para residencia da Commissão mixta que deve estabelecer-se nos Dominios de S. M. Britannica; e El Rey N. S. tambem já mandou á Junta do Commercio que consultasse sobre os individuos que nella deverão entrar por nossa parte.

Podemos alem disso acrescentar, que S. M. F. hia já proceder á nomeação da outra Commissão Mixta, que pelo Artigo 9, da mesma Convenção se deve estabelecer em Londres para tomar conhecimento das prezas que houverem sido feitas pelos Cruzadores Britannicos entre as duas epochas no mesmo artigo indicadas. Parece-nos portanto acertado que os interessados nas embarcaçoens tomadas cuidem em mandar quanto antes para Londres todos os documentos e clarezas que poderem servir para os Commissarios avaliarem a extensaõ das suas perdas.

Temos á final a satisfação de annunciar tambem como certa a ordem que S. M. mandou expedir pelo Secretario de Estado da Repartição competente para que se pagasse ao negociante Portuguez, residente em Londres, Custodio Pereira de Carvalho, o valor do seo Brigue *Carvalho V*, e que hoje tem o nome de *Infante D. Miguel*. Este procedimento confirma o que já dicemos em o nosso No. antecedente de Outubro, a pag. 507, isto hé—*o respeito que El Rey quer se tenha por toda a propriedade particular de seos vassallos*; e como assim grande prazer temos que com este respeito (taõ recomendado por El Rey) se tratasse a propriedade de um vassallo, taõ honrado e benemerito como Custodio Pereira de Carvalho, o qual sempre muito se tem distinguido em lealdade para com seo Rey, e em bons dezejos á favor da sua patria.

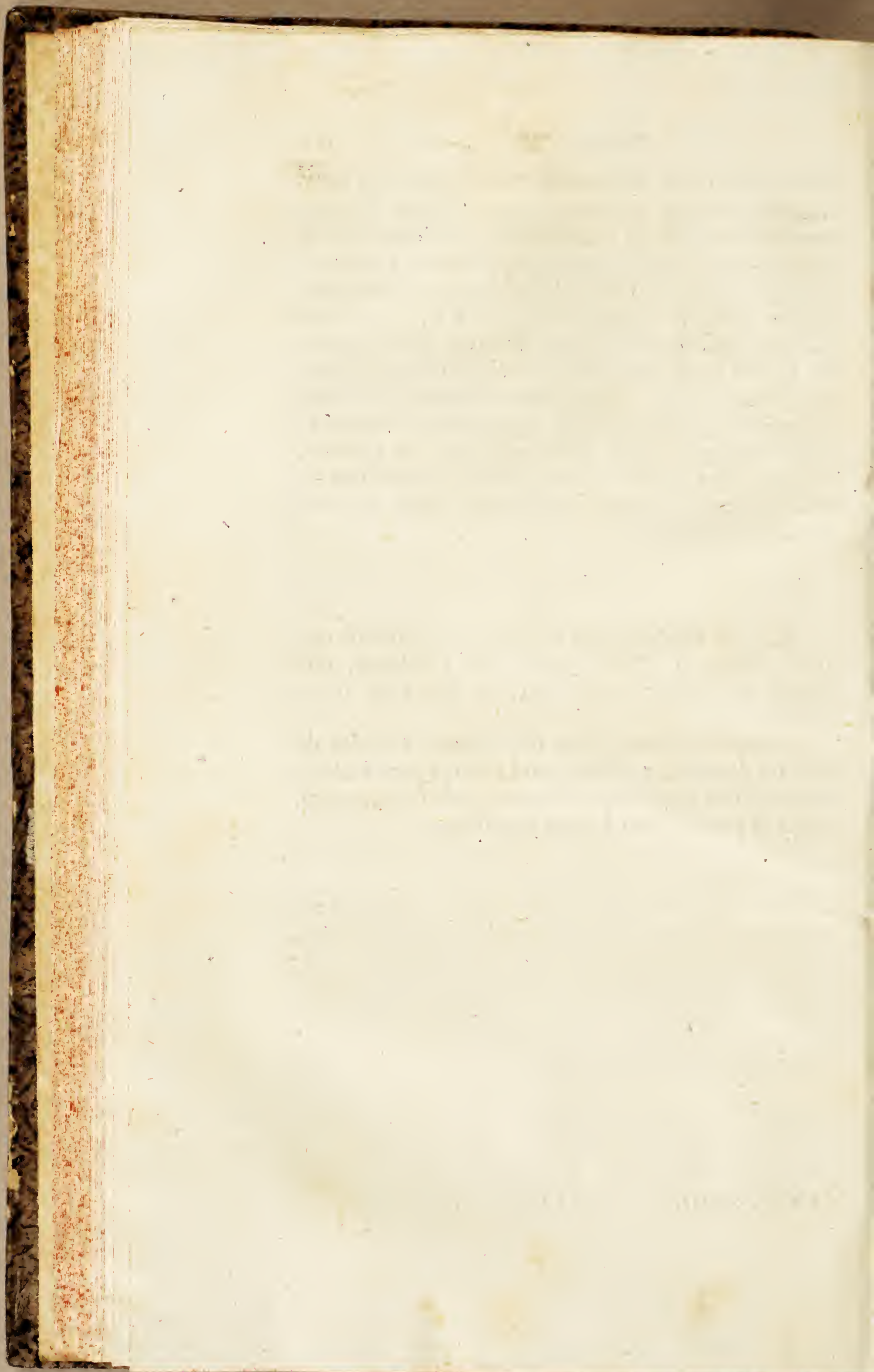
Como prova ainda clarissima das nobres e justas intenções de El Rey e seos Ministros sobre este importantissimo assumpto, daremos a que vimos em cartas da Bahia, em que se dizia; que naquella Praça se tinha já estabelecido, ou hia estabelecer uma Commissão de Negociantes para avaliar e arbitrar o que se deve pagar aos navios que foraõ empregados no bloqueio de Pernambuco. Bem haja o Governo que assim obra! porque continuando a comportar-se deste modo terá sempre á sua disposição até o ultimo real de seos vassallos nas occasioens de aperto ou de perigo. A maior riqueza de um governo hé o *credito*, e este não se pode adquirir se não por um respeito sagrado, e inviolavel á tudo o que hé propriedade particular.

As mesmas cartas da Bahia, á que nos referimos, notavaõ com tudo uma circumstancia que nós não podemos acreditar. Louvando muito as boas intenções de El Rey e seos Ministros,

diziaõ que o mal não estava nelles, mas nos executores de suas ordens; e que o valor das indemnidades, que se mandassem pagar aos navios acima mencionados, nunca se chegaria a receber sem que o negocio se tratasse antes commercialmente com os Senhores S . . . e I . . . Banqueiros conhecidos de uma notavel personagem do Erario (não o Secretario Ministro de Estado da Repartiçaõ.) Nós, como dicemos a cima, não podemos acreditar taõ vergonhosos rumores; mas fazemos mençaõ delles para que as pessoas, a quem elles possaõ alludir, vejaõ o melindre de sua situaçaõ, e olhem bem por todas as suas acçoens publicas.

N. B. A continuaçaõ do que ainda temos que dizer sobre o *Porto franco em Portugal*, não poudes ter lugar neste No., e fica para o seguinte:

Dizem-nos que a soma das letras, sacadas do Rio de Janeiro, e aceitas em Londres para indemnisaçaõ das perdas no commercio de escravatura, anda já por 60,000 Libras Sterlinas.



On the first of September was published,

No. I.

OF THE

CONSTITUTIONAL SPANIARD,

OR

MISCELLANY OF POLITICS, ARTS AND SCIENCES, LITERATURE, &c.

In Spanish.

A MONTHLY PUBLICATION.

PROSPECTUS.

Opus aggredior opimum casibus, atrox praeliis, discors seditioibus, ipsâ etiam pace sævum.
TACIT. Hist. Lib. I.

THIS Monthly Publication will contain the following Sections:—
1st. POLITICAL.—The Intelligence of all the Principal Events occurring in Europe, accompanied with appropriate reflections.—
2nd. The most interesting documents of the Spanish Revolution, from the period of the publication of the *Manifesto* of Charles IV. in consequence of the Arrest of the *Prince of Asturias* up to the present time; with the repeated efforts of the *Spanish People* for the recovery of their Liberty, after the return of the King, Ferdinand VII.—
3rd. The origin and progress of the American Revolution, to shake off the Inquisitorial Despotism by which the Mother Country is oppressed.—
4th. An impartial judgment on the Political Conduct of the different Patriotic Governments of Spain.

II. ARTS AND SCIENCES.—This Section will contain those Discoveries in the Arts and Sciences made in Europe, which may prove useful in Spain and America, with an Analysis and Extracts from the best authors on Experimental Philosophy, Chymistry, Anatomy, Physiology, Therapeutics, and Materia-Medica, Practical Medicine, Chirurgery, Pharmacy, &c. and will include original communications upon the above subjects.

III. MISCELLANEOUS.—Containing select pieces in prose and verse upon various branches of Literature, and Spanish Bibliography.

* * * Each Number will consist of 80 pages in 8vo.

Subscriptions for the above work received by Boosey and Sons, 4, Broad-street, Exchange, Bossange and Co. Great Marlborough-street, Berthoud, and Dulau and Co. Soho-square, Simpkin and Marshall, Stationer's-court, and Sherwood and Co. Paternoster-row, at £1.14s. per annum, or 17s. the half year. Single Numbers, 3s.

H. Bryer, Printer, Bridge-Street, Blackfriars, London.

Ha salido al público el 1º. de Septº. 1818, el

No. I.

DEL

ESPAÑOL CONSTITUCIONAL,

6

MISCELANEA DE POLITICA, CIENCIAS Y ARTES, LITERATURA, &c.

PUBLICADA EN ESPAÑOL.

PERIÓDICO MENSUAL.

PROSPECTO.

Opus aggredior opimum casibus, atrox praeliis, discors seditionibus, ipsâ etiam pace sævum.
TACIT. Hist. Lib. I.

ESTE Periodico Mensual contendrá tres Secciones:—*Primera* DE POLITICA, que abrazará los Articulos siguientes:—1º. La comunicacion de los acontecimientos mas importantes de la Europa, acompañados de las reflexiones oportunas.—2º. Los documentos mas interesantes de la Revolucion de España, desde el periodo de la publicacion del *Manifiesto* de Carlos IV. en consecuencia del arresto del *Principe de Asturias*, hasta la época presente; juntamente con los repetidos esfuerzos del *Pueblo Español* por la restauracion de su libertad, despues del regreso del rei Fernando VII.—3º. El origen y los progresos de la Revolucion de América, y la justicia con que los Españoles-Americanos resisten someterse al yugo tiránico, que hoy oprime á la Madre-Patria.—4º. Un juicio imparcial sobre la conducta política de los diferentes Gobiernos Patrióticos de España.

Seccion segunda: DE CIENCIAS Y ARTES. En ella se expondrán los Descubrimientos en Ciencias y Artes hechos en Europa, que puedan ser útiles á España y América.—Se darán Análisis y Extractos de las mejores obras sobre Física-Experimental, Química, Anatomía, Fisiología, Therapéutica y Materia-Médica, Medicina-Práctica, Cirugía, Farmacia, &c. y se publicarán artículos comunicados y originales sobre estas materias.

Seccion tercera: DE VARIEDADES, que contendrá piezas selectas en prosa y verso sobre asuntos de Literatura y Bibliografia Españolas.

* * * Cada Número contendrá 80 pag. en 8vo.

Las personas que deseen subscribirse, pueden hacerlo en la libreria de T. Boosey é Hijos, 4, Broad-street, cerca de la Bolsa, Bossange y Co. Great Marlborough-street, Berthoud, y Dulau y Co. Soho-square, Simpkin y Marshall, Stationer's-court, y Sherwood y Co. Paternoster-row.

La subscripcion es 11. 14s. al año, y 17s. por medio año.

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ

EM INGLATERRA,

OU

JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

DEZEMBRO, 1818.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR

LITERATURA PORTUGUEZA
E ESTRANGEIRA.

Parecer, que o Desembargador Joze Vaz de Carvalho deu em 1749 ao Senhor D. João 5º, quando premeditou fazer a Pragmatica, que sahio em 24 de Maio d'aquelle anno; cujo parecer foi extrahido de uma Copia, que se achou no Gabinete de Pedro da Motta, e Silva.

Senhor ;

CONCEBENDO V. M^e na Sua Alta comprehensão dar melhoramento ao Reyno, e desterrar os abusos, e males, que o elaqueaõ, se digna ouvir-me sobre este importantissimo Objecto: hé da minha obrigação obedecer fielmente beijando

VOL. XXIII.

R

reverente a Real Mão de V. M. por tão estimavel Graça.

Para se remediar um mal hé preciso que primeiro se conheça a natureza do mesmo mal, e as Causas efficientes, que o produzem, porque deste Conhecimento depende a applicação da verdadeira Medicina.

O desleixo, e abandono da Agricultura do Reyno hé um mal Capital, que o vai lemtamente devorando, e preparando a sua indispensavel, e consequente ruina. Sinco são ao meu parecer as suas Causas producentes—“ *O luxo, a Ociosidade, a ignorancia, a desestima do Agricultor, e o pezo enorme, com que se acha em muitas partes do Reyno, onerada a mesma agricultura*: Cada uma das quaes por siso hé de sobejo para anniquilar, e tornar nulla esta preciosa arte. Conhecidos pois semelhantes Causas efficientes nada pode ser mais facil que applicar-lhes os remedios, que são as virtudes, que se lhes oppoem.

A Agricultura, esta Arte, ou disciplina rural, por meio daqual os homens tirão da terra todas as commodidades, teve de todos os Antigos a primeira estimação, e uzo necessario, como uma das bases, porque as Sociedades se nutrem, se conservão, e se adiantão; hoje porem está em grande esquecimento entre nós.

Quanto mais o intendmento humano se espraia pela antiguidade, tanto mais se vê presada, e adiantada esta primeira sciencia do mundo, sobre o que a historia appresenta documentos innumeraveis. A fertilidade, e cultura dos campos de Babilonia deraõ o maior credito aos Israelitas, e Hebreos, porque n'este exercisio mostrarão o emporte, e uso, que fazião das idéas, e conhecimentos, que adquirirão, e aprendêrão dos primeiros homens do mundo sobre a necessidade, e modo de cultivar a terra. Gedeão,

Saul, David, Eliseu, e outras infinitas personagens d'aquelle tempo, estimavaõ em tanto a agricultura, que elles a consideravaõ como a primeira occupaçaõ, e dever inseparavel de todo o homem, por maior, que fosse a sua dignidade na sociedade.

O mesmo praticáraõ os Phenicios, os Egipcios, e os Cartagineses, como se vê dos 28 livros, que escreveu Magõ. Os Gregos naõ se applicáraõ e honraraõ menos esta fecundissima arte, antes a leváraõ ao maior augmento, de forma, que Homero, e outros nos fazem ver, que até as primeiras dignidades viviaõ dos seus gados, e dos fructos da terra, que elles proprios cultivavaõ, e amanhavaõ por suas mãos. Os Persianos fizeraõ da Agricultura tal apreço, que ella era o mais delicioso exercicio dos Principes, como de Cyro conta Xenofonte, que fazia timbre das flores, que regava, e da Ortiga, que agricultava. E recorrendo á historia dos tempos mais proximos se sabe, que os Romanos se applicavaõ, e se honravaõ tanto com a agricultura que dos mesmos legumes, que semeavaõ, tomavaõ como em memoria honorifica os Appellidos, como os *Fabios*, os *Lentulos*, os *Pisoens*, os *Ciceros*, e outros muitos.

Os Politicos seguindo o apothegma d'Alexandre Magno á Democrito — *Ut natus infans nec vivere, nec crescere sine nutricis lacte potest, sic nec Civitas sine agrorum fructibus*, constituirãõ o principal cuidado da Soberania, como objecto, a que se dirige o fim dos Direitos Magestaticos, na attensaõ de *re anonaria*, ou frumentaria, porque sem a agricultura naõ pode existir sociedade, nem a correlaçãõ entre o mandar, e o obedecer; á um povo faminto naõ podem conter nem as armas, nem os Magistrados, nem as Leys Divinas, nem humanas; por isso os governos cui-

dáráo sempre na cultura, porque os fructos da terra são por um dictame da mesma natureza os meios para a sua nutrição, conservação, e melhoramento; e para estes meios se adquirirem hé necessaria a cultura, para esta o trabalho, e os conhecimentos naturaes.

Entre nós mesmos teve esta disciplina rural alternativas d'augmento, e de diminuição, sendo n'este artigo epochas d'applicação, e de florescimento as dos Snrs D. Diniz, D. Pedro 1º, D. Manoel, e de D. João 3º.

Se todas aquellas nações, e nós mesmos fomos tão inclinados, e instruidos na sciencia rural, porque razão o não deveremos continuar a ser? Se queremos existir, e os nossos successores, hé necessario recorrer a esta grande sciencia, que alem de fazer produzir aquelles meios de conservação, e do adiantamento e de um enriquecimento honrado, habilita tão bem os corpos para a guerra, e afugenta o luxo, a ociosidade, e os outros vicios. A mesma natureza do homem nos subministra um evidente argumento. Nasce o homem com braços, e corpo para por meio d'elles adquirir, depois da culpa original, á força de trabalho, o que lhes hé necessario para a sua subsistencia. Neste exercicio frugal do campo se endurerem os corpos, e se tornão capases do rigor da disciplina militar, e mais vividouros pela simplicidade natural, tirando-se por meio d'elle o vagar para os vicios, e o lugar para as despesas do luxo, dos letigios, e das ruinas das familias; e fazendo-se em fim desconhecer os crimes, que hoje a pobreza aconselha aos que não querem trabalhar: eis aqui como a agricultura tem tão bem a excellencia de ser um antidoto contra os vicios.

A vida molle, e ociosa hé na corte, e nas cidades o character adoptado, eo lavrador entre-

que a um avida laboriosa alcança em rasaõ da propria virtude o desprezo dos cortezaõs, quando estes por mais voltas, que dem, e de estratagemas, de que uzem, nunca poderaõ escurecer, que a agricultura hé quem sustenta a corte, e as cidades, e que faz a abundancia do dinheiro, por ser este um effeito dos fructos da terra, e dos animaes, que n'ella se criaõ, conseguidos pela agencia do lavrador que fertiliza a terra e propaga o gado.

Todas estas verdades, e principios saõ aquelles, Senhor, que devem dirigir, e respeitar qualquer Sociedade, que deseja existir, e prosperar, e que devem encaminhar a maõ de todos aquelles, que tem o leme que move as acções dos individuos da mesma Sociedade.

Estabelecer n'ella a Sciencia da Agricultura hé principal dever. Mas o progresso deste estabelecimento deve depender naõ tanto da coacção, quanto da vontade regulada por uma vigilante inspecção; para esta vontade naõ se pode facilmente deliberar sem o subsidio dos conhecimentos, que mostrando a cada um os meios de obter os fins, e a estimação, e aproveitamento destes, os resolva a abraça-la como sciencia, que lhes hé util. Consequentemente hé proprio, e conveniente propagar pela mais pequena aldea do Reyno a instrucção das primeiras letras, e ao mesmo tempo, que a mocidade se forem infundindo, e communicando os principios da moral Christã, e das obrigações do homem para com a sociedade, instruilas tambem nos conhecimentos e principios da agricultura, fazendo se para isso um Catecismo das regras essenciaes, que constituem um bom agricultor, para que a pratica des envolvesse os conhecimentos especulativos.

Há muitas obras excellentes publicadas sobre esta materia, e eu naõ deixaria de adoptar a que Cataõ escreveu com o titulo *de re rustica* fazen-

do-se d'ella um resumo em o nosso idioma. Prefiro esta obra á outra qualquer pelos preceitos breves, e comprehensíveis, que contem sobre toda a cultura, pela proporção, e analogia, que os seus preceitos tem com o nosso paiz, pelas ideas precisas de appropriar á terra a semente, e a plantaçãõ, pela indicaçãõ dos preparos, e adubos da terra, pela forma da propagaçãõ, e conservaçãõ dos gados, pela maneira da construcçãõ dos curraes, e estribarias aptas para o recolhimento dos mesmos gados, pelo modo de escolher os melhores gados, e pastos, e de fabricar engenhos para o Azeite, e Vinho.

Devo taõ bem lembrar, como cultura importante os enxames das Abêlhas operarias, e industriosas, fazendo as enxamear, e constituir-lhes colonias, pois que na ordem da cultura hé a que produz dous fructos com uma insignificante despesa; cuja cultura merece os louvores singulares de Plinio; e entre os preceitos geraes neste genero lucrosissimo de cultura se contempla, alem d'outros, estabelecer-se a colonia entre florestas, e plantas odoríferas, e balsamicas, ou produzidas naturalmente, ou plantadas pela arte, distantes porem da agricultura d'aquelles fructos, a que prejudicaõ, assim como ás uvas.

Honrar, e graciá, quanto for possivel, a classe dos agricultores, como vassallos os mais importantes, concedendo-lhes prerogativas, que lhes servissem de estimulo, e incitamento, adoptando-se aquelle systema gracioso, que o Senhor D. Sebastiaõ abraçou na Extravagante de 18 de Julho de 1564 para animar a classe dos creadores de gados, graduandose estas concessões de prerogativas para com os lavradores da mesma forma que se gradúa para com aquelles creadores na referida Ley.

Ali tomou o dito Senhor dous termos de pro-

porção :—1 . Ao que tendo cincoenta vaccas de ventre mostrasse, e desse em conta em cada um anno como d'ellas houve vinte e cinco criações ; e ao que tendo quinhentas ovelhas de ventre, mostrasse haver em cada um anno, cento e vinte e cinco carneiros ; e ao que tendo quinhentas cabras mostrasse haver em cada um anno duzentas, e cincoenta criações concedeo-lhe as prerogativas de não serem obrigados a servirem cargos alguns publicos, nem officios do Conselho (excepto os quatro da Ordenação), não irem com prezos, não se lhes lançar tutoria, alem da legitima, não se lhes tomarem casas de aposentadoria, nem bestas, nem carros, nem carretas : aos que porem de cem vaccas, que tivessem, mostrassem em cada um anno cincoenta criações ; e ao que de mil ovelhas de ventre mostrasse ter duzentas e cincoenta criações, e ao de mil cabras de ventre mostrasse em cada um anno quinhentas criações, concedeo-lhe alem das prerogativas declaradas, não serem presos em ferros nem em cadeia publica, e gosarem de homenagem naquelles casos, em que se dá aos cavalleiros confirmados. Da mesma forma se deve usar para com a lavoura, tomando se dous termos, por exemplo ; o lavrador que lançasse á terra quatro moios de trigo e recolhesse sessenta e quatro de producção, gozar das prerogativas concedidas aos creadores do primeiro termo, tomado n'aquella extravagante : e o que lançasse á terra oito moios de trigo, e recolhesse cento, e vinte e oito moios de producção, gozar das prerogativas do segundo termo dos creadores ; tomando-se nas outras sementes iguaes termos em proporção, e iguaes graças, exigindo o favor da lavoura outras excellencias, como por exemplo, medalhas d'honra com legenda allegorica aos que se distinguissem na mesma Lavoura.

Abolir, e degradar o uso que nos veio da Hespanha, da multiplicidade de touros, deixando para a creação somente aquelles pais, que forem necesarios, porque a abundancia de semelhantes bois bravos hé nociva pela desordem, que causão nas manadas, pela inutilidade para a lavoura, e pelo prejuizo de comerem os pastos, que devem servir para os bois mansos, e uteis ; e para a creação.

O Senhor D. Fernando na Sua Leis Agraria de 26 de Junho de 1371 permite que só o lavrador seja creador, e mesmo o obriga. Era para desejar que estimulos derivados do exemplo, e da riqueza desta pratica os conduzisse a abraça-la antes, e que um remedio favoravel, e ao mesmo tempo lucroso fosse de subsidio ao descuido, ou a impossibilidade, que tivesse o lavrador para creador.

A rasão, que aquelle Soberano conservou na sua mente, em quanto manda que o lavrador seja creador—não foi outra senão a commodidade dos lavradores, que aproveitando os seus pastos tivessem bois para a lavoura successiva, os quaes lhes sahiaõ mais em conta, do que se os comprassem, servindo lhes a sua producção como de um alicerse para sustentar, e augmentar a lavoura ; mas se a coroa nas suas terras reservadas, como *Coutadas*, mantivesse a creação de semelhantes gados, vendendo-os [aos lavradores, que os precisassem, por preços justos, tirava quatro resultados :—1º. Auxiliar o lavrador descuidado, ou impossibilitado para a creação ;—2º. Guardar o preço justo ;—3º. Promover o exemplo ;—4º. Uma nova fonte do augmento da Coroa.

Assim como os Persas, e Caldeos estabelecêraõ em cada uma das suas provincias Magistrados Agrarios ; a quem chamavaõ—*Olheiros*—que attendiaõ pela cultura das terras, que presta-

vão aos lavradores os soccorros, e conselhos judiciosos, e lhes decidiaõ as duvidas, que os lavradores tinhaõ sobre a forma de agricultar, e fasiaõ remover aquelles obstaculos, que podiaõ inutiliza-la, da mesa forma se deviaõ pôr nas provincias superintendentes, que olhassem, e attendessem pelos mesmos objectos, podendo no caso de maior duvida ouvir o parecer dos dous homens bons do Conselho, de que faz menção o Senhor D. Fernando na dita Sua Agraria, a qual se deve pôr, como muito saudavel, e a mais famosa das nossas Leys, na sua inteira execuçaõ, escolhendo para superintendentes homens sabedores de conhecimentos naturaes, e na sua falta, lavradores os mais intelligentes, sem que com tudo se podessem intrometer no conhecimento de questoes de propriedade e posse, porque esse conhecimento deve continuar a pertencer ás authoridades para isso constituidas.

A reforma dos marchoens, e das quebradas, a abertura das vallas, e enchancas para sacar, e sangrar os pãus e alagadiços, e a fortificaçaõ das partes fracas dos Campos, e a sua limpeza deve ser um dos principaes cuidados destes magistrados provinciaes : n'elles deveriaõ recahir os regimentos das Lisirias, do Juiz das Vallas, e do Provedor dos Marchoens do Campo de Coimbra de 8 de Setembro de 1806, fazendo-se applicaveis em cada uma das Provincias no que fosse compativel.

A mella, e a ferrugem hé um mal, que há annos inficiona as taes, ou quaes cearas do Reino, o qual mais apparece, quando devia estar ausente, depois do pão espigado, e cujo mal torna inuteis os trabalhos dos lavradores : destes se devia recomendar o remedio do *Cordel*, que ensina, e recomenda o Senhor D. Sebastiaõ na Extravagante de 12 de Fevereiro de 1564, porque

sendo a causa efficiente deste mal as nevoas humidas, e chuvas, que cahem sem vento, preciza-se de um meio, que faça sacudir esta agua, ou humidade depositada na espiga; assim estendendo-se um cordel por uma parte do ceara na altura do pé da espiga, e pegando-se pelas duas extremidades do mesmo cordel sacode-se este, e com elle da mesma forma correm-se todas as partes da ceara, porque com este movimento ligeiro larga a espiga a agua receptada, e a experiencia tem mostrado o seo proveito. Alleviar-se a agricultura de tantas prestaçoens de que se acha onerada, a excepção daquella que se deve á Deos, e da que pedisse a defeza do Estado, porque a estes deveres tudo hé obrigado. Mas os tributos *censuaes*, e *foraes* como *terços*, *quartos*, *outavos*, *teiga d'Abraham*, *voto de San Tiago*, e outros semelhantes se devem dissolver.

Seja qual for o estado, a agricultura hé uma dimanação do direito natural, que nasce com o homem, porque sem os seus fructos não podia o mesmo homem nascer nem viver, e sendo isto uma verdade por si mesma evidente, tão bem a hé, que na agricultura está constituida o principal direito natural do homem, e como tal deve ella ser livre de todo aquelle onus, que a pode diminuir (a não serem os dous casos exceptuados, que acima apontei com a sua razão) porque desta diminuição resulta a diminuição, ou destruição do principal direito do homem, a quem taes fructos constituem a existencia d'elle, e a da sociedade.

O coração humano pre-sente muito as suas regalias, e toda a diminuição d'ellas a reputa como infracção sustentada pela violencia, que soffre em quanto não a pode alliviar. Reconheço que semelhantes prestaçoens são tributos,

que os soberanos imposéram (e tão bem os donatorios com bem impropriedade) pois que a imposição do tributo hé um Direito Real inherente a Pessoa do Soberano, que nunca se pode prescrever, e por isso compete ao Soberano, e não aos donatorios allivia-lo; se os tempos antigos mostraõ que os donatorios os imposéram, e alteraraõ não foi senão por um effeito do abuso do poder magestático, que o Senhor D. Manoel acautelou quando mandou proceder a reforma; e que a força de circumstancias politicas o obrigáraõ a tolerar a percepção dos donatarios, e não dar um golpe decisivo. Este systema tem todos os visos de um systema feudal; repugnante á liberdade pessoal, e ao Estado Monarchico em beneficio do qual, e não de certos particulares devem ceder os tributos, por que áquelle, e não á estes hé que a nação hé responsavel. Se bem se considerarem estes tributos censuaes, e foraes, e as despesas, que faz o lavrador, achar-se-há, que pouco, ou nada lhe fica, salvo para a sua sustentação; e este enorme pezo, que cerca a condição do lavrador, mais util a outros do que a si, hé uma das verdadeiras causas da decadencia da lavoura, e do ermo das terras.

O Senhor D. Fernando na predita Ley agraria attribue a decadencia da lavoura á negligencia, e desapplicação dos paisanos; mas esta desapplicação foi uma causa consequente das primeiras, que tenho exposto na consideração de que o alcance, e não o lucro era o fructo do seu trabalho, e risco.

As providencias, que as ordenações prescrevem debaxo do titulo de Sesmarias sobre a agricultura das terras, que tendo sido cultivadas, e hoje o não são, e das que nunca o forão, são na verdade saudaveis, e d'ellas depende o augmento

da agricultura. Mas nestas ordenações omitirão os compiladores uma circumstancia essencial, sem a qual não se podia pôr em execução aquellas providencias das Sesmarias, e a qual se deve supprir. A lei agraria do Sr. D. Fernando, que serve de base as Ordenações Manuelina, e Filippina commette ao juizo de dous homens bons do conselho examinarem essas terras incultas, e designarem a lavoura, que lhe corresponde, para que nenhuma terra fique inculta seja daquellas, que já foraõ cultivadas, e hoje não são, seja das que nunca foraõ: e hé esta circumstancia tão essencial, e reconhecida, como o proveitosa, que as mesmas leys d'Hespanha a estabelecem. Part 2, Ley 1, t. 11. Hé necessario pois antes dos Sesmeiros darem as terras de Sesmaria, que o superintendente provincial, com os dous homens bons, examinem a qualidade da terra, e a lavoura, que lhe corresponde. Hé necessario que se circunscreva, e demarque aquella porção debaldio, que se achar ser indispensavel para logradouro do Povo, para que o excesso se reduza á cultura que lhe for conveniente, porque de outra sorte nunca cessarão as contendias dos povos. Hé necessario que o mesmo superintendente, e os dous homens bons indiquem as terras aptas, e proprias para pinhaes, oliveiras, e castanheiros, &c. e não para outra agricultura, porque de outra sorte nem o lavrador se sabe deliberar, nem a camara, como hade executar o disposto no § 26 do t. 66, liv. 1º da Ord.

Naõ está conseguida a agricultura somente por estas regras; precisa de um fundamento, que a conserve, e torne permanente. Este fundamento não póde ser outro senão aquella obrigação, que o Snr. D. Fernando na dita sua ley agraria impoem aos filhos do lavrador para con-

tinuarem na occupação de seu pay. Há quem tenha julgado que este facto transtorna a liberdade pessoal; mas outra hé a minha opinião. Vinculaõ-se os bens para que não se alienem; por que razão senão hade (para assim dizer) vincular a principal obrigação do homem, que hé agricultor, para que senão aliene? Esta ley não violenta a liberdade pessoal, hé um apoio, que auxilia os filhos do lavrador n'aquelle dictame da razão natural, que nascendo com elles os encaminha para a agricultura, e haver por meio d'ella a conservação da existencia, que lhe deram os fructos da mesma agricultura procurados, e adquiridos pelo trabalho do pay.

O lavrador per si só não pode acudir ás diversas attenções a que olha a arte rural: precisa de braços que o ajudem na lavoura, e na guarda dos gados: os braços inuteis, e perniciosos dos vadios, dos ociosos, e mendigos, a quem suas molestias, ou idades não embaraçam para o trabalho, se devem tornar uteis no serviço do lavrador por officio da justiça, da mesma forma, que o legislou o Snr. D. Fernando na sua ley agraria.

O luxo foi sempre um mal, que os governos sabios procuráraõ impedir, como origem da ruina da fazenda, e dos bons costumes dos homens, porque o demasiado gasto, e ostentação na pessoa, nos vestidos, na mesa, na casa, no estrado, no trato, nos filhos, e nos creados, consumindo o capital hade forçosamente passar a roubar o alheio, e hé uma obrigação de V. M. atalhar semelhantes prejuizos dos seus vassallos, e que não se exhaura á troco de superfluidades, e frivolos ornatos aquella perenne substancia, que firma as suas forças, e o augmento do commercio. O mal do luxo foi já indicado n'aquelle apotegma do famoso Solon, legislador dos Gregos—

“Luxus erit in tyrannidem, dum fœnum migrat in cornua,” e para este mal não acho senão a receita de uma medicina, que perfeitamente o pode curar e evitar que não torne. Esta medicina hé a applicação dos homens a agricultura, e ás mais artes mechanicas, e as liberaes. Porque estas artes ensinão os homens a fazerem tudo, ou necessario, ou util, e não haver entre elles superfluo; leva-os a abraçarem o verdadeiro, e solido, e a desprezar os objectos de mera vaidade, e quimera; semea-lhes no coração os dezejões da abundancia, instrue-os no calculo da proporção da despesa com o lucro, e occupando-os proveitosamente no exercicio das artes lhes tira o tempo para a van gloria. Esta hé por tanto a medicina verdadeira, e todas as outras providencias, que se lhe queiraõ dar, não são remedios, são suspensoens temporarias, que acabaõ com a vehemencia das paixões. Entretanto que aquella medicina efficaz senão applica, se lhes deve dar, como providencia interina, e preparatoria a que resulta da comparação das pragmaticas dos zelozos, e sabios predecessores de V. M., com o que convem ás presentes circumstancias.

Prohibir-se nos vestidos, nos ornatos, e nos enfeites, as tellas, os brocados, os tissos, galoens, fitas, os passamanes os cordoens, as franjas, as espiguiilhas, os debruns, as borolas, e qualquer tecido de ouro, ou prata, quer seja fino, ou falso: toda a sobre-posição ainda que seja de seda, ou lãa, nos vestidos deve ser prohibida como superflua; assim como os christaes, ou outras pedras, ou vidros, ou perolas, ainda que falsas sejaõ. Estas prohibiçoens devem ser acompanhadas de duas determinaçoens: uma, que taxe o valor das sedas lavradas, e lisas, e os ricos lavrados, e até as meias de seda: outra

que taxe tempo rasoavel para a distracção das fazendas prohibidas, que já foraõ despachadas nas Alfandegas.

Prohibir-se que pelas casas se vendaõ fazendas, e canquilharias em caixas, e trouxas pelo prejuizo, que causaõ aos que vendem nas lojas.

Prohibir-se o uso de prata, ou ouro verdadeiro ou falso nas paredes, ou tectos, portas, janellas, ou em quaesquer moveis de casa, salvo algumas tarjas de espelhos, ou outras cousas semelhantes. O mesmo uso de prata, e ouro-se deve prohibir nas carruagens, liteiras, e cadeiras de levar, e trazer, nas selas, xareis, coldres, cobertas, e telizes, nos quaes se deve só permittir, que se ponhaõ arinas bordadas de Seda, e de lãa. Taxar-se o numero de lacaios para o serviço das Carruagens, Seges, e liteiras, e que suas fardas sejaõ de pano fabricado no Reyno; para que a extracção vá servindo de estímulo aos fabricantes: Seria inutil toda a prohibiçaõ se aos artifices d'aquelles ornatos se não possesse pena quando os façaõ. Prohibir-se que de fora do Reyno, e seus dominios venhaõ carruagens, e outros moveis pelo prejuizo, que se causa aos artifices nacionaes, ficando sujeitos a sequestro semelhantes trastes, que para o futuro se introduzirem, alem d'outras penas.

Merece particular cuidado, como mais perigoso o luxo dos pretos, e mulatos, ainda que estejaõ forros, e nasçaõ livres, pela propensaõ, que tem aos crimes, e pelo máo exemplo, que podem dar aos outros; e por isso se lhes deve prohibir o uzo de toda a seda, e tecidos finos de lãa, d'Olandas, d'Esguioens, mesmo de linho, e algodaõ, de joias, d'ouro e prata.

O uzo de espada, e de espadim se deve prohibir aos lacaios, e officiaes mechanicos: ás outras pessoas, a quem hé permittido, o deveraõ

trazer á cinta, e não na mão, como alguns costumão. As leys funerarias se devem excitar á observancia, com as alteraçoes, que as circunstancias exigirem. Deve-se atalhar a prodigalidade, a que a paixão arrasta aos esposos nas joias, vestidos, e outras dadas, que dão ás futuras esposas, quando trataõ de seus casamentos, cujo valor excessivo enfraquece as suas casas; taxando-se este com relação ao dote, que as esposas trouxerem.

Deve-se destinar premio aos officiaes, que apprehenderem algum dos objectos prohibidos, e para que nunca se allegue ignorancia tanto nas Alfandegas, como nas audiencias se deve ler a Pragmatica, que se ordenar, pelo Porteiro.

Deve-se finalmente notar, que este uzo restricto respeita sómente ao profano, de nenhum modo á Igreja, e ao culto divino, porque por mais preciosos, que sejam os ornamentos, e outros utensilios, não são em comparação d'aquella dignidade, e respeito, que se deve ás cousas, que servem ao mesmo culto no exercicio do qual devem ceder todas as preciocidades do mundo para sua decencia, e veneração.

Dignou-se V. M. por um attributo da sua benevolencia ouvir-me sobre um objecto de tanta importancia, dignese por igual attributo aceitar este producto de minha obediencia consagrada fielmente ao serviço de V. M. Faltarão-me os talentos correspondentes á sublimidade da materia, desejei-os, mas fiz o que pude, e entendi.

A' Real Pessoa de V. M. guarde Deos por muitos annos, com havemos mister.

Lisboa, 8 d'Abril de 1749. Beija as Reaes Maons de V. M. O Dezembargador do Paço—
Joze Vaz de Carvalho.

A GUERRA DA PENINSULA,

*Debaixo do seo verdadeiro ponto de vista,—ou
Carta ao Snr. Abbade F... a cerca da His-
toria da ultima guerra, publicada recente-
mente em Florença.*

(Continuada da pag. 73 do No. antecedente.)

Indice das Notas que formão o Appendice.

- I. Primeira resposta ao Snr. de Pradt.
- II. Exercito Portuguez formado de novo em 1808 e 1809.
- III. Sir Robert Wilson, e a Legião Lusitana.
- IV. Exercitos da Junta Suprema.
- V. Analogia entre a ultima guerra da Peninsula e a de Viriato e Sertorio.
- VI. Politica da Russia.
- VII. Milicias Portugezas.
- VIII. Ordens para destruir os armazens.
- IX. Entrega de Almeida.
- X. Linhas de Torres Vedras.
- XI. Illusão de muitos sobre a guerra da Peninsula.
- XII. Novos exercitos da Regencia de Cadiz, e tropas Hespanholas que se reuniram ao Exercito *Anglo-Luso*, em 1813.
- XIII. Difficuldade em disciplinar as tropas Hespanholas.

Notas addicionaes.

Segunda resposta ao Snr. de Pradt.
Desejos do Snr. de Pradt.
As tres retiradas de Lord Wellington.

NOTA I.—*Primeira resposta ao Snr. de Pradt.*

Napoleão seguiu pessoalmente o exercito Inglez até Astorga em Galiza, e Ney e Soult até a Corunha. O Snr. de Pradt enganou-se singularmente quando disse que Napoleão só foi até *Benevento* no reino de Leão; e quazi nos dá a entender que o Exercito Francez não passou alem, e deixára os Inglezes em liberdade de continuarem sua retirada até a Corunha. Alguem pensará que o Snr. de Pradt quiz por este modo fugir de fallar na batalha da Corunha. Eis as suas palavras:—*Cette Course de Benevent, car c'est le nom qu'on lui donna du lieu ou finit la poursuite de l'armée anglaise, sauva le Portugal: sans elle Napoleon y marchait.* Agora confrontem-se com as do Bulletin francez de 2 de Janeiro, de 1809.—“O Imperador chegou a
“Astorga no 1º de Janeiro. . . . Deu ao Duque
“de Dalmacia a gloriosa missão de acoçar os
“Inglezes, e de os lançar ao mar com a ponta
“da espada.”

NOTA II.—*Exercito Portuguez, formado de novo em 1808, e 1809.*

O exercito actual Portuguez foi todo creado de novo depois da insurreiçãõ do anno de 1808; e posto que se adoptassem os precedentes nomes dos regimentos, e se recebessem varios officiaes e soldados antigos, não existia com tudo nenhum dos corpos que o Principe Regente deixára quando passou para o Brazil, por quanto o General Junot, que se apossou do reino, teve o cuidado de licenciar todo o exercito Portuguez,

e reduzi-lo a 10 ou 12 mil homens escolhidos que mandou de presente a Napoleão. Destes mais de metade desertou em Hespanha; e a Bayona de França só chegaram quando muito 5 ou 6 mil homens, os quaes foraõ empregados por Napoleão na guerra contra a Austria e Russia, aonde pereceram quasi todos.

Alem disso o General Junot poz em segurança os depositos d'armas pertencentes tanto ás tropas de linha como aos regimentos de milicias; de maneira que, insurgindo-se contra os Francezes, naõ tinhaõ os Portuguezes nem tropas nem meios de armar-se. Disto se admirou Sir Arthur Wellesley (Lord Wellington) quando chegou a Portugal naquelle anno, e escreveu ao seu Ministerio, dizendo, que lhe parecia muito mais pasmoza a insurreiçaõ dos Portuguezes, pois que aos Hespanhoes restavaõ ainda algumas tropas, e todos os seus arsenaes. e nada aos Portuguezes que merecesse tal nome.

A historia de Portugal, debaixo deste ponto de vista desafia os calculos e a sagacidade dos mais habéis politicos. Esta nação em todos os tempos se mostrou belicosa, e decidida a defender a sua patria; e sempre que foi bem dirigida fez prodigios na guerra. Subjugada duas vezes, sem fazer a menor resistencia, em 1580, e 1807, duas vezes se insurgiu contra o inimigo que a oprimiu, sem possuir meio algum de fazer-lhe frente, e succedeu-lhe bem, tanto na primeira vez em 1640, como na segunda, em 1808.

NOTA III.—*Sir Robert Wilson, e a Legião Lusitana.*

Entre as causas que retardaram a invasão do

General Victor talvez se deva contar a expedição ou antes a serie de empresas que S. R. Wilson fez com um corpo de Portuguezes e alguns Hespanhoes, estabelecido entre Cuidad Rodrigo e a fronteira de Portugal. Não se faria justiça a este official se não se dessem algumas particularidades de suas operaçoens, cuja importancia não se poderá devidamente avaliar sem alguma explicação preliminar. Para este fim hé destinada a presente Nota.

N'uma obra, intitulada a *Vida de Lord Wellington*, traduzida em Francez, que appareceu em Italia depois de já escripto o presente Opusculo, lê-se :—" que Sir R. Wilson, estabelecido em Cuidad Rodrigo com um corpo de Portuguezes formado por elle, tinha interceptado a communicação do General Victor com Soult." Mostrar-se-há consequentemente que sendo esta maneira de fallar em parte verdadeira, não hé com tudo assas exacta.

No mez de Julho de 1808 achava-se em Inglaterra um bom numero de officiaes e soldados Portuguezes, que se haviaõ refugiado no Esquadra Ingleza que bloqueava os portos de Portugal desde que fôra occupado pelo General Junot, fiados na promessa que o Almirante Sir Charles Cotton tinha feito n'uma Proclamação destribuida pela costa, na qual dizia :—" que todos os officiaes e soldados Portuguezes de terra e de mar, que quizessem abandonar o servico do usurpador e voltar ao do seo legitimo Soberano, seriaõ transportados para o Brazil á custa da Gran-Bretanha." Estes officiaes e soldados esperavaõ em Plymouth pelos transportes para a sua viagem, quando lhes chegou a noticia do Levantamento de Portugal e da formação de uma *Junta de Governo Supremo* para as provincias do norte, na Cidade do Porto. Estes, tendo entaõ á sua

frente os Coroneis *Moura e Lecor*, actualmente Generaes, se dirigiram ao Governo Inglez, pedindo armas e soccorros pecuniarios em ordem a formar um corpo que voltasse a Portugal em auxilio de seos compatriotas. O Governo Inglez aceitou a proposição; e como entre aquelles officiaes e soldados havia alguns de infantaria, outros de cavallaria e artilharia, assentou-se em formar o quadro de uma Legião, composta das tres armas, o qual se completaria na Cidade do Porto. Sir R. Wilson foi escolhido pelo Governo Inglez para inspectar a destribuição das armas e uniformes, e cuidar da formação daquelle corpo; chegado porem que foi a cidade do Porto, o Bispo, presidente da Junta, o nomeou commandante da Legião.

Se alguém reparar na precaução do Governo Inglez em nomear officiaes seos para vigiar na formação de qualquer corpo, deve lembrar-se que em diversas epochas, e diversos pontos do continente tinha a Gran-Bretanha feito copiosissimos donativos de armas, muniçoens, e dinheiro, que apezar de uma cauta destribuição cahião logo nas maons dos Francezes. No reino de Galiza acabava de acontecer isto de fresco. Os Portuguezes, por sua parte, estavam tão desprovidos d'armas e tão anciosos por armar-se, que por qualquer condição as aceitarão; e em honra sua observou-se, que as espingardas que os Inglezes lhes forneceram forão as primeiras que não cahiram nas maons do inimigo.

Sir R. Wilson armou bem de pressa e disciplinou um Batalhão de 1,200 homens, pouco mais ou menos. A multidão de voluntarios que se lhe appresentou era tal que lhe seria tão facil (escrevia elle) formar um corpo de 10 mil homens como de 2 ou 3 mil; mas seos inimigos dizião que o mesmo homem, a quem se podiaõ

confiar 2 mil homens, não era apto para commandar 10 mil. Acreditou-se que Sir R. Wilson tinha o projecto de fazer passar aquella Legião a soldo e serviço Inglez, e leva-la por isso ao maior numero possível. Mas se elle teve taes pensamentos, nada conseguiu; antes as armas e uniformes para o 2º e 3º batalhão tardaram longo tempo a chegar ao Porto, sendo por engano expedidos para Santander com outros armamentos e muniçoens, destinadas pelo governo Inglez para os exercitos Hespanhoes. Elle se impacientou, e deixando no Porto um official que o tinha acompanhado, o *Barão d'Eben*, natural da Prussia, para formar e commandar o 2º batalhão quando chegasse o armamento, poz-se em marcha com o 1º batalhão, e 2 ou 3 companhias de Cavallaria e artilharia para as fronteiras de Portugal, na idea de unir-se ao exercito de Sir John Moore em Salamanca. Mas apenas sahiu das fronteiras de Portugal recebeu a noticia da marcha apressada e retrograda do exercito Inglez, e soube que, havendo-lhe Napoleão cortado a retirada para Portugal, se retirava então para a Corunha. Sir R. Wilson fez alto portanto, e de intelligencia com a Junta Hespanhola de Cuidad Rodrigo, a qual lhe deu o commando de algumas tropas que tinha, formou um corpo de 2 ou 3 mil homens com quem começou uma guerra de correrias sobre todos os postos e destacamentos Francezes que poudesurprehender desde Cuidad Rodrigo até Salamanca, para o norte, e até Placencia para o meio dia. Todas ellas foraõ bem ideadas, e com tanta bravura executadas, vista a lenta marcha do General Victor, que se fez quazi senhor da quella parte do paiz, e até fez crer ao general Francez, em Salamanca, que commandava muito maiores forças do que na realidade tinha. Alem disto, fez ainda que se

duvidasse da informação (alias verdadeira) que os Francezes haviaõ recebido, como se lê no Monitor daquelle tempo,—“ de que não havia em Portugal outras tropas Inglezas fóra de 3 a 4 mil homens que se achavaõ em Lisboa com o General Cradock.” Assim os Francezes de Salamanca, acreditaram, que Sir R. Wilson operava com um corpo avançado do exercito Inglez, e se abstiveram por isso de fazer tentativa alguma sobre Portugal nos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março por aquella parte da Beira em que a minima invasão bastaria para fazer embarcar á pressa o General Cradock. Assim não pode duvidar-se que o resultado daquelle abandono em tal cazo teria sido funesto a Portugal, pois que o reino se achava n’uma especie de anarquia, e nem havia entaõ exercito que merecesse tal nome, não obstante os esforços que fazia o ministro Inglez Mr. Villiers.

Este serviço pois, sem ser o unico, foi o maior que fez Sir R. Wilson. Desde Dezembro de 1808 até Abril de 1809 as suas operaçoens foraõ contemporaneas á gloriosa resistencia que oppoz o General Silveira ao Marechal Soult na parte septentrional do reino. Ambos ganhando tempo prepararam as vias para o futuro triumpho da passagem do Douro. Sir R. Wilson deixou por algum tempo o commando da Legião ao Coronel Grant, que fez depois, como ja se mencionou, a bellissima defeza da ponte de Alcantara contra o General Victor.

As operaçoens de Sir R. Wilson cortaram de certo á todos os Generaes Francezes a communicacão com Soult pela estrada de Ciudad Rodrigo para Salamanca, mas não a cortaram particularmente ao General Victor, o qual não se moveu na direcção de Portugal se não pelos fins de Abril. Ellas tiveram ainda outro effeito mais

vantajoso para a boa cauza. Sir R. Wilson, dotado de uma imaginação viva e de uma energia ardente, escreveu com enthusiasmo das qualidades militares dos Portuguezes, e ganhou muitos partidistas da opinião (bem singular pela duvida entã universal) que elles poderiam vir a ser uma tropa excellente. Outro tanto escreveu o Barão d'Eben, o qual tendo formado o segundo batalhão da Legião Lusitana, não foi unir-se com Sir R. Wilson: mas retido pelo Bispo do Porto teve que guerrear, sem proporção de forças, contra o exercito do Marechal Soult. No tumulto dos povos da provincia do Minho foi elle nomeado seo commandante em chefe, e escreveu entã sobre os maravilhosos rasgos de intrepidez que mostraram os paizanos Portuguezes, inteiramente desprovidos d'armas, ou com algumas de diversos calibres, sem cartuxeiras nem cartuxos, e que apezar disso com polvora e balla nas algibeiras hia acometer as massas regulares dos batalhoens Francezes. Com estes meios e taõ fortuitos accidentes se preparavaõ os triumphos do futuro exercito Portuguez!

Sir Robert Wilson escrevia tambem com muito louvor dos Hespanhoes, e exclamava, que o não tirar-se partido das qualidades militares dos paizanos da Peninsula era o mesmo que lançar as cartas na meza quando se tem um bom jogo na mão. O facto hé, que indirectamente e sem o quererem, concorreram os prejuizos de tres naçoens para que fosse unica a formação regular do exercito Portuguez, isto hé: os Inglezes obstinaram-se por dois bons annos a combinar seos planos unicamente com os Hespanhoes, estes não quizeram disciplinar-se, e os Francezes tiveram sempre em pouca conta a resistencia que lhes fariaõ os Portuguezes.

O ministro Inglez, de quem ja se fallou, me-

rece os maiores elogios por ter sido um dos mais ardentes defensores da opiniaõ que seria util formar o exercito Portuguez: elle quazi que arrastou a si a opiniaõ contraria do Ministerio Britanico. Entre as cartas impressas nos papeis publicos lê-se um despacho do Secretario de Estado dos negocios estrangeiros que auctorisa o sobredito Snr. Villiers a despende até certa soma com as levas Portuguezas, *no cazo de estar verdadeiramente persuadido que ellas possam ser de alguma utilidade.*

NOTA IV.—*Exercitos da Junta Suprema.*

A Junta suprema publicou uma Lista dos exercitos que tinha em pé depois da partida de Napoleaõ, o qual hé do theor seguinte:—

Marquez de La Romana . . .	19,000 homens
Exercito das Asturias . . .	14,000 dos.
Generaes Cuesta e Albuquerque	49,000 dos.
General Urbino . . .	14,000 dos.
<hr/>	
Total . . .	96,000 homens
<hr/>	

Taes eraõ os restos daquelles exercitos que Napoleaõ tinha dissipado. Apezar, com tudo, dos auxilios de toda a especie d'armas e muniçoens que Inglaterra, subministrava, a maior parte daquellas tropas não existia se não sobre o papel, ou se achava desarmada, e sem disciplina e subordinaçaõ alguma.

O exercito do general Cuesta era reputado o melhor de todos até ás batalhas de Medelin e Talavera. Das reliquias destes exercitos se for-

mou na Mancha o exercito do general Arizaga em numero de 56 mil homens, o qual emprehen-
deu libertar Madrid e foi disperso ao primeiro
encontro dos Francezes em Ocannha, em No-
vembro de 1809. Daquella epocha em diante
naõ houve mais exercito Hespanhol até o anno
de 1812 ou talvez 1813.

NOTA V.—*Analogia entre a ultima guerra da
Peninsula e as guerras de Viriato e Sertorio.*

A verdade desta asserção será palpavel a
qualquer pessoa que versada a fundo na historia
da Peninsula, e reflectindo sobre as varias
guerras que tiveraõ por objecto a inteira acqui-
sição da mesma, queira ter o trabalho de as com-
parar. Verá entaõ que nenhuma, excepto a
ultima, teve o character daquellas que em tem-
pos antiquissimosprehenderam Viriato e
Sertorio contra os Romanos: isto hé, só na ul-
tima achará aquella identica e intima uniaõ de
todos os povos da Peninsula para sacudir o jugo
do usurpador; e os esforços desta uniaõ guiados
por um só Cabo, um só general, estrangeiro ou
nacional.

A indagação se tornará menos trabalhosa para
aquelles a quem esta historia naõ hé taõ fami-
liar, se reflectirem que o sobredito character ex-
clue desde logo todas as guerras que entre si
tiveram os antigos povos da Peninsula; todas
as que houveram entre os reinos que se formaram
depois da invasão dos barbaros do Norte e da
dos Arabes; e todas as que houveram entre os
Christaons e Mouros por espaço de 7 seculos até
a total expulsão dos ultimos.

Se as maquinaçoens politicas de Luis XIV, e

a expedição de seos exercitos em apoio de Felipe V, se o neto se considerarem como invação da Peninsula, ver-se-ha que a monarquia Hespanhola se declarou toda em seo favor, salvo o antigo reino de Aragaõ, e particularmente a Catalunha, que abraçaram o partido do Arquiduque, depois Imperador Carlos VI, sustentado por Inglaterra, Hollanda, Austria e Portugal. Esta guerra, chamada da *Successão*, teve mais de pressa a apparencia de guerra civil, e de facto se fez quazi sempre entre Madrid e Barcelona. Fernando, o Catholico, Carlos V, e Phillippe II e III tiveram guerra com os Francezes por muito tempo em Italia sem combater nas suas respectivas fronteiras. A invação do principe Inglez, filho de Duarte III, chamado o *Principe Negro*, foi temporaria, e motivada por uma especie de guerra civil em Hespanha.

Ao Leitor que retrogradar, e for sempre guiado pelo dito character da ultima guerra parecerá talvez que existe alguma analogia entre ella, e a invação dos Arabes em 714. A historia porem d'aquelles tempos hé taõ escura que apenas sabemos que a occupação de Hespanha foi geral e rapida, e que naõ houve resistencia feita aos Arabes senaõ muito tempo depois, nos dois pontos extremos das Asturias e Navarra; resistencia taõ debil na sua origem e progressos, que 7 seculos foraõ necessarios aos Christaons para expulsar os Arabes. Nem se pode dizer que o teriaõ conseguido se a monarquia Arabe naõ se houvesse enfraquecido em Hespanha depois de separada dos Califas do Oriente. O mesmo se pode dizer das invasoens dos Suevos, Vandalos, Alanos, e Visigothos. Estes conquistaram, desappareceram, demoraram-se, foraõ expulsos, ou se estabeceram solidamente sem que os povos de Hespanha tomassem parte na defeza de seo paiz.

Assim aconteceu no Imperio Romano. Onde as Legioens faltavaõ cessava a resistencia; os povos, sujeitos aos Romanos, não formavaõ corpo de nação.

Na guerra entre Julio Cesar e os filhos de Pompeo, e na guerra entre os Romanos e Carthaginezes achava-se a Peninsula dividida entre dois partidos. A segunda guerra Punica teve principio, segundo dizem os escriptores Latinos, nas hostilidades que os Carthaginezes commetteram contra a cidade de Sagunto alliada dos Romanos. Pelo contrario, Viriato e Sertorio ambos buscaram resistir e expulsar os Romanos com as forças da Peninsula, e com o auxilio e commum accordo de todos. O primeiro, como se sabe, era natural da Lusitania; e a seo exemplo, e quasi 70 annos depois, Sertorio só com poucos amigos que o seguiram, sobre vivendo a toda a ruina do partido de Mario com toda a Republica, escolheu a Lusitania, como o paiz mais distante do Imperio, para ali se estabelecer, e dali começar as suas empresas. O exito hé bem sabido: Consules e Pretores foraõ vencidos e vilipendiados; e os Romanos, para se livrarem daquelles dois terribes inimigos, recorreram a meios que nos tempos dos Curios e Fabrícios pareciaõ odiosos.

O methodo adoptado por aquelles dois bravissimos generaes foi uniformemente o de se fazerem primeiro fortes nas montanhas da Lusitania; dali partirem a fazerem seos tentames contra os Romanos; retirarem-se ao encontrar algum revez; e esperarem o momento favoravel de renovar a guerra. Assim estavaõ elles quasi senhores da Hespanha no momento que á traição foraõ assassinados. Lord Wellington foi mais feliz, ou o nosso seculo não hé tão máo como se julga. Elle viveu, depois, de salvar a Peninsula, para salvar a Europa em Waterloo.

Em toda a historia militar da Peninsula, excepto a das guerras de Viriato e Sertorio, só um facto occorre que podesse subministrar luzes a Lord Wellington, e hé, a longa defeza que dentro de Lisboa fez El-Rey D. João I, Rey de Portugal, contra o exercito de João Rey de Castella, ajudado pelos Francezes, o qual, sendo de alguma sorte legitimo. pertendente da Coroa, tinha por si uma parte da nação Portugueza. A fome ou as doenças arruinaram o exercito Hespanhol, assim como o de Massena, e na retaguarda d'aquelle se preparou a ruina total que o Rey de Castella, com os Francezes, encontrou na batalha de *Aljubarrota*. Não hé pois pelas observaçoens do antigo General *Stewart* nas cartas que deixou, como parece indica-lo o auctor da *Vida de Lord Wellington*, que primeiro se reconheceu a importancia militar daquelle espaço do paiz entre o mar e o Tejo, sobre o qual está situada Lisboa. Esta observação já se havia feito desde tempo antiquissimo, e se acha circuncunciada em antigos escriptores Portuguezes. A idea porem de fazer linhas, ou fortificaçoens continuadas desde *Torres Vedras* até a *Alhandra* se attribue geralmente toda inteira a Lord Wellington. Seo plano pareceu melhor ao governo Inglez do que aquelle que outros lhe proposeram, no estado quasi desesperado dos negocios de Hespanha em 1809, isto hé, de conduzir a Cadiz todas as forças que a Gran-Bretanha quizesse empregar na Peninsula.

NOTA VI.—*Politica da Russia.*

A Russia commecçou a mudar os seos sentimentos politicos nos fins do anno de 1809, em

que fez modificaçoens no Sistema Continental que já lhe era insupportavel. Nisto vamos de accordo com o auctor; mas em uma obra como a sua, a natureza e consequencias daquelle sistema famoso deviaõ explicar-se, e nada todavia se lê a esse respeito. Cumpria que mostrasse como o instrumento favorito de Napoleaõ para destruir Inglaterra veio pelo contrario a ser o seo melhor apoio. Devia tambem mostrar quam impracticavel era aquelle plano, e quanto Napoleaõ mesmo o defraudava.

No anno de 1810 os agentes secretos de Inglaterra começaram a ser ouvidos em Petersburgo. Napoleaõ aggravou sempre a ferida feita pela occupação do Ducado de Oldenburgo, tomado ao Cunhado e irmam favorita do Imperador Alexandre. Finalmente o Conde de Czernichiew conseguiu ganhar algum official da Secretaria de Estado em Paris, e mandou ao Imperador, seo Soberano, todos os planos que Napoleaõ urdia para destrui-lo. E quem não vê em tudo isto a influencia de Inglaterra, e os triumphos de Lord Wellington? Com tudo, sómente o orgulho de Napoleaõ podia completar a sua ruina. Já elle estava em Wilna na Lituania, no anno de 1812, quando o Imperador Alexandre lhe mandou um Embaxador com proposiçoens de paz muito amigaveis, e que elle não quiz aceitar, fiado na grandeza do seo exercito. O nosso auctor não falla de nenhuma destas circumstancias.

NOTA VII.—*Milicias Portuguezas.*

Já se observou que entrando o exercito Francez em Portugal, e estacionado ahi por 5 mezes, a fim de guardar as Linhas de Torres Vedras, não

podiaõ os Portuguezes imitar o methodo das guerrilhas Hespanholas, porque, segundo o plano adoptado, a populaçaõ, que deveria operar na retaguarda e flancos do inimigo, se havia feito desapparecer. As milicias porem suppriram com grande efficacia aquella falta. Ellas saõ geralmente um Supplemento as tropas de linha; naõ se reúnem se naõ por um certo tempo, e só entaõ saõ pagas. Seos officiaes e soldados saõ gentes abastadas ou individuos applicados a outras profissoens, assim naõ se consideraõ inteiramente como militares. Este hé o seo maior deffeito. A disciplina e subordinaçaõ saõ mais difficeis de manter-se em vigor, particularmente quando as milicias estaõ vesinhas de suas cazas. Para remediar este inconveniente todos os regimentos milicianos foraõ removidos a tempo de seos respectivos paizes. Varios das provincias invadidas foraõ mandados para as Linhas a fim de reforçar o exercito; e de algumas tropas de linha e de varios regimentos de milicias promiscuamente unidos se formaram corpos destacados para defender as outras provincias, e molestar o inimigo.

Um dos factos mais notaveis das milicias, e mais importantes pelas consequencias que teve foi a retomada de Coimbra, feita pelo Coronel Trant, cinco ou seis dias depois que o exercito Francez ahi passára, tendo deixado os seos feridos, doentes, e outros depositos que todos cahiram nas maõs do Coronel Trant. A cidade naõ hé fortificada, por conseguinte foi surprehendida a guarniçaõ que ahi se achava. A segurança que os Francezes entaõ mostravaõ tanto foi admiravel quanto foi o seo desmazelo em naõ tentarem recuperar aquella cidade importante pela sua ponte sobré o Mondego. A rapidez com que foi retomada e a grandeza da acquisiçaõ fizeram

grande effeito nos animos esmorecidos pela longa retirada de Lord Wellington perseguido por Massena. Não se acreditou em Inglaterra a primeira noticia ; porque os prejuizos, que d'ante mão existiaõ contra os soldados Portuguezes, sim tinhaõ diminuido depois da batalha de Busaco, mas ainda ninguem queria crer que as suas milicias fossem capazes de tal acção, e de aprisionarem cinco mil Francezes. Quando porem se lêo a relação official, a opiniaõ a favor da cauza de Portugal tornou-se geral, e o máo existo que teria a invasão Franceza deixou de ser problematico. Sempre assim acontece : para reanimar-os espiritos depois de uma grande calamidade requer-se um acontecimento extraordinario, ou um golpe insperado da fortuna.

Não se deve acabar a relação deste facto sem contradizer o conto que fez o Snr. de Pradt.

“ Setecentos prisioneiros Francezes foraõ afogados no Minho.”

“ Na retirada do Porto em 1809 um hospital Francez numerossissimo acabou por um assassinato.”

“ Em Coimbra outro hospital de feridos e doentes acabou da mesma sorte.”

Quanto ao 1º deve observar-se, que o exercito Anglo-Luso nunca operou no Minho, e que a unica acção havida entre os Francezes e Portuguezes naquelle rio foi em Fevereiro de 1809 quando o Marechal Soult tentou passa-lo com o seo exercito em barcas, muitas das quaes foraõ de certo á pique pela artilharia Portugueza ; mas os afogados não eraõ prisioneiros. Alem disso, hé impossivel que atrocidades semelhantes não fossem conhecidas, e que seos auctores não fossem severamente punidos por Lord Wellington ; e hé mesmo incrivel que o Marechal Beresford não tivesse feito menção de tal ao exercito

Portuguez n'alguma Ordem do Dia, em que elle nunca deixava de recordar-lhe todas as bellas acçoens como de reprehender severamente as que mereciaõ censura. E foi com este methodo, por elle inalteravelmente seguido, que o exercito Portuguez chegou a aquelle grau de perfeiçaõ que admirou tanto os inimigos como os amigos.

Na sua parte official ao Marechal Beresford diz o Coronel Trant :—" Pela natureza do ataque
" (quer dizer a surpresa) conhecerá V. E. a diffi-
" culdade de estorvar que os soldados e paisanos
" armados saqueassem os prisioneiros. Cumpre-
" me dizer que os paisanos commetteram algum
" acto de violencia; mas creio que não exce-
" deram o numero de seis-centos a oito-centos, os
" que foram victimas do seo ressentimento.
" Devo observar que nada iguala a miseria em
" que achei esta cidade. O exercito inimigo a
" tinha saqueado toda; tinha deitado já fogo á
" algumas casas, e tudo aquillo que não havia
" podido levar consigo se achava acumulado nas
" ruas. Não era de esperar, que oito-centos
" soldados oriundos daquella cidade, e de seos
" contornos (isto hé o regimento das milicias de
" Coimbra) acompanhados dos seos desgraçados
" parentes e amigos fossem testemunhas indif-
" ferentes daquella scena de devastação. Toda
" via posso assegurar a V^a Ex^a que passados os
" primeiros movimentos consegui livrar os Fran-
" cezes de todo o insulto." Destas palavras do
Coronel Trant se vê que se tivesse havido tal horror como o de o assassinato de um hospital terse-hia elle escusado de algum modo com o Marechal Beresford, pois que até se escusa de violencias inevitaveis em um assalto. Hé verdade que ellas deviam cessar logo que o Coronel concedeo uma capitulaçaõ aos Francezes que suspenderam a sua marcha sobre a ponte, mas

esta não podia ser conhecida logo pelos corpos que por outra parte tinham entrado na cidade. O Leitor excusará a digressão seguinte, para a qual não se achará talvez logar mais oportuno.

O Coronel Trant obrou sabiamente em conceder uma capitulação para tomar mais-depressa posse d'um posto importante, e poupar o sangue de uma e outra parte; e os francezes podiam pertender uma capitulação por que eram sorprendidos em uma cidade aberta. Mas tinham, acaso as guarniçoens da cidade de Rodrigo, de Badajos, e de São Sebastião direito á uma tal indulgencia tendo sido forçadas depois de sanguinosos e repetidos assaltos? Lord Wellington obrou certamente por principios de humanidade, quando introduzio tal modificação nas antigas leis da guerra; mas o seo calculo humano foi por ventura exacto? Se hé mais que provavel, que o passar ao fio da espada a guarnição da cidade de Rodrigo teria tirado aos Francezes a tentação de esperar os assaltos de Badajos e de São Sebastião, depois de uma e mais brechas praticaveis, de que parte se achará a balança em favor da humanidade? O sacrificio de 1,700 Francezes na cidade de Rodrigo teria poupado o sangue de 4,822 entre Portuguezes e Ingleses em Badajos, e de quasi 3,000, nos dous assaltos de St. Sebastião. Parece pois que a humanidade providente teria antes ordenado a perda de 1,700 Francezes na cidade de Rodrigo.

Os Russos se justificaram sempre do rigor com que trataram as guarniçoens d'Oczakof e de Ismail, dizendo que o terror imprimido nos Turcos poupava o sacrificio de muitas vidas para o futuro. Os mesmos ministros Ingleses justificaram no parlamento a enormidade da perda que houve no assalto de Badajos, asseverando, que o assedio mais prolongado custaria mais em razão

das molestias febrís que a innundação do Guadiana produz nos seos contornos; e recordaram para isso o exemplo dos mesmos Portuguezes, que no anno de 1659 ahi perderam 10,000 soldados pela mesma causa.

Dir-se-há talvez, que Lord Wellington temia que os Francezes seguissem o mesmo systema contra os Inglezes; mas que razão tinha elle para impedir aos Espanhoes e aos Portuguezes o mui justo direito de represalias? tinham acaso os Francezes obrado com aquella providente humanidade? não tinham elles pelo contrario passado ao fio da espada *a populosa cidade de Evora*, e sem nomear outros, o lugar *da Nazareth* onde se acharam tantos cadaveres atravessados das bayonettas quantos eram os habitantes? Não foram os Francezes a causa da morte de mais de 400 mil portuguezes de todo o sexo e idade constrangidos a abandonar suas casas, a soffrer incommodos e trabalhos, e perecer de frio, de fome, e doenças?

A retomada de Coimbra deo ás Milicias a facilidade d'obrar sobre as duas margens do Mondego, e segurou a cidade do Porto e as duas provincias ao norte do Douro. O General Sylveira que commandava na de Tras-os-Montes reforçado por um bom regimento de infantaria (que fazia parte da guarnição de Almeida, e fingio aceitar o serviço Francez para passar mais facilmente, como passou com armas, e muniçoens a unir-se ao dito General) atravessou o Douro com as suas bravas milicias e poz o bloqueio á praça de Almeida. Entretanto veio pela Hespanha em reforço do exercito Francez o corpo do General Claparède. Depois de varias acçoens o General Sylveira não poute sustentar-se, e batteo-se em retirada, e sempre na melhor ordem, para unir-se ás duas outras divisioens de milicias commanda-

das, uma pelo General Bacellar, e a outra pelo Coronel Ingles Wilson; houve porem alguma causa que retardou a marcha; a reuniaõ não se fez a tempo e Sylveira se vio constrangido a repassar o Douro em Lamego. Poucos dias depois as sobreditas divisoens chegaram; elle repassou o rio e forçou tambem o General Francez até á sua primeira posicão. Nesta dupla retirada ambos os Generaes adversarios atravessaram o districto chamado pelos Ingleses a *terra do vinho*. Esta hé uma porção do paiz situada sobre o rio Douro que tem 40 a 50 milhas de comprimento e sete para 8 de largura; e produz o melhor vinho do Porto ou do Douro. A producção hé consideravel: a maior parte vai para Inglaterra que em alguns annos tem importado de 45 a 50,000 pipas. Um ramo de commercio tão importante tinha d'a muito dado nos olhos aos Francezes; e muitos annos antes que elles entrassem em Portugal, fallavam de invadi-lo para destruir as Vinhas do Douro, e cortar aquelle vinculo que existia entre as duas naçoens Portuguesa e Inglesa: algum ciume dos seus vinhos de Bordeaux podia tão bem influir nesta intencão. Muitas vezes se julgou durante a guerra de Portugal, que aquellas vinhas poderiam ser destruidas pelos Franceses; e os amadores do vinho do Porto dizem que ellas foram salvas por milagre; a primeira vez quando se obstou á Soult o atravessar aquelle districto com a longa resistencia que se lhe fez em Amarante; a segunda quando os Francezes o atravessaram até Lamego e tiveram logo de evacua-lo. Acresce de mais que as tropas conduzidas pelo General Claparede eram Batavas, que observaram uma optima disciplina, beberam quanto vinho acharam, mas não fizeram prejuizo algum.

O terceiro facto que vai contar-se não per-

tence propriamente ás milicias ; foi obra das *Ordenanças* formadas das levas em massa estabelecidas por lei desde remotos tempos em Portugal ; segundo ella todos os habitantes que não pertencem á tropa de linha ou ás milicias são inscriptos na lista das ditas *Ordenanças* ; e podem em caso de necessidade serem todos chamados contra o inimigo.

O General Foix que o Marechal Massena mandára das linhas de Torre-Vedras á França, á fim de explicar á Napoleão a difficuldade da sua posição e a necessidade de novos e poderosos refforços, voltou de Pariz, e temendo os paisanos portuguezes, bem que tivesse atravessado a Hespanha sem escolta, tomou para entrar em Portugal, uma guarda de 3,000 homens entre Cavalaria e infantaria, e escolheu a estrada mais curta para se reunir ao exercito Francez, á saber o caminho novo que vai por Alpedrinha ao Zezere, sem tocar *Abrantes*, pôsto importante sobre o Tejo, e então fortificado pelos Portugueses. A retaguarda do exercito Francez tinha levantado uma ponte sobre o Zezere junto á sua embocadura no Tejo, 10 ou 12 milhas abaixo de *Abrantes*. Mas o resultado do ataque feito pelo Coronel Inglez Grant só com 80 homens das *Ordenanças*, foi a derrota de 3,000 Francezes com a perda do comboio que escoltavam. Bem que o feliz exito fosse ajudado pela estreita garganta dos montes junto á Aldeia de *Enxarada*, onde o General Foix fez entrar o seo corpo sem primeiro examinar o sitio ; e bem que tenha havido em todos os tempos casos extraordinarios de fortuna na guerra, este comitudo hé de recear que seja considerado em Italia como um daquelles romances . que os bons poetas tem sempre enfeitado. Dar-se haõ pois as relaçoens officiaes que Lord Wellington mandou aos dous Governos Portuguez e Inglez.

“ O Coronel Grant attacou a escolta do
“ General Foix com um destacamento de 80
“ homens das Ordenanças de Alpedrinha; e in-
“ clusa remetto a relação que me mandou o
“ Marechal Beresford.—Do Quartel-General ini-
“ migo acabo de saber que os Francezes con-
“ fessam ter perdido naquella acção para sima
“ de 500 homens a maior parte do comboio, e
“ todos os seus papeis.” Outras noticias do
Quartel-General inimigo referiam que para não
desanimar os soldados se espalhou artificiosa-
mente a voz que tinha havido uma fera borrasca
nas montanhas que havia feito perder o com-
boio.

Referir-se-há finalmente o terror panico do
General Gardanne do qual não há talvez exemplo
na historia militar. Este General vinha reforçar
o Marechal Massena tomando a mesma estrada
que pouco tempo depois tomou o General Foix.
Chegado á margem esquerda do Zezere não
tinha senão passa-lo para reunir-se logo a uma
parte da retaguarda do exercito Francez; mas
tendo ouvido as relações que lhe foram feitas,
sem ter tido encontro algum, nem mesmo com
paisanos; elles e todo o seu corpo foram assal-
tados de um terror tal que sem reflectir, elle e
todos os seus soldados voltaram as costas deix-
ando armas, e bagagem, e não se julgaram se-
guros senão quando entraram de novo no coração
da Hespanha.

NOTA VIII.—*Ordem de destruir os Armazens.*

A escuridade deste passo foi inevitavel para
não interromper o fio do discurso; mas ella vai
dissipar-se pela seguinte explicação.

Já se disse que hé indifferente saber se a queixa

de Lord Wellington foi ou não fundada, e se Massena achou ou não grandes recursos nos districtos refractarios; por que em tal caso o que só hé urgente hé a verdade do facto: se porem houveram districtos que não quizeram obedecer á ordem dada de destruir todas as provisoes, &c., nisto a accusação de Lord Wellington foi justa.

Mas a proposição absoluta de ser indifferente para o exito da campanha, que Massena tivesse ou não achado recursos naquelles paizes refractarios, será demonstrada pela seguinte explicação local.

Massena atravessou e occupou por bons seis meses inteiros, desde o rio Mondego até Torres-Vedras, vastas planices todas semeadas de milho o qual nos primeiros dias de Outubro está ainda verde naquellas provincias; e não havia força humana que o podesse destruir naquelle estado: taes são as campinas de Coimbra-da Golgaã de Vallada, &c. O milho hé o geral alimento do povo, particularmente dos camponeses naquellas duas provincias; e pois que Massena era senhor de colher para mantimento do seo exercito o grão que devia servir para a subsistencia de 800,000 almas todo um anno não percisava das mesquinhas provisoes que achasse em alguns districtos. Nem vale dizer taõbem que os moinhos deveriam ser destruidos. O exercito francez occupando tranquillamente aquelles paizes, restabeceo bem depressa, como se sabe, todos os moinhos, &c.

A ruina do exercito Francez procedeo de uma causa mui diversa, isto hé, da falta de um commissariado regular, e do fatal methodo de permittir diariamente aos soldados que fossem á *Marode*, ou que vagassem pelo campo em busca dos-viveres que um Commissariado bem or-

denado deveria subministrar-lhes. A desordem que d'aqui resultou foi tal que, pelo dizer d'alguns officiaes que serviram naquelle exercito, se Lord Wellington fosse disto informado á tempo teria podido surprende-lo e inteiramente destrui-lo nas horas da dita *Marode*.

Ella foi a causa da perda de tantos milhares de sôldados francezes que os paisanos, descendo á noite das montanhas para as suas habitaçoens, ali achavam dormindo, ou embrigados, e os matavam todos: foi taõ bem a causa da formaçaõ singular daquelle XI corpo de desertores francezes, de quem falla o senhor Elliot, facto entaõ de todo desconhecido ao exercito Anglo Luso, e só revelado pela relaçaõ posterior de um Official estrangeiro que servia naquelle tempo debaixo de Massena.

NOTA IX.—*Entrega de Almeida.*

A praça de *Almeida* se entregou no segundo dia que as battarias inimigas abriram o fogo contre ella, por motivo da fatal explosaõ do Grande Armazem de polvora que destruiu uma grande parte da guarniçaõ, e arruinou casas, fortificaçoens, &c.

A explosaõ foi imputada a um official Portuguez de artilharia que depois da entrega da Praça entrou no serviço francez. Disse-se naquelle tempo que Lord Wellington contava com a resistencia de Almeida por duas ou trez semanas mais, o que teria retardado a marcha de Massena no interior de Portugal por todo o mez de Outubro e talvez Novembro, mezes em que principia a estaçaõ chuvosa, e torna naquelle reino impraticaveis as estradas e os rios; e que frustrada a

tal esperança não lhe restára outro expediente senão o de devastar as duas provincias da Beira e Estremadura até Torres-Vedras, e Alhandra, e retirar-se com o seo exercito para dentro daquellas famosas linhas. Pelo contrario os seos inimigos o censuravam de ter deixado Massena tranquillamente sitiar e tomar a cidade de Rodrigo e Almeida, particularmente a primeira daquellas duas praças que estava nas mãos dos Espanhoes, sendo visinha á fronteira daquella parte de Portugal, e aonde se pode dizer que hé a Xave. Elles ajuntavam:—“ que Lord Wellington se havia aproximado com o seu exercito á uma e outra praça durante os seos respectivos assedios, como se quizesse tentar alguma couza á favor dos cercados; mas que se havia sempre retirado sem tentar cousa alguma, de modo que se poderia dizer que o seo unico fim era ser testemunha ocular da perda d’ambas.”

Já se observou que naquellas duas campanhas de 1810 e 1811 o proceder de Lord Wellington não deve ser examinado em ponto pequeno mas em grande. Elle salvou o reino de Portugal de uma invasão, à qual ninguem acreditava que se podesse resistir.

Com o assegurar aquelle reino abriu portanto a estrada ao livramento futuro de Espanha, e com o seo exemplo deu aos soberanos e nações do Norte a concussão electrica que devia salvar o continente.

NOTA X.—*Linhas de Torres-Vedras.*

Para commodo daquelles, que não tem sobejo conhecimento dos successos militares de Portugal, se dará a seguinte breve ideia das tão famo-

sas linhas de *Torres-Vedras*. O plano se attribue a Lord Wellington desde 1808, depois que desembarcou na bahia do Mondego e marchou ao longo da costa até *Torres-Vedras* ou antes até o Vimeiro, paiz que lhe fica visinho, onde teve lugar a sua gloriosa batalha, depois daqual o General Junot propoz a evacuação de Lisboa e de Portugal que foi aceita e em virtude daquella assas famosa *Convenção de Cintra*, o exercito francez foi livremente transportado para França em navios Inglezes.

Lord Wellington ordenou que desde *Torres-Vedras*, visinha ao mar, até a *Alhandra*, villa sobre o Tejo, se formassem entrincheiramentos, e que as estreitas gargantas dos montes fossem defendidas por fortissimos Reductos. N'alguns desses se erigiram battarias de 90 peças. A distancia de *Torres-Vedras* a *Alhandra* hé pouco mais ou menos de 20 milhas; mas toda aquella extensão que forma quasi uma Ilha cercada pelo mar, e pelo Tejo, sobre que está assentada Lisboa, hé montuosa e não há senão tres estradas principaes que conduzem a quella Capital; mas todas ellas passam por estreitas gargantas continuadas, que todas se fortificaram.

A primeira linha de defesa que se extendia desde *Torres-Vedras* até á *Alhandra* deu nome a todo o plano, formado para defender Lisboa, mas havia segunda e terceira linha de fortificações. Quando o exercito que fosse collocado detraz da primeira linha viesse a perder a posição, devia retroceder para a segunda, a qual era visinha á capital e a cobria ainda. Se esta fosse taõ bem forçada pelo inimigo a terceira linha formada em torno da grande fortaleza de *S. Julião*, que defende a entrada do porto, serviria para cobrir o embarque do exercito Anglo-Luso, e facilitar a sahida de todos os navios do

porto de Lisboa. O numero das peças assestadas e postas em battria era immenso; e muitas se haviam tirado dos navios de guerra para as battrias fixas. O exercito Anglo-Luso que se postou por detraz da primeira linha, reforçado pelas milicias e voluntarios de Lisboa passava muito de 100,000 homens: alem disso o Tejo estava coberto de perto de 300 navios de guerra de diversas grandesas, a maior parte Inglezes, os quaes flanqueavam as *linhas*; e os navios ligeiros subiam pelo Tejo acima das posiçoens occupadas pelo exercito Francez. Massena e os outros generaes Francezes, depois de ter reconhecido as linhas foram de parecer que era impossivel força-las; com tudo há quem diga e não sem fundamento, que os trabalhos n'alguns pontos das linhas não estavam terminados, e que o exercito Francez nos primeiros dias da sua chegada teria podido penetra-las. Lord Wellington entrou nestas linhas aos 9 de Outubro de 1810, e não sahio dellas se não aos 12 de Novembro, seguinte quando um corpo do exercito Francez que o observava se retirou para Santarem cidade sobre o Tejo, distante de Lisboa 50 milhas pouco mais ou menos.

Segundo a descripção dada parece que o plano destas linhas se deveria considerar como o ultimo recurso da defeza de Portugal; mas Lord Wellington o adoptou debaixo de um diverso ponto de vista. Apenas vio entregue a praça fronteira de *Almeida*, este general em chefe manifestou subitamente a sua resolução de retirar-se para as linhas de *Torres-Vedras* e requereo ao Governo de Lisboa que d'esse as ordens necessarias para que nas duas provincias da Beira e da Estremadura, que o Exercicio Anglo-Luso hia abandonnar até *Torres-Vedras*, e *Alhandra*, se destruisssem todos os meios de subsistencia.

Elle não tentou nem levemente defender a provincia da Beira, a qual offerece a cada passo posiçoens militares quasi inexpugnaveis; e a variação que fez no seo plano, retrocedendo e esperando os Francezes em *Bussaco* não teve outro objecto se não salvar os Armazens que tinha em *Coimbra*.

Alguns julgam que elle se lisonjeava com a esperanza que Massena interpretaria a sua precipitada retirada desde afrenteira até *Torres-Vedras*, como indicio certo que hia embarcar-se em Lisboa, da mesma sorte que Sir John Moore o fizera dous annos antes na *Corunha*; e que enganado Massena por aquella falsa apparencia tivesse aquellas linhas em pouca monta, e tentando força-las perdesse talvez a maior parte do seo exercito, e os debeis restos do mesmo não podessem fazer uma longa retirada, por causa da devastação das provincias. Que Massena se enganasse até certo ponto não ha duvida, pois que inteiramente despresou o conselho d'alguns dos seos melhores generaes (entre outros do Marechal Ney) os quaes tendo ouvido fallar daquellas famosas linhas foram de parecer que Massena se estacionasse na provincia da Beira, e nas que ficam ao Norte do rio Douro e ali esperasse refórços. Mas como já se disse o reconhecimento geral das linhas fez mudar d'opinião a Massena, e por este modo nenhum destes dous generaes contendentes obteve completamente o fim que tinha em vista. Talvez que outros motivos induzissem Lord Wellington a persistir no seo primeiro plano das *Linhas*; pois que sempre sustentou que outro qualquer que adoptasse naquelle tempo lhe custaria o exercito inglez. Talvez não tinha elle cavallaria bastante para fazer face á dos Francezes. Talvez o seo governo fizesse o

que muitas vezes todos os governos fazem, isto hé; por uma economia mal entendida perdem um grande objecto. O transporte da Cavallaria por mar era assas custoso, e muitos cavallos morriam. Portugal hé falto de cavallos, os Portuguezes tinham pouca cavallaria; e alguns dos seus regimentos não tinham senão egoas; expediente que mais destroe sempre a especie. Talvez não tinha Lord Wellington ainda adquirido aquella plena confiança que teve depois nas tropas portuguezas. Todavia na relação official da batalha do *Bussaco*, que teve lugar no dia 27 de Setembro de 1810, elle falla com grande entusiasmo das tropas portuguezas.—“Vê-se, diz elle, que não foi perdido o tempo empregado em disciplinalas, pois que ellas são desde-hoje a base mais solida das esperanças que nos restam de libertar a *Peninsula*:” especie de prophecia que os francezes viram sobejamente verificada em seu damno. O certo hé que o comportamento das tropas portuguezas foi tal naquella acção, e espantou tanto os francezes que depois da batalha os prisioneiros, entre outros o General S. Simon, disseram aos Ingleses por cumprimento ou por adulação, que tinham usado de um bello estratagemma de guerra em vestir os soldados inglezes com o uniforme portuguez. Segundo as relações de alguns traidores os francezes se haviam lisonjeado que as tropas portuguezas, constando de recrutas novas e mal intencionadas não queriam de sorte alguma pelear.

Seja como fôr á cerca do anno de 1810; o facto hé que desde 1811, isto hé desde a retirada de Massena por diante, Lord Wellington mostrou sempre uma tal confiança nos meios, que o exercito Anglo-luso traha para deffender Portugal, que nunca se moveo da fronteira todas as vezes que os francezes lhe apresentaram exercitos

formidaveis. Hé verdade que foi algumas vezes attaca-los na Espanha, e os venceo em *Cuidad-Rodrigo*, em *Badajos*, em *Albuera*, em *Salamanca*, &c. Mas os Francezes não ousaram mais invadir Portugal senão parcialmente ou por aquellas provincias onde se não achavá o exercito do Lord Wellington, como fez Marmont entrando na provincia da Beira, quando Lord Wellington estava na do Alemtejo.

Mas em conclusão; que juizo devemos fazer do acerto deste plano das linhas de *Torres-Vedras*? que deve pensar d'elle um militar? que fructo deve tirar o homem d'Estado? poderá ainda dar-se o caso que para salvar o reino de Portugal devam 100,000 valentes encerrar-se naquellas *linhas*? de nenhuma sorte. Inhabil por certo seria o general que commandasse uma tal força, e que auxiliado por toda a povoação não soubesse conservar-se de posse do terreno situado entre o *Douro* e o *Tejo*, e gozar de todas as vantajens do porto de Lisboa.

Sejamos porem justos. A caso não haverá mais uma revolução semelhante á franceza? uma allucinação tão geral em todos os governos, de que nem os populares se izentaõ? A caso não haverá mais um exercito que por todos os outros se julgue invencivel frente á frente? Por outra parte não regeraõ mais a Espanha, e Portugal aquelles mesmos principios de governo, e aquelles conselhos, que reduziram os dous reinos ao estado deploravel em que se acharam no principio deste seculo? Não hé pois a Lord Wellington que se deve pedir conta do merito do seo plano, mas sim aquelles cujos longos erros, por não dizer outra couza, fizeram com que aquelle illustre general julgasse que tal fosse naquella epoca o unico, e indispensavel plano que podia adoptar-se para salvar Portugal, e a Peninsula.

NOTA XI.—*Illusão de muitos sobre a guerra da Península.*

Que o autor desta historia se lisonjeie de lhe ser aceita a escusa da ignorancia dos factos, e não pense que se lhe possaõ exigir as provas da necessidade que teve de escrever com tanta precipitação, pode crêr-se; mas o que excede os limites da credibilidade, como todos os dias testemunhamos, hé a falta de sagacidade daquelles que fallam e escrevem como o nosso autor sem poder como elle, allegar a ignorancia dos factos.

Os Espanhoes, por exemplo, perfeitamente buscaõ illudir-se. A honra que elles adquiriram com a primeira insurreição, e com os factos de Saragoça, de Cadiz e de Baylen no anno de 1808, tem sido levada em triumpho pelos seis annos seguintes sem a quererem interromper pelos factos que aconteceram no fim daquelle mesmo anno, e nos seguintes de 1809-10-11-12 até á batalha de Salamanca. Em vez de reconhecer que naquelle longo intervallo o sopro de vida, respirado pelo seo governo e as Cortes encerradas em Cadiz, era devido á guarnição ingleza, e portugueza que impedio que os francezes a tomassem, elles censuravam ainda naquelle tempo os Inglezes por não poderem expulsar os francezes da ponta, chamada do *Trocadeiro* donde Soult fazia bombear Cadiz. Com maior dose de gratidão e de sagacidade, inteiramente unidas, deveriam os Espanhões dar-se por satisfeitos em fazer justiça ás duas naçoens, que sem poupar seo sangue mais precioso libertaram a Espanha, e estorvaram que a gloria adquirida por elles fosse sepultada no esquecimento, ou quando muito memórada pelos francezes nos tempos

futuros para mais exaltar seo merito, tendo vencido tão bem aquella difficuldade.

Excepto o reino de Galiza que Soult deixou n'um estado d'anarchia para correr a flanquear Lord Wellington em Talavera, excepto a cidade de Valença, na qual os francezes não pensaram por algum tempo, e onde o General Blake, que ali conduzio por mar e ventos tantos mil homens, capitulou em breve; os Francezes não encontraram naquelles annos de 1810-11 e 12 resistencia senão em Catalunha, e essa fraca, pois que estiveram sempre senhores de Barcellona. As tropas do marquez de la Romana foram depois da sua morte reconduzidas para Badajoz pelo General Mendisabal, mas subito foram dispersadas pelos francezes que sitiavam aquella praça, e o governo Espanhol tomou dahi pretexto para de pressa se render, sem esperar pelo soccorro que lhe prometia Lord Wellington, então já desembaraçado da invasão de Massena. Com tudo Ciudad Rodrigo e Badajoz custaram aos Portuguezes e Inglezes dois ou tres sitios cada uma; e ambas dois terriveis e sanguinosos assaltos. Lord Wellington, que conhecia a importancia de ter aquellas duas praças, e não se fiava na sciencia dos Engenheiros Inglezes, decidiu-se a leva-las á força, e á custa de sangue puramente Inglez e Portuguez.

O narrar pois as accoens particulares e brilhantes dos Inglezes e Portuguezes não hé possível sem emprehender uma historia completa; porque forão tão frequentes que nem de todas se fez menção nas relaçoens officiaes de Lord Wellington. Assim as queixas, que por isso fizeraõ contra este silencio muitos officiaes illustres, formaõ o mais bello elogio daquelle exercito, em que o numero dos individuos que nelle se distinguiram foi sempre igual ao das occasioens que

cada um teve para isso. Parecia que os Portuguezes estavam de proposito determinados a convencer os Inglezes de quam ridiculos eraõ seos antigos prejuizos; e que os Inglezes estavam sempre receosos de serem excedidos em valor. Com esta nobre e individual emulação bem se pode dizer que um grande Capitão, como Lord Wellington, não podia deixar de obrar successos maravilhosos; pois que os soldados, por mais que fação, nunca devem esquecer-se que são devedores da gloria que adquirem a habilidade de seo chefe. Esta verdade fez bem sentir Julio Cesar quando disse a seos soldados rebellados estas palavras, que bastaram para socega-los:—*An vós ulla putatis momenta dedisse mihi?*

Os Inglezes não começaram a fazer uma idea adequada do valor prodigioso dos Portuguezes se não depois da batalha de *Bussaco*, na marcha para as linhas, e na retirada de Massena: seo pasmo, igual a sua surpresa, se manifestava nas relações que faziaõ. Merecem referir-se algumas expressões, como alguns factos. Os Inglezes escreviaõ naquelle tempo:—*the Portuguese troops are always eager to engage, and invariably behave with enthusiastic bravery.* (As tropas Portuguezas estão sempre anciosas por entrar em acção, e invariavelmente se portaõ com um valor mais do que ordinario—com enthusiasmo).

The Portuguese troops, two days without bread, beat us in the march, and fight the enemy to admiration. (As tropas Portuguezas, depois de não comerem pão por dois dias, ainda assim nós vencem nas marchas, e pelejaõ de modo que faz pasmar.)

“Um corpo Alemão, a soldo Inglez, tendo ordem de retardar a marcha dos Francezes, que vivamente nos perseguiaõ, atacou o inimigo,

mas foi asperamente recebido por elle. Os Alemães fugiram então em grande desordem para a segunda linha dos Portuguezes que estavam destinados para soccorre-los. Os Portuguezes, quasi por instincto e sem ordem do commandante, abrem as suas fileiras para deixar passar os fugitivos, e não se verem embaraçados com elles, e assim que os vêem a salvo na sua reta-guarda, tornão a unir-se pelo mesmo instincto e sem ordem, e todos a um tempo gritão:—*Agora, á baioneta!* Com effeito empunhão as armas, e poem os victoriosos Francezes em precipitada fugida.”

No assalto de Ciudad Rodrigo, o General Pack, que commandava uma brigada Portuguesa, devia fazer um ataque falso. A impetuosidade dos Portuguezes converteu-o em ataque verdadeiro, entrou na praça, e decidiu da sua entrega.

Tres divisões de Portuguezes e Inglezes assaltaram as tres brechas nos muros de Badajos, mas foraõ por extremo paralisadas em diversos ataques, porque o General Phyllipon se defendia com todo o valor Francez. As tres divisões, depois de uma perda immensa soffrida em repetidos assaltos, hiaõ a ter ordem para retirar-se, quando Lord Wellington recebeu o avizo de que *um só* batalhaõ Portuguez tinha tomado o Forte de *Pardilhieras*, e que o General Picton, com outra divisaõ composta de Portuguezes e Inglezes, tinha escalado os muros da cidadella, e havia já entrado na praça sem brecha.

Dá-se o primeiro assalto de S. Sebastião, e não se pode vencer a valorosa resistencia dos Francezes. Dá-se o segundo, e a mesma cauza parece que o fará falhar ainda outra vez. Gritaõ todos os regimentos Portuguezes, empregados no assalto, que querem passar á váo o braço do

rio (ou antes a sua embocadura no mar) que do outro lado deffende aquella fortissima praça; da-se-lhes licença; e os Portuguezes, cheios de alegria, passãõ com as armas sobre a cabeça a agoa até o pescoço; assaltaõ a brecha; e entram a praça.

Temos talvez dito pouco, mas quanto basta para convencer o Leitor, que desta guerra tem o publico grande direito a exigir uma historia mui diversa da que temos debaixo dos olhos.

(Continuar-se-há em o No. seguinte).

HISTORIA DE AGATHON,

Escripta por M. Weilland.

(Continuada da pagina 51 do No. antecedente.)

CAPITULO VI.—*Mui bom raciocinio de Agathon, que á muitos parecerá o de um fanatico.*

Pode ser que o Leitor cuide que a apostrophe antecedente do sabio Hippias tenha confundido Agathon, ou pelo menos lhe cauzasse algum sobresalto. A idade do sophista, sua reputação de sabio, a confiança com que fallava, a apparencia de verdade que transluzia em seo discurso, e ainda mais a consideração que lhe davaõ suas riquezas, parecem ter devido produzir algum embaraço no homem que conhecia todas estas circumstancias, e que alem disso era seo escravo.

Com tudo Agathon ouviu todo aquelle especioso discurso com um sorriso de desdem, bem capaz de ter feito acanhar todos os sophistas do mundo, se a obscuridade da noite, e a muita vaidade do orador lho tivessem deixado perceber.

Apenas o nosso heroe se viu só, começou a rir, lembrando-se da fisionomia, do ar e dos gestos com que Hippias tinha pretendido dar maior força á todos os seos argumentos. “Hé bem natural, disse Agathon consigo mesmo, que um homem, que vive como Hippias, pense como elle; e pensando assim, deva tambem viver como elle. Todavia, nem por isso posso deixar de me rir quando me lembro do tom magistral com que elle me fallou. Esse tom não hé porem novo para mim como Hippias se persuade; porque vi em Athenas marujos e mariolas tomarem o mesmo tom quando arengavaõ ao povo. Alem disso, não hé elle o primeiro que me tenha tratado de fanatico, e que me haja annuciado em tom de prophesia a ma sorte que poderei ter por esta cauza. Quanto se engana elle porem se cuida assustar-me com esses ameaços! O Hippias! que hé o que tu tomas por felicidade? Certo, que não hes digno de a conhecer! Tudo o que tu chamas felicidade hé semelhante a esse amor que te inspiraõ tuas dançarinas. Dizes que eu sou um fanatico; pois bem, deixa-me com o meo fanatismo, e guarda para ti toda essa tua felicidade! A natureza recusou-te essa sensibilidade, e esse sentido exterior que constituem toda a differença que entre nós há; mas por isso pode-se querer mal aos que nos tem por fanaticos, ou não pensaõ como nós?

“Hé com effeito mui difficil provar que lhes falte uma só das qualidades que fazem o homem perfeito. Em Athenas conheci en uma rapariga mui fea, mas que em compensação da falta de beleza tinha os pés mais bem feitos do mundo. Eis aqui o que ella disse um dia á uma das suas amigas:—

“Tomára eu saber o que todos esses moços
“insensatos achaõ de maravilhoso na belleza

“ imaginaria de Timandra? Sua cor, na verdade,
“ hé mui boa, e suas feições são menos más,
“ porem que pé que ella tem?—Assim hé, res-
“ pondeu a amiga, que tinha a vaidade de
“ possuir duas mui formosas orelhas, eu concordo
“ que não há belleza perfeita sem dois lindos pés;
“ mas que me dizes ainda das orelhas de Timan-
“ dra? Parecem-me orelhas de um Fauno!”

“ Eisaqui pois a historia do genero humano!
E porque lhe quereremos mal por isso? O rous-
sinol canta, o corvo grasna, e este ultimo não
seria o que hé se não preferisse sêo grasnido á
melodia do primeiro. Assim Hippias se compa-
dece de mim, e quer fazer-me tão ditoso como
elle. Como hé generoso! Tem visto que eu amo
o que hé bello, e que não sou insensivel aos
encantos do prazer; isto hé verdade, porem
muito se engana nas conclusões que dahi tira.
O sabio Ulyses prefere sua pobre Íthaca e sua
velha Penelope aos encantos de Calypso, e a essa
ilha deliciosa em que podia viver immortal e
escravo; e o fanatico Agathon, apezar de quanto
ama a belleza e os prazeres, preferiria sem hesitar
o tonel de Diogenes aos palacios, aos jardins,
ao serralho e as riquezas de Hippias se o obri-
gassem a viver e pensar como elle.”

Mas dirá alguém, e para que servem sempre
estes monologos, ou conversações comsigo
mesmo? Tem muita razão o Leitor se fizer esta
pergunta, porem muita razão também nós sup-
pomos ter na resposta que vamos dar-lhe.
Agathon estava só, não conhecia ninguem com
quem desabafasse, e em tal caso que havia elle
de fazer? Fallar só comsigo; porque só os heroes
dos Romances hé, que fallão com as arvores e
nymphas dos bosques.

Julgâmos pois que se lhe deve perdoar esta
sua mania dos monologos, attendidas suas cir-

cunstancias, quando até Horacio confessa que tinha o habito de fallar só comsigo.

LIVRO III.

*Hippias trabalha por seduzir Agathon, pintando
lhe o sistema de sua philosophia com as cores
mais brilhantes e lisongeiras.*

CAPITULO I.—*Preparação para o Capitulo seguinte.*

Agathon não tinha com effeito vivido ainda assas com os homens para os conhecer a fundo como os conhecia Theophrasto,* quando se resolveo a fugir delles; todavia essa sua falta de experiencia do mundo era bem compensada pelo dom natural que tinha de ler dentro dos corações, qualidade que havia levado á perfeição pelo discernimento com que tinha observado esses homens e scenas que já tinha visto. Disto resultou, que longe de achar novidade no discurso de Hippias, muito mais firme ficasse na idea que já antes formava do character e modo de pensar do sophista. Com a mesma facilidade advinhou logo qual era a especie de sabedoria que lhe inculcava, e com a qual lhe prometia tantas vantagens. Com tudo ficou sempre com desejos de ter ainda com elle a conferencia que lhe havia promettido, porque tinha grande curiosidade de ver o modo de pensar de um

* Theophrasto, celebre philosopho, natural d'Ereso, foi discipulo de Leucippo, Plataõ, e Aristotles. Na idade de 99 annos compoz o seo famoso Tratado de moral, intitulado — *Os Caracteres*, do qual Labruyere fez uma traducção em francez.

Sophista reduzido a sistema ; e porque tambem esperava achar na eloquencia de um tal homem essa especie de divertimento que geralmente se encontra quando se vê um politiqueiro habil fazer maravilhas, e mostrar couzas que não existem.

Nestas disposicoens bem differentes das que lhe desejava Hippias estava em fim Agathon, quando um dia de manham teve recado de fallar-lhe.

Depois de ter atravessado uma grande galeria, e entrado em muitas salas, ornadas com infinitos primores das artes, e cheias de escravos e escravas de uma rara belleza, entrou em fim na ultima que era como, por assim dizer, o sanctuario deste templo do prazer. Achou recostado sobre um sophá a divindade do templo, e por esta mesma divindade, que não era nem mais nem menos do que Hippias, foi convidado a sentar-se no mesmo sophá, e almoçar com elle. Toda esta civilidade entrava nos planos do philosopho, e para melhor os desempenhar tinha nomeado para servir o almoço a mais bella e encantadora de todas as suas escravas. O ar gracioso desta nimpha, e o modo elegante com que desempenhava seo emprego, eraõ com effeito um pouco perigosos para um sabio da idade de Agathon. Ella da sua parte nada tinha esquecido para realçar sua natural formusura ; e seos vestidos e enfeites estavaõ talhados e dispostos com tanto gosto, e ao mesmo tempo com tanta modestia, que Agathon por um pouco cuidou que se as graças se appresentassem aos olhos dos mortaes não poderiaõ escolher traje nem mais elegante nem mais modesto do que o que tinha a bella Cyane. A fallar a verdade, de seos finissimos vestidos podia-se dizer com Petronio que mais pareciaõ tecidos pelos zephiros

ou formados de um ligeiro vapor do que de uma droga feita para encobrir couzas que não se quer que se vejaõ. Ao mais pequeno movimento que Cyane fazia deixava ver sempre mil perfeiçoens seductoras, mas logo por outro movimento contrario deixava-lhes cahir certas sombras que se podiaõ ainda ter por mais perigosas porque não atormentavaõ os olhos mas a imaginaçaõ.

Em circumstancias taõ delicadas não hé de crer que Agathon podesse ter sahido com gloria, se logo não houvesse penetrado os projectos de Hippias e Cyane. Esta descoberta lhe cauzou porem um sobre salto que apenas poudes esconder, e para o disfarçar entrou a distrahir-se olhando para as pinturas da sala: todavia seo disfarce pouco lhe valia. A bella e maliciosa Cyane achava sempre occasiaõ de desafiar os olhos inquietos do nosso heroe; com tudo bem cedo ella se desenganou que nada tinha conseguido. Agathon, bem que tivesse um coraçãõ extremamente sensivel, era virtuoso, e não podia por conseguinte ser seduzido por um objecto que offendia seos costumes: a idea do prazer era mais fraca do que o sentimento interno que nelle produzia a lembrança de o quererem seduzir. Todas as pertençaõs de Cyane, todos os seos disfarces, e toda a sua malicia, que mais e mais se tornava visivel, faziaõ perder aos olhos de Agathon todo o merecimento de sua verdadeira belleza, particularmente quando comparava tudo o que estava vendo com as ideas do pudor e modestia das mulheres que a sua Psyche em outro tempo lhe dera. A final seos olhos soccegados e um certo sorriso de escárneo convenceram Cyane que havia perdido seo tempo. Agathon percebeu tambem logo que a bella estava offendida, porque depois de ter exaustos todos os seos artificios, e vendo já que não pro-

duziaõ effeito, resolveo-se a ausentar-se, sem poder occultar quanto hia enfadada.

Hippias, que por um pouco se estivera divertindo com aquelle pantomimo, convenceo-se em fim que não era tão facil como cuidava senhorear-se da razão de um homem que tão difficil era de vencer ainda pelo lado realmente o mais fraco. Todavia, não se desanimou ainda, e persuadiu-se que sua eloquencia poderia ser talvez mais poderosa que os encantos de Cyane. Nesta idea não quiz deixar para mais tempo esta sua experiencia, e assim que o almoço acabou, voltou-se só para Agathon, e teve com elle a notavel pratica seguinte que vamos transcrever.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Resumo das ultimas leituras, dadas por Mr. Brande, sobre Chimica Mineralogica, na Real Instituição da Gram Bretanha.

Mr. Brande, illustre professor de Chimica na Instituição Real da Gram Bretanha, desejando nas suas leituras entrar na discussão daquelles objectos, que se fazião mais valiosos pela sua intrinseca importancia e universal utilidade, achou que nenhum ramo lhe podia talvez oferecer melhor campo para preencher tão louvavel fim como a Chimica mineralogica, por isso que os progressos desta, mais do que outra qualquer sciencia, influem da maneira a mais decisiva no aperfeiçoamento das artes uteis.

Esta tarefa elle parece haver desempenhado tão habilmente, e trata o assumpto em um ponto de vista tão luminoso, e tão exacto, que julgamos vantajoso dar alguns extractos das preditas leituras : o author, alem disso, faz tão circunstanciada menção dos factos mais modernos, que tem apparecido por maneira, que nos dois importantes ramos de chimica e mineralogia se póde mesmo considerar este resumo, que vamos fazer, como uma especie de continuação á ultima exposição que demos dos progressos das Sciencias Physicas.

“ Na escolha, que fizemos da chimica mineralogica para objecto de nossas leituras, fomos em grande parte levados pelas mui relevantes e numerosas correlações, que esta tem com todas as artes ; motivo este assas poderoso, attenta a infinidade de artigos de necessidade e luxo, que nos são fornecidos pelos productos da natureza inorganica. Assim tratando dos metaes, hé nosso intento indicar as posições, que occupão no seio da terra, as rochas particulares e camadas onde existem, e a historia da descoberta de cada um : á isto seguir-se-há uma exposição das suas propriedades chimicas e mechanicas, e igualmente das operações por que passam, a fim de se converterem em estado capaz de serem applicados nas artes. Como um objecto, que tem connexão com a historia dos corpos metallicos, daremos uma succincta idea das theorias geologicas mais celebres e plausiveis. A mui pouca informação que derivamos dos antigos neste ramo das sciencias ; e o vagaroso progresso que nelle se fez antes do seculo passado, são provas bem convincentes das grandes vantagens, que o genero humano tem recebido da cooperação dos conhecimentos chimicos e mechanicos : por quanto, antes de se haver descu-

berto a maquina de vapor, muitos dos mais importantes productos das minas de Inglaterra offereciaõ obstaculos insuperaveis para serem extrahidos ; e mesmo depois d'este gigante do mechanismo os haver arrancado de suas habitaçoens subterraneas, de nada valeriaõ, senaõ passassem pelas mãos do chimico analitico. O cobre forma agora uma das maiores riquezas das minas de Cornwall ; mas por muitos annos o mineiro se dedicava exclusivamente á extração do estanho, que se achava sobre posto áquelle metal, e por conseguinte mais accessivel. A chimica porem mostrou a sua grande utilidade, e as esgotadoras bombas da maquina de vapor abriram o caminho á tão precioso tesouro. Há outros factos de interesse geral e applicação economica, que terei de expor tratando desta materia. Depois da historia geographica e geologica das substancias mineraes, tocarei sobre os caracteres, por que ellas são conhecidas e distinguidas, a saber, caracteres externos ou mecanicos ; chimico-mecanicos, ou formas cristallinas ; e caracteres simplesmente chimicos.

Alguns dos escritores Gregos e Romanos e particularmente Theophrasto e Plinio, descreveram varios mineraes com bastante individuação ; e o historiador Romano se alarga de vez em quando sobre as suas applicaçoes chimicas ; porem o grande adiantamento nesta parte da mineralogia hé de data mui moderna, e só em os nossos tempos hé que temos derivado mui importantes resultados dos caracteres distinctivos dos mineraes. Avicenna hé, quanto a nós, o primeiro que subdividio os corpos mineraes em pedras, saes, inflammaveis e metaes ; e nas numerosas obras, que se lhe attribuem, há varias observaçoes relativas á sua formação e propriedades. Mencionamos esta classificação, por que

ella tem sido adoptada pouco mais ou menos por todos os subsequentes mineralogistas, particularmente por Agricola; o qual tem as vezes sido denominado o pai da mineralogia; hé bem verdade, que elle trabalhou muito nesta sciencia; mas como metallurgista hé, que o seo nome se faz respeitavel segundo o mostra a sua obra intitulada, *De re metallica*, onde elle se esforçou com o maior disvello por aperfeiçoar as varias operaçoens que no seo tempo se praticavaõ para extrahir os metaes das suas veias, e reduzi-los a estado de se poderem empregar no commercio e nas artes. Agricola morreo em Chemnitz no meado do seculo dezaseis. Quanto a Cosalpino e Aldrovando passaremos em silencio, por serem meros plagiarios de Agricola: nem achamos coiza alguma digna de ser recordada na historia da mineralogia até á publicaçã da obra de Becker em 1667, intitulada *Physica Subterranea*. Este considera os mineraes como corpos essencialmente compostos de tres principios elementares, a saber, sal, enxofre, e mercurio; e classifica os mineraes, segundo a maior ou menor quantidade que tem destes elementos imaginarios: os metaes elle arranja em tres divisõens; a 1^a hé o oiro e prata, que se derretem em calor vermelho; a 2^a o cobre e ferro que se aquecem até o estado de vermelhidaõ antes de se poderem derreter; a 3^a o estanho e chumbo, que se derretem antes de ficarem vermelhos. Becker, como chimico, não deixa de ter feito serviços assas relevantes, mas como mineralogista tem mui pouco ou nenhum merecimento; pois a sua obra não offerece, senão uma collecção de meras conjecturas e theorias sem fundamento.—Pott, Linneo, Wallerius, Cronsted, e Engstrom são outros tantos anneis na grande cadeia de mineralogistas, até chegarmos aos dois celebres sys-

temas de Werner e Haiiy, sobre os quaes hé preciso dizer alguma coiza. Werner fez maravilhas na invenção de uma linguagem própria para descrever os caracteres externos dos mineraes; e o tratado que publicou sobre a materia em 1774, dêo á mineralogia um grau de celebridade, de que não havia até então gozado. Não hé obra de grande difficuldade o expor os defeitos e vantagens deste systema.

Werner divide os caracteres externos em geraes e particulares; dos caracteres geraes a cor na sua opiniaõ hé o mais distinctivo. As cores fundamentaes são oito; porem este mineralogista acrescenta alem disso uma tal variedade de cores secundarias, que a definição geral fica inteiramente confusa e incompleta. Quando descrevemos uma certa cor como caracteristica de uma classe particular, fazemos um uso mui proprio e acertado deste importante signal: mas quando se nos offerecem substancias de diferentes cores,* como as vezes acontece; procurar em tal cazo classifica-las por meio deste caracter externo hé um perfeito absurdo; e hé por insistirem em defender esta parte defeituosa do systema, que os entusiastas de Werner tem dado oportunidade a que seos antagonistas condemnem todo o arranjo proposto por este illustre sabio. Os outros caracteres geraes, alem da cor, são cohesão, unctuosidade, frieldade, gravidade especifica, cheiro, e sabor: quanto aos caracteres particulares os mais essenciaes são fractura, lustre, dureza, e transparencia. A gravidade especifica hé talvez o mais importante de todos. Por gravidade especifica se entende o pezo de

* Por exemplo o Rubi espinella, cuja cor principal hé vermelha; da qual porem há de um lado transição para azul, e quasi para verde; e do outro lado para amarello, e pardo, e mesmo para branco.

qualquer substancia comparado com o pezo de um volume igual de outro qualquer corpo, tomando-se por unidade, a agua distillada da temperatura de 60 graus. Se mergulharmos um corpo n'agua, este rouba ao fluido um espaço correspondente ao seo volume; e o pezo d'agua se gradua por aquelle, que o corpo mergulhado perde; deste modo se um mineral, que peza 3 onças, perder uma, quando for mergulhado n'agua, o pezo de um volume d'agua igual ao do mineral mergulhado hé uma onça: assim quando se diz que a gravidade especifica do oiro hé 19, isto quer dizer, que hé 19 vezes tão pezado como um volume igual d'agua distillada. Daqui segue-se, que o quociente, que se obtem dividindo-se o pezo absoluto de uma substancia pelo pezo do seo volume d'agua, hé a sua gravidade especifica: se um corpo por tanto peza no ar 360 graõs, e perde 60 graõs n'agua, a sua gravidade especifica hé 6 para $360 \div 60 = 6$.

A dureza dos mineraes hé uma propriedade, pela qual se entende a virtude, que estes possuem de riscarem ou serem riscados por outros corpos de uma dureza uniforme e conhecida; ella varia muito em differentes substancias; algumas ha, por exemplo, que não cedem mesmo a lima; ferem lume com o aço e riscaõ o vidro; outras pelo contrario se cortaõ com um faca, ou se riscaõ com a unha. Quanto á fractura—esta hé *conchoidal*, como a pederneira; *vitrea*, como o quatzo; *foliada*, *aspera*, *liza*, *desigual*, &c. A estrutura geral dos mineraes hé *foliada fibrosa*, *radiada*, *compacta*, &c. Werner, na sua classificação dos mineraes, não se afasta muito de Avicenna; elle os divide em pedras, saes, combustiveis, e veias. O defeito principal deste systema hé como já anteriormente observamos, a grande consideração que nelle se dá á uma

qualidade tão variavel e incerta como a cor; e a maneira tediosa e prolixa, com que se descrevem todas as suas modificaçoens; apezar disto possue vantagens relevantes, como faremos conhecer com clareza e individuação nas leituras seguintes.

Haüy, cuja escola adopta a christallizaçaõ como a base mais segura de classificaçaõ, hé o outro mineralogista de quem nos toca faltar. Elle seguiu os passos de Rome de Lisle, o qual foi o primeiro, que emprehendeo descrever e classificar mineraes por meio da theoria de cristallizasaõ: á Haüy porem deve-se o verdadeiro desenvolvimento desta doutrina, e a celebridade que tem adquirido entre os sabios. As substancias cristallizadas tem apparentemente formas mui diversas, mas se as examinarmos com attençaõ acharemos, que se reduzem á umas poucas de figuras geometricas. Estas formas são invariaveis em corpos da mesma composiçaõ chimica; mas quando esta muda, mudaõ tambem as suas formas: assim o rhomboide primitivo do espato calcareo tem angulos obtusos de $105^{\circ} 5'$, o do carbonato magnesiano de cal de $106^{\circ} \frac{1}{4}$, e o do espato de ferro de 107° . A tornaline hé um mineral, cuja forma primitiva hé tambem um rhomboide obtuso, e cujo angulo hé $113^{\circ} 34'$. Ora, segundo Haüy, os corpos, que se assemelhaõ em forma e composiçaõ, constituem uma especie mineralogica. Achamos por tanto, que elle assim como Werner se vê obrigado a recorrer á propriedades chemicas a fim de completar as suas definiçoens e descripçoens mineralogicas; e quanto mais examinamos, mais intimas parecem ser as relaçoens, que subsistem entre estas sciencias. Fallando geralmente dos caracteres chemicos dos mineraes, não queremos aqui alludir a sua minuciosa analyse, que nos

ensina a proporção relativa de suas partes componentes ; assumpto este de que depois nos occuparemos ; mas temos sim em vista aquellas propriedades, que facilmente se descobrem sem operação alguma difficil ou complicada. De todas estas, a mais digna de se mencionar hé a relativa fusibilidade dos differentes corpos ; a qual claramente se verifica por meio do maçarico. Com este instrumento podemos aquecer varios fragmentos de mineraes até o grau de calor branco e as mudancas que estes respectivamente soffrem nesta temperatura, nos ministraão um caracter bem distinctivo. Tambem a acção dos acidos nos offerece um excellente meio de conhecer a natureza dos corpos mineraes, com particularidade a dos carbonatos, em virtude da effervescencia que resulta da sua mistura com os acidos.

Dada esta idea preliminar dos differentes caracteres, á que se tem recorrido para descrever e classificar os mineraes, resta-nos agora tratar de uma classificação geral, o que porem reservamos para a seguinte leitura : entretanto hé do nosso dever mencionar, que a mineralogia abstracta está mui longe de ser o fim das presentes leituras ; temos em vista um plano muito mais util e interessante, isto hé, tratar dos productos do reino mineral como objectos de uma immediata applicação aos commodos e necessidades da vida, e não como mero assumpto de historia natural.

(Continuar-se-há em o Numero seguinte.)

MISCELLANEA NO ARTIGO SCIENCIAS.

Lactometro, ou novo instrumento inventado para se descobrir a bondade do leite.

A qualidade do leite hé justamente apreciada

pela maior ou menor porção de nata, que hé capaz de produzir; e esta hé influida já pela idade, estado de saude, ou sustento, de que o animal faz uso: neste caso um simples instrumento, que indique a quantidade relativa da nata, que differentes animaes, ou que o mesmo animal com diversas sortes de alimento pôde ministrar, não deixa de ser objecto de alguma importancia em economia domestica, e em agricultura. Este instrumento vem descripto no *Farmer's Journal* pelo illustre Presidente da Real Sociedade de Londres Sir Joseph Banks, e consta de uma serie de tubos de vidro do diametro de $\frac{5}{4}$ de uma polegada cada um, e onze polegadas de comprimento, com uma das extremidades tapadas. Na distancia de dez polegadas do fundo de cada tubo está marcado *zero*, e desde este ponto o tubo está graduado em decimas de polegadas, e numerado de cima para baixo por espaço de tres polegadas de sorte, que cada divisão hé uma centesima parte do tubo. Ora se ao mesmo tempo enchermos varios destes tubos com leite mungido de fresco, e os puzermos na mesma temperatura, formar-se-ha na superficie uma porção de nata, cuja grossura ou quantidade sera indicada pelas divisões: por este modo poderemos verificar da maneira a mais exacta a porção de nata, que differentes animaes, ou que um mesmo animal com diversas especies de alimento, debaixo de todas as circumstancias hé susceptivel de produzir. Estes instrumentos são mui bem construidos por Thomas Jones, o qual já os tem de venda na sua loja em *Charing-Cross*, Londres.

Publica-se em Pavia um jornal de summo merecimento intitulado *Giornale di Fisica, Chimica, Storia Naturale, Medecina, ed Arti*, cujos redactores são MM. Brungnatelli, Brunacci e Con-

figliacchi.—Em um dos seus ultimos numeros vem uma memoria por M. Carradin com o titulo de *Esperienze ed Osservazioni sulla Trapiantazione*, da qual copiaremos varios factos communicados pelo author, por os julgarmos de alguma importancia em Horticultura.—M. Carradin, que hé bem conhecido em Italia como naturalista, parece ter-se dado com muito disvello ao estudo da transplantação dos vegetaes em geral, e haver tambem observado com attenção os phenomenos, que acompanhaõ a marcha deste relevante processo. Elle mostra como a mudança de terreno e clima, a vizinhanca de outras plantas, e um novo modo de cultura podem a tal ponto influir no desenvolvimento de uma producção vegetal tirada do seo terreno natalicio, que com o tempo muitas das suas principaes propriedades e até mesmo sua natureza e forma venhaõ a soffrer alteração: para apoiar esta asserção elle apresenta varios exemplos tirados da phisiologia vegetal: Procura tambem explicar os effeitos singulares da transplantação em geral; e com o fim de provar quam bem fundadas saõ as suas conjecturas, relata de uma maneira mui exacta e luminosa os resultados de varias experiencias que fez. Eis aqui as observaçoens praticas, que se podem deduzir da sua memoria: 1º Que em transplantando arvores, &c. o modo mais seguro hé não tocar nenhuma das raizes, nem decotalas. 2º Que as plantas assim transplantadas não tem necessidade de outro nutrimento senão agua, sendo toda a sorte de esterco ou adubo antes prejudicial que proveitoso: e 3º Que no principio devem ser invariavelmente preservadas da luz do sol por algumas semanas; visto que o simples estimulo desta luz hé bastante para as destruir.

Em um jornal publicado mensalmente na Suissa,

e redigido por M. Pictet, vem impressa uma memoria escrita pelo Dr. Gosse de Genebra, intitulada “Memoire sur l’Hygiene des Professions insalubres.”

As exhalacoes perniciosas, á que estão sujeitos os artifices durante o processo de suas operaçoes em certas manufacturas, tem sempre merecido assidua e particular attenção dos medicos; e varios methodos já se tem proposto com o fim de obviar os nocivos effeitos que occasionão: o Dr. Macquail por exemplo suggerio um, qual foi introduzir nas ventas pedaços de esponja penetrados de liquidos aromaticos. Em algumas manufacturas o ar do quarto hé continuamente purificado por meio de tubos flexiveis, os quaes estão suspensos no tecto, e tem communicação com o ar exterior. A final M. Brize Fradin inventou um instrumento, a que deo o nome de *tube d’aspiration*, no qual suppoz elle ter achado um perfeito preservativo. Este tubo d’aspiration consta de um cilindro com uma das extremidades construida por maneira, que pode receber uma certa porção d’algudaõ penetrado de algum fluido aromatico, &c. e tem na outra extremidade um pedaço de vidro de uma forma adaptada para cobrir a boca: o instrumento preparado por este modo liga-se ao peito do artifice, o qual faz uso delle todas as vezes, que tem necessidade de ir ao lugar donde sahem as exhalacoes: porem o Dr. Gosse mui acertadamente observa, que este instrumento hé defeituoso em dois pontos essenciaes: primo não serve para as emanaçoes que penetraõ o nariz; e em segundo logar o algudaõ tanto pelos principios exhalantes, que em pouco tempo embebe, como pelo estado compacto em que fica, em virtude da evaporação que de necessidade hade experimentar, não pode corresponder ao fim que

se tem em vista, sem ser mudado repetidas vezes; o que seria mui incommodo e mesmo impracticavel. A fim de remediar todos estes inconvenientes, e com o intento de preservar fabricantes e artistas de toda a especie de exhalacão nociva, propoem o Dr. Gosse uma mascara feita de fragmentos de esponjas finas, e atada á cara como uma mascara ordinaria. Esta simples invenção produz o effeito desejado, assim o diz o author, sem ao mesmo tempo impedir a respiração, nem forçar a pessoa, que a usa, a ter a cabeça em uma direcção particular; como acontece com o tubo d'aspiração. A mascara deve necessariamente estar penetrada de um fluido proporcionado á natureza da emanacão. Agua pura sera sufficiente em todos os casos, em que a poeira hé o unico resultado da operação mecnica do artifice, como cayadores, sapateiros, fiadores de algudaõ, sombrereios, surradores de pelles, &c.; o mesmo fluido serve para os que douraõ em metal para os fabricantes de espelhos, e barometros, ensaidores de moeda, &c.; pois neste cazo as exhalacões mercuriaes e do chumbo seraõ condensadas pela baixa temperatura da esponja: se os vapores porem constarem de gases acidos, devemos substituir uma simples soluçãõ da potassa do commercio. Por este modo os fabricantes dos acidos nitrico, muriatico e chlorine; os que gravaõ com agua forte; os chimicos em geral, &c. poderaõ ser preservados dos perniciosos effeitos destas substancias volateis. O author numera, alem destes, muitos outros fluidos, que sãõ necessarios em casos de miasmas differentes, porem o seo catalogo hé extenso de mais, para que o passamos transcrever. A memoria hé acompanhada de uma serie de de experiencias, que o Dr. diz fizera em si mesmo, com o fim de verificar este methodo de

preservação ; e os resultados parecem plenamente comprovar a bondade do seo invento.

(Continuar-se-há.)

POLITICA E VARIEDADES.

REINO DO BRAZIL.—RIO DE JANEIRO.

Resumo das ultimas noticias das operaçoens do Exercito do Sul.

(Copiado da Gazeta do Rio de Janeiro de 5 de Agosto, 1818.)

“ Constando ao Marechal Francisco das Chagas dos Santos, que os insurgentes estavam novamente nos povos de cima, passou a bate-los com 700 homens, e 2 peças de artilharia de 6. A força inimiga era de 800 homens, dos quaes 200 andavaõ de observação, e 600 conservavaõ-se no povo de S. Carlos. A' estes atacou o Marechal, o inimigo fechou-se no Collegio, e pelas janellas e abertas da igreja faziaõ vivo fogo, sendo commandante *Aranda*. Os nossos sustentaram a braveza com que outr'ora (a 2 de Junho, 1817) atacaram o povo dos *Apostolos*. A nossa cavallaria guarneceu o povo em roda, e 200 infantes do regimento de Sta. Catherina, subindo ao alto das cazas, empregavaõ perfeitamente os seos tiros. O commandante inimigo escapou já ferido, antes de cercado o povo, e unindo-se aos 200 que tinha fora, vinha atta-

car-nos pela reta guarda ; porem o Tenente Luiz Carvalho, commandante do Esquadraõ explorador, o foi encontrar, e fez retroceder, deixando mais de 100 mortos com o dito *Aranda*, e prisioneiros mas de 300, e 84 *Chirias* : neste numero se conta um Tenente Coronel *Correntino* com a sua gente, que saõ perto de 100 homens. A nossa perda no ataque foi de 9 mortos e 30 e tantos feridos ; e na marcha morreram 16.

“ Do exercito do Tenente General *Curado* temos noticias precedentes ao attaque do Marechal *Mena Barreto*, no dia 7 de Abril, referido na *Gazeta*, N° 46. Acrescentaõ que *Artigas* estivera distante legoa e meia com a mais força commandada por *Latorre*. A' 9 entraram as nossas tropas na *Purificação*, que acharam deserta ; arvorou-se a bandeira Portugueza, salvou-se com 21 tiros, e deraõ-se os competentes vivas. O Tenente General não quiz occupar a Villa, e acampou uma legoa em frente no arroio *Xapegui*. Na noite do dia 11 avançou o Marechal *Oliveira* com 1,000 e tantos homens, e 2 peças de 3 para bater *Artigas*, que estava distante 16 legoas em *Japuramopi*, o qual seguiu para *Sandu*. —

“ Um officio do Sargento-mor Antero Joze Ferreira de Brito, datado de *Castilhos*, a 16 de Junho, refere que tendo adquirido noticia do estado e forças diminutas do inimigo, e prendido alguns soldados dispersos do Tenente *Panxo*, encarregado deste partido, attacou a caza de *Talier*, em que estava o dito Tenente, surprehendendo a tropa que a defendia ; e aprisionou o Tenente Coronel *Latorre*, *Panxo*, e *Talier*, commandante e agente de *Fructuoso*, e alguns soldados.

“ O Tenente General *Curado* refere em seo officio de 26 de Maio, na margem do Uruguay, que constando-lhe que do outro lado do rio

existião 400 homens commandados pelos chefes *Aguiar* e *Aédo*, e outra igual força commandada pelo chefe *Ramires*, que procuravaõ assiduamente passar a este lado, para reforçar o exercito de *Artigas*, a quem está já reunido *Fructuoso Ribeiro*, temou o expediente de mandar passar ao outro lado 560 homens, commandados pelo habil Capitão *Bento Manoel*, que reúne a qualidade de valoroso o conhecimento do terreno de *Entre-rios*. A tropa, commandada por *Aguiar*, foi batida e destruida; e depois foi procurado o corpo, commandado por *Ramires*, que não querendo soffrer o ataque se debandou, e fugiu desordenadamente; resultando de ambas as acçoens muitos prisioneiros, destruirem-se duas baterias, e outras vantagens constantes da Relação que abaixo transcreveremos. O Tenente General recomenda muito o dito Capitão *Bento Manoel*; o Tenente de Dragoens *Joze Luiz Mena Barreto*, que segiu o Commandante *Aguiar*, que fugia, o alcançou, e conduziu prisioneiro; e o Alferes de Milicias do *Rio Pardo*, *Joze Cardozo Souza*, que fazia a vanguarda, e por tanto atacou violentamente o inimigo.

Relação dos prisioneiros, e preza que resultou do ataque das Partidas de Aguiar e Ramires no terreno de Entre-Rios.

Carreta com armamento	1	
Peças de pequeno calibre	4	
Carros manchegos	2	
Carretas com muniçoens	5	
Barca canhoneira	1	(com 2 peças).
Vasos	13	(Hiates, Canoas, Botes, &c.)

“ O Commandante das embarcaçoens *Giedros*

appresentou-se com a sua tripulação que constava de 40 praças.

Prisioneiros, inclusos Aguiar, e Aédo .	177
Estundarte	1
Clarim	1
Caixas de guerra	5

3,000 pezos, pertencentes a Patria, achados em uma carreta, que não teve tempo de ser conduzida pelos insurgentes.

Da primeira acção contra o commandante Ramires foraõ prisioneiros 150, dos quaes a maior parte eraõ prisioneiros de *Buenos Ayres*, e visinhos, que foraõ obrigados a pegar em armas ; pelo qual motivo se lhes deu liberdade, e só restaram 37 militares, que se uniram aos prisioneiros dos quaes a cima se faz menção.

2,000 cavallos.

9 caixoes d'armamento, com 500 armas, carregadas e escorvadas, prontas a dar fogo, que se acharam na Caza aonde existiaõ moveis e roupa pertencentes a *La Torre*, pelo que foi saqueada.

2 baterias na margem do rio foraõ arruinadas, queimados os reparos, e 2 peças de ferro de calibre 18 foraõ encravadas e enterradas por se não poderem arrastar para o Rio.

1 caixaõ grande com baionetas, e 5 barris de polvora foraõ lançados ao rio por não se poderem conduzir.—Campamento á margem do Uruguay, 26 de Maio, 1818.—Assignado—Joaquim Xavier Curado.”

Despachos concedidos aos officiaes recomendados.

(*Por Decretos de 24 de Junho, 1818.*)

Bento Manoel Ribeiro, Graduado Sargento-

Mor do mesmo Regimento de Milicias da Villa do *Rio Pardo*.

Joze Luiz Mena Barreto, Graduado Capitão do mesmo Regimento de Milicias do *Rio Pardo*.

(*Por Decreto de 15 de Julho, 1818.*)

Concedeu S. M., em contemplação a seos serviços,—

A' Bento Manoel Ribeiro, o soldo de Capitão de Dragoens. A' Joze Cardozo de Souza, o soldo de Alferès do dito.

Rio de Janeiro, 25 de Março, 1818.

Havendo differenças consideraveis nos Mappas Hydrographicos sobre a longitude de muitos pontos da Costa Occidental da Africa, comprehendida entre Cabo Negro e Cabinda, nos pareceo acertado offerecer aos Leitores a seguinte tabella, que representa as posiçoens dos lugares determinadas por observaçoens astronomicas feitas com o maior cuidado, por um muito habil Piloto, cuja exacção nos hé bem conhecida, e em muitas viagens successivas. A frequencia, com que são visitados pelas nossas embarcaçoens os portos de Benguela, Angola, e Cabinda, dão maior apreço a estas determinaçoens.

<i>Nomes dos lugares.</i>	<i>Latitude S.</i>	<i>Longitude O. de Greenwich.</i>
Cabinda	5° 31' 30"	11° 55' 23"
Ponta da Mouta Seca * . .	6 10 0	11 58 0
Angola, Cidade de S. Paulo	8 48 20	13 8 0
Ponta de Palmeirinha . . .	9 6 0	12 46 0
Rio Coanza	9 24 0	12 56 0
Cabo Ledo	9 40	13 2 0

* Hé a ponto do S. do Rio Zaire, na sua foz.

<i>Nomes dos lugares.</i>	<i>Latitude S.</i>	<i>Longitude O de Greenwich.</i>
Cabo de S. Braz	10° 0' 0"	13° 10' 0"
Novo Redondo	11 14 0	13 47 0
Benguela, Cid. de S. Filippe	12 34 0	13 17 40
Ponta de Inquemina *	12 47 0	12 56 0
Ilheó de Pina †	13 27 0	12 22 0
Mezas Grandes	14 39 0	12 0 0
Cabo Nebo	16 3 0	11 35 0

REINO DE PORTUGAL.

LISBOA, 22 de Outubro, 1818.

*Temos summa satisfação em poder communicar aos
Negociantes Portuguezes o conteudo no seguinte*

EDITAL.

“ A' Real Junta do Commercio Agricultura,
Fabricas, e Navegação baixou o seguinte :

AVISO.

“ Illustrissimo e Excellentissimo Senhor :
“ Constando a Sua Magestade quo ao Porto de

* Hé o lugar onde as salinas deitaõ mais fóra do que o correr dellas, e fôrma-se esta ponta, porque della para o N. correm as salinas ao NE $\frac{1}{4}$ N, e della para o S por espaço de duas legoas correm ao SSO, onde faz saco, e depois continua o resto ao rumo opposto de NE $\frac{1}{4}$ N, assim como toda a mais terra até a Bahia de Santa Maria. Esta ponta está pouco mais ou menos pelo meio das salinas. Os rumos são os verdadeiros. Nesta ponta há uma palmeira, que póde servir para o seu conhecimento.

† Este Ilheó está na ponta do S da Bahia de Santa Maria, proximo da terra, de sorte que para se conhecer hé preciso passar muito perto : depois de passado, e de se ter navegado para a parte do N da dita Bahia, se vê distintamente separado da terra, logo que se passe a E della.

“ Baltimore havia chegado grande parte das
“ cargas de muitos navios Portuguezes, que,
“ tendo sido tomados por corsarios dos denomi-
“ nados independentes Hespanhoes Americanos,
“ foraõ descarregar a diversos portos da America,
“ dos quaes as fazendas, e mercadorias passáraõ
“ por baldeação, ou de outro modo, para navios
“ de outra bandeira, em que foraõ conduzidas as
“ mesmas mercadorias para o dito Porto de
“ Baltimore, onde se esperavaõ mais generos
“ das cargas dos mesmos navios apreçados, e até
“ os proprios navios desfarçados, e cobertos com
“ outras bandeiras; e convindo que taes merca-
“ dorias, e generos, assim como os cascos dos
“ navios apreçados pelos ditos piratas contra o
“ direito das gentes, indo ter a um porto de
“ uma potencia amiga, sejaõ alli reclamados por
“ seus legitimos proprietarios, segundo as fórmãs
“ estabelecidas pelas leis do paiz: Hé o mesmo
“ Senhor Servido Ordenar, que a Real Junta do
“ Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navega-
“ ção, faça noticiar aos interessados nos ditos na-
“ vios e cargas aprisionadas, que o Consul Geral
“ interino no Reino-Unido em Nova-Yorck
“ Joaquim José Vasques, o qual se acha actual-
“ mente residindo em Baltimore, encarregado
“ das reclamaçoens das ditas propriedades Por-
“ tuguezes, para poder alli proseguir na sua
“ importante commissão, depende essencial-
“ mente das procuraçoens dos interessados, e
“ dos documentos authenticos, que bem verifi-
“ quem a propriedade Portugueza dos navios, e
“ suas cargas; importando tambem, que os
“ mesmos interessados forneçaõ ao referido
“ Consul os fundos indispensaveis para as des-
“ pezas das suas respectivas reclamaçoens. Eraõ
“ os navios cujas cargas se esperavaõ, ou tinhaõ
“ já chegado a Baltimore, os seguintes: Rainha

“ dos Anjos, S. Joaõ Baptista, D. Joaõ Sexto,
“ Montalegre, Lord Wellington, Vasco da
“ Gama; Monte feliz, alem de outros. O que
“ tudo participo a V. Exc^a. para o fazer presente
“ na Junta, e assim se executar.—Deos Guarde
“ a V. Exc^a. Palacio do Governo, em 21 de
“ Outubro de 1818. “D. Miguel Pereira Forjaz.”
“ Senhor Cypriano Ribeiro Freire.”

“ E para assim constar, se mandáraõ affixar
Editaes. *Lisboa*, 22 de Outubro de 1818.—
José Accursio das Neves.”

AMERICAS HESPAÑOLAS.

BUENOS AYRES.

Despacho do General S. Martín.

Tenho a honra de remeter inclusa a V. E. a copia do despacho que recebi do General Balenas no qual elle me informa de uma acção que teve no dia 6 do corrente com um corpo de tropas pertencentes ao exercito já disperso do rebelde Osorio. O successo foi notavel, e por todo o modo merece a gratidaõ da patria, que está combatendo agora pela sua liberdade contra a mais injusta e cruel tirania. Igualmente remeto a Proclamação que dirigi ao exercito que houvestes por bem confiar-me, o qual está na melhor disposiçaõ e em grande augmento de disciplina. A' estes papeis ajunto ainda algumas communicacoens interceptadas, e a copia de uma Proclamação que Osorio mandou publicar, e que

contêm mil falsidades. Deos vos guarde por muitos annos, &c.

Santiago, 29 de Julho.

S. MARTIN.

A' S. E. D. João San Martin, Commandante em chefe do exercito do Chili.

As tropas de que V. E. me deu o commando, assim como a D. Manoel Peres, marcharam em virtude das vóssas ordens para S. Luiz, a fim de cortarem um consideravel corpo inimigo que estava para sahir de Riocho, e devia tomar a estrada de Cala. Nós marchámos em boa ordem durante toda a noite, apezar do muito máo tempo, e ao romper do dia occupámos uma pequena altura, aonde por algumas horas nos demorámos. Dali mandei sahir tres partidas para tomaram informação dos progressos, qualidade, e numero do inimigo. Em poucas horas voltou uma, dizendo, que 12 a 13 mil homens marchavaõ na direcção de S. Luiz com intentos de se reunirem ao corpo principal; mas que não sabiaõ se era ou não tropa bem armada e regular. Logo depois chegou outra partida, acoçada pelas forças realistas, que se diziaõ commandadas por D. João Irrugo, e vinhaõ bem preparadas para resistir: todavia, dice que seo numero não excedia 800 homens, e que vendo que eraõ vigiadas fizeram alto, tendo em frente um bosque, e um pequeno rio, chamado Minola, pelo seo flanco direito. Eu convoquei immediatamente os officiaes para decidir se em tal incerteza convinha atacar o inimigo; mas a este mesmo tempo chegou a terceira partida, e declarou que o inimigo já principiava a retirar-se, e que sua força não passava de 600 a 700 homens. Como

a final conhecemos sua fraqueza, resolvi ataca-lo immediatamente e persegui-lo, e em consequencia desta minha resoluçãõ puz logo as tropas em movimento. Todavia a noticia de que os realistas já principiavaõ a retirar-se não era verdadeira, por que nós os achámos muito bem postados, e resolutos a receber-nos. A nossa guarda avançada, sendo encontrada por um consideravel corpo, teve com elle um rija escaramuça, que a obrigou a retirar-se para o centro, e deu entãõ lugar a que a fossemos soccorrer e que a acçãõ se tornasse geral: Hé difficultoso affirmar qual era a verdadeira força do inimigo, mas creio que pelas informações dos prisioneiros, e pelo numero dos mortos seria de 700 a 900 homens, muito mal armados. Elles pouco tempo guardaram o seo posto, e se pozeram logo em fugida tanto por entre o bosque como atravez do Minola, no qual todos os que não sabiaõ nadar se afogaram, porque succedeu que o rio estivesse entãõ consideravelmente cheio. Fizemos 70 a 80 prisioneiros, e ficaram mortos no campo 145. A precipitaçãõ com que o inimigo fugiu não nos deixou fazer mais prisioneiros daquella vez; mas sendo perseguidos na direcção de S. Luiz, que elles tomaram, pelo Tenente Juan, muitos delles ainda ficaram prisioneiros, bem que ainda não tenho podido saber o seo numero. Não tenho expressoens com que elogie o valor das minhas tropas e a firmeza que mostraram; e devo as maiores obrigaçoens a todos os officiaes. A' Don Andreas Lorio, &c. . . . (Daqui para deante consta só o Despacho da enumeraçãõ individual de todos os que se distinguiram). Deos guarde, &c.

MIGUEL DE BALENNAS.

FRANCA.

*Correspondencia entre o Snr. Chevalier de Brito
e o Advogado Mr. Charles Durand á res-
peito do Snr. Francisco Soudré.*

Lettre á M. Charles Durand, Avocat.

Paris, le 31 Août 1818.

MONSIEUR ;

D'après les sages réflexions que vous faites dans votre lettre imprimée, sous le n° 1 des pièces justificatives à l'appui de l'exposé des faits pour M. François Sodré, contre M. le duc de Laval-Montmorency, auquel on vient de donner une grande publicité, je ne puis qu'être surpris de me voir traduit par vous, monsieur, au tribunal de l'opinion publique, pour des faits qui me sont entièrement étrangers, comme ayant refusé à un de mes compatriotes la protection et l'appui, qu'en raison de ma place je lui dois en pays étranger. Ceci me fait croire que vous n'êtes pas au fait de ce qui s'est passé à cet égard, entre M. de Sodré et moi.

M. de Sodré se trouvait traduit à Lisbonne devant les tribunaux, par suite de plaintes portées contre lui, en raison d'avoir amené avec lui mademoiselle de Bruny, qui avait quitté la maison d'éducation où elle était placée par son père, à l'insu et contre le gré de celui-ci. Il ne jugea pas à propos de se soumettre à discuter cette affaire devant les magistrats portugais, il s' vada du pays et vint en France, chercher à se laver par-devant les tribunaux français, du délit qu'on lui imputait.

M. de Sodré, employé au département des affaires de l'intérieur, et jouissant de revenus provenant du domaine de la couronne, et qui lui sont reversibles, ne pouvait pas, à ce double titre, s'absenter du royaume sans une autorisation spéciale : telle est la loi chez nous, et elle nous est commune avec toutes les nations civilisées où les fonctionnaires publics ne peuvent quitter le pays sans l'agrément du souverain.

C'est donc comme un fugitif, sans autorisation et sans passe-port, que le commandeur s'est présenté chez moi ; et quand bien même j'aurais eu tout le désir de l'obliger, vous allez vous-même juger qu'il m'a été impossible de le faire selon ses désirs.

M. de Sodré n'avait pas besoin d'un appui particulier en France, où il n'était pas poursuivi ni inquiété, puisqu'il est venu de lui-même provoquer une décision des tribunaux français devant lesquels il paraissait comme demandeur et non comme accusé, et, l'eût-il été, je connais trop l'impartialité des juges, pour me permettre de chercher à influencer leur décision. Si le commandeur était en butte à des persécutions injustes, il aurait droit à la protection de la légation portugaise ; il n'en avait pas dans une affaire purement civile.

Pour ce qui concerne sa prétention à de bons offices de ma part pour prévenir l'odieux qui pourrait résulter avant un jugement légal, et pour faire cesser des poursuites en Portugal, je vous prie d'observer, que les tribunaux portugais étaient déjà saisis de cette affaire, et que nul n'a le pouvoir d'arrêter une procédure commencée, excepté le souverain, et que je ne pouvais réclamer en sa faveur qu'on lui rendît les appointemens et revenus dont l'autorité avait suspendu le paiement, en conformité des

lois, pour le fait de son évacion du royaume. Vous trouverez la preuve de l'inefficacité de mes démarches à cet égard, si j'en avais faites, par celles que firent, même après le jugement obtenu à Paris, leurs excellences le duc de Wellington et le comte de Palmella, personnages, dont le premier est révééré par ses hautes qualités, et particulièrement par la reconnaissance que lui portent les Portugais, à cause des grands services qu'il a rendus au roi mon maître, et au royaume, et le second qui vient d'être élevé à la place la plus éminente de l'état, celle de ministre et secrétaire-d'état, en considération de ses talens et de ses services, dans un âge où, ordinairement, on ne fait que ses preuves pour la mériter un jour. Que pouvais-je alléguer en faveur de M. de Sodré avant son jugement? Aussi me suis-je empressé d'écrire en sa faveur aussitôt qu'il me l'a fait connaître; et votre ironie tombe d'elle-même, lorsque vous voulez faire entendre que je suis devenu plus accessible quand mes services ne pouvaient plus être d'aucune utilité à mon compatriote. La preuve qu'ils n'étaient pas inutiles à cette époque, c'est que, malgré les bons offices que je rendis alors à M. de Sodré, et malgré ceux des deux personnages précités, il n'y a rien encore de changé à Lisbonne sur son sort, et loin d'attribuer ce manque de réussite à une persécution exercée contre votre client, il est plus naturel de n'y voir que le respect qu'on a en Portugal pour l'exécution des lois; c'est devant les tribunaux portugais, que M. de Sodré doit se purger des accusations portées contre lui à Lisbonne; il n'y a que le roi seul qui puisse arrêter la procédure.

Si je me suis refusé à adresser à ma cour le volumineux dossier que M. de Sodré m'a remis pour prouver son innocence, c'est que je n'ai pas

cru convenable de mettre sous les yeux du roi la correspondance amoureuse d'un père de famille avec une jeune personne de dix-huit ans, qui devint victime de son inexpérience; et quoique ce soient là des choses excusables chez un homme égaré par la plus puissante des passions, elles ne sont pas de nature à être portées à la connaissance immédiate de personnages aussi augustes que le sont les souverains, qui laissent aux tribunaux qu'ils ont institués le soin de décider leur criminalité aux yeux de la loi.

Votre mémoire étant, d'après votre lettre citée plus haut, fondé sur les nombreuses pièces produites par votre client, vous ne pouviez y voir que deux pièces de moi, savoir: la première, une déclaration de mon incompetence pour émettre une opinion quelconque sur une affaire dont les tribunaux portugais et français étaient saisis: la seconde, une lettre à M. de Sodré, pour le prévenir que j'adressais au gouvernement de Lisbonne copie du jugement rendu à Paris en sa faveur. Je crois que ni dans l'une, ni dans l'autre, on puisse trouver que j'ai refusé mes bons offices, ceux qui m'étaient permis, à mon compatriote.

La considération que je porte à la noble profession que vous exercez, et celle qui vous est due personnellement, m'ont uniquement engagé à vous donner cette explication de ma conduite; je vous laisse libre d'en faire l'usage qu'il vous plaira, car je ne cherche qu'à vous montrer que vous m'avez jugé autrement que je ne mérite de l'être; je n'en ai pas besoin pour le public, auquel il suffira des pièces imprimées à la suite du mémoire, pour savoir à quoi s'en tenir.

J'ai l'honneur d'être, &c., &c.

(Signé) LE CHEVALIER DE BRITO.
A M. CHARLES DURAND, Avocat.

*Réponse.**Paris, le 10 Septembre 1818.*

MONSIEUR ;

J'ai reçu la lettre que vous m'avez fait l'honneur de m'écrire, et j'y dois une réponse.

Un concours de circonstances qui se sont réunies pour accabler M. de Sodré, m'a engagé à prendre sa defense, parce que j'ai vu que ses torts, grands à la vérité, mais non punissables aux yeux de la loi, avaient pourtant été punis d'une manière trop cruelle. En rapportant la conduite de ses adversaires, j'ai dû prévoir la question que l'on me ferait : pourquoi M. de Sodré n'a-t-il pas eu recours à l'Ambassadeur de Portugal ? Vous me faites l'honneur de me dire, monsieur, que vous n'auriez point réussi à faire suspendre la procédure criminelle à Lisbonne ; je me suis plaint que vous ne l'ayez pas seulement tenté. Je me suis plaint ensuite de ce retard de trois mois, pour répondre à un homme dont on menaçait l'honneur, la vie, et n'ai pu y voir qu'une négligence qu'il ne m'est permis d'expliquer que par la certitude où je suis que des affaires plus générales et plus importantes vous ont détourné de celle-ci.

L'explication que vous avez bien voulu me donner me suffit entièrement, et je regrette d'en avoir seul connaissance. Je vous dois des remerciemens, monsieur, pour la peine que vous avez prise de m'instruire et de m'éclairer sur votre conduite, ce que je n'aurais jamais exigé ; il ne me reste donc qu'à vous témoigner mes regrets et à vous inviter, à mon tour, à faire de cette lettre l'usage qu'il vous plaira.

Veillez croire, monsieur, que mon intention

na point été, dans cette circonstance, d'inspirer aucun doute sur les qualités qui vous distinguent, et de diminuer aux yeux de qui que ce soit, une estime que vous méritez si bien. Je vous ai accusé de négligence; quel est l'homme qui ne peut en être accusé une fois dans sa vie?

Agréez, monsieur, &c. &c.

(Signé) CHARLES DURAND.

SUECIA.

Tratado de Commercio entre a Suecia e os Estados Unidos d'America.

Em nome da Santissima e Indivisivel Trindade.

Sua Magestada El Rey de Suecia e Noruega, e os Estados Unidos d'America, igualmente animados pelo sincero desejo de manter e consolidar as relações de amizade e commercio, que até agora existiram entre os dois Estados; e estando convencidos, que este objecto não se pode tão efficazmente conseguir, como estabelecendo de uma maneira reciproca o commercio entre ambas as nações sobre uma base solida de principios justos e liberaes, igualmente vantajosos a ambos os paizes, nomearam para este fim (seguem-se os nomes dos Plenipotenciarios) os quaes, havendo produzido e trocado os seus plenos poderes, que se acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:—

Artigo 1. Haverá uma liberdade reciproca de commercio entre os paizes sob o dominio de S. M. El Rey de Suecia e Noruega, e os Estados Unidos d'America. Os habitantes de ambas as nações poderaõ, com perfeita segurança de

suas pessoas e cargas, desembarcar livremente nos portos, lugares, e rios dos territorios de uma e outra, em que forem admittidos os navios da nação mais favorecida. Poderaõ ahi demorar-se, e residir em qualquer parte dos ditos territorios, que mais lhes agradar. Poderaõ alugar e occupar cazas e armazens para o seo commercio: e geralmente os negociantes e mercadores de uma das duas naçoens gozaraõ da mais completa segurança e protecção nos dominios da outra, ficando as transacçoens commerciaes taõ somente sujeitas ás leis e ordenaçoens dos respectivos paizes.

2. Naõ se imporaõ maiores direitos sobre os generos de manufactura ou produção dos Estados Unidos importados para Suecia e Noruega, nem em os generos de manufactura ou produção da Suecia e Noruega importados para os Estados Unidos, do que aquelles, á que os ditos generos estariaõ sujeitos, se fossem produção ou manufacturas de outro qualquer paiz. Este mesmo principio se observará nas exportaçõens. Naõ haverá imposto ou prohibição nas importaçõens ou exportaçõens de um dos dois paizes, sem que esta tambem se estenda á todas outras naçoens. Navios Suecos e Noruegianos, que chegarem em lastro, e importarem para os Estados Unidos generos, que forem produção ou manufacturas da Suecia e Noruega, naõ estaraõ sujeitos a outras despezas, senaõ aquellas, que em tal caso pagaõ os navios dos Estados Unidos; e vice versa, esta mesma pratica se observará com os navios dos Estados Unidos, que chegarem a Suecia e Noruega.—As sobreditas regulaçoens seraõ igualmente applicaveis a Colonia Sueca de S. Bartholomeo.

3. El Rey de Suecia e Noruega consente, que todos os generos de produção das Oeste Indias,

cuja importação para os seus Estados he permit-
tida em vasos Suecos e Noruegianos, vindos já
directa ou indirectamente das ditas Oeste In-
diás, sejam tambem importados por navios dos
Estados unidos; e que neste caso os ditos na-
vios não paguem maiores direitos, do que em
semelhantes circumstancias pagariaõ os vasos
Suecos e Noruegianos, excepto a simples ad-
dição de 10 por cento sobre os direitos de im-
portação. Para evitar enganos sobre este ponto,
fica expressamente declarado, que a denominação
de Oeste Indias comprehende e se estende a toda
aquella parte do mundo, ou continente ou ilhas
á que sempre se tem dado o nome de Oeste In-
diás, em opposição áquella parte chamada In-
diás Orientaes.

4. Os Estados Unidos, pela sua parte, con-
sentem em que todos os generos de producção
ou manufacturas dos paizes na costa do Baltico,
cuja importação para os Estados Unidos he per-
mittida em navios dos ditos Estados, sejam
tambem importados por navios Suecos e Norue-
gianos, e neste caso não pagaraõ mais direitos,
do que os que pagaõ os Navios dos Estados
Unidos, excepto a addição de 10 por cento.

No caso de haverem cargas mixtas, constando
parte de generos de producção ou manufactura
dos dois respectivos paizes, e parte de outros
paizes, cuja importação he permittida, fica con-
cordado, que o navio devera pagar segundo a
natureza daquella parte da carga, que he sujeita
ao mais alto direito como se o navio tivesse so
importado aquella especie de mercadoria.

5. As altas partes contractantes concedem
mutuamente o direito de terem nos seus portos
e lugares commerciaes Consules, Vice-consules,
ou Agentes, os quaes gozaraõ de toda a protec-
ção, e receberaõ toda a assistencia necessaria,

a fim de poderem bem desempenhar as suas funcções, mas fica expressamente declarado, que no caso de comportamento illegal ou improprio contra as leis ou governo do paiz, em que tal consul, vice-consul, ou agente residir, elle poderá ser punido segundo as leis, privado das suas funcções, ou despedido pelo Governo offendido; dando o dito governo parte do acontecimento; ficando ao mesmo tempo bem entendido, que os arquivos e documentos relativos aos negocios do Consulado não serão examinados, mas sim preservados com cuidado, e selados com armas do dito Consul, e da Authoridade do lugar, em que elle residir.

Os Consules, ou seos substitutos, terão, como taes, o direito de obrarem como juizes ou arbitros em todos os casos de disputa que possam occorrer entre os Capitaens e maruja dos navios daquella nação, cujos interesses estão confiados ao seo cuidado. Os respectivos governos não terão direito de entervir nestas materias, excepto no caso em que a maruja, por seo não proceder perturbe a ordem e tranquillidade publica do paiz em que se achar o navio, ou no caso que o Consul do lugar se veja obrigado a recorrer a intervenção e apoio do poder executivo para que a sua decisão seja respeitada; bem entendido, porem, que esta sorte de juizo ou arbitração não pode impedir as partes disputantes de appellarem na sua vólta para as authoridades judiciaes do seo paiz.

6. A fim de evitar disputas e incertezas sobre o que se deve reputar producção de terreno ou manufacturas das duas partes contractantes, fica concordado, que todos os generos serão assim considerados, que forem certificados como taes nas attestações, que forem dadas aos navios, que partirem dos portos das duas altas partes contractantes.

7. Os navios de uma das partes contractantes, que chegarem á costá ou porto da outra, e não quizerem descarregar, poderaõ continuar a sua viagem sem impedimento, e sem serem obrigados a dar conta da sua carga; nem pagaraõ direitos alguns, excepto os de pilotagem, se hé que empregarem piloto; ou direitos de Faróes, &c., se estes forem pagos pelos navios do paiz em semelhantes casos. Ficando porem bem entendido, que quando os navios de uma das partes estiverem dentro da jurisdicção da outra, elles se conformaraõ com as leis e ordenaçoes relativas á navegaçãõ, que estaõ estabelecidas nos portos em que entrarem, e que estaõ em força para com as naçoens mais favorecidas; e será permittido aos officiaes d'alfandega nos districtos, em que os ditos navios estiverem, de os visitar, ficar a bordo, e tomar todas as precauçoens, que forem necessariãs, para impedir toda a communicacão illicita durante a estada dos ditos navios.

8. Fica estipulado, que os navios de uma parte contractante, entrando nos portos da outra, póderãõ descarregar, so parte da sua carga conforme os capitaens ou proprietarios julgarem conveniente; e que poderaõ partir com o resto da carga sem pagar direito, senaõ pela porção descarregada. Elles se poderãõ dirigir para outros portos do mesmo paiz, e ahi descarregar da mesma maneira a outra parte da carga: ficando entendido, que os direitos, á que os navios forem sujeitos, seraõ pagos no primeiro porto, em que se fizer a descarga, e não seraõ exigidos nos outres portos, em que descarregarem parte da carga, excepto se em tal cazo direitos addicionaes forem pagos pelos navios do paiz.

9. Os cidadãos e vassallos de uma das partes contractantes gozaraõ nos portos da outra, tanto

para os seus navios como mercadorias, de todos os direitos e facilidades de entreposto, de que as nações mais favorecidas gozão nos mesmos portos.

10. No caso de algum navio, pertencente á um dos Estados ou a seus cidadãos ou vassallos, soffrer qualquer desastre nas costas dos estados do outro, dar-se-ha toda a assistencia possível ás pessoas naufragadas. Os navios e mercadorias, ou o que tiverem produzido em caso de venda, sendo reclamados dentro de um anno e um dia pelos donos ou seus agentes, serão restituídos satisfazendo as competentes despezas do costume, que os naturaes do paiz em taes circumstancias pagariaõ.

11. Fica estipulado, que os navios Suecos e Noruegianos, que chegarem directamente da Europa aos Estados Unidos, ou os navios dos ditos Estados que chegarem directamente a Suecia e Noruega, e estiverem fornecidos de certidoens de saude do official competente do porto donde partiram, não estaraõ sujeitos a fazer quarentena, alem daquella que for necessaria para dar ao official da saude do porto, a que o navio chegar, a oportunidade de o visitar; excepto porem se constar, que alguma pessoa a bordo fora, durante a viagem, atacada de doença contagiosa ou maligna, ou que no paiz, donde partira o navio, grassavaõ molestias contagiosas, e que por este motivo, se tenhaõ á dado ordens previas, para que os navios, que dahi vierem, sejaõ suspeitos como taes e obrigados a fazer quarentena.

12. O Tractado de amizade e Commercio, concluido em Paris, em 1783, pelos plenipotenciarios da Suecia e Estados Unidos, fica renovado e posto em força pelo Tractado actual nos pontos que estaõ comprehendidos nos Artigos

2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, e 25 ; e tambem nos Artigos separados 1, 2, 3, 4 e 5, que foraõ assignados no mesmo dia pelos mesmos Plenipotenciarios.

13. Attendendo á distancia das duas altas partes contractantes, e á incerteza, que dahi pode resultar á respeito de diversos acontecimentos, que possaõ occorrer, fica concordado, que um navio mercante pertencente a uma das partes contractantes, e destinado para algum porto que se supponha estar bloqueado no momento da sua partida, naõ será tomado nem condemnado por haver tentado pela primeira vez entrar no dito porto, excepto no caso de se provar, que o dito navio fora avizado na sua viagem, que tal porto continuava bloqueado. Porem todo o navio, que depois de uma vez admoestado,prehender durante a mesma viagem entrar segunda vez no porto do inimigo, em quanto dura o bloqueio, será detido e condemnado.

14. O Tratado actual continuará em força por oito annos desde a data da troca das ratificaçoens, a qual se effectuará dentro de oito mezes depois da assignatura, ou mais cedo se for possivel.

(Assignado) Conde ENGESTROM.

JONATHAN RUSSELL.

Count A. G. MORNER.

Stockolmo, 4 de Setembro.

Nos, Carlos Joaõ, por Graça de Deos, Rey de Suecia, Noruega, dos Godos, e Vandalos, fazemos saber, que havendo nosso mui amado pay, o fallecido Rey, de gloriosa memoria, e os Estados Unidos concórdado em concluir um tratado de commercio, nomearam para esse fim . . . (seguem-se os nomes dos Plenipotenciarios e os artigos do tratado acima copiados.) Como porem os Estados Unidos declararam por meio do seo

Ministro junto á nossa Corte, que por graves razoes não podia ratificar os artigos 3, 4, e 6, do sobredito Tratado, e como achamos o theor destes artigos de uma natureza tal, que podem ser excluidos do tratado, sem lezar os interesses de nossos fieis vassallos, havemos por bem ratificar, approvar, e aceitar o sobremencionado tratado de commercio, com a excepção dos artigos 3, 4, e 6.

(Assignado)

CARLOS JOÃO.

Stockolmo, 24 de Julho, de 1818.

I N G L A T E R R A.

Por ordem de S. A. R. o Principe de Galles, Regente do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, em Nome, e fazendo as vezes de Sua Magestade.

PROCLAMAÇÃO.

George P. R.

Havendo-se passado um Acto no anno 51 do reinado de S. M. intitulado,—“Um Acto para providenciar a Administração da Auctoridade Real, e o cuidado da Real pessoa de S. M. durante a continuação da doença de S. M., e para a Reassumpção do exercicio e auctoridade Real por S. M. ;” entre outras couzas se determinou, que se S. M. a Rainha morresse durante o tempo em que ella estava encarregada do cuidado da Real pessoa de S. M., segundo as providencias do dito Acto, o Regente ordenaria e promulgaria uma Proclamação, publicada e promulgada com o

Grande Sello do Reino Unido da Gran Bretanha e Irlanda, na qual declarasse isto mesmo : E existindo outro Acto, passado na ultima sessão do Parlamento, intitulado,—“ Um Acto para alterar e emendar certas providencias de um Acto passado no anno 51 do reinado de S. M., intitulado—“ Um Acto para providenciar a Administração da Auctoridade Real, e o cuidado da Real pessoa de S. M. durante a continuação da doença de S. M., e para a Reassumpção do exercicio e auctoridade Real por S. M. ;” entre outras couzas se determinou, que se por acazo acontecesse o mencionado no dito Acto, passado no anno 51 do reinado de S. M., o Regente ordenaria e mandaria que se publicasse e promulgasse uma Proclamação do theor que fica dito ; e que se isso mesmo acontecesse no dia ou depois do dia apontado, por Cartas de convocação, para convocar e juntar um novo Parlamento, e antes de que o tal novo Parlamento se tivesse juntado, e entrasse em exercicio como Parlamento, então e em tal cazo o Regente ordenaria que uma Proclamação, como fica dito, fosse publicada e promulgada, declarando nella que tal cazo havia acontecido, e requerendo que o novo Parlamento se juntasse e principiasse suas sessões em Westminster immediatamente depois da publicação da Proclamação, ou no dia que na dita Proclamação se mencionasse, sendo este dentro de 60 dias contados desde a data da dita Proclamação ; e que neste cazo o Parlamento, assim convocado, e junto, seria havido por competente para tratar e decidir todas as couzas incluídas nos ditos já mencionados Actos : E pois que o Parlamento convocado para se juntar em Westminster no dia 4 de Agosto passado ainda se não juntou nem entrou em exercicio como Parlamento, e está prorogado até o dia 29 de

Dezembro, proximo futuro : E pois que S. M., a Rainha, morreu no dia 17 do corrente Novembro, durante o tempo em que estava encarregada do cuidado da Real pessoa de S. M. : Nós agora, por esta Proclamação (que deve ser publicada e promulgada com o grande sello do Reino Unido da Gran Bretanha, e Irlanda) declarâmos, que S. M. a Rainha, morreu no dia 17 do presente Novembro ; e em nome, e fazendo as vezes de S. M., com e por conselho do Conselho privado de S. M., publicâmos, declarâmos, e requeremos que o novo Parlamento se junte, congregue, e entre em exercicio em Westminster no dia 14 de Janeiro proximo futuro ; e os Lords espirituaes e temporaes, e os Cavalleiros, Cidadaons, e Burguezes da Caza dos Communs são por isso requeridos e mandados comparecer, como fica dito, no dia 14 de Janeiro proximo futuro : E a final publicâmos e declarâmos ainda, em nome e fazendo as vezes de S. M., e com e por conselho do Conselho privado de S. M., que o dito Parlamento será no dia 29 de Dezembro proximo futuro prorogado até o dito dia 14 de Janeiro proximo futuro : E para isso, em nome, e fazendo as vezes de S. M., já mandâmos ao Chanceller daquella parte do Reino Unido chamada Gran Bretanha, que prepare a Ordem, sellada com o Grande Sello do Reino Unido, para a sua prorrogação, em conformidade do que fica dito.

Dada na Corte, em Carlton House, aos 18 de Novembro de 1818, no anno 59 do reinado de S. M.—Deos guarde El Rey.

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS
DESTE NUMERO.

“ Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“ Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e
nossa Patria.”)

LITTERATURA PORTUGUEZA E ESTRANGEIRA.

Demos principio a este Artigo por uma Memoria assas interessante não so por seo objecto, mas pelo tempo em que foi escripta. Hé notavel que na epocha em que o ministerio d'El Rey D. João V. via entrar pela barra do Tejo rios de oiro do Brazil, não tivesse outra idea para concentrar aquellas riquezas em Portugal senão a de promulgar uma Pragmatica sobre o Luxo. Como se fosse possivel que um paiz, que não tinha agricultura, nem commercio nem artes, e se via com immensa quantidade de ouro, o houvesse de enterrar, e não procurasse manda-lo para ás naçoens estrangeiras a fim de haver por elle as couzas necessarias e de luxo que lhe faltavaõ em caza. E como ainda se um paiz, que se via com tanto oiro, podesse sugerir-se a deita-lo pelas janellas fora, e a não emprega-lo nas commodidades ou caprichos do Luxo, que sempre nasce de superabundancia de riquezas. Mas taes eraõ as ideas influentes de um reinado, famoso na devoção e praticas monachaes, mas destituido de todos os bons principios de economia politica. Quanto melhor seria que em vez de formar uma Pragmatica para impedir que o dinheiro sahisse do reino, se procurasse emprega-lo sistematicamente dentro do paiz, apli-

||

cando-o com intelligencia, discrição e methodo ao restabelecimento da agricultura, do commercio e das artes, que quazi tinhaõ desapparecido de dentro de Portugal?

Hé facil porem de ver pela Memoria, de que estamos tratando, que ainda havia alguem que pensasse que a raiz do mal senão podia extirpar com Pragmaticas, mas com outros remedios que eraõ os verdadeiros. O Desembargador Joze Vaz de Carvalho, sendo requerido para dar o seo parecer sobre a Pragmatica de 1749, em vez de fallar directamente no ponto que se tratava, expoz outro mais essencial, e dice com effeito couzas muis boas a proposito do deploravel estado da agricultura do reino, e dos remedios que se deviaõ applicar para se restabelecer. Entre as cinco cauzas da sua decadencia apontou elle algumas que na realidade são inquestionaveis. Por exemplo, a ignorancia crassa em que se deixa viver a classe infima do povo hé uma cauza poderosissima, porque em quanto esta existir não pode haver aperfeiçoamento algum nas obras humanas. Hé por conseguinte excellente a sua idea, quando aconselha que se intrua geralmente o povo, que se ensine a ler e a escrever, e que se componha para seo uzo um Compendio rural ou Agronomico, que lhe sirva de Cathecismo a par do da religião e da moral. Não hé menos util a idea de conceder premios e distincçoens aos Lavradores e creadores de gado; porque sem estimulo de honra ou de proveito o homem propende sempre para o primeiro estado puramente animal, que hé o da ociosidade e desleixo.

Hé pois claro que sem instrucção e estimulos não pode haver nem boa agricultura, nem especie alguma de industria. Assim os premios apontados, bem como a instrucção popular, e ainda

mais a nomeação de Magistrados agronomos nas diversas Comarcas seriaõ meios mui efficazes para restabelecer entre nos a agricultura, que bem pequenos passos tem dado depois que se escreveu a Memoria de que agora tratâmos.

Outra idea não menos excellente, e capaz de produzir grandes resultados, seria de reduzir algumas das Coutadas Reaes a viveiros de boas castas de gado, aonde o povo podesse achar sempre um bom exêmplo de criação, um rico mercado, e o mais barato de todos os do Reino, porque seria o interesse da Coroa fazer as suas vendas as mais commodas que fosse possivel em proveito do povo, na lembrança de que o Governo nunca deve ser negociante, e nunca perde com dar muito ao povo, porque quanto mais lhe der mais d'elle receberá. Tem sido, com effeito, até agora as Coutadas entre nos uma grande calamidade, porque por dois modos mui positivos arruinavaõ a agricultura:—1º. Roubando ao sustento do povo terrenos immensos, e talvez os mais productivos, para nutrir animaes selvagens e de luxo;—2º. Fazendo com que esses animaes inuteis não só comessem o sustento do homem, mas arruinassem ainda as terras visinhas com sua estragadora voracidade.

Em quanto El Rey tinha a sua Corte em Lisboa concebe-se bem que a timidez, ou ainda mais a adulação nunca ousassem expor estas verdades deante do throno; mas agora que este throno está ausente, que difficuldade poderia haver em converter ao menos as grandes Coutadas, e principalmente as fechadas, em extensos viveiros das melhores raças de gado? Não seria melhor aproveitar esses terrenos para sustentar boas raças de cavallo, vacas, carneiros, &c. do que para nutrir veados e porcos bravos, os quaes se até agora serviaõ só para entretenimento

Real, agora até para isso são inuteis? Queixamo-nos em geral de falta de meios para fazer couzas boas e de publica utilidade, porem mais justo seria confessar, que nos falta a vontade de fazer essas couzas boas e uteis.

Serão comtudo sempre inefficazes todos os remedios que se applicuem ao mal, se primeiro se não extirpar sua raiz: em quanto esta existe, dura sempre a enfermidade. A mais poderosa cauza da decadencia da nossa agricultura, apontada pelo Autor da Memoria, cauza que ainda hoje opera como então operava, hé o *pezo enorme, com que em muitas partes do reino ella se acha onerada, de extraordinarios tributos, como são os chamados Censuaes e Foraes*. Em quanto elles existirem escusado hé lembrar ter uma rica agricultura. Não está no poder de nenhum governo fazer com que o povo se esmere em aproveitar um terreno do qual vê que só tira trabalho e nenhum lucro. Neste cazo estão todos os povos que são obrigados a pagar do seo trabalho, alem dos tributos do Estado, mil tributos senhoreaes, como são 3^{os}, 4^{os}, 5^{os}, e 6^{os}.—Foros, Laudemios, Luctuosas, &c. Com que pode ficar o cultivador depois de pagar esta enormidade de tributos? Com miseria, e aborrecimento por um emprego que só o cança e arruina. Daqui vem que muitas das melhores terras de Portugal, e muitas ás bordas de rios fertilissimos, estão hoje quasi ou de todo estereis; porque, não tirando dellas o lavrador bastante para seo sustento, como há de ter sobejos para lhes dar a cultura que precisaõ, ou fazer-lhes os reparos necessarios para que essa cultura prospere?

Assim como estâmos por muitas das excellentes ideas do auctor a respeito do que toca á agricultura, tambem não podemos approvar as que expoem contra o luxo, ou as que julga

capazes de o moderar. Hé verdade que até agora os Moralistas tem declamado contra o luxo, e tem dito que hé a ruina dos Estados ; mas em nossa opinião, esses moralistas não tem entrado no verdadeiro espirito da questão. Que hé o Luxo ? Uma superabundancia do que estrictamente hé necessario para o nutrimento e vestido do homem. Ora, isto supposto, se os mesmos moralistas, que declamão contra o luxo, querem ao mesmo tempo que floresça a agricultura, o commercio, artes e industria, sem o que não podem haver capitaes sufficientes para augmentar a mesma agricultura, que se há de então fazer desse superfluo produzido pelo augmento da agricultura, e pelo commercio, artes e industria ? Não há outro remedio se não destrui-lo. E poderá fazer-se com que o homem trabalhe, e com o trabalho adquira excesso ou superabundancia do que estrictamente hé necessario para sua nutrição e vestido, e que depois elle mesmo destrua esta sua superabundancia para se não servir della ? Bem se vê que tudo isto hé um absurdo. Logo havendo boa agricultura, que sempre caminha a par de um extenso commercio, e das variadas obras da industria e das artes, hé uma extravagancia querer extirpar o luxo. Tal idea hé semelhante a do homem que plantasse uma bella arvore em um fertil terreno, e pretendesse que ella não desse nem flores nem fructo. As flores e fructos de uma boa agricultura, do commercio, da industria, e das artes são o luxo : para extirpar este hé necessario extirpar primeiro as cauzas que o produzem ; mas se estas se julgaõ necessarias para a prosperidade dos estados, então hé loucura querer destruir os effeitos e animar ao mesmo tempo as cauzas.

Se os governos podessem fazer das nações, a que presidem, republicas verdadeiramente

monarchas, bem como a pequena de Sparta, em que o povo comia, bebia, e dormia em commum; em tal cazo extirpariaõ o luxo; mas se hé hoje impossivel fazer reviver as instituicoens de Lacedemonia, instituicoens, que ainda mesmo nesse tempo só poderam ser praticaveis em um pequeno paiz, não convem mais declamar contra o luxo, nem devem lembrar mais Pragmaticas para o cohibir. A verdadeira Pragmatica neste ponto está em combinar uma bem calculada Pauta de alfandegas, e em carregar internamente com proporcionados tributos os objectos do luxo. Será sempre grande stulticia exigir, por exemplo, do rico negociante, ou do industrioso Fabricante e artista que não traje sedas, galoens, &c., e não tenha carruagens e cavallo, se quizer; mas será sempre licito e até justo que elle pague por seos objectos e trastes de commodidade e de luxo uma soma proporcionada á superabundancia de riquezas que ostenta. Eis aqui pois como o luxo, que hé consequencia necessaria da riqueza, se pode tornar util á um estado, fazendo com que elle muito concorra para a manutenção do mesmo estado, sem se pertender extingui-lo; porque tal pertençaõ inclue a idea de extinguir tambem as fontes da prosperidade que o produzem.

Ao ler-mos a Memoria sobre que temos feito estaz reflexoens suscitou-se-nos a idea seguinte. Como aconteceu que havendo no reinado de El-Rey D. João V. individuos com tão bons principios de economia politica como são muitos dos que manifesta o auctor da Memoria, e que havendo no mesmo reinado homens, como D. Luiz da Cunha, Alexandre de Gusmaõ, um Brochado, &c., os quaes naturalmente deviaõ ser consultados em muitas das decisoes do governo; apezar disso aquelle reinado, o mais rico de todos

os reinados, teve uma administração, talvez a peor de quantas tem havido em Portugal? Para resolver este problema só achamos uma grande razão, e hé: que a cauza de nossos males não está tanto nos homens como no sistema do governo. Sim vemos que então, e mais modernamente ainda tem havido homens de muita intelligencia e patriotismo á frente dos negocios, e que destes mesmos homens tem sahido excellentes conselhos, e até excellentes regulamentos publicos; apezar disso o mal tem progredido, porque os bons conselhos e bons regulamentos nunca se tem posto em pratica. Logo bem nos parece, que a cauza de nossos males não está tanto nos homens com no sistema, que auctorisa que o genio do mal prevaleça sempre contra o genio do bem.

As boas ideas desta Memoria que com muita vantagem se poderiaõ ter realisado no reinado em que foi escripta, pela grande quantidade de riquezas que então entraram no reino, não merecem ser esquecidas na epocha prezente. Hé verdade que hoje não temos o muito numerario que então houve, mas temos outro genero de riqueza que então não havia: temos muito mais cabedal de instrucção publica, e maiores elementos de industria e commercio nacional. Hé verdade tambem que Portugal nos seos ultimos sete annos de guerra recebeu gravissimas feridas na sua povoação, industria, e commercio; e que alem destas cauzas, por outras mui bem sabidas, e ainda existentes, tem decahido, para nunca levantar-se, do ponto em que esteve: todavia grandes recursos ainda lhe restaõ se forem bem dirigidos. No meio da grande miseria e pobreza, que hoje afligem Portugal, existem ainda grandes capitaes, parte delles ganhada nessa mesma guerra, que foi tumulto de vidas e

fortunas de tantos mil Portuguezes, parte, restos ainda desse lucroso commercio que fazia Portugal até 1807. Muitos desses capitaes, que hoje já não podem com vantagem ser empregados no commercio, estão escondidos e ociosos dentro dos cofres de seos donos, e muitos estão depositados em paizes estrangeiros, aonde fertilizaõ terra estranhá, podendo fertilizar a propria. Ora, sendo isto verdade, porque não tomará o governo por seo primeiro disvello estimular com vantagens liberaes e seguras os donos destes cabedaes para que os empreguem em utilidade sua e da patria? Qual será o capitalista que, não podendo fazer girar seo dinheiro no commercio externo, não folgue emprega-lo em especulaçoens internas que lhe deem um lucro seguro, ou que não prefira com iguaes seguranças te-lo antes dentro, por assim dizer, de caza do que em paizes estrangeiros? Mas aonde estão as seguranças, e quaes devem ellas ser? O modo de as achar, e de as dar já não he hoje um segredo: hé preciso mudar de sistema; porque como já dicemos, o mal não está tanto nos homens como nelle. Adoptado o principio da inviolabilidade do direito de propriedade, e executado elle não só por meras palavras mas por obras, de maneira que a garantia seja irrefragavel, sahiraõ seguramente á luz mil thesouros escondidos, que o receio e a prudencia agora occultaõ. E que melhor emprego se lhes poderia dar entaõ do que applica-los para a ressurreiçaõ de nossa agricultura, e de nossa industria? O capitalista de certo se daria por feliz se pudesse empregar dentro da sua patria os cabedaes que tem ociosos, ou que pouco lhe rendem; e com elles tomariaõ vida mil objectos importantes que agora entre nós estão como mortos. Na mão do governo está ainda o poder operar este bem em beneficio de uma patria, que

tantos sacrificios fez, e tamanhas perdas tem soffrido e ainda soffre ; mas hé preciso, como já temos dito, animar liberalmente as empresas particulares, e dar seguranças que não dependão de um ou de outro capricho, porem estejam fundadas na inviolabilidade da fé publica. Se Portugal ja não pode ser commerciante como foi outro tempo, seja ao menos um bom agricultor, tenha dentro de si sua comida e vestido, augmento seo commercio interno abrindo, ou renovando as communicações interiores que lhe faltaõ, e applique judiciosamente para este fim o resto de fortuna que ainda lhe escapou do naufragio.

REINO DE PORTUGAL.

Ao pequeno artigo que já fica escripto com este titulo vamos acrescentar parte de um assumpto que ficou suspenso a pag. 493, do No. de Outubro, e que tem por titulo :—

PORTO FRANCO EM PORTUGAL.

PROPOSIÇÃO IV.—*Rateio e applicação dos interesses.*

O *maximum* dos interesses partiveis deverá ser 10 por cento, e se fará o rateio aos accionistas annualmente dentro dos primeiros tres mezes de cada successivo anno.

O excesso dos interesses será acumulado, e logo que produza 5 por cento, será a sociedade obrigada a entreter 5 embarcações para a pesca

do alto, que fará navegar para o sitios que a experiencia tiver mostrado serem mais productivos, e ainda mesmo para a pesca da cavalla ou Sarda, &c.

Como este arbitrio tem por objecto não só a extracção do sal mas o adiantamento das pescarias, convem que parte dos interesses, que mais forem resultando para a sociedade, sejam destinados para o auxilio das pescarias, por meio de empréstimos ás companhias de quantias sufficientes e por um juro razoavel, que as abrigue das uzuras dos Capitalistas, e as habilite a comprar a cordage, fio, &c., por preços moderados e justos, e não pelos que o Cordoeiro, a titulo de risco, lhes fia por valor triplicado. Para este fim seria indispensavel o emprego de Commissarios nos differentes pontos da Costa, aonde o peixe vem como desafiar o pescador, e principalmente em Espinho, Povia, e Fam; e até mesmo soccorrer e animar os de outras povoaçoens e Villas. Que sensivel e notavel differença não há entre a activa pescaria da Guarda (na Galliza) e a nossa amortecida de Caminha, tendo ambas o mesmo mar, porque distaõ meia legoa uma da outra? Mas a verdade hé que nem ambas tem os mesmos meios ou fortuna. Os galegos não pagaõ direito algum de suas pescarias, e os Portuguezes pagaõ 30, e mais por cento! Esta differença os inhabilita de serem competidores; e por isso resulta que o pescador Portuguez, não achando interesse que desperte sua herdada inacção, vive (se assim se pode dizer) dos miseraveis recursos de empregar sua faminta e quasi nua familia em arrancar das pedras na costa os mexilhoens, &c., ou em apanhar alguns gravatos que o mar ahi arroja, em quanto o galego suppre com grande interesse seu as Provincias do Minho e Tras-os Montes com sardinha de contrabando!

Desculpe-se-nos esta digressão; mas ella hé de tanto interesse para a felicidade publica Portugueza que não podemos deixar passar uma só occasião, sem lembrar-mos que a abolição de todos os direitos de pescaria hé essencialmente necessaria, assim como a abolição de outras muitas vexações que, a titulo de Caldeiradas, &c., para os governadores dos Castellos, e outras personagens, são horivelmente oppressoras.

Se alguns descendentes (se hé que o são) dos que meteram uma *lança um Africa* ainda não estão pagos de serviços que eraõ obrigados a prestar, o governo, por utilidade publica, deveria remir esses privilegios ou graças, resarcindo esse pouco que os grandes Senhores recebem de seos rendeiros, pelo Cabeção das Sizas, ou por outra qualquer repartição.

AMERICAS HESPANHOLAS.

Neste artigo referimos os ultimos acontecimentos militares que tem havido do lado de Buenos-Ayres e Chili, e no tocante a esta parte do mundo acrescentaremos um cazo bem extraordinario, e que assas mostra o pouco que Hespanha pode confiar nas expedições que teima em mandar para aquellas partes. O facto a que alludimos hé referido, alem de cartas particulares, na Gazeta de Buenos-Ayres de 2 de Setembro, 1818, e hé o seguinte:—

“ No dia 26 de Agosto entrou na Enseada o navio Hespanhol *Trindade*, que fazia parte de uma expedição de 10 transportes comboiados pela Fragata Hespanhola *Maria Isabel* de 50 peças, e destinados para Lima.

“ As tropas a bordo do *Trindade* levantaram-se contra seos officiaes, dos quaes mataram 6, e os deitaram ao mar; depois disso ficaram senhoras do navio. Parece que o plano do levantamento fôra combinado em Cadiz antes da partida; e havendo-se separado do comboi na latitude 5 N. e passado a linha, executaram seo projecto no dia 26 de Julho. Haviaõ a bordo do *Trindade* 200 soldados alem dos officiaes, e tripulaçaõ.

“ O governo de Buenos-Ayres determinou recebe-los amigavelmente.”

Outro artigo com a mesma data acrescenta:—
“ Os Sargentos Remigio Martinez, Francisco Moreno, e Francisco Quintana com o Cabo d’Esquadra Jose Velasco formaram o plano do levantamento antes de sahirem de Cadiz; acharam porem para a sua execuçaõ grande resistencia nos Capitaens Miranda, e Fuente, no 1º Ajudante Francisco Baltezar, nos Alferes Apuria, Burgos, e Sanchez Tambleque, e n’um Sargento e um Cabo de Esquadra, dos quaes os tres ultimos haviaõ tomado a desesperada resoluçaõ de deitar fogo ao paiol da polvora. Neste cazo os levantados, para sua segurança, os mataram, e immediatamente ordenaram ao Capitão do navio que navegasse para Buenos-Ayres.”

Noticias particulares acrescentaõ, que dois ou tres navios mais tinhaõ o mesmo projecto, e assim todos os dias se esperavaõ em Buenos-Ayres.

Isto hé quanto diz respeito ao que se tem passado por este lado da America Hespanhola: do lado de Venezuela tem estado paradas as operaçoens militares; mas para intelligencia do succedido na ultima campanha copearemos a carta seguinte do General Bolivar, escripta ao Governador da Ilha de Barbadas:—

“ Simaõ Bolivar, Supremo Chefe da Republica de Venezuela, Capitaõ General dos seos exercitos, e dos da Nova Granada, &c.

“ A’ S. E. o Governador da Ilha de Barbadas, &c. &c.”

“ Quartel-General d’Angostura, 1 de Setembro, 1818.”

“ Tenho a honra de escrever a V. E. a fim de o informar do verdadeiro estado militar de Venezuela, que certamente não hé tal como o General Morillo participou a V. E., do seo Quartel-General de Guaraparo em data de 8 de Maio proximo passado. Hé couza triste para mim ter de contradizer aquelle General deante de V. E. e do mundo todo; mas elle, pela sua propria reputaçã, e pelo respeito devido aos Chefes Britannicos a quem se dirigiu, não devia ter violado a verdade por um modo tão escandalozo.

“ Aquelle General affirmou a V. E. que havia triumphado das armas e Venezuela em Sombrero, Maracay, La Puerta, Rincon de los Toros, San Carlos, e Savana de Cogede; e que em consequencia de suas victorias nós tinhamos perdido 3,500 homens entre mortos, feridos e prisioneiros, 2,500 espingardas, 200 cargas de muniçoens, 2,000 cavallos, 1,000 mulas, meo Estado maior, &c.

“ Quando o General Morillo estava ferido na cidade de Calabozo declarou em um despacho official que nosso exercito constava de 2,000 homens de cavallaria, e 1,500 de infantaria; e somos obrigados a confessar que hé a primeira vez que elle fallou verdade. Consequentemente não pode ser que nós tenhamos perdido 3,500 homens, nem 2,500 espingardas; porque no

primeiro cazo teríamos perdido todo o exercito, e no segundo teríamos perdido 1,000 espingardas mais de que realmente tínhamos. Infelizmente até agora havemos tido grande falta d'armas e muniçoens, e por esta razão ainda não hé verdade que tenhamos perdido 2,500 espingardas, 2,000 cargas de muniçoens, 4 peças de artilharia, e muito menos os cavallos e mulas mencionadas pelo General Morillo.

“ Por outra parte posso segurar a V. E. sem a mais pequena exaggeração, que o exercito Hespanhol dentro de Venezuela foi batido em Calabozo, Sombrero, San Fernando, La Puerta, Ortiz e Codege. Em consequencia destas derrotas aquelle exercito ficou reduzido ao miseravel estado de esqueleto. Nestas acçoens perderam nossos inimigos mais de 5,000 homens, entre mortos, feridos e prisioneiros. O general Morillo, e o seo segundo em commando, La Torre, foraõ gravemente feridos; e os Coroneis Lopez, Villa, Navas, Aragonez, Quero, e outros muitos chefes foraõ mortos.

“ Se o General Morillo houvesse ganhado as victorias de que blasona, teria re-occupado o immenso paiz que perdeu na ultima campanha desde uma extremidade a outra de Venezuela, e não ficaria reduzido ao miseravel estado de uma guerra defensiva, e a defender os passos que abrem caminho para a capital de Caracas. Se o General Morillo ainda se conserva em Venezuela deve esta fortuna casual a falta que havemos tido de elementos, militares. Mas agora já os temos, e antes de pouco elle não poderá datar mais de Venezuela seos mentirosos despachos.

“ V. E. me desculpará a liberdade de o haver incomodado com estas particularidades, mas vi

que era dever meo informar V. E. de todas estas couzas, a fim de que não fosse enganado pelas falsas noticias de nossos inimigos.”

“Tenho a honra de ser,

“Com a mais alta consideração, &c.

(Assignado) “BOLIVAR.”

Estas são as noticias mais essenciaes que ultimamente tem chegado do estado dos negocios das Americas Hespanholas : agora passaremos a tratar do assumpto antigo, que ficou a pag. 109 do N° antecedente, e que até agora sempre temos intitulado :—

Hespanha, e Suas Colonias.

“Havendo tratado dos successos da revolução do Sul da America não podemos omittir a recente morte do General Miranda, o auctor e chefe da primeira tentativa para lhe dar a liberdade politica; mas hé impossivel mencionar as circumstancias da sua morte sem manifestarmos nosso desgosto e indignação, sentimentos que de certo ella deve ter excitado em todo o mundo civilisado. Trahido por um traidor adherente do General Hespanhol com quem havia concluido uma formal capitulação, e contra os artigos desse mesmo tratado (que por uma parte reconhecia a authoridade das Cortes, e por outra concedia completa amnistia a todos os individuos do exercito, sem excepção) elle foi trazido para a Hespanha, e depois de uma rigorosa prizaõ de quatro annos, expirou na masmorra de La Caraca junto de Cadiz. Diceram-nos, bem que não possamos acreditar o que se nos dice, que os monges e clero do lugar em que morreu até prohibiram seos creados de pagar os communs

sinaes de respeito a suas cinzas ; e que todos os seus moveis foraõ queimados com todos os sinaes de ignominia e desprezo. Miranda teve de certo um grande sinal caracteristico de um espirito superior, e foi o haver escolhido um elevado, e na sua opiniaõ, um util objecto de ambiçaõ, a cujo bom successo dedicou com pertinaz perseverança todas as suas faculdades, sua fortuna, e sua vida. Nao se pode duvidar da sinceridade com que emprehendeu aquella cauza; porque o ultimo esforço, que fez para que fosse bem succedida, e que a final terminou no seo captiveiro e na sua morte, foi executado contra os conselhos de seus mais prudentes amigos, quando os negocios de Venezuela, sua patria, estavaõ mais desesperados, e até quando a mesma cauza, pela qual elle se sacrificou, não só era atraçoada pelos seus declarados defensores, mas corria o maior risco pela superioridade das forças Hespanholas.

“ O observador imparcial da sua marcha militar e politica na America hade descobrir-lhe certa feição de principios Jacobinicos que de certo tomou quando em serviço da Franca Revolucionaria; porque estes principios manifestou elle na sua patria, imitando imprudentemente as peiores formas daquelles pessimos tempos das assembleas Francezas. Na mesma escolla, e entre as contendas dos commandantes, rivaes do supremo poder da Republica, adquiriu elle ainda os habitos de uma irregular ambiçaõ que o expoz ao ciume e suspeitas dos seus concidadaons; habitos, que mancharam os motivos de seo proceder, e transtornaram seo bom successo em uma cauza, da qual, por seus talentos, seus conhecimentos, e experiencia, tinha direito a ser chefe.

“ Hé com muita pena que temos sido obriga-

dos a notar particularmente a illegal e sangüinaria natureza da guerra em todas as colonias Hespanholas. Nenhuma das guerras civis dos tempos antigos e modernos dá o exemplo de tamanhas atrocidades; pois que as crueldades dos Indios alliados na guerra da America do Norte, exageradas como são pelos escriptores de ambos os partidos, são mui inferiores as desta nova guerra. Nella não só se tem ultrajado e violado as communs e convencionaes leis das nações, mas até os communs sentimentos da natureza humana:—o assassinio dos prisioneiros, a perfida violação dos tratados, e o não provocado assassinato dos habitantes pacificos, tem sido praticados por ambos os partidos como um dos ordinarios recursos da guerra. Já vimos com tudo uma Proclamação, publicada pelo General Bolivar em *Ocumare*, em Julho de 1816, na qual elle ordena que nenhum Hespanhol Europeo seja morto *fôra do campo de batalha*; que á todo o prisioneiro, *bem que Hespanhol*, se conserve a vida; e que a guerra de morte acabe por uma vez. Mas hé preciso confessar-mos, que melhor seria que este exemplo de humanidade houvesse sido dado por aquelles, a quem a boa politica só insinua medidas de reconciliação, e que pertendem ser mais civilisados do que os outros. Sim á Mãi Patria competia praticar na America as leis da guerra civilisada que ella tem aprendido na Europa.

“Tentar escrever os successos desta guerra seria por ora comprometer nosso character em ponto de verdade. Taes são a acrimonia e violencia com que por ambas as partes são escriptos os documentos officiaes; tão completamente tem conseguido suas contradictorias relações obscurecer a verdade, que não podemos aspirar a mais do que fazer um esboço dos mais recentes suc-

cessos, demasiadamente publicos para se poderem occultar, e mui authenticos para se poderem desfigurar.

“ A mais correcta idea destes acontecimentos até o presente pode achar-se na traducção que Mr. Thompson fez no Diccionario de Alcedo, (obra que não admira menos por sua imparcialidade do que pela variedade e exactidaõ dos acontecimentos geraes) assim como no *Esboço da Revolução da America Hespanhola*. Esta ultima obra hé evidentemente escripta por pessoa que estava ao alcance do conhecimento de todos os successos, e provavelmente representou nas mesmas scenas que descreve. As opinioens geraes do auctor são em favor dos colonistas; todavia nem por isso procura encobrir o máo porte de seos chcfes, exagerar suas victorias, ou diminuir as dos Hespanhoes.”

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

FRANÇA.

Dissolveo-se em fim o Congresso de Aix-la Chapelle; e alem do que ja delle referimos em o nosso N^o passado, que foi a evacuação da França pelas tropas alliadas, temos agora os resultados seguintes.

No dia 4 de Novembro os Ministros das quatro Potencias alliadas communicaram ao Duque de Richelieu o desejo que tinhaõ seos soberanos de que a França tomasse de hoje em deante parte em todas as suas futuras deliberaçoens. No dia 12 o Duque de Richelieu aceitou o convite em nome de seo amo; e assim accedeu a França á *quintupla* alliança. No dia 15 foi assignado o Protocolo assignado pelos Ministros das 5 Potencias.—

Austria, França, Gran-Bretanha, Prussia, e Russia, (nomeadas por ordem alphabetica) e nelle se declarou que, em conformidade dos principios das differentes Cortes, *a França se obrigava de hoje em diante a concorrer para a manutenção e consolidação do sistema que havia dado paz á Europa, e segurado sua duração.* A ultima obra do Congresso foi a seguinte Declaração solemne, com a mesma data de 15, que passâmos a copear :—

DECLARAÇÃO.

Agora que a pacificação da Europa está completa em virtude da sahida das tropas estrangeiras do territorio Francez, e agora que já acabaram essas medidas de precaução que deploraveis acontecimentos fizeraõ necessarias ; os Ministros e Plenipotenciarios de Suas Magestades, o Imperador d'Austria, El Rey de França, El Rey da Gran-Bretanha, El Rey de Prussia, e o Imperador de todas as Russias, receberam ordens de seos Soberanos para fazer saber á todas as Cortes da Europa os resultados de seo Congresso em Aix-la-Chapelle, e de, para esse fim, publicarem a seguinte declaração :—

A Convenção de 9 de Outubro, que diffinitivamente regulou a execução dos ajustes concordados no tratado de paz de 20 de Novembro, 1815, hé considerada pelos Soberanos, que concorreram para ella, como o complemento da obra da paz, e o ultimo fecho do sistema politico destinado para lhe dar solidez.

A intima uniaõ, estabelecida entre os Monarcas que são partes cooperantes deste sistema tanto por seos proprios principios, como para o interesse de seos povos, offerece á Europa o mais sagrado penhor de sua futura tranquillidade.

O objecto desta uniaõ hé tão simples como

grande e saudavel. Ella não tem em vista alguma nova combinaçãõ politica, nem mndança alguma das relaçoens sancionadas pelos actuaes tratados. Pacifica e consistente em seo proceder, esta uniaõ não tem outro objecto senaõ manter a paz, e a segurança de todos os contractos sobre que se fundou e consolidou a mesma paz.

Os Soberanos, ao entrar nesta augusta uniaõ, tem tomado por baze fundamental a invariavel resoluçãõ de nunca se desviarem, tanto no que lhes diz respeito como no que diz respeito aos outros Estados, da estricta observancia dos principios do direito das naçoens ; principios, que applicados a um estado de paz permanente so podem effectivamente garantir a independencia de cada governo, e a estabilidade de uma associaçãõ geral.

Fieis a estes principios, os Soberanos os praticarãõ sempre, quer seja nos Congressos em que pessoalmente ainda hajaõ de assistir, quer nos que unicamente se compozêrem das pessoas de seos ministros ; e ou seja ainda quando se juntem para discutir, em commum, seos proprios negocios, ou para discutir negocios alheios, sobre que outros governos tenhaõ formalmente pedido sua interferencia. O mesmo espirito, que dirigir seos conselhos, e animar suas communicaçoens diplomaticas, há de presidir tambem nesses Congressos, e o descanso do mundo será sempre seo motivo e seo fim.

Hé com estes sentimentos que os Soberanos consumaram a obra para que foraõ chamados. Agora não desistirãõ de a confirmar e aperfeiçoar. Elles solemnemente reconhecem, que seos deveres para com Deos, e para com os povos que governaõ, os obrigaõ a dar ao mundo, tanto quanto cabe em suas posses, um exemplo de justiça, de concordia, e de moderaçãõ ; e por mui felizes se

daraõ se de hoje em diante poderem dedicar todos seos esforços á protecção de actos de paz, ao augmento da prosperidade interna de seos Estados, e a renovação de todos os sentimentos de religião e moralidade, que pela calamidade dos tempos muito e muito se tem enfraquecido.

(Assignados) METTERNICH. HARDENBERG.

RICHELIEU. BERNSTORFF.

CASTLEREAGH. NESSELRODE.

WELLINGTON. CAPO D'ISTRIA.

Aix-la-Chapelle, 15 de Novembro, 1818.

(Este documento hé taõbem assignado por M. Gentz, Secretario do Congresso.)

No dia 12 de Novembro se assignaram taõbem algumas convençoens, em virtude das quaes o prazo para o pagamento das contribuiçoens da França se estendeu de 9 a 18 mezes. Outra especial Convenção se assignou com a Prussia, pela qual esta Potencia será paga primeiro que as outras.

As Camaras, por uma nova ordem de El Rey, ficaram prorogadas até 10 do corrente Dezembro. Veremos o espirito de suas deliberaçoens. Um facto notavel, acontecido nas ultimas elleiçoens, hé que os Ministros ganharam uma decisiva maioria de candidatos, e que nem *um so Ultra Realista* foi nomeado. A *opposiçaõ*, isto hé o partido contra os Ministros e *Ultras*, taõbem ganhou nesta renovação do 5º dos Membros da Camara; porque sendo ella unicamente de 16 membros na sessaõ passada, ganhou agora nas ultimas elleiçoens mais 15 membros, e por consequencia consta presentemente de 31. Entre estes ultimos achaõ-se dois individuos notaveis e que muito figuraram em algumas epochas da Revoluçaõ: um hé M. La Fayette, e outro M. Manuel.

As tropas alliadas já evacuaram o territorio

Francez, e dellas se despediu formalmente Lord Wellington, como seo Commandante que foi em Chefe, por uma Ordem do dia, datada de Cambraia no 1 de Novembro, circumstancia, que *nos parece* esqueceu ao nobre Duque quando deixou o commando das tropas Portuguezas; bem que seja de presumir, que a não ter commandado taes tropas, talvez que o illustre General nem tivesse dado a batalha de Waterloo, nem por conseguinte tivesse agora occasiaõ de fazer esta sua despedida.

INGLATERRA.

A Proclamação de S. A. R. o Principe Regente, que transcrevemos neste artigo, hé destinada para annunciar formalmente a morte de S. M. a Rainha, e ao mesmo tempo convocar o Parlamento para uma epocha certa, em conformidade dos Actos anteriormente passados a este respeito. A Rainha morreu no dia 17 de Novembro, a 1 hora da tarde, no Palacio de Kew, com 75 annos quazi de idade, porque tinha nascido em 16 de Maio de 1744. Seo nome de baptismo era Sophia Carlota de Mecklenburgh Strelitzs, e foi a filha mais moça de Carlos Luiz, irmão de Frederico III., Duque de Mecklenburg. Foi escolhida para consorte do actual Monarca George III. não por motivos de politica, mas de pura preferencia e escolha. Isto mesmo annunciou El Rey ao seo Conselho em 8 de Julho de 1761. Em consequencia desta sua vontade, o Conde de Harcourt Embaxador extraordinario e Plenipotenciario de S. M. concluiu o Tratado de casamento em Strelitz, em 15 de Agosto do mesmo anno. A Real noiva sahiu de Mecklenburgh no

dia 22 de Agosto, e entrou em Harwich, depois de uma longa viagem de 10 dias, no dia 6 de Setembro. Em a noite immediata á sua chegada descansou, já no seo caminho para Londres, em caza do Conde de Abercorn em Witham no condado de Essex, partiu dahi mui cedo na manham seguinte, e foi apear-se ao Palacio de S. James, aonde foi recebida por El-Rey e por toda a Familia Real. As nove horas da noite desse mesmo dia foi celebrada a cerimonia do casamento pelo Arcebispo de Cantuaria na Capella Real com toda a pompa e esplendor do costume. O Parlamento, alem da sua renda ordinaria, estabeleceu-lhe para arras, no cazo de viuva, uma renda annual de 100,000 Libras, com o Palacio de Richmond e Buckingham House.

No *British Monitor* de 22 de Novembro, vem a curiosa nota seguinte, que mostra quanto o mez de Novembro tem sido de máo agoiro para as Princezas da familia de Brunswick.—“O mez
“de Novembro tem sido tristemente notavel
“pela morte de muitas Princezas da familia de
“Brunswick. A Rainha Carolina, mulher de
“George II, morreu em 20 de Novembro de
“1737; a Princeza Amelia, filha do presente
“Rey, morreu em 2 de Novembro de 1810; o
“Idolo da nação, a ultima Princeza Carlota,
“morreu em 6 de Novembro passado, 1817; e a
“esta lista temos ainda que acrescentar a morte
“de S. M. a Rainha Carlota, que morreu em 17
“de Novembro, de 1818.—Outra circumstancia
“bem extraordinaria hé, que a Rainha Maria,
“vulgarmente chamada—*a sanguinaria Maria*,
“(bloody Mary) tambem morreu em 17 de
“Novembro de 1558.”

O Portuguez, No. XLVII, pag. 383,

Fallando do pagamento, começado a fazer-se em Londres ás pessoas que perderam com as presas d'escravatura, feitas pelos Inglezes, diz 1º.—
 “ Que as 300,000 Libras são mais que sufficientes
 “ para pagar a todos os reclamantes, segundo a
 “ forma que as reclamaçoens levaram.”

Resposta.—Quem daria tão exacta informação ao Portuguez para ser tão positivo em sua asserção? As letras sacadas sobre os Agentes do Banco, á favor dos interessados, excedem já a soma de 60,000 libras, e chegam até o No. 60, apesar de não terem ainda apparecido senão trinta Letras.

2º.—“ Que as 300,000 Libras chegam, porque
 “ os Juizes arbitros, por instrucçoens do governo,
 “ tão tacanhos tem andado nos seos arbitrios,
 “ que apenas tem julgado boa a 4ª ou 5ª parte do
 “ pedido nos libellos de reclamação.”

Resposta.—Forão os mesmos interessados, principalmente os da Bahia, que pediram novo exame das reclamaçoens, porque, alem de serem muitas dellas exageradas, querendo os reclamantes fazer entrar em linha de conta suppostos lucros que haviaõ de ter, empregando o producto dos escravos em mercadorias que haviaõ de vender aqui e acolá, existiaõ reclamaçoens feitas por capitaens Inglezes de perdas experimentadas em armamentos para o trafico feito em dominios estrangeiros, &c. &c. &c.

3º.—“ E por isso não se duvida que o governo
 “ venha a lançar mão do excedente das reclama-
 “ çoens, &c.”

Resposta.—E porque não? Não hé o governo tambem um dos Lesados tendo perdido os direitos que haveria percebido dos escravos ou

mercadorias que formão o objecto das reclamações dos subditos? E porque não hade, sendo possível, ser o governo indemnizado dos grandes gastos que toda esta reclamação exigiu, quando sua indemnisação não prejudica as legaes reclamações dos subditos?

4.^o.—“ Por esta forma o nosso governo obterá
 “ dois fins, a saber, ficará untado com a catinga
 “ desse dinheiro, e ao mesmo tempo salvará a
 “ honra dos Negoceadores Portuguezes, que ven-
 “ deram (bem o podemos dizer) os nossos domi-
 “ nios d’Africa ao Norte da Linha, e os direitos
 “ dos Vassallos Portuguezes por tão mesquinho
 “ preço.”

Resposta.—Vendo-se a qualidade desta accusação, hé mui natural conjecturar, que o *Portuguez* dormia ou sonhava quando uma vez escreveu o seguinte :—*Sempre foi uma grande maxima em politica (como em Medicina) sacrificar uma parte para salvar o resto.* A este sonho do accusador pode responder-se em duas palavras. Portugal, apesar da venda que ao *Portuguez*, tanto amofina, hé a unica Potencia que ainda conserva o commercio da Escravatura. Nem hé verdade que a parte d’elle que renunciou fosse vendida, como diz, por aquelle dinheiro. Se este foi dado para indemnizar os vassallos Portuguezes pelas prezas injustamente feitas pelos Cruzadores Britanicos, como pode tambem ser o preço da venda de todos os nossos dominios d’Africa ao Norte da Linha?

O nosso governo tem disputado passo a passo a conservação daquelle trafico, e até com mais honra e dignidade do que as outras nações mais poderosas do que a Portugueza. Quanto mais, hé necessario ter estado dormindo ou sonhando para não conhecer, depois de alguns annos de residencia em Inglaterra, que esta Potencia,

principalmente depois que nesta sua cauza poudes empenhar seos grandes Alliados, nunca descansará em quanto não alcançar a total abolição do commercio da Escravatura. Agora mesmo consta, se os papeis publicos estão bem informados, que a ultima resolução tomada em Aix-la-Chapelle fôra de instar collectivamente com nosso para que fixemos uma epocha para aquella abolição.

CORRESPONDENCIA.

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR
PORTUGUEZ;—

Londres, 24 de Novembro de 1818.

Vi com muita satisfacção no seu No. passado publicada a noticia de me haver Sua Magestade El-Rey nosso Senhor mandado pagar o Brigue que me foi detido em Pernambuco; a qual tão bem me foi communicada officialmente; dando-me, alem de todo outro motivo, especial prazer a evidente conclução, que este acto do governo justifica, de me haver S. M. por esse modo exonerado de quaesquer imputações desleaes, e calumniosas porque se pertendesse justificar a detenção.

Apresso-me por tanto a confirmar eu mesmo esta agradavel noticia que tanto deve interessar aos que tem pendencias do governo, não podendo deixar de lhes inspirar confiança as rectas, e benevolas intenções de S. M., e a imparcial, e fiel conducta do seu actual Ministerio.

Disto mesmo estava eu bem persuadido quando em Dezembro do anno passado escrevi ao Redactor do Portuguez uma carta (que elle publicou no seu No. 41) com o unico fim de corrigir noçoens erradas que se haviaõ espalhado a respeito do meu cazo, e insinuaçoens desfavoraveis ao character do Governo, e Ministros actuaes de S. M., pelo que taõ bem estimei muito ver agora no mesmo Jornal o devido louvôr dado ao Ministro da Marinha, o qual me tem até agora feito completa justiça.

Resta ainda verificar-se o pagamento aos meus Procuradores conforme o espirito da ordem, e justiça de El-Rey nosso Senhor, (sem o que uma, e outra ficariaõ inutilizadas) o que espero terei brevemente o gosto de lhes communicar, e serei muito feliz se o poder fazer sem ter de me queixar dos abuzos escandalozos, e desgostozissimos a que V. M^{ces} alludiraõ no mesmo artigo do seu N^o passado, os quaes correm com bastante desar do nosso Governo; e estou persuadido de que se não são de todo falsos, são ao menos muito exaggerados.

Esperando que V. M^{ces} me façãõ o favor de inserir esta no seu Jornal, tenhaõ me sempre pelo

Seu muito attento venerador, e creado,

CUSTODIO PEREIRA DE CARVALHO.

SENHORES REDACTORES DO INVESTIGADOR
PORTUGUEZ;—

Mal esperariam V. M^{ces} ver-me sahir a publico, e incommoda-los com minhas Correspondencias, quando até aqui tenho vivido no circulo particular da minha vida, attento unicamente aos

negocios della, sem sahir da esfera de meos habitos, e educação; porem, Senhores, não se espantem V. M^{es} de me ver agora seguir outro caminho; que a isso me anima o bom acolhimento que V. M^{es} sempre fazem a todos os que, por meio do seo bem estabelecido Investigador, dirigem suas queixas ao Tribunal da opinião publica; e tambem por já ter visto, algumas vezes, em o seo periodico varias correspondencias de algum de meos credores, tendentes ao mesmo assumpto, que forma o objecto d'esta minha carta. Passarei, por tanto, a expo-lo.

Hé o cazo, que tendo fugido de Lisboa Francisco Joze Moreira, socio da Caza de Moreira, Vieira, e Machado desta cidade, de que eu sou o 3º na firma; e quando elle já não existia commercialmente, por ter fugido, e tambem nas vesperas da sua fuga, chegaram a Lisboa muitas fazendas que lhe mandavamos d'aqui á sua consignação, fazendas que nos fiavam os nossos Credores Inglezes, pelo bom conceito que sempre lhes merecemos, e as quaes tinham a marca particular desta caza, M. V. e Cº, e com essa marca estão assentadas nas facturas e conhecimentos.

Por fortuna aconteceu, que nas vesperas da fugida do fallido chegou a Lisboa o nosso socio A. J. L. Vieira, o qual cuidou honradamente, logo que soube da fuga, em reclamar por si, e por seos credores as fazendas da sua caza, as quaes existindo, e podendo ser identificadas como taes a esse tempo, não podiam entrar na massa do fallido, e sempre ficão sendo de seos donos. Com tudo, nada mais pôde fazer por então o nosso socio, do que o embargar por si, e seos credores as suas fazendas existentes, pois a administração do Banca-rota se oppôs á justissima entrega d'ellas, e com mil pleitos, e mil artes tem enredado esse caso de tão evidente

justiça. O modo como essa administração foi formada lhe deve ter influido mui pouco credito publico, e mal o pôde cobrar com o diploma, que lhe deo a Junta do Commercio. Hé gente essa (fallo dos administradores) que ainda não deo contas, e o que hé muito péor, ainda não chamou os credores de Moreira para legitimarem seos creditos, os quaes elles administradores representam; porem o inaudito d'esses bons agentes hé, que entraram para a administração a troxe moxe, sem fazerem inventario do que acharão! V. M^{ccs} Senhores Redactores, melhor do que eu, devem saber, que casta de presumpção de direito pôde por isso resultar contra os administradores, que o são só para cobrar 6 por cento de commissão, e para querer augmenta-la com o vender a torto e direito todas as fazendas que estão embargadas, e litigiosas.

Eu não pertendo infamar um Tribunal Regio, que obra em nome do Soberano, mas não posso occultar, que a Junta do Commercio não nos fez justiça, dando ouvidos as pataratas dos administradores, os quaes, não obstante estarem com embargos, e em litigio as fazendas, alcançaram d'ella uma provisão, (como Bulla de composição) para venderem as fazendas assim embargadas, e litigiosas. Tudo estava perdido se não nos valesse a justiça dos Togados, que nos consentiram embargar de ob e subrepção essa mal havida provisão, e dahi veio o remedio de se não decidir a final, segundo os desejos dos administradores, que era vender, vender, vender, para pagar a quem elles não conhecem, e por uma receita, que não hé mais conhecida do que são os credores do fallido. A Regencia viu, e conheceu o abuso d'authoridade, que a Junta commetteu em dispensar n'uma Ley do Reyno, mandando vender contra vontade d'uma das partes

o que se acha litigioso em juizo; por isso ordenou a requerimento nosso, que não decidisse a Junta do Commercio o menor incidente da nossa causa sem a assistencia dos Ministros Togados. E não hé isto, Senhores Redactores, um muito bom acto de justiça do governo? Quem somos nós que nos queixamos d'injustiça d'um Tribunal? Uns pobres desvalidos, que teriamos já succumbido, se não fosse esta justa providencia do governo.

Naõ se poderam d'esta vez sahir com a sua os administradores, furando pela Junta; por isso cuidaram de se vingar de nós hindo direitos á fonte limpa. Foram offerecer ao governo 64 contos de reis, que sahissem das fazendas litigiosas, dando-se licença para se ellas venderem! Que gente! Que administradores! Que fiscaes dos bens dos credores, que elles representam, se hé que julgam que a elles credores pertencem as fazendas em litigio! Como são generosos do que não hé seo! Porem ainda d'esta vez lhes estoirou (como dizem) a castanha na boca; pois a boa e limpa consciencia do honrado Presidente do Erario Ex^{mo} Marquez de Borba, guiado por bom conselho, regeitou com indignação o velhaco offerecimento dos administradores, que bem mostraram com isso, a nenhuma justiça que tem nas suas trapças. Agora, em nome da verdade, digam me, Senhores Redactores, por ventura não merece muitos louvores um governo, que por o atrazo das rendas publicas está mui necessitado de dinheiro, e todavia, recusa a offerta de tão grande somma, só porque hé feita por tão injustos meios? E não merecerá seos elogios esta tão boa acção do Ex^{mo} Marquez de Borba.

Ja agora nada temos a arreçar; o governo está informado da causa de Moreira, Vieira, e Machado; os administradores do fallido estão

conhecidos, e tem a calva á mostra ; nem tememos, confiados na justiça do Governo do Brazil, que de lá venha para nos confundir, um Decreto com que elles nos ameaçam : em fim, estão para a nossa causa nomeados Arbitros, (que esperamos se não illudam com as intrigas dos Administradores) das maons dos quaes, e de Juizes rectos esperamos saia a trapaça confundida, e a justiça triunfante.

Perdóem, Senhores Redactores, tomar-lhes o tempo, com os meos negocios, que se não fôra o receio de os importunar, ainda mais lhes fallára na minha demanda ; e então lhes contára as infames denuncias, e malevolas intrigas, que em Lisboa tem urdido esses Administradores contra o meo honrado socio, e amigo A. I. L. Vieira, só por que elle pugna pelo que hé de seos credores ; mas, como não hade ser assim, quando um d'esses Administradores hé o *celebre* Manoel Ribeiro, o qual em seo proceder bem desempenha o que por vezes lhe ouvi dizer, que, sempre que podesse, se havia de ingerir em alguma administração de fallidos, *por que, (dizia elle) era uma pechincha, pois se não dava contas, e com a Junta do Commercio se arranjava tudo !* mas elle já fallava como esperiente, por que, havendo sido um dos Administradores (em virtude de uma Provisão da Junta) n'administração de um João Antonio Correia, que em 1807 fugira de Lisboa, e succedendo, por occasião da invasão dos Francezes em Portugal, escapar-se elle para Londres, por acaso encontrou aqui o seo administrado Correia, ao qual fêz prender, entregando-o elle mesmo a um official de justiça ; em consequencia do que recebeu do fugido déz mil e tantos cruzados, que lhe devia, os quaes pertenciam a massa do fallido, mas que elle sem escrupulo de consciencia metteu em si : e mais essa admi-

nistração havia sido regular em inventariar a sua receita, e legitimar os credores da massa ; o que não fará elle agora no cáhos d'essa administração de Moreira, aonde (conforme a sua propria confissão) não havia livros, nem assentos por onde se mostre o que a administração recebeu, commettendo ésta a enorme informidade de não fazer inventario ? Querem saber os Credores de Moreira o que lhes hade acontecer ? Hé que não receberão de taes administradores se-quer um real, apesar de se dizer, que tem já em caixa para cima de cem contos de reis ; que tudo haõ de elles gastar em subornos ; em suas commissoens ; (as quaes elles recebem adiantadas, e tiram até mesmo de cousas em litigio) e em outros ganchinhos que todos sabem ; *por que, hé uma pechincha o ser administrador de um fallido, onde se não dá contas, e se faz tudo com a Junta do Commercio.* E se por milagre se declarar, depois de muitos annos um rateio de alguns contessimos, esperem os credores de ver entre elles algum com carteira bem recheada das letras falsas de Moreira, o qual, como levou com sigo para a America a fabrica d'essas fazendas, dizem que dali tem mandado porção a alguns de seos credores mais favoritos, que lhe fazem ainda elogios, e se lembram d'elle com saudade, lastimando a sua falta !!! E como haõ de verificar isto os administradores no meio da desordem em que acharam, e receberam os fundos do fallido, e quando não chamaram os Credores para verificarem seos creditos ? Basta, Senhores Redactores, de lhes tomar o tempo, e gastar a paciencia. Porei aqui termo as minhas queixas, e as assignarei com o meo proprio nome, para me não assemelhar ao administrador M. R. G., que dirigiu anonima, e atraçoadamente suas falsas, e malevolas intrigas, aqui a dois Periodicos, as

quaes eu muito desejára que tivessem sido nêlles inseridas para terem a resposta que merecem—Sou, Senhores Redactores, com a maior estima, e veneraçãõ, seo mui attento creado.

ANTONIO MACHADO BRAGA.

Aos Correspondentes do Investigador Portuguez.

Os Senhores Correspondentes, que até agora dirigiam suas Correspondencias a Joze Liberato Freire de Carvalho, terãõ a bondade de não continuar a dirigir-se á elle para esse fim ; porque desde hoje em diante deixa de ter a direcção deste Jornal. Os Snrs. Correspondentes podem dirigir suas Correspondencias (francas de porte em conformidade do permanente annuncio) á Officina do Investigador, pelo modo seguinte :—Aos Redactores do Investigador Portuguez : na Officina Portugueza e Caza de Mr. T. C. Hansard, Peterborough-court, Fleet-street, London.

P. S.—Nos ultimos dias do mez proximo passado chegou um Paquete do Rio de Janeiro, e sabemos por Cartas por elle recebidas que já estava verificada a noticia que annunciámos a pag. 119 do N^o passado, isto hé, que S. M. hia proceder a nomeação da outra Commissão Mixta, que pelo Artigo 9 da Convenção de 28 de Julho de 1817, se deve estabelecer em Londres para liquidar as contas, e julgar as reclamaçoens dos navios Portuguezes, tomados pelos Cruzadores Inglezes na costa d'Africa, desde o 1 de Junho de 1814 até a epocha de estar em plena execução a dita Convenção. As pessoas para ella escolhi-

das e nomeadas são :—Ignacio Palyart, Consul Geral da Nação Portugueza em Londres, Commissario Juiz ; e Custodio Pereira de Carvalho, negociante Portuguez da Praça de Londres, Commissario Arbitro.

Na Gazeta do Rio de 16 de Setembro, 1818, vimos tambem, que S. M. F. por Decreto de 29 de Agosto, 1818, houve por bem rehabilitar o Ex^{mo} Marquez de Loulé, e conceder-lhe todas as honras, merces, e bens de que antes gozava quando estava no seo Real serviço. Em o N^o seguinte se copeará o Decreto.

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ

EM INGLATERRA,

OU

JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

JANEIRO, 1819.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA
E ESTRANGEIRA.

*Reflexões do Dr. Vicente Joze Ferreira Cardozo
da Costa sobre a sentença proferida em Lisboa,
com data de 21 de Novembro de 1811 contra o
Marquez de Loulé e o Conde de S. Miguel.*

Absentem qui rodit amicum,
Qui non defendit, alio culpante
Hic niger est, hunc tu, Romane, Caveto.
HORAT. Sat. L. 1. Sat 4.

Nas nossas observações sobre a resposta, dada
pelo governo de Lisboa ao protesto de Mr. Stuart
contra a execução do official Mascarenhas, nós
demonstrámos já muito ampla e solidamente que
não podiaõ ser condemnados como criminosos os

Portuguezes, que se achavaõ em França no serviço militar do Imperador inculpavelmente no tempo em que seos exercitos marchavaõ contra Portugal, ainda que viessem nelles. Naõ tratâmos pois agora outra vez esta materia depois de estar taõ evidentemente desenvolvida: assim temos como certo que ainda quando os dois Portuguezes, a cima nomeados, viessem com armas contra Portugal nos exercitos de França, elles naõ poderiaõ ser processados nem tratados como Réos, segundo as doutrinas que expozemos nas ditas observaçoens, ás quaes subscreveriaõ sem duvida todos os Jurisconsultos de todas as naçoens. Nesta sentença porem há circunstancias particulares que devemos notar, e que a fazem ainda mais reprehensivel do que todas as outras da mesma natureza que a precederam em Lisboa. Vaticinamos portanto que hade vir um dia, e naõ muito distante em que ella há de ser revogada; porque a verdade hé eterna, e sendo hoje illegal e injusta esta sentença, ella há de sê-lo tambem daqui á mezes, daqui a annos; e como as paixoens naõ tem igual firmeza e duraçaõ, há de chegar um momento em que naõ existãõ estas, unica origem e fundamento da sentença, existindo entre tanto sua illegalidade, e manifesta injustiça: e quando isto acontecer a verdade apparecerá necessariamente e mais a justiça, e com ellas a revogaçaõ desta espantosa atrocidade. Nós esperâmos que S. A. R. a revogue ao menos no seo entendimento assim que ella chegar a sua Real Presença; e se alguma circumstancia politica o impedir de erguer logo a voz a favor da justiça taõ atrocemente offendida, apenas ella cessar, as cazas de Loulé a de S. Miguel seraõ restituídas ao Marquez e ao Conde, declarando-se nulla esta sentença, por ser daquellas que as leis de Portugal declaram por taes, e que nem precisaõ ser appe-

ladas, nem podem já mais passar em cazo julgado.

Eisaqui a nossa primeira reflexaõ sobre esta sentença, o que passâmos a demonstrar para forçar-mos a serem com nosco da mesma opiniaõ todos aquelles que nos lêrem. E para que o nosso triumpho seja mais infallivel prenderemos as nossas ideas ao pequeno circulo de um sillogismo, cujas premissas seraõ expressas leis que se achaõ no corpo das nossas Ordenaçoes. Eisaqui o sillogismo :—

Esta sentença hé contra direito expresso :

Mas as sentenças contra direito expresso são nullas, e não precisaõ ser appelladas, nem jamais passaõ em cazo julgado :

Logo a sentença contra o Marquez de Loulé e o Conde de S. Miguel hé nulla, não precisa de ser appellada, e em nenhum tempo passará em cazo julgado.

A menor do sillogismo hé indisputavel : ella contém as formaes palavras da ordenaçã do Liv. 3, tº 75 in pr. A consequencia hé a mais legitimamente deduzida : e por tanto falta somente ver se a maior será pelas nossas leis igualmente provada coma hé a menor. Nós dicemos que sim, e esta hé a prova.

Segundo as leis de Portugal faz-se differença entre a sentença dada contra direito expresso, e a sentença dada contra o direito da parte. Diz-se contra direito expresso aquella sentença que julga o contrario do que a lei manda : v. g. aquella que decide que o menor de 14 annos podia fazer testamento quando a lei mandava que elle o não podesse fazer. Orden. L. 3º, tº 75 in pr. Diz-se sentença contra o direito da parte aquella que não julga contra o que está na lei, mas que suppoem provado o que ella requer, quando dos autos consta que o não está : v. g. não julga

que o menor pode fazer testamento, mas estando provado que o testador era menor ella julga-o maior, e consequentemente válida a sua disposição testamentaria. Orden. da. tº 75, § 2º.

Estas definiçoens estão na lei, e nós diremos agora que a sentença contra o Marquez de Loulé e Conde de S. Miguel hé das da primeira natureza, e vamos prova-lo desta sorte. Ella julga estes dois fidalgos incursos no crime da Ord. Liv. 5, tº 6, § 3. Que diz a Lei? *Que hé reo de leza magestade, quem em tempo de guerra for para os inimigos do Rei, para fazer guerra aos lugares do seo reino.* São estas as suas formaes palavras. Se pois a sentença dicesse que o Marquez e o Conde tinhaõ feito isto, ainda que elles o não tivessem feito, era contra o direito da parte, mas não contra o direito expresso. Mas que hé o que ella faz? Reconhece que os reos não commetteram o que diz a lei, isto hé, que elles não foraõ em tempo de guerra para os inimigos do Rei para virem com armas contra os lugares do seo reino; e a pezar disto julga-os incursos nella: hé pois uma sentença contra direito expresso. A lei dizia: *Eu declaro reo de Leza-magestade quem no tempo de guerra for para os inimigos do Rei para vir com armas contra os lugares do seo reino;* e a sentença diz:—“Pois eu julgo incursos neste crime e nesta lei quem não for em tempo de guerra para os inimigos do Rei para vir com armas contra os lugares do seo reino!” Cuido que em quanto houver no mundo logica, estes raciocinios haõ de reputar-se exactissimos; e sendo assim, hade ser innegavel que esta sentença seja contra direito expresso.

Cuidâmos que está demonstrado com toda a evidencia e clareza o nosso sillogismo juridico, e demonstrado segundo as doutrinas escriptas nas Leis Portuguezas.

Todo o Juiz, que pertender julgar alguém incurso na dita Ordenação não pode dispensar-se de julgar que o seu Reo fez aquillo que diz esta lei; não pode dispensar-se de julgar que elle em tempo de guerra foi para o inimigo do Rey para vir com armas contra os lugares do seo reino: sem julgar isto hé impossivel concluir que elle esta incurso na lei; hé fazer aquillo que nem Deos pode fazer apezar da sua omnipotencia; hé fazer que uma couza seja e não seja ao mesmo tempo. Para ser reo desta Ordenação hé necessario ter hido em tempo de guerra para os inimigos do Rei, para vir com armas contra os lugares do seo reino; e julgar que tenha praticado isto quem o não praticou hé um impossivel até para a Omnipotencia de Deos: hé fazer que um individuo tenha hido em tempo de guerra para os inimigos do Rei para vir com armas contra os lugares do seo reino, e que ao mesmo tempo não tenha hido:—que tenha hido, porque a sentença o diz na sua concluzaõ; e que não tenha hido, porque realmente não foi, e porque ella assim o reconhece nas suas premissas; o que hé fazer comque uma couza seja e não seja ao mesmo tempo.

Se se ler a sentença desde o principio até o fim com attenção, e se fizer a sua anatomia, eisaqui a muscologia de toda ella. O Marquez eo Conde, devendo procurar todos os meios possiveis de se evadirem do serviço do Imperador dos Francezes contra o Estado do seo legitimo e natural soberano, o fizeram tanto pelo contrario, que 1º em cartas suas mostraõ a mais decisiva idea de adhesão as preversas maximas do Imperador dos Francezes, inimigo do nosso paiz: 2º foram vistos em Hespanha? e devendo abster-se de entrar nestes reinos unidos a qualquer força inimiga, e procurar toda a possibilidade de se lhe subtrahir,

e buscar a sua patria e defeza della, com o mais horrivel escandalo foraõ vistos na villa de Torres novas unidos ao inimigo quando ali estava o Quartel-General do Marechal Massena, e tinha chegado o reforço do General Drouet. Lea-se a sentença attentamente, deduzza-se della a sua muscologia, e ha de achar-se necessariamente que ella consiste nisto.

Tudo o mais são frases ou raciocinios para sustentar esta organisação. Perguntâmos agora, ainda quando seja verdade tudo isto que forma o espirito da sentença, julga ella que os Reos foraõ no tempo de guerra para os inimigos do Rey para virem com armas contra os lugares do seo reino? Não. Logo concluir que os reos incorreram na pena de Ordenação, Liv. 5º tº 6º § 3º, hé um disparate logico tão grande como dizer:—Existe Roma, logo o Leão hé um quadrupede; isto hé, deduz-se uma conclusão que não tem parentesco nenhum com as premissas. Tenhaõ as acçoens imputadas aos reos a moralidade que tiverem: mas não são, nem poderão ser nunca hir em tempo de guerra para os inimigos do Rei, para vir com armas contra os lugares do seo reino: e por consequencia poderão ter a maldade que quizerem, e sobre o que logo discorreremos, mas não podem já mais ser o que está escripto na Ord. Liv. 5º tº 6º § 3º.

Desafiâmos os entes dotados de razão em todo o universo para que appareça um que se não envergonhe de desviar-se desta nossa maneira de pensar. Desafiâmos todos os Jurisconsultos do universo para interporem o seo parecer sobre os seguintes embargos que nós offerecemos contra esta sentença, á vista das leis Portuguezas que eraõ aquellas que tinhaõ jurado guardar quando entraram nos seos officios todos os magistrados que entrevieram neste julgado.

Provará—que hé nulla a sentença proferida contra direito expresso, e de tal sorte que não precisa de ser appellada, e pode ser revogada em todo o tempo sem que já mais passe em cazo julgado. Ord. L. 3º tº 75, pr.

P. que desta natureza hé a sentença proferida contra o Marquez de Loulé, e contra o Conde de S. Miguel; porque ella os julga incursos na Ord. do L. 5º tº 6º § 3º, não julgando que elles commettessem o facto declarado na Lei, por quanto:

P. que a Ord. diz—*que hé reo de lesa magestade aquelle que em tempo de guerra for para os inimigos do Rei para fazer guerra aos lugares do seo reino*; e a sentença não julga que os reos fizessem isto, e decide que elles incorreram na dita Ordenação.

P. portanto que a dita sentença equivale a esta:—*Eu julgo incursão na Ord. L. 5º tº 6º § 3º quem não foi em tempo de guerra para os inimigos do Rei para fazer guerra aos lugares do seo reino.* E consequentemente a dita sentença hé tanto contra direito expresso como aquella que julgasse que o menor podia fazer testamento, dizendo a lei que o não pode fazer. Ord. L. 3º tº 75, § 2º.

P. que nestes termos a dita sentença foi dada contra direito expresso; e segundo a jurisprudencia Portugueza deve declarar-se de nenhum effeito, não podendo em tempo algum passar em couza julgada.

Tomáramos que nos permittissem licença para offerecer á vista da sentença, estes embargos aos juizes de todas as Faculdades Juridicas nas universidades do mundo conhecido; á todos os tribunaes que nelle administraõ justiça; e dizemos ainda mais, á todos os entes dotados de razão, que sabem ligar um raciocinio ou ver a ligação que nelles há. Desejavamos um desengano se o nosso entendimento está perdido; se vemos o

sol por entre as trevas da noite; se nos julgamos vivos, estando já na sepultura; desejava-mos em fim ter um desengano destes para não fazer-mos nunca mais uzo da nossa razão.

Se não discorremos acertadamente no que temos escripto, queremos queixar-nos em altas vozes contra a memoria do Senhor Rei D. Joze, que para nos habilitar para o ensino da mocidade na universidade de Coimbra, e para o exercicio da Magistratura no foro Portuguez mandou ensinar-nos (Estat. da Univ. de Coimbra, L. 2, tº 6, cap. 8, § 7.):—

“ Que a applicação das leis se faz mediante
“ um discurso ou raciocinio, no qual a determi-
“ nação adequada e completa da lei deve formar
“ a premissa maior, distribuir-se na menor,
“ introduzindo-se nesta a acção ou cazo da lei, e
“ ficando servindo de sugeito, do qual se affirma,
“ a mesma determinação da lei, como predicado:
“ que para ella hé necessario ter presentes as
“ determinações sobreditas da lei e do facto
“ com todas as suas respectivas circumstancias;
“ e combina-las, e peza-las em uma exacta
“ balança.”

Nós assim o ensinámos na universidade, hindo reger a primeira Cadeira de Analytica no anno de 1789, a que estava prescripta a regra que transcrevemos: nós assim o praticamos nos lugares de magistratura que exercemos desde 1791 em diante sem interrupção alguma. Mas se a applicação da lei se faz pelo modo que vemos nesta sentença, contendo a lei uma especie com as suas respectivas circumstancias, e o facto outra diversa, e com diversas circumstancias; se o officio de Jurisconsulto e de Magistrado hé applicar leis á factos de que ellas não trataão, e que não tem as circumstancias nellas declaradas; queremos desdizer-nos á face do universo, com

toda a publicidade, daquillo que ensinámos como mestre, e daquillo que julgámos quando Magistrado. Mas queremos tambem queixar-nos altamente de quem nos ensinou regras, e nos fez ensina-las aos outros, só proprias de nos conduzirem a erros. Queremos queixar-nos altamente do mesmo Senhor D. Joze que nos confirmou ainda mais na nossa opiniaõ quando determinou na Lei de 4 de Setembro de 1765, que nas sentenças do conselho de guerra, para se evitar o desvio desta regra, se escrevessem as proprias e formaes palavras da lei em que o reo se dizia incurso, para desta sorte não acontecer que se fizesse a applicaçãõ errada de uma lei a um caso que não estava nas suas palavras: assim ao menos o universo há de fazer-nos a justiça de nos desculpar em o nosso desacerto: errámos porque estão erradas as regras que nos deram os Soberanos do nosso paiz, já para uzo das Escollas de Direito, já para o exercicio do foro; e queremos com a confissãõ de nossos erros prevenir os outros para que não errem como nós errámos, dizendo aos Magistrados, que quando tratarem de applicar as leis não pratiquem a regra acima escripta; que lhes não emporte o que diz a lei, nem as suas circumstancias, nem tambem se o facto e as circumstancias delle são as que estão na lei; que julguem lá por outra qualquer regra, mas que não seja esta, para que não desatinem, como nós desatinámos.

Eisaqui as primeira reflexãõ que tínhamos para fazer sobre esta sentença: pore[m] ainda temos mais alguma couza para reflectir, analysando sua muscologia, ou essas premissas de que ella deduziu uma tão absurda concluzaõ.

Este respeitavel julgado começa por dizer, que devendo os dois reos procurar todos os meios possiveis de se evadirem do serviço do Imperador

dos Francezes contra o Estado do nosso legitimo e natural Soberano, abstendo-se de entrar neste reino unido a qualquer força inimiga, e devendo procurar toda a possibilidade de se lhe subtrahir, e recolher a sua patria, e defeza della, o fizeram muito pelo contrario.

Até aqui não contestamos o direito, apesar de que elle hé muito mais embaraçado do que se representa, podendo entretanto consultar *Henrique de Cocceio, Disputatione de fuga*, aquelles que dezejarem instruir-se a seo respeito. Mas sempre hé necessario observar que parecem contradictorias de facto estas duas obrigaçoens impostas aos Reos. Elles eraõ obrigados ao mesmo tempo, 1º.—a procurar todos os meios possiveis de se evadirem do serviço do Imperador contra este reino, abstendo-se de entrar nelle unidos a qualquer força inimiga; 2º.—a buscar toda a possibilidade de se recolherem á sua patria e ao serviço della. Estes militares estavaõ em França, e todos sabem que entre este imperio e Portugal medeaõ centos de legoas, que constituem os reinos de Hespanha, todos occupados, ou pelo menos cortados com exercitos Francezes. Nestes termos como podiaõ os reos satisfazer a segunda obrigação, buscando toda a possibilidade de se recolherem á sua patria e defeza della, sem que faltassem á primeira, prestando-se no serviço do Imperador contra este reino, para chegarem assim ás suas fronteiras, ou entrarem nelle unidos ás forças inimigas? Nós cuidâmos que o unico meio possivel delles se recolherem a patria, e a defeza della, era virem nos exercitos Francezes, e quando estivessem muito entranhados pelo reino entrarem com elles para ver se satisfaziaõ a esta segunda obrigação, podendo passar para territorio occupado pelos alliados, sem a impossivel e louca empreza de o procurar, viajando duzentas

legoas por entre os inimigos. Era necessario avisinhar-se, porque nisto hé que consistia o buscar toda a possibilidade de se recolher a sua patria e á defeza d'ella. Se os Marquezes de Valença e de Ponte de Lima se não chegassem para nós, poderiam fazer o que fizeraõ? Certamente não. E como hé que buscaram a possibilidade de se recolher a sua patria e a defeza della? Avesinhando-se a Portugal, unidos ao exercito Francez. E quando Portugal estiver invadido, será necessario entrar por elle dentro com as tropas invasoras para ter a mesma possibilidade; porque hé taõ difficil voar de cidade de Rodrigo para Lisboa, medeando o exercito Francez entre uma e outra cidade, como voar de França para Portugal por cima dos exercitos Francezes que occupaõ ou cortaõ a Hespanha. Parece por tanto, que estas duas obrigaçoens, impostas aos reos, se não cazaõ bem: para satisfazer a segunda, que era a importante, e do interesse de Portugal, parecia conveniente não estabelecer a primeira, porque esta tirava toda a possibilidade que em virtude da segunda se devia buscar.

Mas passemos por isto. Continúa a sentença dizendo, que os reos faltaram tanto a estas obrigaçoens que—1º. escreveram cartas, que dão a mais decisiva idea da sua adhesaõ as perneciosas maximas do Imperador dos Francezes;—2º. vierão com o inimigo até Torres novas, aonde foraõ vistos. Aqui tornâmos a gritar, e desta vez pelo Padre Genuense. A maior do sillogismo era que estes reos deviaõ—1º. buscar todos os meios possiveis de se evadirem do serviço do Imperador contra este reino, abstendo-se de entrar nelle unidos a qualquer força inimiga;—2º. procurar toda a possibilidade de se recolherem á patria e a defeza della. O que se seguia era a menor,

que devia conter necessariamente que os reos não buscaram todos aquelles meios possiveis para satisfazer a primeira obrigação, e que não procuraram toda a possibilidade de satisfazer a segunda. Estabelecida no primeiro termo a obrigação, era necessario mostrar no segundo que se faltára a ella, para se tirar por conclusão a culpa dos reos. Valha-nos Deos com os máos discipulos daquelle Padre! Não hépossivel ligarem duas proposições para tirarem uma consequencia! A primeira proposição estabelece as obrigações dos réos em diligencias que elles deviaõ fazer, já para se evadirem do serviço do Imperador contra este reino, já para se recolherem á elle, e para a sua defeza: e quando estavamos esperando para ver aquillo em que elles faltaram, de procurar esses meios possiveis e essas possibilidades, fallaõ-nos em umas cartas que mostraõ adhesão ás maximas do Imperador, e em os reos terem chegado a Torresnovas! Que tem isto com as diligencias que os réos deviaõ fazer para não vir com armas contra o reino, ou para se recolherem a elle? Esta parte da sentença hé a menor de um sillogismo que não tem maior. Valha-nos Deos com este Padre Genuense!

Mas já que por culpa d'elle hé necessario lidar com semelhantes logicos, ainda que vai cortado o nexo do raciocinio, vejamos que menor hé essa do sillogismo appresentado na sentença. Temos duas cartas, uma do Marquez de Loulé, e outra do Conde de S. Miguel: a primeira contém a satisfacção do Marquez por se ter comportado bem como militar na Alemanha; por ter entrado na maior batalha que houve; por ter combatido em um exercito poderosissimo, e contra outro igual; por ter ganhado um habito nessa batalha; por se terem comportado bem e valorosamente todos os Portuguezes. Até aqui não vemos ad-

hesaõ nenhuma as preversas maximas do Imperador dos Francezes; vemos a adhesaõ do Marquez a si, e aos seos companheiros de armas; e o mais que se pode dizer, hé, que elle se vangloria; que está cheio de vaidade, considerando-se grande militar, e tambem grandes militares os outros Portuguezes seos companheiros. A carta era de mais a mais escripta para uma Mãi, que elle havia de considerar saudoza pela sua auzen- cia; e era muito natural portanto querer-lhe inculcar o seo merecimento e credito militar, para lhe dizer alguma couza agradavel. Pois que! seria proprio de uma semelhante carta lamentar-se muito, dizer-se desgraçado, e desprezado, muito infeliz e desditozo nos seos successos militares para acrescentar assim as magoas da Condeça de Val-de Reis sua mãi?

Continúa a carta dando boas noticias da saude do Marquez, e annunciando a mãi o gosto de a ver brevemente; e tambem em nada disto há *nem adhesaõ, nem maximas perversas do Imperador*: há sómente o que era proprio desta carta,— consolaçoens para a pessoa a quem ella se dirigia. E conclue a carta:—“ Faço a justiça que devo
“ aos meos compatriotas, para deixar de suppor,
“ que tendo-lhes passado o furor que no principio
“ uma revolução dá, elles conheçaõ que o bem
“ de Portugal depende do Imperador, e que só
“ uma conducta socegada pode buscar a fortuna
“ do nosso paiz, o que praza a Deos succeda: se
“ não que desgraças se não poderaõ seguir para
“ os Portuguezes! não dos que aqui estão, que
“ sempre seraõ felizes. Nós somos os mais dis-
“ tinguidos e mais bem tratados por S. M. e por
“ todos, o que hé facil de julgar.”

Depois disto continúa tambem a sentença:—
De cujas expressoens resulta a mais decisiva idea de adhesaõ que o réo tem as perversas maximas do

Imperador dos Francezes, inimigo do nosso paiz, que se tem proposto a destruir a nossa independencia, e governo de nosso legitimo Soberano, reduzindo-nos á mais affrontoza escravidão. Eis aqui a conclusão que se tira da carta do Marquez; “que elle está ligado aos interesses do Imperador, dezejando que estes se não malogrem, no que respeita a conquista de Portugal: pois não pode ser outro o pensamento que a sentença quiz inculcar nas palavras finaes de *adhesão*, &c. Mas valha-nos Deos com taes logicos! Que escreveu o Marquez? Expressiu a sua opinião sobre a possibilidade de Portugal resistir aos Francezes, julgando que havia de succumbir á forças incomparavelmente maiores, e que succumbindo choveria desgrças sobre o dito paiz, das quaes elle se compadece, e dezejava livres os seus concidadãos. A cazo mostra isto que elle se alegrava, e dezejava os triumphos e conquistas do Imperador? De nenhuma sorte: o que isto manifesta unicamente hé que o Marquez entendia inevitavel o triunfo do Imperador: podia ser que fosse um erro esta sua opinião; mas por elle estar neste erro conhece-se, que se alegrava com aquelles successos, e que se interessava nelles? Pois tudo o que nos entendemos que há de succeder gostamos que succeda? Não há peor logica!

“Durum; sed levius fit patientia,

“Quidquid corrigere est nefas.”

HORAT. L. 1, Od. 24.

Eis aqui o espirito da carta do Marquez. E por ventura quando Horacio escrevia isto tinha adhesão á morte de Quintilio? Interessava-se neste acontecimento, alegrava-se com elle? Mas nós temos um argumento ainda mais poderoso. S. A. R. em o seu Decreto de 26 de Novembro de 1807 expressiu um pensamento igual a este

do Marquez. Ordena aos Portuguezes, *que se accomodem, que acolhaõ bem os Francezes; pois que para lhes resistir seria baldada toda a defeza a qual não produziria senão desgraças para o Reino.* E porque S. A. diz isto, havia alguém julgar, que o mesmo Senhor tinha adherido ás maximas do Imperador? Que gostava de não haver força para lhe resistir? S. A. R. que se ausentou para fugir d'elle? S. A. R. que declarava que elle dirigia as suas armas principalmente contra a sua Real Pessoa? Ninguém tal entenderá sem ter perdido o uzo da razão. S. A. R. exprimiu o que entendia, e não o que desejava; e não se pode concluir das operaçoens do seo entendimento para os actõs da sua vontade. Pois o mesmo se deve dizer da carta do Marquez; sendo consequentemente um testemunho que se lhe levantou, deduzindo destas expressoens que elle tem adhesão as perversas maximas do Imperador.

Escreve Montesquieu (de l'Esprit des Loix, l. 12, c. 11):—"Um certo Marsias sonhou que cortava o pescoço a Dionisio; e este fê-lo matar, dizendo, que não o sonharia de noite se o não tivesse pensado de dia. Isto era uma grande tirania, porque ainda quando mesmo elle o tivesse pensado, não o tinha intentado. As leis castigão somente as acçoens externas." Até aqui Montesquieu; e quem não estará por esta doutrina, a não ser um novo Dionisio, ou um sequaz de suas maximas? Assim, ainda quando as expressoens do Marquez mostrassem seos desejos, como não mostravaõ: desejos não são acçoens externas que se façaõ objectos de leis criminaes. Hé porem sobre tudo evidente que esta carta não prova que o Marquez fosse em tempo de guerra para o inimigo do Rei para fazer guerra aos lugares do seo reino, que hé o crime em que o julgaram incurso.

Passemos a fallar da carta do Conde de S. Miguel. Esta contém sómente uma supplica ao General Pamplona de o trazer comsigo para Hespanha.—“ De cujas expressoens e desejos de se associar ao sobredito general Pamplona, um dos mais escandalozos e infames traidores á patria, como se acha julgado, se collige o animo e vontade de empregar-se este réo no serviço dos inimigos da nossa patria.” Esta hé o concluzão que tira a sentença. Que logica! A carta hé de 8 de Março de 1810, tempo em que nem o General estava ainda julgado traidor á patria, nem tinha commettido os factos porque assim o julgaram, nem tinha entrado em Portugal, nem tinha sahido de França. Mas porque o Conde se queria associar com elle a fim de vir para a Hespanha, fazia-se participante dos seos crimes posteriormente commettidos, e n’outro reino! O conde nem ao menos diz, que dezeja vir com o Pamplona para Portugal! Mas assim mesmo dezejando acompanhá-lo para Hespanha se conclue daqui que dezejava associar-se com um traidor em Portugal!

E perguntamos agora, olhando esta materia por outra face, pelo que está escripto nesta sentença:—Naõ era este réo obrigado a procurar toda a possibilidade de buscar a sua patria e a defeza della? E quem está em Besançon, para procurar esta possibilidade, naõ há de diligenciar vir para Hespanha? O facto do Marquez de Valença e de Ponte de Lima acaba de provar que os Portuguezes, detidos em França, podem vir para a Hespanha, a fim de fazerem o que elles fizeram; a fim de satisfazerem essa obrigação em que a sentença os constitue. E se a acção do Conde em diligenciar vir para a Hespanha podia ser igualmente para um dos dois fins, a saber,—1º. para buscar a possibilidade de se recolher a sua patria e defeza della; 2º. para se associar nos factos

criminosos com o julgado traidor; por que logica sem ser a de Nero, se há de concluir daquella acção que o fim do Conde era o máo e não o bom? Esta não hé certamente a logica de S. A. R. que protesta *ter seguido sempre a regra de um Imperador Romano, que antes queria que se absolvessem muitos réos do que se condemnasse um innocente.* (Carta Regia de 2 de Janeiro de 1809). Esta não hé certamente a logica dos seos Ministros e Conselheiros de Estado, que aprenderam pelos bons livros—“que no cazo de duvida se deve seguir sempre a interpretação mais benigna, e aquella que exclue o crime, e isto tanto mais quanto elle hé mais grave.” (L. 155, § 2; l. 192, § 1; t. de Reg. I.—L. 10, § 1, t. de rebus dubiis.) Mas para o Conde felizmente basta que S. A. R. e que os seos Ministros e Conselheiros de Estado tenham estas boas regras de Hermeneutica Juridica, ainda que as desconheçam os que julgam em Lisboa.

E finalmente, seja entendida esta carta como quizerem, ella nunca provará que o Conde, em tempo de guerra, foi para os inimigos do Rei para fazer guerra aos lugares do seo reino, que hé o crime em que o julgaõ incurso.

Discorrâmos agora sobre a segunda parte da menor deste syllogismo juridico, que se acha na sentença, a qual consiste em dizer que estes dois reos forão vistos em Hespanha, e no Quartel General do Marechal Massena em Torresnovas, quando veio o reforço do General Drouet. Concedâmos que tudo isto está muito bem provado. Ninguém teve nunca um adversario tão docil! Nós concedemos os factos allegados contra os dois reos; não nos metemos a disputar sobre o reputarem-se suas as duas cartas de que temos fallado, apezar de somente se dizer que são dos reos pela comparação de um G., de um R., de

um S. &c. Pode haver mais docilidade do que não contestar que as cartas são delles, não obstante dar-se isso por provado por comparação de letras, prova tão futil e tão fallaz, como considera Cocceio Jur. Civ. Controv. ad tit. de probat. Quæst. 9? Não contestamos que elles estivessem em Torresnovas, que viessem com o General Drouet. Que mais podem desejar os inimigos do Marquez e do Conde? A nossa logica hé a unica arma com que os defendemos. Sim entraram em Portugal com o General Drouet, estiverão em Torresnovas no Quartel General do Marechal Massena; mas não se provando mais do que isto, pode dizer-se que fizeram a guerra aos lugares do reino, ou que vierão para a fazer? De nenhuma sorte. Podião vir para satisfazer a segunda obrigação que a sentença lhes impoem, de buscar a possibilidade de se recolherem á patria, e a defeza della. Podião vir julgando já acabada a guerra: e se viessem em qualquer destas duas hypotheses, vinhaõ a cazo para fazer a guerra aos lugares do reino? Certamente não. E se essa acção de vir, e de estar podia ter fins não criminozos, como se há de entender que estes reos tinhaõ outros que eraõ criminozos? Se se entendeu assim em Lisboa, não se há de entender o mesmo no Rio de Janeiro, porque lhe haõ de valer as regras de Hermeneutica de S. A. R. e dos seos Ministros e Conselheiros de Estado que acima referimos.

E quando foi esta vinda, e esta residencia em Torresnovas? O General Drouet entrou em Portugal por Janeiro, segundo consta do officio de Lord Wellington datado de 12 do dito mez, que vem na Gazeta de Lisboa de 15; e desde esse tempo em diante que fizeram os Francezes em Portugal? Uma vergonhoza fugida para fora do reino, como se prova de todas as Gazetas do Go-

verno de Lisboa ; e nestes termos o que estes reos fizeraõ em Portugal foi tambem fugirem vergonhosamente dos lugares deste reino ; e nada há mais contrario do que isto ao facto de fazer a guerra aos mesmos lugares.

A sentença falla tambem em uma Ordem do dia, aos 31 de Agosto de 1810, assignada no Forte da Conceição, em que se declara que os reos vinhaõ como pertencentes ao Estado-maior do Exercito contra Portugal : mas a mesma sentença diz que os dois reos estavaõ ainda entaõ em França, e que não consta dessem o seo consentimento para esta nomeação : logo deste documento nada pode vir de culpa aos reos.

Falta-nos somente reflectir sobre a declaração juridica de Faustino Ferreira da Silva, que certifica :—“ que os dois reos lhe participaram os
“ grandes desejos que tinhaõ de vir para Lisboa,
“ o que não effectuavaõ por temerem ser mal-
“ tratados, noticia que se espalhava pelos mes-
“ mos Francezes no seo exercito para atemorizarem os Portuguezes que nelle se achavaõ
“ para não fugirem para o nosso exercito.”

Aqui desejariamos nós toda a vehemencia de Demosthenes e de Cicero para expor energicamente o que na realidade meteu este susto aos nossos Portuguezes vindos no exercito de França. Não foraõ, não os Francezes que os atemorizaram ; foi o Decreto de 20 de Março de 1809, impresso na Gazeta de Lisboa, em que se declaram Reos de alta traição todos os Portuguezes que vierem unidos aos exercitos Francezes, auctorizando a cada um do povo para os matar ! Nós pedimos ao universo que leia este Decreto, assim como o Avizo de 5 de Setembro de 1810, impresso na Gazeta de Lisboa do dia 6, em que se suscita a mesma idea, e se manda observar o referido Decreto. E entaõ pedimos ao mesmo

Universo que julgue, se os Portuguezes que chegavaõ a Torresnovas em Janeiro seguinte, vindos com tropas Francezas, tinhaõ ou não razaõ para se atemorisarem de ser maltratados em Lisboa quando podessem retirar-se para ella ! Em quanto se retiravaõ os Francezes não estavaõ todos os Portuguezes auctorisados para os matar ? Não se viaõ elles já mandados procurar como reos de Lesa Magestade nessas Portarias de 14 de Setembro e de 6 de Novembro de 1810, porque principia o Relatorio da Sentença ? E entãõ eraõ os Francezes os que metiaõ medo aos reos para não virem para Lisboa ? Sejã juiz o Universo, e elle dirã quem estava impedindo a deserçaõ destes Militares Portuguezes.

A sentença continã dizendo :—“ Que esta
“ declaraçaõ, inteiramente opposta às expres-
“ soens e factos que foraõ relatados, em nada
“ os favorece ; porque mostra que elles tinhaõ
“ possibilidade de se retirarem do inimigo, e
“ que preferiram seguir o inimigo ao ligeiro in-
“ commodo de se justificarem per ante a patria.”
Que logica ! Primeiramente, aonde está a oppo-
siçaõ desta declaraçaõ com as expressoens e
factos que ficaõ relatados ? Não concorda ella,
muito pelo contrario, com os disvellos empre-
gados pelo Conde de S. Miguel a fim de se avi-
sinhar á Portugal ? Não concorda com o annuncio
que o Marquez de Loulé dá a sua mãi de lhe
beijar brevemente a mãõ ? Que queriaõ os Juizes ?
Que nessas cartas escriptas de França dicessem
estes militares que o seo animo era fugir para
Lisboa ? Queriaõ propallassem na França senti-
mentos que divulgados impediaõ necessariamente
o serem realisados ? E de mais, supponhamos
que se encontrava esta declaraçaõ com as expres-
soens e factos que ficaõ relatados ; porque des-
graça se há de dar credito, na duvida, ao que

hê contra os reos, e não ao que hé a seo favor. Felizmente para os reos, as regras de Hermeneutica de S. A. R., e dos seus Ministros e Conselheiros de Estado são contrarias a estas dos juizes em Lisboa, como já temos referido.

Em segundo lugar, como se conclue desta declaração que os reos tivessem possibilidade de se retirarem do inimigo? Pois ter dezejos grandes de vir para Lisboa, e ter medo de ser ali maltratado mostra que havia possibilidade de fazer essa retirada? Aonde mostra isto aquella declaração? A que pessoas? E em que parte do mundo? E que diremos ao que se segue?—*Preferindo seguir o inimigo ao ligeiro incomodo de se justificarem per ante a patria.* Os reos tinham primeiramente de vencer as difficuldades que oppunha á sua retirada o exercito inimigo entre o qual estavaõ; tinhaõ em segundo lugar de se salvar das maons de todos os Portuguezes auctorizados e convidados pelo seo proprio governo para os matar; tinhaõ para estorva-los a consideração de que podiaõ ser surprehendidos ao tempo de se retirarem, imputando-lhes seus mesmos nacionaes que elles vinhaõ não para fugir mas para espiar; viaõ finalmente contra si um Decreto que os declarava reos de alta traição so por se terem unido aos inimigos, e elles não podiaõ negar este facto. E eraõ estes os *ligeiros incomodos*, que os reos podiaõ vencer *facilmente*? Em Lisboa levantavaõ-se muralhas sobre muralhas de bronze para impedir que os reos se restituíssem á patria; armavaõ-se para os estorvar os braços de todos os Portuguezes, convidados e auctorizados para os assassinar; estabeleciaõ-se tribunaes de justiça para os processar como reos de alta traição; e assim mesmo affirmaõ os juizes que era facil aos reos satisfazer aquelles seus

dezejos, se elles fossem sinceros ! Aqui parece que a Sentença escarnece dos Réos !

Esta ultima clauzula nos faz cahir já a penna da mão, e até nos faz arrepender de havermos consumido tanto tempo em reflectir sobre semelhante sentença. Depois de se conhecer esta final circumstancia hé offender S. A. R. e a Corte do Brazil apresensar-lhe reflexoens para que se revogue uma sentença que leva semelhante sello.

HISTORIA DE AGATHON,

Escripta por M. Weilland.

(Continuada da pagina 179 do No. antecedente.)

CAPITULO II.—*Assim raciocinaõ todos os homens do mundo, que so fazem consistir a felicidade nos prazeres dos sentidos.*

Hippias, que deixámos já pronto a fallar no Capitulo passado, principiou assim seo sermaõ philosophico, não tendo por ouvinte senão Agathon, a quem pertendia converter.

“ Quando nós, meo querido Callias, examinâmos atentamente as acçoens dos homens; logo vemos que todos seos cuidados e trabalhos se dirigem a procurar a felicidade. Todavia, sendo tão poucosos felizes, bem hé de crer que elles não sabem qual hé o caminho que conduz a essa felicidade ; isto hé, que não sabem aproveitar-se das circumstancias em que estão para serem felizes. A maior parte dos homens não possue uma so das qualidades que se requerem para obter a felicidade ; porque se não tivermos uma certa delicadeza de sentimento, que purificando nossos gostos, nos faça gozar melhor do que

ordinariamente goza o vulgo, e se não tivermos uma certa força d'alma para sacudir com resolução o jugo dos prejuizos, e os prestigios da imaginação, não poderemos ser senhores de nossas paixões, e por conseguinte será impossível que cheguemos á esse imperturbavel estado de satisfação e de gozo, estado que so constitue a verdadeira felicidade. O homem verdadeiramente feliz hé aquelle que sabe libertar-se dos males que so existem em sua imaginação; que sabe evitar ou diminuir aquelles a que a natureza sugêita todos os viventes; que pode, para assim me exprimir, adormecer o sentimento da dor que esses males produzem; e que, servindo-se de todas as faculdades que possui, goza de tudo, o mais agradavelmente que pode. O homem que assim hé ditozo; hé o verdadeiro sabio.

“ Para ser um destes sabios, não precisas mais, meo querido Callias, do que colocar a verdade no lugar em que está esse delirio encantador que te anima. Persuade-te pois por um momento que deves procurar a felicidade: consulta a natureza, ouve a sua resposta, e segue o caminho que ella te apontar.

“ E aquem, a não ser a natureza, poderemos consultar para sabermos o que devemos fazer para ser felizes? Os deozes? Mas elles ou são a natureza, ou os seos auctores. E em um ou outro cazo não hé então a voz da natureza a propria voz da divindade? Mestra de todos os entes, desde o elephante até o insecto, a natureza ensina a todos o que lhes faz bem ou lhes faz mal. E para ser ditozo tanto quanto esta disposição lhe permite, não precisa de mais o animal do que seguir a voz da natureza, que se explica por mil modos diversos, e o ensina a aproveitar-se dos dons que recebeu quer seja para conservar

sua existencia, e perpetuar sua especie, quer para o livrar dos perigos que constantemente o ameaçaõ. E será possível que o homem seja o unico animal privado destas vantagens naturaes? ou que só elle se engane quando segue a voz que falla a todos os entes? Melhor diremos que seo descuido, e pouca docilidade em seguir os Conselhos desta mãi commum são as cauzas verdadeiras, e unicas que fazem que entre milhares de animaes o homem seja somente infeliz.

“ As leis, que a felicidade prescreve aos homens, são mui simples e faceis de praticar : vão a seo fim por um caminho muito direito e plano. A arte de ser feliz seria a mais commum bem como a mais facil de todas as artes se os homens não estivessem habituados a crer que so por grandes meios se podem obter grandes fins. Não podem sim persuadir-se que as sabias liçoens da natureza se reduzaõ a tres maximas mui simples :—*Satisfaz tuas necessidades ;—contenta teos sentidos ;—e evita, quanto poderes, toda a sensação desagradavel e dolorosa.* Todavia, se estudares bem o mundo, e fizeres sobre elle exactas observaçoens, verás que a felicidade mais perfeita, que podem ter os homens, toda se incluye nas tres maximas que ficaõ apontadas.

“ Os philosophos fallaõ muito dos prazeres do espirito, das fruçoens do coração, e da virtude ; mas todos estes prazeres nascem originariamente dos sentidos, que os transmittem á imaginação : sem sua primeira origem nunca poderiaõ existir.

“ Examina pois todas essas ideas agradaveis, e as que mais espirituas te parecem ; por fim de contas acharás que todos os prazeres, que ellas te daõ, nascem das imagens sensuaes que as acompanhaõ. De balde procurarás tu fazer idea dos deozes, se os não representas debaixo de qualquer figura, e de um grande apparatus de

magestade, que possa influir em teos sentidos. Se te recordares do Jupiter de Homero ou de Phidias, e de Hercules ou Theseo, tua imaginação os há de pintar sempre radiozos com uma magestade celeste, e com uma belleza mais que humana, espargindo em torno de si um oceano de delicias : nada mais do que isto poderás tu fazer ; e neste cazo quando te julgares no Olympo serás mais terreno do que nunca.

“ Os prazeres do coração são os mais sensuaes de todos os prazeres : levados a um certo gráo espalhão um voluptuoso calor por todo o nosso ser, animão a circulação do sangue, estimulaõ a sensibilidade das fibras, e poem todo o ser humano em um estado delizioso, que muito mais facilmente se communica a alma, porque esta lhes facilita suas funcçoens. A admiração, o amor, os desejos, o temor, a esperanza, a compaixão, e em fim qualquer affeição terna produz um effeito mais ou menos poderoso, e mais ou menos agradavel, até chegar a esse genero de consumado prazer, que nossos pais divinisaram, dando-lhe a figura de Venus, mãe de todos os prazeres.

“ Confessemos pois, Callias, que todos os prazeres, que nos dá a natureza, são sensuaes ; e que a imaginação ainda a mais exaltada e mais viva não nos dá alguns mais perfeitos do que esses de que nós gozâmos, quer seja bebendo em boa companhia de amigos uma taça de vinho delizioso, quer passando horas agradaveis com uma mulher que amâmos.

“ Mas podem-nos dizer : se hé verdade que os prazeres dos sentidos são os unicos que nos permite a natureza, quanto deve ser facil gozar da felicidade, particularmente quando a natureza se contenta com tão pouco ?

“ Certo, a natureza selvagem se contenta com

bem pouco, porque a ignorancia hé a riqueza do selvagem: um exercicio diario, que dá a seos membros força e agilidade, uma comida grosseira, e quanto basta para matar a fome, uma mulher bonita ou feia, a sombra de uma arvore para dormir debaixo della, e uma gruta para o abrigar de qualquer tempestade passageira, hé tudo quanto exige o homem selvagem, podendo assim viver seculos sem imaginar que existão couzas melhores do que essas. Seos prazeres não valem mais do que os dos outros animaes; e se hé feliz, não hé comparando-se com o homem civilisado, a quem o genio, o gosto, e as bellas artes tem estendido a esphera dos conhecimentos, e dado uma immensidade de prazeres, de que a natureza selvagem nunca pode ter idea.

“ Certos poetas sonharam que houvera uma idade de oiro, uma Arcadia, uma vida pastoral, vida de delicias, e o termo medio entre a barbaridade e a civilisação. Enfeitaram por tanto o seo sistema com tudo o que suas imaginaçoens poderam conceber, e lhe deram o nome de bella natureza: mas, alem de que tal bella e simples natureza nunca existiram, quem não vê que essa idade de oiro dos poetas, comparada com a de um povo rico, e participante de todos os beneficios das artes, da industria, e prazeres que dellas se derivaõ, convem hoje tão pouco ao nosso seculo como conviria a vida barbara dos povos da Sogdiana e Bactriana? Se com effeito hé muito mais agradavel viver em uma cabana commodada do que no interior de um rochedo, muito melhor sera ainda viver em uma espaçosa caza, bem organisada, bem aceada, e bem recheada de todos os confortos e delicias da vida. Se Philis, por exemplo, só ataviada de flores deve agradarnos mais do que uma mulher hidionda e selvagem, não será tambem ainda mui natural que

nossos actuaes mulheres, bellas e elegantemente vestidas, nos agradem mais do que Philis?

CAPITULO III. — *Profissão de fé do philosopho Hippias.*

“ Até aqui temos interrogado a natureza para sabermos em que consistia a felicidade, e sua resposta foi: — *Em uma vida sem cuidados e sem penas: na fruição agradável e variada de nossas naturaes precisoens, e de todos os prazeres que podem lisongear nossos sentidos.* Eis aqui quanto o homem pode racionalmente dezejar: se outra felicidade maior ainda existe, ella não hé compativel com a nossa natureza, pois que até não somos capazes de fazer idea della.

“ Fallaõ-nos, hé verdade, de outra felicidade, recompensa da alma depois da destruição do corpo. — As almas, dizem os fanaticos, eraõ em outro tempo as amigas, e companheiras dos deozes; e immortaes como elles acompanhavaõ o carro alado de Jupiter, e gozavaõ da contemplação das bellezas infinitas que enchem o espaço immenso dos mundos. Sobreveio porem uma guerra entre os habitantes do mundo invisivel, e nesta guerra seguiram ellas o destino dos vencidos. Precipitadas do céu sobre a terra, foraõ encerradas em corpos semelhantes aos dos commun animaes, e por consequencia ficaram condemnadas a um estado continuo de miserias e dor, como expiação de seos crimes. A tormentadas com desejos sem fim, e por uma sêde insaciavel da felicidade que não podem achar sobre a terra, hé impossivel que sejaõ perfeitamente felizes sem voltar a seo estado original, e antes de se eleva-

rem ao graão de altura que occupão os espiritos e as intelligencias. Assim não podem ellas achar felicidade nesta vida se não por meio da total abnegação de si mesmas, do silencio absoluto das paixões, e da privação de todos os prazeres sensuaes: só por esta separação da parte animal serão ellas dignas de gozar eternamente da contemplação das couzas divinas; felicidade indisivel, de que os seres carnaes não podem fazer alguma idea.

“ Assim raciocinaõ os fanaticos; e hé natural que hajaõ homens de grande enthusiasmo, que possaõ acreditar em taes contos. Por exemplo, a gente moça, dotada de profunda sensibilidade, e de uma viva imaginação, que ainda mais viva se torna com a vida solitaria, e privação de certos objectos e de certos prazeres, muitas vezes se apaixona por estas sublimes quimeras: mas ellas não servem se não para distrahir seos dezejõs, empregando-os em prazeres facticios, em vez de prazeres reaes. Todavia, todos estes sonhos, filhos da imaginação dos homens das primeiras idades do mundo, bem que mui vivos por isso que se alimentão de imagens obscuras e incertas, podem com effeito ter alguma realidade? Se esta pergunta se fizer no tribunal da razão, de certo não há de ter uma resposta favoravel ao sistema de taes visionarios.

“ Quem hé que tem produzido as nymphas, os Faunos, as Nayades, os Tritõs, as Fúrias, as sombras, e os fantasmas? A ignorancia, e a superstição das primeiras idades. A pròporção que o mundo se esclarece perdem os espiritos toda a sua valia. Alem disto, sobre que se funda toda essa theoria sublime de que estamos fallando? Tem já alguem visto uma só dessas divindades, ou desses espiritos que se suppoem existir? Ou lembra-se algum homem de haver já vivido sem

corpo na immensa extensaõ do ar, de ter seguido o carro de Jupiter, e haver bebido nectar na meza dos deozes? Para conhecer e definir a realidade dos objectos que povoão o imperio dos espiritos seria preciso ter um sexto sentido, por que os cinco que temos não nos bastão para isso. Se o surdo e cego de nascença não podem formar ideas de sons ou de cores, por que nunca os ouviram ou as viram, como poderemos nós formar tambem ideas das substancias ethereas, superiores a nossos sentidos, e das quaes não podemos achar semelhança ou modello em a natureza? Que hé, por exemplo, esse cheiro de ambrosia que Homero atribue aos deozes? Nada mais do que um fantasma de nossa imaginaçãõ, que espiritualiza as couzas terrestres, e lhes dá depois o nome de couzas espirituaes. Se aos defensores dos mundos celestes se tirar toda a comparaçãõ terrestre e sensual, por meio da qual representaõ os espiritos e os deozes, immediatamente acabarãõ todas as suas ideas do que se chama intellectual e celeste.

“ Para nos fazer suspeita toda esta brilhante theoria basta reflectir no methodo que se nos prescreve para conseguir-mos essa felicidade misterioza, que se pertende antepor a felicidade real, de que só gozamos por meio da natureza e dos sentidos. Dizem-nos que nos devemos privar dos bens visiveis e conhecidos para ganhar bens invisiveis e desconhecidos, e para esse fim eis aqui o preceito:—*Separa-te de teos sentidos, e ouvirás entãõ couzas de que o homem sensual não pode ter idea.* Mas se seguir-mos o preceito á risca, que linha de differença se poderá traçar entre o homem de juizo e o louco?

“ Parece, por conseguinte, que todos esses genios celestes, qualquer nome que tenhaõ, todos esses mundos intellectuaes que elles habitaõ, e

toda essa felicidade que devemos gozar um dia com elles, tem tanta verosimilhança como as nymphas, as amores, as graças dos poetas, os jardins das Hesperides, e as ilhas encantadas de Circe e Calypso, cujas engenhosas ficções nos agradaõ, sem que por isso as tenhamos por verdadeiras.

“ A religião de nossos pais ordena-nos que acreditemos em Jupiter e Venus; estou por isso; mas como faremos alguma idea dessas duas divindades? Todos concordão que hé impossivel representa-las debaixo de formas mais perfectas do que as que lhes deram Phidias e Praxiteles: com tudo o Jupiter de Phidias não tem outras feições se não as de um heroe, e a Venus de Praxiteles não hé mais do que uma formosa mulher; e ninguem na Grecia pode formar por ellas a idea de um deos ou de uma deoza. Prometem-nos, alem disso, depois da morte, uma vida immortal; mas todas as ideas que nos fazemos desses prazeres espirituaes e futuros, nascem dos prazeres sensuaes e terrestres de que nós gozamos neste mundo.

“ Eu não pertendo negar a existencia dos deozes, ou pelo menos a de entes mais perfectos do que nós, mas digo somente que não podemos fazer idea delles justa e adequada, e que nada sabemos relativo a sua natureza. E neste cazo se nada delles sabemos, são logo para nós como se não existissem.

“ Assim em que loucura cahimos de fundar a felicidade em quimeras, e em não fazer cazo de uma felicidade real para nos entreter-mos com esperanças incertas, abstendo-nos de prazeres que agora podemos gozar, só na esperanza de outros que se nos prometem depois de já não existirmos? O que sabemos de certo hé que hoje vivemos, e que a manham morreremos: o que será depois

da morte pertence a classe das conjecturas; porque entre a vida presente e a futura não pode achar-se meio termo de comparação. Fundemos pois toda a nossa sabedoria em fundar a felicidade sobre bases conhecidas, e em procurar os meios mais curtos para a conseguir.*

(Continuar-se-há em o No. seguinte).

A GUERRA DA PENINSULA,

Debaixo do seo verdadeiro ponto de Vista,—ou Carta ao Snr. Abbade F . . . a cerca da Historia da ultima guerra, publicada recentemente em Florença.

(Continuada da pag. 173 do No. antecedente.)

NOTA XII. — *Novos exercitos da Regencia de Cadiz, e tropas Hespanholas que se reuniram ao exercito Anglo-Luso, em 1813.*

As pessoas que tiveram maior influencia nos varios governos populares de Hespanha parecem ter mui bem estudado os methodos Francezes revolucionarios: hé prova disto o seo constante modo de numerar os exercitos que formavaõ. Conservaram-se sempre, mesmo depois da sua derrota geral, ou depois da batalha de Ocanha, os numeros de 1º, 2º, 3º, 4º, até 7º, e 8º exercito: o numero sobreviveu a realidade. Todavia, depois da batalha de Salamanca, dada em 23 de Julho de 1812, ficou por alguns mezes livre uma

* Não se assustem os leitores timoratos com a profissão de fé assas sensual do nosso philosopho: brevemente acharáõ o contraste na philosophia consoladora de Agathon.

grande parte de Hespanha; levantou-se obloqueio de Cadiz pelo General Soult, que foi, como já se dice, juntar-se aos outros exercitos Francezes, e a Regencia aproveitou-se com todo o zello daquelle momento de liberdade para formar novos exercitos. E posto que as forças Francezas reunidas constrangessem Lord Wellington a levantar o cerco de Burgos, abandonar Madrid e toda a Hespanha, e a retirar-se para Portugal, a vastidão do territorio Hespanhol permitia ainda a estes novos exercitos o manterem-se, mudando de posiçoens, e não se comprometendo mais com os Francezes.

Entre tanto aconteceu a catastrophe dos Francezes na Russia. Napoleão foi obrigado então a chamar muitas tropas e muitos officiaes do seo exercito de Hespanha para formar o novo e formidavel que subito appareceu nas margens do Elbo; e Lord Wellington poudé neste cazo formar o plano da famosa campanha do anno seguinte de 1813. Elle foi em pessoa a Cadiz para entender-se com aquelle governo, e fixar o numero das tropas Hespanholas, que poderiam reunir-se ao exercito debaixo de seo commando, pois que havia sido nomeado pela primeira vez, e depois so da batalha de Salamanca, *Generalissimo das tropas Hespanholas*.

Desgraçamente, em nenhuma das Collecçoens de Documentos officiaes que existem na Italia se achou a lista e o numero dos novos exercitos formados pela Regencia de Cadiz em 1812 e 1813. A dar-se credito as noticias publicadas em Santiago de Galiza em 4 de Maio de 1813, o total das tropas ali annuciado não fazia menos de 50,000 homens. O secretario de guerra Hespanhol na sessão das Cortes de 4 de Março de 1813, dice—que o exercito Hespanhol consistia em 155,600 homens de infantaria; 21,700

de cavallaria, parte desmontada ; 3,242 de artilharia de pé ; 1,212 de artilharia montada ; 2,392

Ainda que a grandeza desta avaliação nos faça lembrar *l'apperçu officiel*, que uma Potencia do Continente deo das forças que teria o seo exercito na proxima campanha, assegurando que seria de 166,665 homens, não querendo que se duvidasse de uma só unidade, a pezar de que, quando o dito exercito teve de começar suas operaçoens militares, se achou que não passava de 30,000 homens ; não se deve aqui todavia fazer objecção ao numero, pois que levantar recrutas não seria a maior difficuldade entre uma nação toda posta em desordem, como então estava a Hespanhola : cumprirá porem sempre reduzi-lo ao numero que Lord Wellington julgou efficaç para obrar debaixo do seo commando. Na Carta escripta de *Huarte* a 2 de Julho de 1813 ao ministro da guerra Hespanhol, a respeito da dimissão do General *Castanhos*, dice Lord Wellington : —“ Que o estado do 4º exercito antes da abertura da Campanha era tal por falta de meios e de disciplina, que não quiz que se lhe juntassem senão as duas divizoens do exercito da Galliza, commandadas pelo General *Giron*.” A divisaõ do General *Morillo* se uniu ao exercito *Anglo-Luso* quando este se moveu das fronteiras de Portugal. O exercito, dito de reserva, da Andaluzia, ou o Corpo do Conde de *Abisbal* (Gen. *O'Donell*) se lhe reuniu depois da batalha de *Victoria*, ficando a traz, e sendo empregado na reduccão do Castello de *Pancorvo*. Longa, *Juliaõ Sanches*, e *Mina* eraõ chefes de Guerrilhas ; e estas em ponto de utilidade não eraõ menos efficaçes que todas as tropas Hespanholas ; mas ainda que não possamos achar uma conta effectiva do numero disponivel daquellas tropas, vemos

com prazer que ellas foraõ empregadas com vantagem da cauza geral. A divizaõ do Gen. Morillo mereceu, mais de uma vez, os elogios de Lord Wellington, assim como as do Gen. Giron, e de Longa; prova certa, que se os prejuizos Hespanhoes se não houvessem opposto desde o principio da guerra, a disciplina se teria estabelecido, e a Hespanha teria hoje um bom exercito. Unidos, e sustentados pelas tropas Inglezas e Portuguezas, os soldados Hespanhoes se comportaram não só muito melhor nesta ultima Campanha do que nas outras, mas mereceram elogios particulares, como acconteceu na passagem do Bidassoa que fizeram os Francezes em 30 de Agosto para socorrer a praça de S. Sebastiaõ. Lord Wellington diz no seo despacho de 2 de Setembro, 1813,— “que elle tinha collocado uma divisaõ Ingleza em cada um dos flancos dos Hespanhoes, mas que estes bastaram para repelir o inimigo, e não foi preciso que os Inglezes avançassem. Uma tal differença no comportamento das tropas não deve maravilhar-nos, porque isso mesmo se tem observado em algumas de outras naçoens, que não tem, como Hespanha, tanto direito á reputação de bellicozas.

A desgraca pois da Peninsula, ou da Hespanha em particular, foi que todos os Chefes das tropas Hespanholas se persuadiram perfeita e constantemente da sua capacidade militar; ou entaõ julgaram melhorar a disposiçaõ dos soldados, dando-lhes a entender aquillo que assim não era. Sirva para prova, entre outras, a Proclamaçaõ do Gen. Giron, datada de Elisondo aos 29 de Novembro de 1813.

“Soldados, vós acabais de terminar gloriosamente a sexta Campanha da nossa guerra nacional, fazendo parte do exercito alliado commandado em pessoa pelo illustre General em

Chefe dos exercitos Hespanhoes, o Duque de Ciudad Rodrigo. Vós vos tendes coroado de immortaes louros . . . cinco batalhas ganhadas, grande numero de acçoens, *tres praças da primeira ordem tomadas*, mais de 650 peças de artilharia, varias aguias e bandeiras tomadas, 90,000 homens mortos ou prisioneiros, cem legoas de terreno conquistadas, os Pyrineos passados, a guerra levada ao territorio inimigo, a soberba do exercito Francez destruida, e os seos mais famosos generaes constantemente derrotados, tem segurado para sempre a liberdade da Hespanha.”

O resto da Proclamação hé escripto no mesmo estillo. Em todas as composições Hespanholas, que sahiram ao publico, seja das Juntas provinciaes, seja da Junta Suprema, da Regencia, dos Generaes ou Gazetas, nota-se sempre um gosto excessivo pela eloquencia do genero grandiloco e figurado. O *Diario de Madrid* no dia em que o rei Joze evacuou aquella cidade á chegada do exercito Anglo-Luso, depois da batalha de Salamanca, diz :—

“Salve astro luminoso, centro da luz, pae da vida, creador do dia mais feliz que já mais viu a oppressa Capital de Hespanha. Salve fausto dia, dia ditozo, e benefico, em que rôtas as cadeas da tirania, respiraram os Matritenses a aura suave da Liberdade . . . Jazia Madrid preza em grilhoens pezados, que cahiram desfeitos em pó no dia 10 de Agosto de 1812, pelo impulso do immortal Wellington, e dos outros guerreiros Hespanhoes, &c. . . .”

O artificio oratorio deste e outros pedaços de eloquencia excede toda a admiração. O povo, ouvindo fallar de Lord Wellington como chefe dos exercitos Hespanhoes, tinha razão para crer que eraõ elles os que haviaõ feito todas aquellas maravilhas ; e a restricção mental era mui justa

depois que o Governo Hespanhol havia a final resolvido dar a Lord Wellington o commando supremo das tropas Hespanholas. Quem poderá louvar assas aquelle dizer que Madrid foi libertada pelo impulso do immortal Wellington, e de outros guerreiros Hespanhoes? Com effeito, alguns Hespanhoes, commandados por Dom Carlos de Hespanha, accompanharam, como já se dice, o exercito *Anglo-Luso* até Madrid.

NOTA XIII.—*Difficuldade de disciplinar as tropas Hespanholas.*

O objecto deste opusculo, como se tem dito varias vezes, não hé tirar a nenhuma das tres naçoens os louros que por direito lhe pertencem, mas sim de restituir a verdade no seu lugar, e com isso impedir para o futuro, que toda a nação collocada nas mesmas circumstancias, não commetta o erro de imitar o que não deve; e se julgue segura, adoptando meios fallaces.

Sem duvida, a insurreiçãõ do povo Hespanhol contra a oppressãõ, e em obsequio de seu legitimo Soberano (bem que prisioneiro), foi um bello e grande espetaculo, e uma severa liçãõ para tyrannos ambiciosos. Sem duvida a constante fidelidade da maior parte do povo á boa cauza foi um elemento necessario para o feliz successo, que tiverãõ as tres naçoens interessadas. O zelo, e actividade das Juntas provinciaes, da Junta suprema, da Regencia de Cadiz, particularmente manifestada na creaçãõ dos exercitos, ou na reorganisaçãõ daquelles que Napoleaõ, e seos Generaes constantemente derrotavaõ, merece amplo e duravel louvor; mas o representar o livramento da Hespanha como simples obra do indomavel espirito da insurreiçãõ nacional, dezenvolvido por meio das guerrilhas, e de exercitos tam

pouco disciplinados, que não podião sustentar o primeiro encontro dos Francezes, e cujos restos tornavaõ a reunir-se n'outro lugar, para terem a mesma sorte,—não so hé um insulto feito á verdade, mas hé uma descarada impostura, que poderia custar cara a outras naçoens, que lhe dessem credito.

Que a disciplina seja necessaria para dirigir o valor de uma nação, e que aquella, que aspirar a independencia, deva organizar um exercito, proporcionalmente igual aos melhoes da Europa, são as duas maximas recommendas neste opusculo e constituem a impressãõ, que se dezejaria ficasse mais viva no animo dos leitores.

Quaes forãõ pois as cauzas que impediraõ o Governo de aproveitar-se do enthusiasmo do povo, e de organizar exercitos capazes de com o tempo fazer frente aos Francezes, não hé facil de explicar. Buscaremos com tudo faze-lo do melhor modo possivel.

O termo organizar um exercito hé mui generico, fallando de um Governo, que precisa formar um de novo; pois que elle comprehende não só a instrucção do soldado e do official, mas todos os regulamentos necessarios para que um exercito entre em campanha. E tratando-se do governo, e do exercito Hespanhol, se verá que era necessario fazer esta advertencia preliminar.

Um official estrangeiro, que se achava no exercito do Gen. Arizaga antes da batalha de Ocannha, diz, que elle constava de 56,000 homens, soffriavelmente vestidos, armados e providos de tudo; e acrescenta: que, correndo a linha daquella tropa antes da acção, observou que a manobra dos batalhoens e esquadroens, e até as evoluçoens das divizoens se faziaõ com exactidaõ, de modo que a sua apparencia era a de um excellente exercito.

Sendo esta informação exacta, devemos crer que os officiaes daquelles corpos sabião a theoria da arte, tanto quanto se pode alcançar sem o exercicio da guerra; e tinha razão aquelle Grande de Hespanha que se indignou contra o individuo que lhe rogava interpozesse sua influencia com a Regencia de Cadiz para que ella permittisse que as tropas Hespanholas fossem disciplinadas por officiaes estrangeiros.—“ Como? replicou o tal Grande de Hespanha; julgáis vós que precisâmos de officiaes? Temo-los mais instruidos e melhores que os Inglezes, Francezes, Alemaens, &c. &c. O que nos falta hé dinheiro, e armas.”

Se a mesma apparencia tinhaõ os exercitos commandados pelos Generaes Cuesta, Castanos, Venegas, Blake, Belvedere, e Duque del Parque, &c., e que tiveram a mesma sorte, so o podem dizer as testemunhas oculares e imparciaes. Mas o exercito de Arizaga sendo formado dos restos daquelles exercitos, compostos dos mesmos officiaes, deve crer-se que estavaõ no mesmo estado de instrucção. Que os Hespanhoes precisassem d'armas, não hé para admirar depois da dispersão de tantos exercitos; porque era ridicula a jactancia daquelles que, ouvindo fallar de uma dessas derrotas, exultavaõ exclamando, que todos aquelles soldados dispersos se reuniaõ poucos dias depois; como se podessem reunir-se com todas as mesmas armas, peças de artilharia, cavallos, carros de muniçoens, &c. Mas no principio da guerra esta falta não podia ser sensivel como se vê do Mapa apresentado ao Parlamento Inglez, no qual se descreve o grande numero d'armas, e muniçoens fornecidas á Hespanha nos annos de 1808, e 1809. No fim desta nota daremos uma copia delle.

No momento da insurreiçãõ geral os Hespanhoes recuperaram seos arsenaes, que ainda não

estavaõ espoliados, e suas fabricas d'armas. Hé verdade que muitas vezes as espingardas lhes eraõ mal distribuidas, mas o mesmo informante assevera que as tropas, que se acharam em Ocanha, tinhaõ armas assas boas, posto que podessem estar em melhor estado. Pode-se pois dizer, que ainda depois de tantas perdas, estes 56,000 homens tinhaõ em Ocanha meios de combater, e com tudo não o fizeraõ. E como conciliaremos entaõ toda esta massa de contradicçoens. Não será para admirar que alguém, recordando-se dos exercitos commandados pelo Gen. Mack, e Murat, pertenda explicar o enigma com a ordinaria ligeireza, dizendo, que aos soldados Hespanhoes faltava a coragem. Se uma tal accusação se fizesse á nação inteira, seria já uma offensa só o emprehender-lhe a apologia; mas isso hé mui possível, porque muitas vezes se vê que *levas bisonhas* pelejaõ muito mal, e até que soldados veteranos, conduzidos a derrota por commandantes ineptos, se desgostaõ, se desalentaõ, ou se *desmoralisaõ*, como dizem os Francezes. Mas esta dupla explicação, bem que plausivel, não satisfaz no cazo de que se trata. Sempre resta dar a razão, porque os soldados de uma nação, famosa em todos os tempos por seo valor marcial, pelejaram agora taõ mal na primeira como na ultima batalha; assim como porque *levas bisonhas* nunca passaram a ser verdadeiras tropas depois de sete annos de guerra.

Haverá talvez entre os leitores deste Opusculo mais de um que reprove nossa tardança em não termos lançado logo a culpa de tudo a má escolha de officiaes; mas hé este exactamente o ponto a que pertendiamos trazer o leitor. Elle tem visto a cima que o maior defeito dos officiaes não procedia de ignorancia absoluta da profissão; nem era racional suppor que n'uma nação,

geralmente valorosa, so elles fossem inteiramente destituídos de coragem.

Admittida porem tal hypothese, não há duvida que os Officiaes fariam com que os soldados fossem como elles. Como porem aconteça que tal se torne o character apparente dos officiaes de um exercito, ou porque modo um exercito Europeo possa descer áquelle grau de corrupção ou degeneração hé presentemente o problema que só há para resolver.

Supponha-se pois o governo de uma nação, geralmente fallando, indolente por seculos; e supponha-se mais que as praticas da superstição e do fanatismo occuparam mais o entendimento dos que governavaõ, e de todas as classes superiores do que as da verdadeira religião, e os objectos da publica utilidade. Admittamos tambem que inopinadas riquezas suppriam annualmente a falta de actividade no governo e nos subditos; e admittamos ainda que o paiz por sua posição geographica não estava em contacto com naçoens guerreiras, ou que por effeito das revoluçoens frequentes nas monarquias Europeas, a politica dessa nação se tornou secundaria e subserviente a de outro governo mais astuto e mais poderoso. Em uma tal nação todas as molas da administração devem afrouxar-se, e mais particularmente aquella que mais precisa da constante attenção do governo: tal hé a repartição que prezide as occupaçoens militares, tanto mais diversas dos empregos pacificos, quanto mais civilisado hé o paiz; isto hé, quanto mais aptos estão os individuos para conhecer e gozar os commodos da vida, pois que á medida que a civilisação cresce, elles se tornaõ mais variados e mais necessarios.

O governo de uma monarquia, como acima se descreveu, deve muitas vezes converter-se, como

diz o Snr. de Pradt, em um governo de palacio, isto hé, um governo de *Cortezaons*, todos juntamente munidos de uma auctoridade transitoria, ou todos subordinados a um Valido (convem a saber, um *Valido* Cortezaõ, e não um homem grande como Richelieu ou Pombal, que fizeraõ uma especie de revolução no estado) sim um *Valido*, que nada cuida do bem do Estado, e não tem outros pensamentos senão como há de enriquecer-se, e alcançar todas as honras e toda a auctoridade sem a merecer. O exercito, ou para melhor dizer, sua administração será, debaixo da influencia de tal *Valido*, confiado a um *Cortezaõ*, e por este dividida entre outros *Cortezaons*, amigos, e parentes até as ultimas ramificações dependentes do mesmo. Não serão os Officiaes de merito commumente promovidos, antes as promoções se farão por favor ou por motivos ainda mais vis; a corrupção se estenderá a ponto, que para officiaes se tomarão muitas vezes pessoas da infima classe, e do peor comportamento. Os officiaes honrados não serão ouvidos, ou serão affastados; o desgosto entre elles será geral, e todo o homem de bem prestes se aperceberá que, para viver tranquillamente, precisa deixar hir as couzas como vão. A preguiça tomará a forma da insubordinação, algum zellozo fará queixas, mas o insubordinado e corrupto official achará muitos protectores, e não será punido. Elle procederá pois como dantes, e servirá de modello a todos os seos Camaradas.

Em tempo de paz esta tropa hé sempre assas boa para fazer a guarda do Paço, para fornecer de sentinellas e guardas as praças e estabelecimentos publicos, para a linhar-se ao longo das ruas aonde se faz alguma cerimonia civil ou religioza, para acompanhar uma procissão, &c. &c: mas hé só no momento em que um exercito

assim arruinado entra em Campanha que se descobrem seos defeitos.

Em quanto o inimigo não obra com vigor, a innação se attribue a muitas cauzas, e a corte á tudo dá credito. Começão as derrotas, e as perdas das provincias, grita-se contra a guerra, e aconselha-se a paz a todo o custo.

Naõ aconteceu assim com o governo revolucionario de Paris, posto que soffresse revezes ao principio; mas examinadas completamente as cauzas, os generaes foraõ guilhorinados, e os officiaes, fazendo a sua obrigação, forçaram os soldados a ser valorosos. A Junta suprema não vio assas para fazer a mesmo, a pezar que não tinha como a Convenção Franceza uma triplice linha de fortalezas para distrahir os alliados, e apezar que a diversidade de opinioens entre estes não militava em seo favor; pelo contrario a Junta estava dividida em opinioens entre os seos membros, e o orgulho nacional lhe fazia crer que possuia um bom casco de exercito para crear novos. A Junta suprema conseguientemente se enganou; e mui grosseiro foi o engano de empregar os mesmos officiaes, que taõ mal tinhaõ servido na precedente monarquia, vindo assim a formar numerozos mas miseraveis exercitos. A regencia, bloqueada na cidade de Cadiz desde 1809 até 1812, seguiu o mesmo sistema. Alem do orgulho nacional, os *Liberaes*, isto hé, o partido predominante nas Cortes, julgado por muitos inclinado á democracia, temiaõ que os exercitos bem disciplinados viessem com o tempo a destruir, como em França, uma Constituição que elles haviaõ feito taõ republicana. Sendo isto verdade, os *Liberaes* foraõ justamente punidos pelos proprios exercitos que assas disciplina tiveraõ para os entregar nas maõs d'El Rey Fernando.

Achando-se em algum cazo fiel a descripção que fica feita, que melhoramento não lhe teria resultado do methodo que seguiu o Marechal Beresford na reforma do exercito Portuguez, no qual era ainda de mui fresca data a relaxação de sua disciplina? Por quanto, 40 annos antes elle havia sido creado quasi de novo, e assas bem disciplinado havia sido pelo *Conde de La Lippe*! por quanto, nos primeiros annos da revolução Franceza, e na curta guerra do *Roussillon* havia dado provas não equivocas de seo inextinguivel valor e disciplina!

Antes de publicar as suas novas instrucções, o Marechal Beresford começou por executar rigorosamente os antigos Regulamentos; e em consequencia passou a reformar todos os officiaes insubordinados, indolentes, e incapazes de servir pela idade, ou por outros defeitos. Depois disso substituo-lhes outros, e fixou a idade dos que deviaõ occupar os grãos inferiores, isto hé, os que requerem mais vigor corporal. Foi exactissimo em observar os progressos das novas instrucções; foi de um rigor extremo em punir as faltas, e de uma infatigavel attenção em descobrir o merecimento, e em premia-lo.

Com taes meios o exercito Portuguez se achou subito alliviado de um grande pezo, e teve em poucos mezes toda a madureza da experiencia, e todo o vigor da mocidade. E se Luis XIV, quando recebia os cumprimentos de congratulação pela mudança favoravel dos seus negocios em Hespanha na guerra da *Successão* teve boa razão para dizer,—*Pois eu não mandei se não um homem de mais*, bem se pode pensar qual seria a differença produzida em um exercito para o qual se mandaram todos os officiaes de novo, ou do qual se subtrahiram todos os máos, o que vale o mesmo.

Deve-se acrescentar que, ainda sem os motivos da sobredita degeneração, trinta annos de paz bastão para enervar um exercito Europeo. Ao romper de uma nova guerra não se acha quazi um official que tenha visto o inimigo, e que seja de 50 annos para baixo. Os officiaes que tem mais credito no tempo de uma longa paz são os peores na guerra, por que todo o seo merecimento consiste em miudezas de policia militar. Requer-se pois uma profunda e minucioza attenção no governo, e um sistema bem regulado para conservar o vigor do espirito militar em tempo de paz. Requer-se um governo que não seja *de Palacio*, sim um governo, que respeite as proprias leis, e que não creia ser inherente á sua essencia a pratica diaria de as poder violar todas arbitrariamente.

Relação Official das despesas feitas em armamentos, e outros petrechos de guerra, subministrados aos Hespanhoes e Portuguezes desde o mez de Maio de 1808 por diante. Feita por ordem da Camera dos Communs com data de 27 de Maio de 1809.

Carronadas	20, com 4,000 Cartuxos
Pecas de artilharia	99, com 31,600 dos.
Obuzes	38, com 7,000 dos.
Espingardas	200,177
Das. de Caçadores	220
Espadas	6,199
Lanças	79,000
Armamentos completos de infantaria	39,000
Cartuxos com balla	23,477,955
Ballas de chumbo	6,060,000
Barriz de polyora	15,408
Dinheiro (libras sterlinas)	1,934,903
Saques negociados	220,404

Equipagens de Campanha	10,000
Barracas	40,000
Varas de pano de linho .	118,000
Das de algodão	82,000
Das de pano de lam . .	125,000
Capotes	50,000
Uniformes completos . .	92,000
Sapatos	98,000
Solas para os ditos . . .	15,000
Camisas	35,000
Patronas	54,000
Frascos para os soldados .	50,000
Chapéos e barretinas . .	16,000
Bandoleiras	246,000

N. B. O grande numero destes provimentos, e sobre tudo as espingardas fóraõ subministradas aos Hespanhoes no anno de 1808, por que os Portuguezes não receberam até o fim do anno de 1809 se não 5,000 espingardas, dadas por Sir A. Wellesley quando desembarcou na foz do Mondego. Depois receberam os Portuguezes abundantes soccorros de toda a especie, e subsidios annuaes; primeiro, de 900,000 Libras Sterlinas, e depois, de 2,000,000 sterlinos.

NOTAS ADDICIONAES.

Segunda resposta ao Snr. de Pradt.

Quando o Snr. de Pradt formou o projecto de salvar Napoleão do odio que os negocios de Hespanha e Portugal lhe procuraram, e faze-lo recahir sobre o Principe da Paz, devia primeiro estar seguro ou bem certo da autenticidade das informações que tinha recebido, e sobre as quaes pertendia compor o seo Romance. Quem ler com attenção o principio daquella obra, e recordar as datas verdadeiras dos acontecimentos de que falla o Snr. de Pradt, observará que elle funda todo o seo raciocinio sobre uma falsa base;

isto hé, que Napoleão era já Senhor de Portugal dois annos antes das negociaçoens e tratados de Baiona. Rectificado que seja um tal anachronismo, cahirá por terra uma grande parte do edificio; e para isto bastará notar as datas das Cartas, e dos outros documentos que elle inseriu a pag. 91 da sua obra, os quaes são do theor seguinte:

Carta do Principe das Asturias a Napoleão (12 de Outubro de 1807).

Da d'El Rey Carlos IV, a Napoleão (29 do dito, do.).

Decreto de Carlos IV (30 do dito, do.).

Dito do dito (5 de Novembro, do dito).

Carta do Principe das Asturias a seos páes (5 do dito do.).

Todos estes documentos são relativos ao processo feito no palacio do Escuriál ao Principe das Asturias, acontecimento, como se vê, muito anterior a epocha da partida do Principe Regente de Portugal para o Brazil, que foi em 29 de Novembro de 1807, e á entrada em Lisboa do exercito Francez, commandado por Junot, a qual foi no dia seguinte 30 do dito mez de Novembro. E não somente o processo feito ao Principe das Asturias, e a intercessão malicioza de Napoleão em favor deste principe se podem considerar como o principio de toda a trama urdida contra aquelles soberanos, mas o mesmo Snr. de Pradt convem nisso de certo modo, quando assevera que no Tratado de Fontainbleau, assignado aos 27 do mesmo mez de Outubro daquelle anno, se achavaõ já as disposiçoens preliminares que Napoleão tomava desde entaõ para destruir a Familia Real de Hespanha. Logo, segue-se que as tomava no mesmo tempo, e no mesmo acto em que parecia fazer-lhe o presente de uma parte do reino de Portugal.

Fica por consequencia demonstrado, que as machinaçoens de Napoleão contra a familia Real de Hespanha, sendo anteriores aos 27 de Outubro, data do dito tratado, são igualmente anteriores á occupação effectiva de Portugal que so teve lugar um mez depois, isto he, aos 30 de Novembro seguinte. Demonstrou-se tambem, que Napoleão não era senhor daquelle Reino dois annos antes das transacçoens de Bayona, como o Snr. de Pradt assevera. Alem destes commete o auctor outros erros, que por dizerem respeito á factos geralmente conhecidos, não merecem refutação.

Desejos do Snr. de Pradt.

“ O desejo de que appareça uma verdadeira historia da revolução de Hespanha excita-nos a indicar alguns pontos sobre os quaes muito importa que os escriptores fixem sua attenção. Hé de esperar que nada falte a parte militar. Será porem curiosissimo saber de que modo se providenciou a subsistencia dos exercitos, da população de Lisboa, e dos habitantes de Portugal reunidos no recinto daquelle Capital. A historia do Commissariado Inglez mostrará que elle contribuiu tanto para a victoria quanto os proprios exercitos. Mas o que deve exigir um trabalho particular, em razão de seo objecto ser desconhecido, hé:—

“ 1º A historia dos Bandos e das Guerrilhas; a época e modo de sua formação; o seo numero; seos chefes e meios de guerra; e finalmente a influencia que ellas tiverão na defeza de Hespanha.

“ 2º As consequencias que deve ter para a Hespanha o abalo dado pela revolução.”

Difficilmente haverá quem não una seos dese-

jos com os do Snr. de Pradt, e muito mais se um assumpto tal for dignamente desempenhado. Mas entre os objectos, que elle recommenda á consideração dos futuros escriptores, o ultimo nos parece bem difficil de se tratar com felicidade no momento actual, em que as paixões estão ainda mui vivas, e hé ainda mui forte o contraste entre os diversos aspectos debaixo dos quaes se apprezenta a recente historia de Hespanha. A respeito das Cortes de Cadiz e Madrid (e não de Sevilha e Cadiz como diz o auctor) deve esperar-se que o escriptor futuro se ache em estado de esclarecer-nos sobre os pontos seguintes:—

1º Se houve uma decisiva vontade nacional que as fez juntar, por que não foram ellas convocadas em 1808, quando se creou a Junta suprema, ou Central? Madrid, e toda a Hespanha até o Ebro estavam então evacuadas de tropas Francezas.

2º Se a Junta central devia representar o poder executivo, por que foi ella composta de quazi 70 pessoas?

3º Se houveraõ Juntas provinciaes, que recusaram obedecer a Central?

Olhando ainda o facto debaixo de outro ponto de vista, deverá o futuro escriptor tirar-nos tambem as seguintes duvidas:—

1ª Se a dita convocação foi ou não mero effeito da influencia Ingleza desenvolvida em as negociações do Marquez de Wellesley em Sevilha?

2ª Se o Ministerio Inglez foi só guiado por uma natural predilecção pelos principios de governo que formão o seo; ou se foi antes movido pelos clamores do partido da Opposição, que em Inglaterra protege altamente as chamadas hoje *ideas liberaes*, clamores dignos de attenção, vista a relação muito estreita que existia entre alguns

dos mais illustres membros daquelle partido, e os poucos literatos Hespanhoes que se davaõ por fautores das opinioens liberaes?

A historia circunstanciada das *Guerrilhas* subministrará de certo factos curiosos. *Espoz e Mina*, agora refugiado em França, será sempre celebre pelas destreza com que fez contra os Francezes o papel de *Argelino* em terra; isto hé, forçando seos Generaes e Commissarios a pagar-lhe uma especie de tributo para obterem um *passe* para seos Comboios; e com os productos destes tributos mantendo a sua *Guerrilha*. *Longa*, o *Medico*, o *Empecinado*, e muitos outros Chefes daquelles bandos não deverãõ ser esquecidos. O primeiro fez ao chamado *rei Joze* prezas notaveis; e com o vinho de Bourdeaux, mandado a *aquella magestade* regalou talvez Lord Wellington. Mas hé de esperar que o historiador, dando a devida importancia ao serviço das tropas ligeiras, não fabrique a esse respeito Romances como fez o Snr. de Pradt.

Remontemos finalmente ao 1º e mais importante *disideratum* do Snr. du Pradt. Não há duvida que pela confrontação das relaçoens oppositas será elucidada a verdade dos factos militares, e se encherãõ muitas lacunas deixadas pela vaidade nacional, vicio commum a todos, mas desmedido nos Bulletins Francezes. Será igualmente motivo de grande instrucção e louvor a formação do Commissariado Britanico. Affeitos só a fazer expediçoens maritimas, em que navios de transporte conduzem as provisoes necessarias, os Inglezes no principio da guerra da Peninsula não conheciaõ o modo de aprovisionar os exercitos de terra, os quaes se movem em varias direcçoens, avançãõ, e retrocedem mais de pressa que o Commissariado os pode prover. A difficuldade constante de manter

exercitos numerosos na Hespanha e Portugal, que não são paizes mui povoados nem cultivados, como a Alemanha e a Italia, se augmentou grandemente em Portugal pela devastação que duas das suas provincias soffreram. Talvez a comparação que vamos fazer a este respeito entre as duas nações não seja muito do gosto do Snr. de Pradt.

Sem nomear outros Generaes Inglezes, Sir Arthur Wellesley na sua primeira expedição se queixou muito da inhabilidade do Commissariado. Os defeitos desta repartição foram geralmente reconhecidos em Inglaterra, e os methodos Francezes foram citados por muitos como modellos de imitação. Entre outros, o Coronel Swayne, que tinha estado em França, e tratado com os Generaes Francezes, imprimiu um livro sobre a excellencia dos methodos seguidos pelos seos Commissarios, o que parece hoje em dia um Romance quando se compara com o sistema da *maraude*, adoptado por Massena em Portugal, e por Napoleão na Russia e na Polonia.

Com taes relações ou romances em vista, mas depois de muito estudo e reflexão, levantaram os Inglezes o suberbo edificio do seo Commissariado, o qual chegou a estar pronto para acudir a todas as precisoens do exercito, foi exacto nos seos contratos, e leal ao seo governo. Os Francezes, se noutro tempo tiverão Commissariados bem ordenados, pouco uzo fizeram delles depois da revolução. Na Alemanha, na Italia, e em todos os paizes de que se apossavaõ, as maiores difficuldades eraõ nullas para o Commissariado; pois que um mandado aos governos subservientes, ou uma ordem, bem que irregularmente dada por qualquer commandante militar ás auctoridades do paiz, faziaõ achar logo todos os fundos necessarios para as despesas; e as re-

quisiçoens forçadas aprontavaõ todos os meios de transporte. Todavia, temos visto em a nossa rica Italia a cidade de Mantua provida de Viveres (para manter um assedio imminente) tres vezes no anno, porque os seos dois primeiros providimentos se tinhaõ exaurido. Vimos igualmente o General Joubert indignado com o Directorio, porque a Caixa militar na Italia estava exaurida, e elle não podia forçar o Commissario em Chefe a dar-lhe contas, pois que este hia de meias nos lucros com um dos Directores de Paris. Estes exemplos bastaráõ para provar a desordem do Commissariado Francez na Italia, não se tratando aqui de acusar algúem, mas só de fazer um parallelo.

O sustento da população de Lisboa, dos refugiados das duas provincias devastadas, e de todo o exercito dentro das linhas de Torres Vedras, foi uma operação famosa, e que sem o auxilio do credito Inglez seria impraticavel. Os Capitalistas de Lisboa não deixavaõ de ter fundos para a empresa, mas receavaõ, que os providimentos, vindos por via da America, chegassem a costa de Portugal já quando Lisboa se achasse occupada pelos Francezes, e o porto bloqueado pelos Inglezes.

Lisboa foi com effeito provida de tudo, mas os preços de todos os generos foraõ excessivos. Com a devastação das duas provincias faltou esse anno a colheita, e faltaram os meios de cultura no anno seguinte. De um calculo, que se acha impresso, vê-se que a importação dos commestiveis em Portugal desde o anno de 1810 até 1811, isto hé, durante a invasão, e alguns mezes depois, montou a 97 milhoens de cruzados, ou perto de 10 milhoens de Libras Sterlinas.

O Commissariado Inglez tem ainda hoje a sua conta aberta, e paga fielmente as suas dividas.

Muitos negociantes estrangeiros fizeram com isto grandes, mas legitimos proveitos : e que resta dos gastos ou despesas que fizeram os Francezes ? Uma triste memoria dos males cauzados pelos vexames que os povos e governos soffreram ; a continuacão indispensavel das mais onerosas taxas e tributos ; e despesas enormes, que os governos restabelecidos tem sido obrigados a fazer para re-entrar em seos patrimonios. Mas se tantos prodigios, vistos na Peninsula, foram obra do heroismo dos Portuguezes, do valor, e extraordinarios esforços dos Inglezes, como pode o Snr. de Pradt dizer, que a Hespanha triumpharia sem o auxilio dos Inglezes, assim como a America sem o dos Francezes ? Uma asserção he tão falsa como a outra.

As tres retiradas de Lord Wellington.

Na vida de Lord Wellington vem citada a passagem de um discurso que fez na Camera dos Pares seo irmão mais velho, Marquez de Wellesley, chefe da familia, Governador General que foi das Indias Orientaes, depois Embaxador Extraordinario per ante a Junta Suprema de Sevilha, e desde os annos de 1810 até 1812, Secretario de Estado dos negocios estrangeiros, e que no exercicio destes eminentes empregos adquiriu entre os Inglezes a reputação de um grande homem de Estado, daqual goza ainda, bem que fóra do ministerio. O Marquez dice :—“ Se eu
“ tivesse My Lords, de expressar a minha opi-
“ nião imparcial sobre o merito do vosso Ge-
“ neral, confesso diante de Deos que não escol-
“ heria as suas victorias, brilhantes como são,
“ mas sim as suas retiradas. Nestas acharia eu

“ as provas mais evidentes e mais gloriosas da
 “ sua habilidade ; *quando as difficuldades o oppri-*
 “ *miaõ, quando não tinha se não a escolha dos ex-*
 “ tremos, e quando via cahir sobre si uma força
 “ emminentemente superior.”

Depois da opiniaõ dada por um homem de Estado, parece mais que temeridade arriscar outra sobre tal objecto ; mas como nenhum individuo em nossos tempos pertende ser infallivel, pode perguntar-se, debaixo de que ponto de vista louva o Marquez as retiradas de seo irmão, para que as prefira ás brilhantes victorias da passagem do Douro, de Salamanca, de Victoria, de Toloza, e aos assaltos de Ciudad Rodrigo, de Badajoz, e S. Sebastiaõ ? Hé a cazo o plano, ou a sua execução que lhe parece digna de tal louvor ? Examinemos os factos circunstanciadamente.

O Snr. Elliot, auctor da vida de Lord Wellington, concorda neste ponto da sua historia, que a insubordinação das tropas Inglezas na terceira retirada, isto hé, na de Burgos para Ciudad Rodrigo, fôra extrema. Isto quer dizer, que se o plano da sua retirada foi sabio, a sua execução foi má. Se lemos a Ordem do dia, dada pelo Marechal Beresford ao exercito Portuguez, por occasiaõ da retirada, vê-se que foraõ poucos os corpos Portuguezes em que se notou alguma desordem, e nenhum houve cuja insubordinação igualasse á dos corpos Inglezes. Não hé pois taõ inverosimil o que alguns dizem, que se não fossem as tropas Portuguezas não se faria aquella retirada sem uma perda maior. A excellencia reconhecida das tropas Inglezas raras vezes se conserva na retirada ; verdade esta, que uma fatal experiencia tem sempre mostrado. Os seos Generaes confessão, que não podem remediar tal circumstancia. Como pode pois achar-se objecto de louvor em uma tal retirada, se

antes se não provar que ella não podia fazer-se em tempo competente, para evitar tanta desordem ; ou ao menos que a empreza contra o Castello de Burgos, cujo exito produziu aquella retirada, não era originariamente um plano mal concebido ? A generalidade, com que se exprime o Marquez, requeria taes provas ; ao mesmo tempo que nós, que não aventurâmos uma opinião, estamos dellas dispensados.

A retirada de Talavera, que na ordem chronologica hé a primeira, fez-se a tempo, e antes que nenhum Corpo Francez podesse seguir o exercito Inglez. Nada há pois que surprehenda na execução : mas por que se deixaram atraz os feridos que cahiram nas maons do inimigo, sendo assas sabida a superioridade numerica dos Francezes, e devendo-o tambem ser a falta de disciplina dos exercitos Hespanhoes ? E neste cazo como se pode aqui louvar igualmente o plano, sem indicar quem teve a culpa de que Lord Wellington se entranhasse no coração da Hespanha so com trinta mil Inglezes ? *A oppressão das difficuldades, a escolha dos extremos, e a força emminemente superior* foraõ nesta occasião procuradas, e não sobre-vieram insperadas. Assim pensou Napoleão, como se deixa ver da sua Carta ao Imperador Alexandre, publicada no *Moniteur* daquelle tempo ; e não parece que tivesse nisso muita falta de razão. Mas talvez o Marquez de Wellesley não pensou que para escuzar seo irmão devia censurar o ministerio Inglez, a quem mais de uma vez já se tinha avizado, que se mandasse de novo só 30,000 Inglezes á Hespanha, elles teriaõ a mesma sorte que dois annos antes tiveram aquelles mandados debaixo das ordens de *Sir John Moore*.

Resta por tanto examinar em ultimo lugar a segunda e famosa retirada das fronteiras de Hes-

panha e de Portugal até as tão nomeadas linhas de *Torres Vedras*. Nesta a execução foi verdadeiramente digna de louvor; mas as tropas Inglesas e Portuguezas não julgavaõ retirar-se, mas antes hiaõ persuadidas que marchavaõ em socorro de Lisboa. Assim o escreviaõ os Officiaes Ingleses e Portuguezes; e esta opiniaõ felizmente obstou á costumada desordem. Mas se da consideraçaõ sobre o modo como foi executada remontâmos ao plano, o leitor deverá reportar-se á discussaõ já feita sobre este mesmo assumpto; e por isso não nos parece muito o pedir ao Marquez de Wellesley que deixe a questaõ debaixo da forma de problema.

Fim do Appendice.

(Continuar-se-há em o Numero seguinte.)

SCIENCIAS.

Leituras sobre a Chimica Mineralogica, continuadas da pag. 186 do No. XC.

Demos na leitura precedente uma succincta idea dos caracteres das substancias mineraes, e passamos agora a tratar da sua classificaçaõ ou arranjo artificial, e tambem da sua subdivisaõ em generos e especies. Na infancia da mineralogia, achamos nós que os caracteres mais obvios e evidentes eraõ o alicerce, sobre que se fundava a sua subdivisaõ. Assim o diamante, o rubi, o topazio, e o cristal de rocca, eraõ collocados em uma mesma classe, em razãõ da sua dureza e transparencia: outra familia constava

de saes soluveis em agua; e outra de substancias metallicas dotadas de lustre, opacidade, e grande gravidade especifica. Este plano foi adoptado em mineralogia, em quanto ella se conservou para assim dizer, no seo estado de independencia; porem a chimica cedo derramou taõ viva luz, e acclarou por maneira tal as numerosas inconsistencias, que existiaõ nestes systemas, que se vio bem de pressa a absoluta necessidade de organizar um novo, em que os caracteres chimicos dos corpos classificados fossem principalmente attendidos. Mostrou-se por exemplo que o diamante, o rubi, o cristal de rocca, e o topazio ainda que algum tanto semelhantes, sendo superficialmente observados, variaõ com tudo muito nas suas partes componentes. O diamante, notavel pela sua qualidade combustivel e por produzir acido carbonico sendo queimado, foi removido pelo chimico do numero das pedras preciosas terreas, e posto entre as pedras inflammaveis e carbonaceas. O cristal de rocca e o rubi foraõ tambem separados, um do outro, visto o primeiro constar de terra siliciosa, e o segundo de terra argilacea. Com estas e outras provas se demonstrou da maneira a mais convincente o quanto era justo e necessario, que sempre recorressemos á analyses chemicas, antes de fixarmos a classificaçã de qualquer mineral. Hé tambem indubitavel o auxilio, que nos ministraõ as formas cristallinas dos mineraes para a organizaçã de um arranjo systematico. Já mencionámos fallando de Haüy, que esta era a grande base, sobre que este celebre sabio formára a sua classificaçã. Nos teremos, no fio destas leituras, muitas oportunidades para comprovar o apreço, que se deve fazer deste engenhoso methodo.

Era outrora costume distinguir os mineraes

metallicos dos terreos ; mas depois que se verificou, que muitas das terras eraõ oxides metallicas, parece que uma tal divisião não seria de toda correcta ; esta objecção porem não julgamos assas bastante para abolir uma distincção, que nos offerece tantas vantagens. Assim entre os metaes, aquelle, que mais prevalece, hé considerado como a base do genero ; por exemplo o oiro, a prata, o cobre, &c. daõ origem á outros tantos generos ; e quanto aos mineraes terreos, o nome do genero hé caracterizado pela terra que existe em maior quantidade : por exemplo, nos generos calcareos, aluminosos, siliciosos, &c. a cal, a silix, a alumina, &c. predominão, e daõ por conseguinte o character distinctivo. No genero alumino-silicioso a porção de alumina hé maior que a da silex ; e o contrario acontece no silico-aluminozo. Segundo o nosso arranjo, as classes ou familias abrangem mineraes, cujas partes componentes são geralmente semelhantes, ou que tem outras fortes analogias ; assim as veas metallicas, os compostos terreos, os corpos salinos, e os inflammaveis, formaõ quatro classes. Estas classes constaõ de generos, que são tantos, quantos são os differentes metaes e terras. Os generos se subdividem em especies e subespecies ; as primeiras são aquellas, cujas partes componentes são semelhantes, e as segundas differem das especies ou em forma, ou por terem misturas heterogeneas. Da-se igualmente o nome de variedades áquellas especies, que se distinguem pela cor, ou outra qualquer circumstancia accidental.—No genero cobre, por exemplo, observamos nós varias especies, como o *nativo*, *oxide*, *chloride*, *sulphurete*, *carbonato*, *arseniato*, &c.—do cobre nativo temos as subespecies—*cristallizado*, e *amorphoso* ; e do sulphurete há uma variedade, que se denomina *iridescente*. Ora

quanto á classificaçãõ, e á divisaõ dos mineraes em generos e especies acabamos de ver que não há maior difficuldade ; e que o assumpto se reduz á poucas palavras mui simples, e mui claras ; porem não acontece o mesmo com a nomenclatura da mineralogia ; porque nos achamos rodeados de numerosos, e grandes embaraços ; o que muito hé para lamentar, attenta a circumstancia de ser um systema de nomenclatura, objecto da primeira concideraçãõ em toda e qualquer sciencia, tanto por este contribuir para lhe dar harmonia e belleza, e facilitar muitissimo os nossos meios de instrucçãõ, como tambem por simplificar os objectos scientificos, e apresentalos em um ponto de vista taõ methodico, que nos habilita para fazer novas indagaçoens, e ampliar a extensaõ dos conhecimentos humanos. Quam exactas são estas observaçoens bem o prova a nova nomenclatura da philosophia chimica, a qual, a pezar de ter sido levada a excessos, pois o homem mui propenso hé para passar de um extremo a outro, tem com tudo mui efficazmente concorrido para a propagaçãõ dos mui uteis principios desta sciencia, e tambem para o seu engrandecimento e progresso. A nomenclatura mineralogica seria certamente muito mais exacta e scientifica, se a nomenclatura chimica lhe podesse ser applicada em uma extensaõ muito maior, do que hé actualmente practicavel. Os nomes *sulphurete de ferro*, *sulphato de strontiana*, *subsulphato de alumina*, e *oxide ferruginosa de cobre* são derivados da chimica ; e sem duvida mui preferiveis ás palavras *pyrites*, *celestine*, *manteiga de rocca*, &c., que continuão a adoptar os mineralogistas Wernerianos. Há casos, porem, em que a chimica não póde ministrar auxilio algum, como naquelles em que se achão unidos differentes corpos terreos, ou em que estes estão

combinados com oxides metallicas, &c., pois que se os quizessemos caracterisar chimicamente, os nomes seriaõ em verdade mui difficies de se lerem pela sua extraordinaria dimensãõ. Ha um mineral, por exemplo, em que as terras siliciosas, aluminosas e calcaraes estaõ unidas com oxide de ferro: não se poderia á semelhante substancia dar nome algum chimico, que não parecesse em extremo ridiculo e absurdo, assim a denominamos granada, termo derivado da palavra Italiana granato, ou semente de romãa. Hé a simplicidade um dos primeiros objectos, que deve ter em vista todo o nomenclaturista; e quando um nome, ainda que pouco correcto, e não mui significativo, possue este importante requisito, hé em geral preferivel á uma mais scientifica e complicada combinaçaõ de palavras. Tem-se ultimamente procurado dar á mineralogia uma nomenclatura extremamente absurda e cheia de cacophonia, porem os seos termos obscuros, e affectada phraseologia longe de accelerar, antes retardaraõ os passos do estudante. A nomenclatura de Haüy ha sido mui geralmente adoptada e applaudida. Todas as vezes que he admissivel, elle faz uso de termos chimicos; porem quando recorre á nomes novos, os seos termos saõ muitas vezes taõ defeituosos, como os que tem sido suggeridos pelo espirito innovador dos mineralogistas mais modernos. Pelo que havemos dito, bem se vê, que na nomenclatura mineralogica não ha por ora principios geraes, excepto os poucos que nos fornece a chimica, e que por conseguinte não nos hé possivel apresentar um arranjo systematico a este respeito; passaremos por tanto a tratar sem perda de tempo dos pontos mais particulares desta sciencia.—Como os metaes seraõ os primeiros objectos, que teremos de discutir, fazemos uma breve mençaõ das circumstancias, em que elles se nos apresentaõ na natureza.

Alguns delles existem espalhados em planices, em areas de rios, ou em depositos de torrentes vindas de montanhas; isto acontece particularmente com o oiro. Grandes quantidades deste precioso metal se achão deste modo em Africa; e os naturaes do paiz o apanhaõ e trazem para o mercado em pennas de abestruz e abutre. Tambem na America se tem descoberto massas enormes de oiro em terremos alluviaes; em 1730 se achou no Peru uma massa que pesava 45 libras. Na Escocia e em algumas partes de Inglaterra e Irlanda se encontra da mesma maneira. O maior numero porem de metaes apparece em fendas regulares, que atravessaõ as differentes camadas de rochas, e que se denominaõ veias. As rochas em que estes depositos principalmente existem saõ granite, piçarra, e pedra calcarea; as vezes a veia jaz entre duas rochas; em Cornwall, por exemplo, se tem observado algumas entre granite, e piçarra. A direcção das veias hé em geral para leste e oeste: ellas longe de serem fendas uniformes, variaõ muito nas suas dimensoens; sendo algumas vezes mui largas e contendo grande porção de metal, e dividindo-se outras vezes em pequenos ramos, os quaes occasionalmente se reúnem, e formaõ uma boa veia. — Assim a sua grossura hé taõ variavel, que algumas há de uma ou duas polegadas, e outras de trinta pes de largura. A dimensão, que se julga ser mais productiva, hé de tres ou quatro pes; pois quando hé mui larga, a quantidade relativa de substancias heterogeneas hé igualmente mui consideravel. O metal anda sempre acompanhado de certos productos mineralogicos, a que se tem dado o nome de matriz; e pela qualidade desta, pode muitas vezes o mineiro apreciar pouco mais ou menos a riqueza da veia. Quando descobrimos uma veia, naõ devemos por isso suppor que sera mui facil a extracção

do seo tesouro ; pelo contrario, são tantas e tão difficies de calcular as difficuldades que os esforços do mineiro tem com que luctar que o exito dos seos trabalhos se torna muitas vezes em extremo duvidoso, Por exemplo o metal pode existir so na superficie, e profundar tão pouco, que não paga as despezas de ser trabalhado ; ou as veias dividir-se em pequenos ramos, sem de novo se reunirem, ou uma torrente subterranea destruir todas as obras no interior da mina, e frustrar por este modo o trabalho de annos. Frequentemente ocorre outro inconveniente ; e o phenomeno hé bem curioso ; vem a ser o que se chama uma marcha ou direcção transversal ; que hé uma veia de substancia petrosa, que atravessa as camadas das rochas ao norte e sul, entrecortando a veia metallifera, misturando-se com as partes componentes desta, e fazendo-a desviar da sua antiga direcção por maneira tal, que hé muitas vezes difficil e mesmo impossivel torna-la achar, ou quando a achamos, segui-la com vantagem.

As veias raras vezes são productivas antes de chegarmos a 20 ou 30 braças de fundo, em razão das partes superiores estarem cheias de muita substancia petrosa, e materias heterogeneas : hé singular que a mesma veia passando por varias camadas, e em differentes alturas apresenta ingredientes mui diversos. As vezes uma vea metallica entrecorta outra, e neste caso hé evidente, que a veia entrecortada hé de uma data anterior aquella que a atravessa ; e podemos por este modo fazer alguma idea das respectivas idades dos differentes metaes. Os methodos, que se empregão para trabalhar as veias, formão um assumpto de per si ; nem poderiamos dar idea delles, sem entrar em uma mui circunstanciada individuação : basta somente dizer, que se principia por construir abertas, ou buracos perpendi-

culares, e que pór entre estes as veias são trabalhadas por meio de gallerias horizontaes, Alguns destes buracos servem para se ter accesso á mina, outros para ventilação, e n'outros se collocão bombas esgotadoras, e maquinas para extrahir o metal.

Varios são os meios, á que se tem recorrido, para descobrir veias metallicas:—alguns são mui ridiculos como a imaginaria influencia das estrelas, &c. : um dos melhores, porem, hé o exame das aguas em qualquer districto, em que se suspeita a existencia de qualquer metal; pois que os saes metallicos se achão pouco mais ou menos dissolvidos. Um caso singular desta natureza teve lugar em Galles: a leiva na vizinhança de uma mina de cobre estava de tal forma saturada da solução deste metal, que deixou porções d'elle, sendo queimada. A agua assim contaminada permea as vezes o terreno da vizinhança da vea metallifera por maneira tal, que este se torna destruidor da vida vegetal; assim a esterilidade de pedaços de terreno tambem pode indicar a existencia de metal. Temos ouvido fallar de chamas que correm sobre districtos metallicos, e que tem occasionado a descoberta de ricas veas metallicas: não hé de admirar que tal apparencia sendo acompanhada de tão precioso resultado, houvesse de operar em espiritos supersticiosos e fazer com que estes attribuissem tal phenomeno á intervenção de algum genio bemfazejo. — A cauza, porem, verdadeira hé a passagem de electricidade, que hé levada da atmosfera pela vea metallica. Desta mesma maneira tem os raios algumas vezes desaparecido.

(Continuar-se-há.)

MISCELLANEA NO ARTIGO SCIENCIAS.

Calculo Medio da quantidade de espirito de vinho ou alcohol, que existe em differentes sortes de vinhos e liquores espirituosos.

Já há tempo, que Mr. Brande publicou nas Transacções Philosophicas de Londres uma tabella, que indicava a porção de alcohol, que por meio de analizes chimicas descobrira em varias qualidades de vinhos e bebidas espirituosas: como porem experiencias ultteriores o habilitaram não só para ampliar, mas tambem para corregir a predita tabella; elle passou a imprimi-la, assim aperfeiçoada, em o No. IX do Jornal das Sciencias e Artes da Instituição Real: e desta obra nós a vamos transcrever, por isso que ella parece possuir algum merecimento.

Porção de espirito em cada cem partes por medida.

1. Vinho chamado Lissa	26.47
Dito	24.35
Calculo medio.....	25.41
2. Vinho de Passas d'uva.....	26.40
Dito	25.77
Dito	23.20
Calculo medio.....	25.12
3. Marsala	26.03
Dito	25.05
Calculo medio.....	25.09
4. Vinho do Porto	25.33
Dito	24.29
Dito	24.71
Dito	23.39
Dito	22.30
Dito	21.40
Dito	19.00
Calculo medio.....	22.96

5.	Madeira	24.42
	Dito	23.93
	Dito Sercial.....	21.40
	Dito	19.24
	Calculo medio.....	22.27
6.	Vinho de Corintos	20.55
7.	Vinho do Xerez	19.81
	Dito	19.83
	Dito	18.79
	Dito	18.25
	Calculo medio.....	19.17
8.	Teneriffe	19.79
9.	Colares	19.75
10.	Lachrima Christi	19.70
11.	Constancia branco	19.75
12.	Dito tinto	18.92
13.	Lisboa.....	18.94
14.	Malaga mui velho	18.94
15.	Bucellas	18.49
16.	Madeira tinto	22.30
	Dito Dito	18.40
	Calculo medio.....	20.35
17.	Muscatel do Cabo	18.25
18.	Madeira do Cabo ..	22.94
	Dito Dito	20.50
	Dito Dito	18.11
	Calculo medio.....	20.51
19.	Vinho de uva Inglesa.....	18.11
20.	Carcavellos	19.20
	Dito	18.10
	Calculo medio.....	18.65
21.	Vidonia	19.25
22.	Alba Flora	17.26
23.	Malaga	17.26
24.	Hermitage branco	17.43
25.	Rousillon.....	19.00
	Dito	17.26
	Calculo medio.....	18.13
26.	Clarete Chateau Margot	17.11
	Dito	16.32
	Dito Lafite	14.08
	Dito	12.91
	Calculo medio.....	15.10
27.	Malvasia	16.40
28.	Lunel	15.52
29.	Shiraaaz	15.52
30.	Syracusa	15.28
31.	Santerne	14.22

32. Borgonha	16.60
Dito	15.22
Dito	14.53
Dito	11.95
Calculo medio.....	14.57
33. Hock	14.37
Dito	13.00
Dito (muito tempo em pipa)	8.88
Calculo medio.....	12.08
34. Nice	14.63
35. Barsac	13.86
36. Tintilha de rota	13.30
37. Champagne (naõ gazozo)	13.80
Dito (gazozo)	12.80
Dito vermelho	12.56
Dito Dito	11.30
Calculo medio.....	12.61
38. Hermitage vermelho	12.32
39. Vinho de Grave	13.94
Dito Dito	12.80
Calculo medio.....	13.37
40. Frontignac	12.79
41. Cote Rotie	12.32
42. Vinho de Uva Espim.....	11.84
43. Vinho de laranja—Calculo medio de seis amostras	11.26
44. Tokay	
45. Vinho de sabugueiro	
46. Bebida feita do succo de maçãõ, ou Cyder, a mais forte ..	9.87
Dito Dito a mais fraca... ..	5.21
47. Bebida feita do succo de peras, ou Perry,—Cal- culo medio de quatro differentes amostras	7.26
48. Hydromel	7.32
49. Ale, a chamada Burton	8.88
Dita Da. Edinburgh	6.20
Dita Da. Dorchester	5.59
Calculo medio.....	6.87
Dita Da. Lincolnshire	10.84
Dita Da. Dita	9.85
50. Cerveja forte, ou Brown Stout	6.80
51. Cerveja, chamado London Porter.....	4.20
52. ——— fraca, ou small beer	1.28
53. Aguardante de França	53.39
54. ——— de Cana	53.68
55. Genebra Ingleza.....	51.60
56. Whisky Escocesa .	54.32
57. Dita Irlandeza	53.90
58. Genebra genuina, ou Hollandeza	56.00

Novo Instrumento inventado para distinguir mineraes.

O Dor. Brewster descobrio ultimamente um instrumento por meio do qual se podem distinguir as pedras preciosas umas das outras, e tambem discerni-las das suas imitaçoens artificiaes, mesmo nos casos em que estas estão cravadas de tal forma, que a luz não pode transmittida por alguma das suas superficies. Este instrumento serve igualmente para distinguir todos aquelles mineraes, que tem uma pequena porção da sua superficie polida já natural, ou artificialmente; e a sua applicação hé tão simples, que qualquer pessoa, por mais ignorante que seja, não achará difficuldade em fazer uso delle.

Natureza do venemo do Sapo.

Mr. Pelletier, de um minucioso exame que fez do veneno deste animal, obteve os resultados seguintes.

Hé elle um fluido, que existe nos pequenos vasos que cobrem a pelle, de uma cor amarella, e consistencia oleosa. Exposto ao ar fica em pouco tempo concreto; e se o puzermos em um pedaço de vidro, no espaço de alguns segundos toma a forma de laminas solidas e transparentes. O veneno, tanto no seo estado liquido como solido, hé extremamente amargo, acre, e mesmo caustico; forma uma emulsão com a agua, e da á tinctura de litmns uma viva cor vermelha. Alcohol frio não produz nelle effeito algum, mas estando quente dissolve parte e adquire então uma cor parda. A outra porção, que fica por

*

dissolver, hé perfeitamente branca, sem cor, ou gosto; e mui semelhante á membrana gelatinosa.

A solução alcoholica apenas córa a infusão de litmus; e quando hé evaporada, e o alcohol por conseguinte expellido, separa-se então uma substancia oleosa, a qual condensa esfriando, hé insolúvel em agua, algum tanto em ether, mas muito mais em alcohol; tem um saber amargo, porem não acre, nem caustico; em lugar de tingir de vermelho a infusão de litmus, antes lhe restaura a cor azul, que perdera, se ella foi previamente misturada com algum acido. Todos estes resultados parecem indicar, que o acido do veneno hé volátil, e que hé em parte saturado por uma base, a qual está fracamente unida; e de que pode ser separado por meio de outros acidos. A materia gelatinosa, que se não dissolve em alcohol, o hé com tudo em agua quente. Esta solução quando esfria, se torna palliada, e adquire alguma consistencia. A substancia, que, pela sua apparencia, se supporia ser gelativa, sendo examinada com mais particularidade, se verificou ser alguma coiza differente, pois que não foi precipitada por solução de chlorine, nem infusão de galhas.

A' vista dos precedentes factos podemos enferir, que o veneno do sapo contem 1, um acido parcialmente combinado com uma base, e que constitue a vigesima parte do todo; 2, uma substancia gordurenta amarga; 3 uma substancia animal, que muito se asemelha á gelatina, porem que differe desta em alguns pontos.

(Continuar-se há.)

POLITICA E VARIEDADES.

REINO DO BRAZIL.—RIO DE JANEIRO.

Decreto.

Tendo-se apprezentado per ante Mim Agostinho Jozé de Mendonça uzando do Indulto que por meo Real Decreto de 20 de Março do corrente anno lhe concedi de estar no Reino, pedindo e resignando-se a tudo que fosse da minha Real vontade e Supremo poder; e considerando que por elle se entregar a minha justiça de um modo que não pode servir de exemplo em semelhantes cazos, Eu tenho justo motivo para só me lembrar a seo respeito da minha Real Grandeza: Hei por bem de meo motu proprio e Poder Real rehabilita-lo, e conceder-lhe as honras, Mercês, e bens de que gozava em quanto estava no meo Real Serviço, ficando em esquecimento o facto, e sem effeito a sentença contra elle proferida em 21 de Novembro de 1811: salvo porem as alienações que tiver havido neste meio tempo, e aquillo em que houver prejuizo de terceiro: E revogo para este effeito somente quaesquer Leis ou Disposições em contrario. Os Governadores do Reino de Portugal, a Meza do Desembargo do Paço de Lisboa e do Rio de Janeiro o tenham assim entendido e fação executar, participando-o aonde convier. Palocio da Boa Vista, em 29 de Agosto de 1818.—Com a Rubrica de Sua Magestade.

Avizo.

III^{mo} e Ex^{mo} Senhor.—El Rey nosso Senhor por effeitos da sua Real Grandeza houve por bem rehabilitar a V. E. concedendo-lhe as honras, mercês, e bens de que V. E. gozou em quanto esteve no seo Real Serviço, ficando no esquecimento e sem effeito a sentença contra V. E. proferida: E me ordena que assim o faça constar a V. E. para sua intelligencia, e para que se ache V. E. hoje presente na Festa que se há de celebrar na Capella da Real Quinta da Boa Vista. Deos guarde a V. E.—Paço em 29 de Agosto de 1818.—Thomas Antonio de Villanova Portugal.—Senhor Marquez de Loulé.

(Gazeta do Rio de Janeiro de 16 de Setembro de 1818.)

Alvará.

Eu El Rey faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem: Que Tendo Consideração ao favor, que mereciaõ os Mercadores estabelecidos nesta Côrte, para não serem despejados das Cazas e Lojas de sua habitação e commercio por causa dos graves danos, que receberiaõ com as repentinas mudanças; e tambem a ser oneroso que se marcasse o arruamento determinado pelas Estatutos da Meza do Bem Commum: Fui Servido, Conformando-Me com o parecer da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Reino do Brazil, e Dominios Ultramarinos em Consulta, que sobre esta materia subio á Minha Real Presença de Ordenar pela Minha Immediata e Real Resolução de dezoito de Julho de mil oitocentos e nove, que os Mercadores, sendo matriculados pela mesma Real Junta, tivessem provisoriamente nesta Côrte, e gozassem o privilegio de Aposentadoria passiva nas cazas e Lojas em que

habitassem, e conservassem o seu negocio, ficando porém salvos os Direitos dos proprietarios dellas, o qual Privilegio novamente Confirmei pela outra Minha Immediata e Real Resolução de dezeseis do corrente mez de Janeiro deste anno, tomada igualmente em Consulta do dito Tribunal: E Hei por bem que assim se observe e guarde.

Pelo que: Mando á Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meu Real Erário; Regedor da Caza da Supplicação; Conselho da Minha Real Fazenda: Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação, e a todos os mais Tribunaes, Ministros de Justiça, e Pessoas, a quem o conhecimento, e execução deste Alvará pertencer, o cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar, como nelle se contém, não obstante quaesquer Leis em contrario, que todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se de cada uma Fizesse especial menção. E este valerá como Carta passada pela Chancellaria ainda que por ella não passe, e o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da Ordenação em contrario. Dado no Rio de Janeiro aos trinta e um de Janeiro, de mil oitocentos e dezoito.

REY.

Decreto.

Sendo-me presente a necessidade que há de se crearem varios Officios na Alfandega desta Corte para a melhor e mais prompta expedição dos Despachos della, que de tal sorte tem crescido pelo progressivo augmento do Commercio, que hé impraticavel o poderem ser aviados com a actividade que exige o interesse dos Negociantes e do Público, e com a fiscalisação con-

veniente dos Meus Reaes Direitos, conservando-se o pequeno numero de Officiaes que ella hoje tem, e que era sómente proporcionado em outros tempos, em que não estava estabelecida a franqueza do Commercio, e a communicacão directa com todos os Portos da Europa: Hei por bem Crear na mesma Alfandega mais dous Officios de Escrivaens da Meza Grande, um de Conferente da Porta, e um de Feitor da Meza da Abertura, todos com a natureza de Serventias Vitalicias: E Sou outrosim Servido, que cada um dos Escrivaens da Meza Grande nomeados para os dous Officios de novo creados vença annualmente o Ordenado de oitocentos mil réis, sem Emolumentos, em quanto não vagar o antigo que actualmente está servindo Miguel João Meyer, e que verificada a vacatura deste fique cessando o mencionado Ordenado, e sem dependencia de outro Despacho todos os tres Escrivaens repartaõ entre si os Emolumentos, e tenhaõ os mesmos vencimentos com igualdade. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e faça executar com os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Maio de mil oitocentos e desoito.

Com a Rubrica de El-Rey Nosso Senhor.

Decreto.

Tendo determinado no Alvará de cinco de Abril do corrente anno, que todos os generos paguem por sahida dois por cento de Consulado, e sendo necessario estabelecer o methodo desta arrecadação com exacção, simplicidade, e facilidade, para que os Meus fieis Vassallos tenhaõ prompta, e desembaraçada expedición no embarque das mercadorias, e generos que exportaõ, sem prejuizo da Minha Real Fazenda na arrecada-

dação dos Direitos : Hei por bem Crear na Alfandega desta Còrte, uma Mesa que se denominará do Consulado da Sahida, composta de um Escrivãõ, um Recebedor, dois Feitores, e dois Guardas, vencendo de Ordenado em cada um anno, o Escrivãõ, e o Recebedor, oitocentos mil réis ; os Feitores seiscentos mil réis, sem levarem emolumentos pelos despachos ; e os Guardas a razão de seiscentos e quarenta réis por dia. Nesta Mesa, que se collocará no lugar da Alfandega que for mais desembaraçado, e commodo às Partes, iraõ ellas fazer o despacho dos seus generos, declarando a quantidade, e qualidade, e pagando os Direitos de dois por cento do preço corrente, e fazendo-se dois bilhetes na fórma usada na Alfandega, se entregará um ao Despachante para sua resalva, e para acompanhar o embarque dos generos, ficando outro na Mesa, e lançado pelo Escrivãõ no competente livro ; e no meio, e fim do mez, virá o Recebedor entregar ao Thesoureiro da Alfandega os rendimentos com a conta extrahida do livro, e com os bilhetes, para se remetter ao Real Erario com os rendimentos geraes, com addicção de renda especial dos Direitos de sahida, fazendo o Escrivãõ da Mesa Grande a competente carga ao Thesoureiro do sobredito rendimento. Para a percepção, e arrecadação, se fará na Alfandega em cada mez uma lista dos preços correntes dos generos, que se costumãõ embarcar, pela qualidade média entre o baixo, e o subido, pelo modo mais authenticico e legal, a qual se reformará todos os mezes, no que fôr necessario, por poder haver variedade de preço em algum genero. Os Capitães, e Mestres das Embarcaçoens quando vierem á Mesa Grande requerer o seu despacho de sahida, apresentarãõ um Mappa circunstanciado de toda a Carga que levaõ, e o livro do Portaló

ou do Contramestre, e conferindo-se ambos com os despachos, e achando-se exactos, e tendo os Mestres jurado a verdade das suas declaraçoens, se lhes dará um Manifesto legal, e authenticico, para apresentarem nas Alfandegas do seu destino. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios.—Palacio do Rio de Janeiro em sete de Julho de mil oitocentos e dezoito.

Com a Rubrica de El Rey N. S.

Decreto.

Constando na Minha Real Prezença serem necessarios dois Feitores no Pateo d'Alfandega desta Côrte, para cuidarem no bom, facil e seguro arranjo da entrada e sahida das mercadorias que nella entraõ: Hei por bem Crear dois Lugares de Feitores do Pateo e Ponte d'Alfandega desta Côrte com quatrocentos mil réis de Ordenado cada um por anno. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios.—Palacio do Rio de Janeiro em sete de Julho de mil oitocentos e dezoito.

Com a Rubrica de El-Rey Nosso Senhor.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

Tratado com os Indios Chicksaw.

Lugar do Tratado, 19 de Outubro, 1818.

“ Agora acabamos de concluir o Tratado com os Indios Chicksaw a respeito das pertençoens

que tinhaõ sobre quazi 350 milhas de territorio nos Estados de Tennessee, e Kentucky, que constaõ quazi de 7 milhoens de geiras, e compostos das melhores terras da parte occidental, todas regadas pelos rios Tennessee, Ohio, e Mississippi. Estipulou-se pager-se-lhes uma annuidade de 20,000 dollars durante o espaço de 15 annos."

"ANDREW JACKSON."

Preparativos navaes.

(Gazeta da New York, 14 de Novembro, 1818.)

Em Washington acha-se uma nau de linha quazi acabada; uma fragata pronta a entrar no estaleiro assim que a 74 sahir delle; e avultado numero de peças de artilharia, muita madeira, &c.

Em Norfolk, está-se construindo uma nau de linha, e immediatamente se aprontaráõ as madeiras para outra, e para uma Fragata.

Em Philadelphia, está uma nau de Linha, e preparaõ-se os materiaes para outra, e para uma Fragata.

Em a Nova York, está uma nau de linha já mui adiantada, e vão-se construir duas Fragatas.

Em Boston, está-se construindo uma nau de linha, e estaõ ali já prontos os materiaes para outra nau, e duas Fragatas.

Em Portsmouth está pronta aquilha de uma nau, e com grande actividade se preparaõ os materiaes para outra, e para uma fragata.

Pensacola.—A gazeta da *Nova Orleans* de 15 de Outubro assevera, fundada na auctoridade de uma pessoa intelligente vinda de Pensacola, que nenhuma ordens se tinhaõ ainda ahi rece-

bido para á incondicional entrega daquella praça aos Hespanhoes, antes pelo contrario, fortes reforços e tropas se estavaõ todos os dias esperando dos Estados visinhos.

As noticias das gazetas da Nova York chegaõ até o dia 16 de Novembro, dia em que se devia ajuntar o Congresso. Esperava-se por consequencia com muito interesse pela Falla do Prezidente, que se suppunha tocaria dois pontos mui importantes:—1º. O negocio das Floridas;—2º. As medidas futuras que seria conveniente tomar na cauza dos Independentes do Sul da America. Presumia-se que o Prezidente intentava recomendar o reconhecimento politico da independencia do Governo de Buenos-Ayres.

AMERICAS HESPANHOLAS.

Hespanha, e suas Colonias.

(Artigo continuado da pag. 233 do No. antecedente.)

“ As provincias de Venezuela e da Nova Granada tem constantemente guardado certa uniãõ em suas operaçoens, bem que governadas por separados e independentes Congressos; e conservaram-se inteiramente livres até que o terremoto de Março de 1812 destruiu as cidades de La Guayra, Merida, e Caracas, debaixo de cujas ruinas ficaram sepultados muitos mil habitantes, e todos os depositos d'armas e muniçoens destinadas para o serviço dos exercitos. Aconteceu esta tremenda calamidade na *Quinta feira Santa*, e a impressãõ, que sempre cauza no povo supersticiozo das colonias Hespanholas este rito o mais

solemne de todos que tem a religião Catholica, foi ainda mais viva e profunda pela recordação de que aquelle dia era exactamente o anniversario da sua revolução. Desta circumstancia tiraram grande partido os clerigos que seguiaõ as partes dos Realistas; e assim nos negocios da republica entraram logo a confusão e desalento. Miranda, que foi nomeado Dictador, vio-se a final obrigado, depois de uma brioza e bem feita resistencia, a propor uma capitulação ao General Hespanhol Monte-verde, pela qual aceitou Venezuela a Constituição dada pelas Cortes á Hespanha.

“Caracas cahiu consequentemente em poder dos Realistas com todas as outras provincias; e Miranda, trahido e entregue aos Hespanhoes, foi prezo, e conduzido para a Hespanha. Os Realistas comportaram-se em Venezuela com tamanha severidade e imprudencia, que as couzas não podiaõ assim durar muito. Dom Simão Bolivar, que tinha sido um dos Deputados, mandados pelas Colonias a Inglaterra em 1810, levantou um exercito, que não chegava a mil homens, em a Nova Granada; e depois de bem succedidos combates com os Realistas, entrou na cidade de Caracas como Libertador em 4 de Agosto de 1813. Aos leitores, acostumados a ouvir narraçoens de batalhas pelejadas por muitos milhares de combatentes nas guerras da Europa, poderá parecer bem singular e notavel o contraste da insignificancia dos meios, da grandeza dos objectos disputados na America do Sul, e da immensa extensão de provincias, que tem sido campo de tão diminutivas campanhas e batalhas.

“Bolivar continuou a atacar com felicidade o resto das forças dos Realistas, e offerecendo-se a resignar sua auctoridade nas maons da Assembleia Representativa, foi por ella formalmente

nomeado Dictador. A fim de recobramos sua superioridade, os Realistas recorreram á desesperada, e triste medida da geral liberdade, e alistamento militar dos escravos; e com estes meios levantaram um exercito, ou antes um immenso bando de mais de 70,000 homens, pelos quaes Bolivar foi destroçado em uma acção geral á 50 legoas de distancia da Capital. Bolivar cometeu o grande erro de dividir seo exercito, já mui inferior em numero ao dos seos oppo- nentes. O general Hespanhol Borez occupou Venezuela em 1814, e Bolivar fugio para Carthagená, a qual cidade o General Morillo, que tinha vindo de Hespanha com 10,000 homens, (a unica expedição consideravel que Hespanha tem podido mandar para a America) sitiou no verão de 1815, e tomou depois de uma obstinada resistencia de quatro mezes, durante os quaes a maior parte de seos defensores morreu de fome.

“ Bolivar, com o auxilio de Brion, um official de marinha, e homem muito rico, e com a assistencia do General M'Gregor, que tinha servido no exercito Inglez na Peninsula, dirigiu outra expedição contra os Realistas de Venezuela, a qual foi parcialmente bem succedida, ainda que elle soffresse uma derrota. Os Realistas, segundo parece, possuem ainda as cidades principaes, mas uma grande parte do paiz está occupado pelos exercitos independentes, ou pelos bandos errantes das Guerrilhas. Os mesmos Independentes, debaixo das ordens de M'Gregor, occuparam tambem a Ilha de Amelia, a qual tem um excellente porto, e lhes dá occasião de terem communicações muito faceis com os seos amigos dos Estados Unidos. A ilha de Margarida, e parte das provincias de Cumana e Maracaybo, estão igualmente em seo poder, e Bolivar ainda hé o chefe do governo.

“ As provincias, que compoem o vice-reinado da Nova Granada, depois de violentas contestaçoens civis, estabeleceram um sistema de geral federaçãõ, e nomearam *Nurino* por General das suas forças para se opporem unidas aos Realistas, os quaes depois da tomada de Quito pozeram todo o paiz na maior desesperaçãõ, porque barbaramente quintaram todos os habitantes que a tinhaõ defendido. Nurino foi por algum tempo victorioso, mas a final, em Junho de 1814, foi feito prizioneiro ; e a cauza, que por seos esforços muito tinha prosperado, recebeu mui forte quebra.

O Congresso da Nova Granada nem por isso desesperou da sua cauza por este contratempo, e empregou ainda em Dezembro de 1814 Bolivar na operaçãõ de compelir a provincia de Cundinamarca, com a Capital de Santa Fé de Bogota, á submeter-se a sua forma de governo. Neste ponto foi elle bem succedido, e o Congresso passou a hir fazer suas sessoens naquella Capital. As tropas da Nova Granada foraõ entãõ empregadas por Bolivar na reduccãõ de Carthagenã, cujo governador Castillo se havia rebelado. Mas quando os dois exercitos estavaõ pelejando por este ponto de dissençaõ civil, chegou Morillo, aquem ambos os partidos tiveram de ceder.

“ Levando avante suas victorias, Morillo tomou Santa Fé em Junho de 1816, depois de uma mui vigorosa resistencia dos Independentes. Pelos despachos interceptados deste mesmo General, remetidos ao Governo Hespanhol (por que *nem todos* sãõ inventados) se vê, que ainda em muitas provincias da Nova Granada dura a guerra contra a Hespanha, que o espirito de independencia ainda ahi não está suffocado, e que se Hespanha não poder manter seos exercitos

com constantes reforços, elles em pouco tempo não poderão resistir ás Guerrilhas que por toda a parte andaõ fazendo correrias.

“ A Colonia do Mexico hé, debaixo de muitos respeitos, o objecto principal que excita os cuidados da Mãi patria na prezente contestação. Sua povoação excede seis milhoens de habitantes; e só a capital tem 140,000 almas. Diz Humboldt, que esta hé a mais civilisada de todas as Colonias Hespanholas, e que suas minas, seos portos, e sua localidade fazem que seja a mais importante de todas. Houve ahi tranquillidade em quanto o Arcebispo foi Vice-Rey, mas por effeito de uma conjuração formada por alguns Officiaes Hespanhoes, e pelo Cura *Hidalgo*, que ganhou grande influencia, rebentou a revolução com uma formidavel apparencia. Os revolucionarios appareceram em armas assim que chegou o Vice-Rey Venegas; e *Hidalgo* á frente de um tumultuozo exercito popular de 80,000 homens apossou-se do tezoiro Real de Goanaxuato, e ficou com o dominio das mais ricas minas do paiz. Tomou por deviza as bandeiras dos antigos Imperadores do Mexico, e nellas estampou a imagem da Senhora de Guadalupe, objecto da maior devoção Catholica no Mexico. *Hidalgo* marchou até poucas legoas de distancia da cidade do Mexico, e se dentro de seos muros tivesse achado algum partido a seo favor, a cidade teria cahido em seo poder, por que as forças de Venegas eraõ mui inferiores, e até estavaõ mui desanimadas. Mas o Arcebispo e a Inquisição publicaram uma solemne excomunhaõ contra *Hidalgo*, e em virtude della tanto os habitantes da cidade como os de fóra ficaram petrificados, e não ouzaram dar um so passo em favor dos patriotas. Assim ficaram estes longo tempo diante da cidade, e tal demora deu tempo a seos

opponentes de ajuntarem suas forças, e de os obrigar com ellas a retirar-se em alguma confusão. A final este mesmo exercito de *Hidalgo* foi perseguido e derrotado pelo General Hespanhol Calleja; mas o que em tudo isto deve admirar hé que elle havia mandado cunhar moeda com a effigie de Fernando VII. *Hidalgo*, ainda duas vezes derrotado pelos Hespanhoes, foi feito prizioneiro pela traição de um dos Generaes Independentes, e acabou sendo morto com todos os seos officiaes. Alguns chefes continuaram ainda uma guerra de correrias, e entre elles se fizeraõ mais notaveis o Advogado Rayon, e o clerigo Morelos, os quaes formaram uma Junta, e nella reconheceram Fernando. Calleja porem tomou Zitiquaro, a residencia desta Junta, e teve a barbaridade assim como a impolitica de lhe mandar arrazar todos os edificios sem lhe deixar em pé uma so caza. Morelos, depois de muitas acçoens com os Realistas, e depois de haver destruido os Armazens Reaes do tabaco, que eraõ de immenso valor, tomou a cidade de Acapulco, e effectivamente cortou todas as communicacoens entre Vera Cruz, e o Mexico. A' Junta succedeu um Congresso que se congregou a 40 legoas de distancia do Mexico, e organisou e publicou uma Constituição democratica. Acapulco foi em fim retomada pelos Hespanhoes; mas os colonistas, havendo armado Corsarios no Golpho do Mexico, puderam receber depois auxilios de armas, muniçoens, e officiaes, entre os quaes receberam dois de nome mui conhecido, um o General Francez Humbert, e outro, Mina, filho do famoso Mina que tanto se illustrou na guerra de Hespanha.* As noticias posteriores são todas

* Este Artigo foi escripto nos fins de 1817, e por isso hé anterior a desgraçada sorte de Mina.—Os REDACTORES.

mui incompletas e obscuras. Parece com tudo que a provincia de Puebla está ainda em poder dos Independentes, e quazi todas as mais provincias são tambem ainda corridas por bandos armados, que cortão as communicacoens commerciaes, impedem o trabalho das minas, e até a ordinaria cultura das terras. Dom João Apodaca, que por muitos annos residiu em Inglaterra como Ministro Hespanhol, hé hoje o Vice Rey; o qual tendo abandonado a má politica que seos antecessores adoptaram sem fructo, parece ter ganhado muito com o seo sistema de reconciliação e brandura.

Assim que o governo Hespanhol de Buenos Ayres foi aniquilado, creou-se logo ahi uma Junta pelo modello das que então havia em Hespanha. A provincia do Chili seguiu o mesmo exemplo; e como se visse segura mandou soccorros militares ao governo de Buenos Ayres. Tambem um exercito consideravel foi enviado para as provincias do Alto Peru, das quaes foraõ então expulsos os Realistas. Todavia, o seo Commandante Goyeneche, aproveitando-se da desuniaõ entre os Chefes dos Independentes, reconquistou o paiz; e a não ter empregado medidas de crueldade, que tem sido geraes em toda a parte do territorio Americano, e tem exesperado os habitantes, ainda hoje seria provavelmente senhor daquelle territorio.—A cidade de Monte Video resistiu aos colonistas por meio da defeza que lhe fez o General Elio, ajudado por tropas e dinheiro Portuguez. A final os dois partidos assentaram uma Capitulaçãõ, em virtude da qual foraõ obrigados os Portuguezes a retirar-se e voltar para o Brazil; estes com tudo continuaram a cometter hostilidades, e já as forças coloniaes marchavaõ contra elles, quando morreo o Ministro Portuguez *Souza*, e seo successor propoz

termos honrozos de paz, e de mutua garantia, os quaes foraõ aceitos. Entre tanto elegeo-se em Buenos Ayres uma Assembleia constituinte, que nomeou um governo executivo composto de tres individuos; mas como os exercitos fossem constantemente derrotados no Peru pelos Realistas, e o espirito publico mostrasse grandes receios, nomearam Dom G. Pozadas supremo Director com um conselho de sete membros.— Outra nova contestação houve ainda em Monte Video, que foi tomado em 1814 pelo Coronel Alvear. A guarnição Hespanhola teve licença para se embarcar para a Hespanha em virtude de uma capitulação; mas esta foi violada com o pretexto de fazer repreza sobre os Hespanhoes, em consequencia do máo procedimento que seos Generaes haviaõ tido no Peru, não guardando armisticios nem tratados.

O governo de Buenos Ayres recusou entregar Monte Video ao General Artigas, que o reclamava como dependencia das provincias da margem oriental da Prata, das quaes se dava por chefe, porque depois de haver possuido uma parte do Paraguay havia assumido uma auctoridade independente. Assim, em virtude deste direito tomou com effeito posse da cidade, continuou em guerra contra Buenos Ayres, e derrotou o exercito mandado contra elle. Depois de frequentes mudanças de governo, e muitas commoções populares, elegeo-se um novo Congresso, que nomeou Dom P. Puyrredon unico e supremo Director, o qual publicou uma declaração formal da independencia daquellas provincias em Julho de 1816.—O governo Portuguez, constantemente atormentado pela ambição de estender seos enormes dominios até o Rio da Prata, quebrou os artigos do tratado; e mandando avançar o General Lecor até Maldonado, entrou

Monte-Video sem resistencia em Janeiro de 1817. As forças Portuguezes ainda lá estão, mas todo o territorio está independente de Hespanha.

“ As provincias do Chili convocaram um Congresso, mas nellas entrou a dissensão civil pela ambição de tres irmaons chamados *Carrera*, que tinhão usurpado a auctoridade suprema; e vendo isto o Vice Rei de Lima expedio um exercito contra ellas em 1813, que ganhou algumas vantagens parciaes, sem com tudo fazer consideraveis progressos. Os Colonistas de poseram *Carrera*, e deram o commendo a O'Higgins, um brioso e habil official. As tropas independentes estavam já quazi a ponto de abrirem a guerra civil quando receberam a noticia de que o Vice-Rei de Lima refusava rateficar o armisticio, em virtude do qual o Chili devia mandar certo numero de deputados para as Cortes em Hespanha, quando este novo governo fosse reconhecido. O general Hespanhol, depois de varios combates com O'Higgins, tomou as principaes cidades do Chili no outono de 1814, e mandou os chefes dos Independentes para a ilha deserta de *Joaõ Fernandes*. Mas o governo de Buenos Ayres, que nos successos dos Hespanhoes previo o imminente perigo da sua propria cauza, mandou em soccorro do Chili um exercito commandado pelo General San Martin, o qual depois de atravessar os Andes, derrotou os Realistas em uma batalha geral ás portas de Santiago, e restabeleceu o antigo congresso em Fevereiro de 1817. Este bom successo dos Independentes foi essencialmente devido ao máo proceder, e impolíticas medidas dos generaes e governadores Hespanhoes.”

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

FRANCA.

Abertura da Sessão das Cameras no dia 9 de Dezembro. Falla d'El Rei Luis XVIII.

“ Senhores ;—No principio da ultima sessão, ao mesmo passo que eu deplorei os males que affligião nossa patria, tive a satisfacção de annunciar as proximas esperanças de os ver acabados. Um esforço generoso, e de que nenhuma outra nação, eu o digo com vaidade, tem dado até agora exemplo, habilitou-me para realizar estas esperanças, e ellas já estão com effeito realisadas. As minhas tropas unicamente occupaõ todas as nossas Fortalezas ; e um de meos filhos, que correu a participar dos transportes de alegria das nossas provincias orientaes, já com suas proprias maons, entre as acclamaçoens de meo povo, arvorou a Bandeira Franceza sobre os muros de Thionville ; e esta Bandeira agora tremóla sobre todo o territorio Francez.

“ O dia em que meos filhos, que tão animosamente tem soffrido o pezo de uma occupaçoõ por mais de tres annos, ficaram livres della, será um dos mais bellos dias da minha vida ; e meo coração Francez não tem sentido menor satisfacção em os ver já livres de suas desgraças do que em ver a independencia da patria. As provincias, que tão tristemente tem occupado meos pensamentos até hoje, merecem tambem occupar os pensamentos da nação, que, assim como eu, tem presenceado sua heroica resignação.

“ A nobre unanimidade de coração e sentimentos, que manifestastes quando eu vos pedi os

meios de cumprirmos as obrigaçoens que tinhamos contrahido, foi uma prova mui brilhante que os Francezes deram de quanto amão a sua patria, e da confiança que a nação tem no seo Rei; e á vista disto a Europa prontamente abriu os braços á França, e a tornou a colocar no lugar que lhe compete.

“ A declaração, que annuncia ao mundo os principios em que está fundada a uniaõ das cinco potencias, sufficientemente mostra a amisade que agora existe entre os soberanos. Esta saudavel uniaõ, dictada pela justiça, e consolidada pela moralidade e religião, tem por unico fim prevenir o flagello da guerra, por meio da segurança dos tratados, e da garantia dos direitos existentes, e nós offerece os longos dias de paz que uma tal alliança promette a Europa.

“ Eu estava esperando em silencio por esta feliz epoccha para pôr em pratica a solemnidade nacional pela qual a religião consagra a intima uniaõ do povo com o Rei. Quando esta Real funcção se executar perante vós, tomarei entãõ a Deos por testemunha, o Deos por quem todos os Reis reinaõ, e o Deos de Clovis, Carlosmagno, e S. Luis, ; e diante do altar renovarei o juramento de confirmar as Instituiçoens fundadas na Charta, as quaes cada vez muito mais amo, depois que vejo que os Francezes, por um unanime sentimento, sinceramente as tem adoptado.

“ Em todas as Leis que se vos propozerem terei cuidado que seja visivel este mesmo espirito, a fim de segurar cada vez mais os publicos direitos dos Francezes, e conservar na monarquia a força de que precisa para mante ras liberdades que são do gosto do meo povo.

“ Ao passo que auxiliardes meos dezejos e esforços, não vos esquecereis, Senhores, que esta Charta, quando libertou a França do despotismo,

poz um termo ás revoluçoens. Confio pois que concorrereis comigo para repelir esses perniciosos principios que, com a capa de liberdade, attacão a ordem social, abrem caminho, por meio da anarquia, ao poder absoluto, e cujas fataes consequencias tem custado ao mundo muito sangue e muitas lagrimas.

“ Os meos Ministros tem de apresentar-vos a Conta das despezas necessarias para o serviço publico. Os longos effeitos dos successos, cujas consequencias nós tivemos que soffrer ou aceitar, não permittem ainda que eu possa propor-vos alguma diminuição dos encargos impostos sobre o meo povo; tenho com tudo á consolação de prever, que já não está mui distante a epocha em que eu possa satisfazer este desejo do meo coração. Desde hoje fica pôsto o limite ao augmento da nossa divida; e temos a certeza de que ella diminuirá com progressão mui rapida. Esta certeza, ea lealdade da França em cumprir seos ajustes, dará um firme alicerce ao crédito publico, o qual por transitorias ciscunstancias, communs aos outros Estados, tem por um momento igualmente soffrido.

“ Os jovens Francezes acabaõ de dar uma nobre prova do amor que tem a sua patria e ao seo Rei. A lei do recrutamento tem-se executado com submissão, e muitas vezes com alegria. Ao passo que os novos soldados entraõ nos corpos do exercito, seos irmãos, excluidos do serviço, ficaõ no seio de suas familias, e os veteranos, depois de findo o seo tempo, voltaõ para suas cazas: todos elles são um vivo exemplo da fidelidade, de hoje em diante inviolavel, em executar as leis.

“ Depois das calamidades produzidas por um máo anno de colheitas, cuja lembrança ainda hoje afflige meo coração, a Providencia enrique-

ceu este anno com todos os ricos dons da abundancia. Esta concorrerá para reanimar o commercio, que faz com que os navios Francezes já corraõ todos os mares, e suas bandeiras se vejaõ em as naçoens mais remotas. A industria, e as artes, que tambem já vaõ estendendo seo imperio, augmentaráõ as doçuras da paz geral. A patria, alem da sua independencia, já goza da liberdade particular e interna, tal como a França nunca gozou até agora. Unamo-nos conseguintemente em sentimentos e expressoens de gratidaõ para com o auctor de tantos bens, e procuremos fazelos duraveis. Assim elles o seraõ se, esquecendo todas as tristes lembranças, e suffocando todos os resentimentos, os Francezes se persuadirem que suas liberdades são inseparaveis da boa ordem, a qual está fundada sobre o throno, seo unico Palladium. Meo dever hé defende-las contra seos communs inimigos; eu o cumprirei pois; e espero, senhores, achar sempre em vos o auxilio que até agora não tenho em vaõ invocado.”

H E S P A N H A.

Decreto da Inquisição.

Em nome da Santissima Trindade, &c.

Sabendo-se que entre os vassallos deste reino circulaõ certos livros que tendem para principios hereticos, irreligiosos, e sediciosos; e sendo da ultima importancia obstar a seos progressos, e punir os auctores, publicadores, e circuladores; determinou-se tomar immediatamente as medidas mais capazes de conseguir este fim.

Tôdas as pessoas, que tiverem em seo poder as obras abaixo nomeadas, seraõ conduzidas per ante o Santo Officio, e receberaõ o castigo proprio das circumstancias, com tanto que não seja menor que a prizaõ solitaria de tres mezes debaixo da auctoridade do Santo Officio, e uma pena pecuniaria de 25 dobroens. As obras prohibidas saõ:—A historia da Inquisiçaõ;—Razoens por que se deveria abolir a Inquisiçaõ;—Poucas Reflexoens sobre o restabelecimento da Irmandade da Ordem de Jesus;—A theoria das Cortes;—A Necessidade de uma Representaçãõ Nacional;—Observaçoens sobre o comportamento de diversas Cortes da Europa;—Cantigas Patrioticas;—Difficuldades que presentemente há para vencer.

O maior numero destas producçoens hereticas, e sediciosas tem sido impresso em paizes estrangeiros, em lingua Hespanhola, e occultamente introduzido neste Reino.

Teraõ um castigo proporcionado todos os individuos que tiverem em seo poder qualquer Jornal estrangeiro, Gazeta, &c., que tratarem de assumptos oppostos ao governo e Instituiçoens de Hespanha.

Dado em Madrid, aos 19 de Novembro, A. D. 1818.

(Assignados) FRANCISCO XAVIER MIER
Y CAMPILLO, Inquisidor
Geral do Reino.

ANDRE' FLORES PEREIRA,
Secretario.

P O R T U G A L.

Porto Franco em Portugal.

(Artigo continuado da pag. 226 do No. antecedente.)

PROPOSIÇÃO V. — *Do Edificio, ou Edificios do Porto Franco.*

Depois dos beneficos esforços do governo, e dos felizes resultados dos sabios planos da Barra de Aveiro; depois de completos os melhoramentos que racionavelmente são de esperar das esclarecidas medidas tomadas pelo habil Engenheiro Luis Gomes de Carvalho; depois de se dar á mesma Barra uma profundidade e largura sufficientes para a passagem de navios mercantes do maior lote, e até de navios de guerra; e depois de estarem em fim solidamente fixas as suas paredes, e quando mesmo já não haja mais que dezejar a respeito da bondade da Barra; esta obra admiravel estará sempre incompleta em quanto não for aperfeiçoada por um porto que offereça seguro azilo a todos os navios a que poder dar entrada.

A extensão da Ria, e as planices, que a circundão a fazem desabrigada de todos os lados; e por tanto dá mui incomoda e arriscada ancoragem no inverno. Hé este um inconveniente que se deve remover em beneficio da navegação, e melhoramento da obra; persuadindo-nos ao mesmo tempo que como parte deste plano deveria tentar-se a formação de um Dique. Assim parecendo elle ser uma parte essencial da obra primitiva, parece tambem ser de razão que fosse

construido por meio das mesmas contribuiçoens ou consignações designadas desde o principio para ella. Este Dique não só atrahiria uma grande quantidade de embarcaçoens nacionaes e estrangeiras, á titulo de commercio e de refugio, mas alem das vantagens commerciaes offereceria ao governo um excellente local para o estabelecimento de um Deposito naval para protecção do commercio maritimo das provincias do norte.

Sem se pertender aconselhar o modo de sua construcção, será todavia bom lembrar, que a muita abundancia que temos de pedra faz-nos as mais das vezes desprezar outros materiaes que naçoens, que a não tem, empregão nas suas obras com muita utilidade e economia. Quem tiver observado a facil construcção de obras da mesma natureza hade ter tambem visto que duas ordens de estacadas, entulhado o seo intervallo com lodo, são sufficientes para conter as agoas. Toda a arte e destreza estão no delineamento e execução das comportas; mas não hé esta certamente uma difficuldade superior aos bem conhecidos talentos do actual Engenheiro.

Naõ será com tudo fóra de proposito lembrar, que o mais perfeito *Bate-estacas*, hoje conhecido, parece ser a maquina inventada por Mr. J. Bunce, e denominada *Pile Engine*. Por meio desta maquina somente dois homens manejão e enterraõ com toda a facilidade e ligeireza uma estaca de 50 e mais palmos, como se tem presenciado, ainda não ha muito tempo, na construcção da *Nova Alfândega* de Londres, e nas pontes de *Waterloo*, e *Southwark*.

Feita pois a Bacia, como fica dito, o Governo a deveria ceder á Sociedade para servir de baze aos armazens para a accomodação do Porto Franco, os quaes a mesma Sociedade deveria fazer construir conforme o plano que fosse adop-

tado pelo Governo, podendo se tomar para modelo os *London Docks*.

Naõ nos parece porem conveniente que a sociedade, tomasse a immediata administraçãõ e inspecçãõ da Obra: melhor seria offerece-la de empreitada a nacionaes ou estrangeiros, nomeando-se um Commissario por parte da Sociedade, e outro por parte do governo para vigiarem na facil execuçãõ do Plano.

Portaria, relativa á Visita, ou devassa da Alfandega Grande de Lisboa.

“Tendo subido a Real presença a Consulta do Conselho da Fazenda de 18 de Junho do corrente anno, na qual em cumprimento do Avizo de 12 de Maio antecedente interpoem o seo parecer sobre os Artigos da Conta e Informaçãõ dada pelo Conselheiro Antonio Joze Guiaõ, Vizitador da Alfandega Grande desta Capital; Attendendo El Rey N. S. a que a maior parte dos ditos artigos consistem na exposiçãõ de abuzos que o Vizitador achou introduzidos contra a expressa determinaçãõ do Foral, Leis, e Ordens Regias, como se vê da confrontaçãõ que mui judiciosamente fez da Legislaçãõ com a practica; e a que o resto dos mesmos artigos, e alguns dos que formãõ os votos separados do Conselheiro D. Miguel Antonio de Mello na dita Consulta, e na outra de 6 de Abril deste anno, se referem a novas providencias que se propoem como uteis para o bem da Fazenda: E considerando outro sim que as inovaçoens repentinas e naõ preparadas perturbaõ sempre á ordem estabelecida em quanto naõ chegaõ a consolidar-se, e que até a mesma reforma de abuzos existentes deve

muitas vezes ser lenta e progressiva, principalmente quando esses abuzos são em grande numero, e se achão profundamente arraigados, em consequencia de sua longa duração: Manda remetter novamente ao Conselho a Conta da Vizita, dada pelo Conselheiro Visitador, que subio a R. presença no seo Original, com os Autos e mais documentos que a accompanhaõ, e hé servido ordenar: Primo—Que o Conselho se occupe sem perda de tempo e com o seo constante zelo pelo R. Serviço, em restituir o Foral, e mais Leis relativas á Alfandega a sua inteira observancia, e em corrigir os abuzos apontados nos Autos da Vizita, ouvindo o Dezebargador do Paço Administrador interino Manoel Antonio da Fonseca e Gouveia sobre o modo porque mais facil e prontamente se possaõ corrigir os mesmos abuzos para depois mandar proceder na execução das providencias que lhe parecerem convenientes para o dito fim, com a necessaria circumspecção, de maneira que as reformas se fação sem perturbação do expediente, e sem prejuizo das partes nem da R. Fazenda.—Secundo. Que conhecendo-se pela conta do Conselheiro Visitador, e Autos da Visita, que algumas das praticas irregulares, por elle referidas, consistem em factos que devem sujeitar seos auctores a um processo judicial, ordena ao mesmo Administrador interino da Alfandega que ponha em execução o que pelo Regimento, Ordenações, e Leys do Reino se acha determinado em semelhantes cazos; para o que lhe seraõ remettidas as clarezas e documentos constantes da Vizita, e que o Conselho julgar conveniente.—Tertio. Que tomando em consideração as novas providencias apontadas pelo Conselheiro Visitador e pelo Conselheiro D. Miguel Antonio de Mello, proponha as que julgar adoptaveis, com as modificações com que

algumas dellas deverãõ talvez ser estabelecidas, e o tempo em que convirá que principiem a executar-se; consultando com o seo parecer a fim de que sendo tudo levado ao immediato conhecimento de S. M. resolva o mesmo Senhor o que for do seo R. agrado. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido e faça executar. —Palaciõ do Governo, em 24 de Outubro de 1818.—“ Com 4 Rubricas dos Governadores do Reino.”

INGLATERRA.

Este paiz não apresenta desta vez circumstancia alguma politica que possa particularmente interessar os estrangeiros que vivem fora de Inglaterra. Depois da abertura do Parlamento, que está proxima, haverãõ talvez debates de grande importancia, porque não só há gente nova que vem figurar no theatro politico, mas há nova mudança de Scena pela a evacuaçãõ dos Alliados do territorio Francez.

Entre as noticias chegadas a Londres, alem das que ficaõ já mencionadas nos artigos antecedentes, há :—a Mensagem do Prezidente dos Estados Unidos ao Congresso, que abriu a sua Sessão no dia 16 de Novembro passado. A publicaçaõ deste Documento fica para o No. seguinte.

Em França não tem ainda as Cameras entrado em discuçaõ alguma de interesse publico. Procedeo-se unicamente a elleiçaõ de Prezidente e Vice-Prezidente da Camera dos Deputados, e

para o primeiro lugar escolheu El Rei, entre os propostos, M. Ravez.

Falla-se muito em uma lei que se deve propor para modificar a actual das elleiçoens, que renova annualmente a Camera dos Deputados com um 5º de novos membros. A lei proposta deverá ser, que a Camera, em vez de se renovar annualmente por um 5º, haja de renovar-se toda por uma vez no fim de 5 annos. Esta medida attribue-se aos chamados Ultra-Realistas, que, vendo que nenhum do seo partido foi elleito este anno, temem ver-se de todo expulsos da Camera, e neste cazo procuram manter-se nella ao menos por 3 annos, até findarem os 5, e durante este tempo trabalhar em soster o seo partido, que parece haver perdido toda a confiança publica. Quando a La Vendée, sempre até agora Ultra-Realista, nomeou para seo Deputado M. Manuel, mostrou evidentemente o descredito em que está aquelle partido. Se tal lei com effeito se propoem há de dar occasião a mui fortes e interessantes debates.

CORRESPONDENCIA.

Pertende-se imprimir em Londres a Statistica das Ilhas do Corvo, e das Flores, que deve servir de continuacão á Statistica das Ilhas de S. Miguel, e Santa Maria, que já foi annunciada em o No. 69 deste Jornal, volum. 18, pag. 141. Os objectos, de que deve tratar, são os que vão expostos no Indice seguinte :—

STATISTICA DA ILHA DO CORVO.

Indice.

Primeira Parte.

Topographia geral, ou Descripção Phisica, ou Natural.

Descobrimento.

Situação.

Nome.

Clima.

Extensão territorial.

Montanhas.

Furnas.

Ribeiras.

Lagoas.

Fontes.

População contemplada debaixo de diferentes pontos de vista.

1. Sua origem.

2. Totalidade.

3. Relação com os Nascimentos, Mortes, Casamentos, e Sexos. Reflexoens sobre as relações supra.

4. Relação com ás idades.

5. Relação com as diferentes classes da sociedade.

6. Força armada.

7. Relação com o numero de fogos.

8. Relação com a emigração.

9. Cauzas de não haver maior população.

10. Relação da população com a superficie da Ilha.

BOTANICA.

Solo.

AGRICULTURA.

Producçoens vegetaes.

Trigo.
Centeio.
Milho.
Plantas Leguminozas.
Plantas Tuberozas.
Plantas Hortences.
Arvores fructiferas.
Arvores de madeira de consumo.
Vinha.
Flores.

ZOOLOGIA.

Producçoens animaes.

Gado Cavalar, Muar, e Cabrum.
Gado Lanigero.
Gado Cornigero.
Animaes salvagens.
Aves domesticas.
Aves selvagens.
Peixes.
Crustacéos.
Animaes Poliposos.
Insectos.
Reptis.

MINERALOGIA.

Produção da Ilha.
Consumo.
Preços dos generos de consumo.

Segunda Parte.

Descripção Historica, Civil, e Politica.
Historia.

Divizaõ Militar, Civil, e Ecclesiastica.
Governo.
Religiaõ.
Educaçaõ Publica.
Homens illustres.

BALANÇA DO COMMERCIO.

Exportação de 1815.
Importação de 1815.
Preços.
Observações sobre a balança do Commercio.
Medidas, Pezos, e Moedas, e sua comparaçaõ
com as das Partes com quem comerceia.

RENDIMENTOS.

Impostos Reaes

Cazinha (Alfandega.)
Sellos.
Sizas.
Dizimos.
Da Creaçaõ dos Gados.
Dos Moinhos.

IMPOSTOS ECCLESIASTICOS.

Dizimos.

IMPOSTOS MUNICIPAES.

Despezas.

Despeza Real.

Terceira Parte.

Topographia Particular, e Segunda Parte da
Descripçaõ Phisica, Civil, Politica, e Historica.
Historia do Vulcanismo.
Curiozidades naturaes.
VOL. XXIII. 2 Y

Apendice.

Historia da Ilha do Corvo traduzida da Historia das Ilhas dos Açores do Oeste, impressa em Londres em 1813, pelo Capitão T. . .

Refutação da dita Descripção, pelo An . . . da Statistica.

STATISTICA DA ILHA DAS FLORES.

*Indice.**Primeira Parte.*

Topographia geral, ou Descripção Phisica, ou Natural.

Descobrimento.

Situação.

Nome.

Clima.

Extensão territorial.

Montanhas.

Ribeiras.

Lagoas.

Furnas.

População contemplada na sua origem, totalidade e augmento.

População existente em o 1º do Janeiro de 1817.

Sua Relação com as Nocimentos, Cazamentos Mortos, sexos e idades.

Dª com as differentes classes da Sociedade.

Numero de Fogos.

Emigração.

Tabellas dos lugares de Ilha ordenados pela maior população.

Dª . . . dª pelo maior numero de fogos.

Freguezias classificadas pelo maior numero de Nac. entos.

D^a pela maior mortalidade.

Relaçãõ com a força armada.

Causas de não haver maior populaçãõ.

Relaçãõ da populaçãõ com o terreno da Ilha.

Relaçãõ com o terreno cultivado.

BOTANICA.

Solo.

AGRICULTURA.

Producçoens Vegetaes

Plantas Leguminozas, Oliozas, Hortences, e Tubarozas.

Arvores fructiferas, e demadeira de construcçãõ.

Prados naturaes, e arteficiaes,

Vinhas.

Flores.

ZOLOGIA.

Producçoens animaes.

Gado Cavallar e Muar.

Gado Lanigero e Cornigero.

Aves domesticas.

Aves selvagens.

Peixes.

Crustaceos.

Animaes Polypozos.

Insectos.

Reptis.

MINERALOGIA.

Relaçãõ da Superfice com o terreno cultivado.

Producçãõ da Ilha.

Consumo.

Preço das productos da Ilha em 1777, e 1815.

SEGUNDA PARTE.

Descripção Historica, Civil e Politica.
Historia.

Divizaõ e governo Militar, Civil e Ecclesiastico.

Posturas da Camara da Villa de Santa Cruz, porque se governa a Ilha, e igualmente a do Corvo.

Religiaõ.

Educaçaõ publica.

Uzos e costumes dos habitantes.

BALANÇA DO COMMERCIO.

Exportaçãõ.

Importaçãõ.

Regulamento do Porto, e Cazinha (pequena Alfandega).

Moedas, pezos, e medidas.

RENDIMENTOS.

Impostos Reaes.

Impostos Municipaes.

Impostos Ecclesiasticos.

Rendimentos do Convento das Religiozas Franciscanas.

DESPEZAS.

Despeza civil.

Despeza Eccleziastia.

Despeza da Camara.

Arrecadaçaõ das rendimentos.

Topographia Particular, Segunda Parte da
Descripção Phisica, Civil, Politica e Historica.

Vulcanismo.

Curiozidades naturaes.

Carta Militar da Ilha.

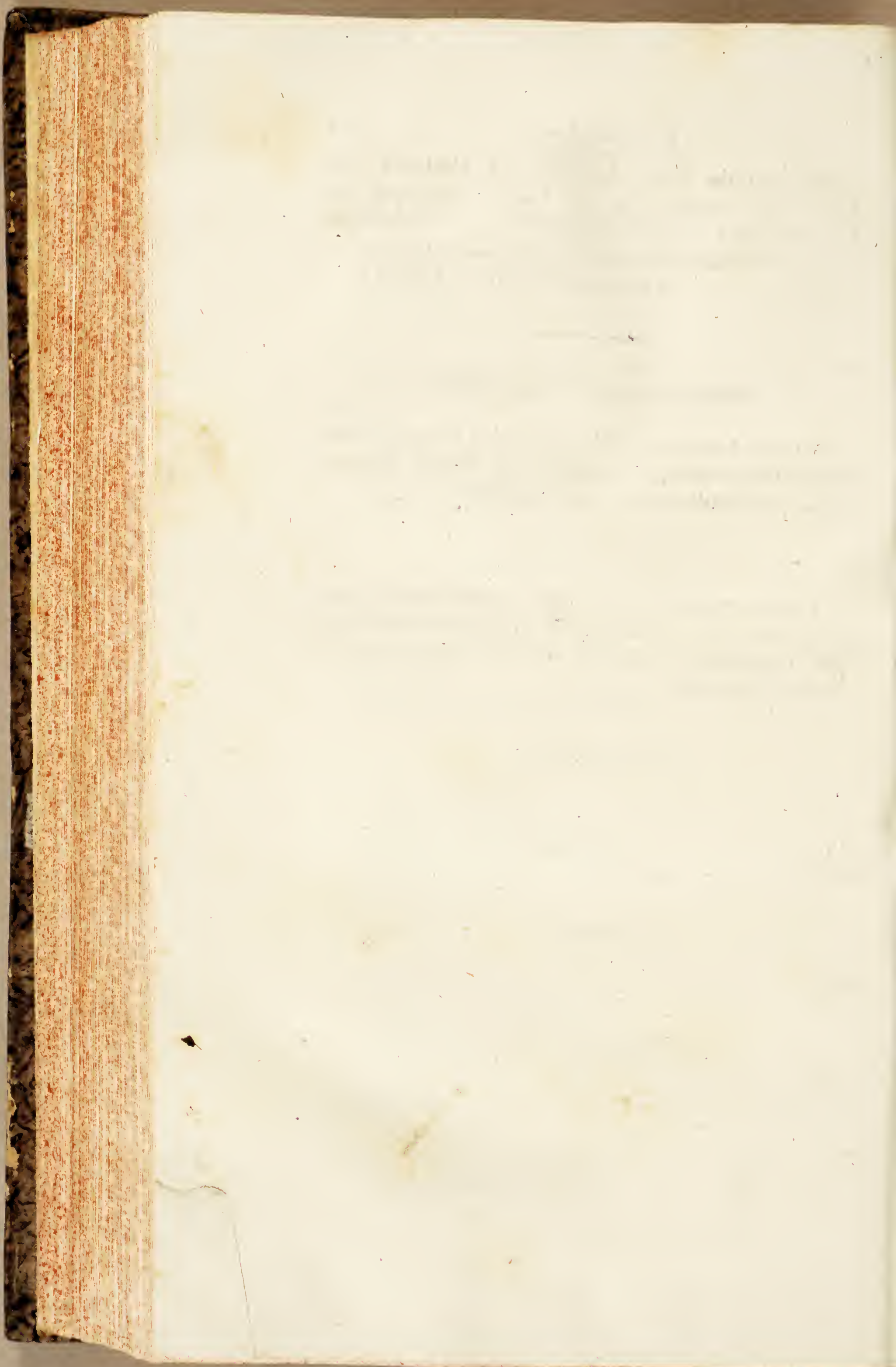
Histeria da Ilha traduzida da Historia das Ilhas dos Açores, ou do Oeste, impressa em Londres em 1813 pelo Capitão T. A., e Refutação da dita Descripção, pelo Author da Statistica.

FRANCISCO BORGES DA SILVA.

Resposta a um Correspondente.

Senhor Antonio da Costa Rocha Pitta, as suas Reflexoens sobre a Capitania de Minas Geraes, serão publicadas em o No. seguinte.

Errata essencial em o No. antecedente, pag. 239, linha 28. Aonde se lê—reclamaçoens feitas por Capitaens Inglezes, leia-se :—feitas por capitães Inglezes.



O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ

EM INGLATERRA,

OU

JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

FEVEREIRO, 1819.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA
E ESTRANGEIRA.

Reflexoens sobre a Capitania de Minas Gerães.

NA Gazeta da Bahia de 13 de Março do presente anno vi umas reflexoens feitas pelo Gazeiteiro sôbre uma carta do Snr. Langsdorf, copiada em o numero 6 da mesma Gazeta, contendo as suas reflexoens sobre a Capitania de Minas. Mineiro como sou; porein educado em outra escola, sinto em extremo não poder tomar igualmente o partido patriotico que anima ao Redactor da Gazeta; porein entretanto que a sãa razãõ me ordena de não me unir aquelles sentimentos,

VOL. XXIII.

2 Z

de bom grado lhe agradeço as suas boas intenções, e lamento que o Redactor se empenhe á favor de uma cauza injusta. Quando se falla ao publico deve prevalecer a verdade nos discursos que se lhe dirigir; alucina-lo com illusoens falsas e mal fundadas, e por uma indiscreta vergonha, encobrir-lhe os defeitos nacionaes, e procurar persuadi-lo de que possui virtudes que não o adornão; hé commetter um crime imperdoavel, e revestir-se do character da mais baixa e da mais vil adulaçãõ. O estrangeiro que pôde descobrir os defeitos dos habitantes de uma provincia, bem longe de merecer a nossa execraçãõ, pelo contrario hé acredor do nosso agradecimento; em vez de o criticar, hé mais acertado fazer com elle parte commum, e expondo á toda a luz do dia aquelles reconhecidos defeitos, chamar a attençãõ do governo aquelle ponto, para que empregando os meynos (que se reduzem a boa e bem dirigida educaçãõ publica), faça apparecer os melhoramentos dezechados, os quaes jamais sãõ o producto das illusoens e das adulaçoens servis. Não conheço ao Snr. Conselheiro Langsdorf, mas pela sua carta e pelo que sei da Capitania de Minas, reconheço e confesso aos meos leitores que elle não só não passou por ella *como caõ por vinha vendimada*, nem se utilizou das reflexoens de viajantes de outras eras (porque não os há); mas sim viajou com os olhos bem abertos, e proprios de um naturalista que os primeiro golpe tudo descortina. Porque elle soube reconhecer que o vicio reinante da Capitania de Minas hé a preguiça, merece que se revoltem contra elle? Mais liberal foi elle com os mineiros do que eu o sou: elle assina por cauza de se não cultivarem as terras a grande sede de ouro; e com este engano, que só por uma longa residencia em Minas se pôde reconhecer, fez um

grande favor aos mineiros. Eu até esta agili-
dade lhes nego e afirmo que são preguiçosos para
todo e qualquer trabalho. Mas no quadro fiel e
exacto das qualidades moraes e physicas de todas
as classes dos habitantes de Minas, que vou
apresentar, examinarei com miuda attenção
aquelle ponto ; e tiraremos depois a conclusão do
seu character.

População.

Toda a população da Capitania de Minas
Geraés hé com pouca differença de 400,000
almas; d'estas 250,000 são livres, e 150,000
escravos. Os ultimos não entrarão em exame;
meros instrumentos, e executores empregados
pelos primeiros, á força dos xicotes, são postos
em movimento, ficando a preguiça excluida
d'esta raça

Subdividamos a classe dos livres : estes distin-
guem-se pela côr branca, parda, e preta; e não
faremos menção dos vermelhos que apenas che-
garão á 9,000 almas. Os brancos fórmaõ um
corpo de 87,000 individuos, os pardos de 109,000
e os pretos um de 45,000 de ambos os sexos.
Não obstante em todas as tres classes ser o nu-
mero das mulheres mayor que o dos homens,
descontemos a metade para o numero das mul-
heres, e da outra metade as duas terças partes
serão compostas de crianças : em consequencia,
na classe dos brancos ficaõ 16,000 homens
adultos, na dos pardos 18,000, e na dos pretos
8,000 ; a somma pois dos individuos do sexo
masculino hé de 42,000, e um igual numero hé
a do feminino : monta logo a somma total a
84,000 pessoas ; as quaes, com excepção de mui-
poucos alfaites e çapateiros, ignorão o que hé
trabalhar e vivem na mais escandalosa occiosi-

dade, sustentando-se ou á custa de suor de seus escravos, ou á custa da fazenda alheia.

Vida e Character dos Brancos.

A classe branca dos habitantes de Minas hé composta de empregados no serviço de Sua Magestade, de mineiros e fazendeiros, e de negociantes. Os lugares que dão honras e dinheiros, são por elles occupados; os proprietarios mais ricos da Capitania se achão nesta classe, principalmente entre os mineiros; mas com tudo não se conta meia duzia de cazas que tenham 200,000 cruzados de fundo, ou trecentos escravos. A administração das cazas hé tão mal dirigida que apesar da numerosa escravatura, muitas vezes padecem grandes necessidades.

Os empregados no real serviço, entrando neste numero os militares, de ordinario assistem nas principaes povoaçoens, e nas cabeças das comarcas, como são Villa Rica, Sabará, Villa do Principe, Villa de S. João d'El-Rei, cidade de Marianna, Arrayal do Tujuco. Dos ordenados que vencem, e que são bem pagos, tiraõ toda a sua subsistencia. A classe commerciante se junta á elles; e assim hé formada a porção distincta, ou os *nobres de Minas*. Os pensamentos de nobreza que lhes pejaõ as cabeças, fazem que os primeiros tenham por baixeza empregarem-se nas suas obrigaçoens como ellas o podem: por isso nem duas horas no dia se occupaõ com ellas: de mais aproveitaõ todos os dias santos, e todos os feriados para se subtrahirem a esse pequeno trabalho que fazem; e para melhor salvarem o seu alto decóro lançaõ mão até das mais insignificantes enfermidades a fim de fugir de suas obrigaçoens. Por tanto com toda a certeza se póde

afirmar que em todo um anno trabálhaõ sómente trinta dias, a seis horas por dia. Não hé pois para admirar que Sua Magestade seja taõ mal servido em todas as repartiçoens, e que haja um taõ grande numero de empregados publicos; tantos são indispensaveis, pelo pouco que fazem, para que se possa satisfazer á parte mais urgente do Real serviço. Este mal (com verdade se diga) hé o mal geral, o mal *endemico* do Brazil. O estudo, a leitura, a escripturação, o passeio, e a sociedade são objectos detestados por toda aquella classe. O mayor incommodo que os póde attacar hé serem obrigados a vestir outra roupa que não seja o Chambre ou o Capote, e privados de estar á janella. Daqui procedem necessariamente todos os defeitos, tanto moraes como physicos que fazem o atavio d'estes homens. A ociosidade só hé inimiga de ser occupada em trabalhos de obrigação necessaria; mas dá-se com toda a ancia ao trabalho assaz penoso dos vicios. Estes se desenvolvem na classe *nobre* de Minas com toda a energia; por isso os vemos incessantemente empenhados na miuda indagação e pesquisa da vida alhea, formar partidos uns contra os outros, excogitar as mais refinadas mentiras, entrar em pleitos judiciaes, serem amancebados, infieis ás suas esposas e aos seos amigos, solicitando todos os males ás pessoas de que se fazem inimigos gratuitos; procurando todos os meios de tirar partido da sinceridade de um terceiro, intrigando-o com outros, enganando-o, ou lezando-o na bolsa; procurando todos os damnos aos seos bem feitores logo que a occasião de se mostrarem agradecidos apparece. A divisa geral dos negociantes hé *lezar a todos os mais homens*; elles tiraõ mais lucro de suas negociaçoens do que os Judeos Polacos: ellas são feitas com o mayor

descanço imaginavel, certos de que nenhum outro (á excepção de algum negociante estrangeiro, a quem tributaõ a mais intranhavel ódio) por mais agilidade que tenha, e menor interesse que pretenda, lhes possa tirar os seos. Mas não páraõ aqui os defeitos moraes e physicos d'esta boa gente; levantar-se tarde, comer demasiado, dormir longuissimas séstas, procurar uma mui particular conversa á noite na companhia dos seos mais intimos, não com o intento de se instruirem, mas só na mira de forjar as mentiras, e dar principio ás novas intrigas que no dia seguinte devem apparecer, e até para se regozijarem com os males alheios. Eis o esboço do que são os homens brancos de Minas, taes quaes elles se apresentaõ no Capote; e dos quaes a mayor parte nem se quer mandaõ plantar a sua horta; apezar da experiencia mostrar que naquellas povoaçoens a parte dos habitantes que não são empregados no Real serviço nem negociantes, são tão pobres e expostos a taes misérias que o Snr. Langsdorf não se desviou da verdade quando diz:—"Que se faltar por oito dias a importação n'estes lugares, todos padeceráõ fome, tendo muitas vezes bastante ouro nas gavetas."

Passemos a observar estes mesmos homens apparecendo no publico. Adornados com habitos, revestidos de ordinario com fardas militares, se apresentaõ com um ar grave, mui cortez, passando a humilde, até degenerar em baixeza, principalmente para com os generaes, e superiores: mui camaradas com os seos iguaes; soberbos para com os seos subditos; presumptuosos no mayor gráo, offerecem por bazofia quanto tem de seo; ostentando muitas vezes nestas occasioens uma caridade imprestada, rasgos de generosidade, patriotismo, e até afabi-

lidade: mas apenas o Capote lhes assenta sobre os hombros, de improviso desaparece aquelle fantasma de homem de bem.

A religião que seguem, hé só por decóro, e muitos por negocio, e para formarem o baluarte donde attacão os mais; porém quer huns, quer outros, a tem simplificado a ponto de ser bom chrystaõ sómente aquelle que no dia de jejum não come carne, e nos dias de guarda vae á missa; tudo o mais que a religião, ou manda seguir, ou detestar, elles ignoraõ, nem o querem saber. Grandes em prometter, pontuaes em não cumprirem a sua palavra; mostrando sinceridade para mais seguros serem ao depois falsos; escravos do interesse peculiar, elle hé o movel de todas as suas acçoens, influindo até em os negocios do Real serviço, os quaes procuraõ sempre dirigir em seu favor, importando-lhes pouco o ser em prejuizo d'aquelles a quem servem, e de quem recebem os ordenados, até procurando todos os meynos de furtar o que hé do Rei. Se mostraõ vergonha, hé só em publico e por decencia; mas com o Capote se julgaõ dispensados daquelle onus. Dividindo-se de ordinario em tantos partidos quantas são as cabeças principaes, como o general, os differentes ministros e os chefes das repartiçoens, são taõ faceis de passar de um a outro partido que a isso são determinados só pelo mayor interesse futuro que a mudança lhes poderá dar. Assim, nas cabeças das comarcas são as protecçoens dos differentes ministros as unicas razoes que os determinaõ a tomar o partido contra ou a favor.

Os mineiros e roceiros, subdivisaõ da classe branca, nos vai occupar. Espalhados pelas suas fazendas e lavras, e entretidos com esses trabalhos, não lhes sobra tanto o tempo para que possaõ cair nos mesmos defeitos a que são pro-

pensos os moradores das povoações grandes : em consequencia são por necessidade menos viciosos. Com tudo o seu estado em muitas couzas hé o mesmo que o dos outros : sujeitos igualmente á preguiça, os seos proprios interesses não os esporeão á mais actividade : abandonão as suas lavras e as suas roças á feitores que á exemplo de seos amos as administram em geral, com tanto desmazello e igual preguiça e ignorancia, que presentemente tendo-se tornada mais difficultosa a mineraçãõ, poucas lavras há que paguem os Jornaes dos escravos, e mui poucas fazendas que exportem os seos effeitos. E porque razãõ? Por causa da preguiça que impede os donos das fazendas levantarem-se cedo ; por cauza da ignorancia que os faz perder em grande parte o que por agilidade, por precauções, e providencias dadas a tempo necessario, podiaõ recuperar.

Naõ consta, nem há exemplo do que um branco pobre de baixa esfera houvesse até hoje pegado em alguma enchada para cultivar a terra.

Vejamos agora se achamos mais alguma diligencia na classe dos homens pardos. Nella poucos há que sejam empregados no Real serviço, e poucos fazendeiros e mineiros que tenham mais de doze escravos : por consequencia occupaõ os lugares de pouca honra e de pouco interesse. Os officiaes mechanicos se encontraõ entre elles ; pois que os brancos abandonão aquelles officios. Hé notorio e sabido que um mineiro ou fazendeiro com meia duzia de escravos e com os trabalhos mal administrados e peior dirigidos, apenas lavra ou cultiva o que a sua familia, de ordinario numerosa, gasta ; e muitas vezes nada resta para sustento dos miseros escravos depois de terem os senhores comido. Fallo por expe-

riencia; por quantas d'estas fazendas não tenho eu passado, que bem longe de obter alguma couza para comer, tenho sido rogado pelo amor de deos para lhes dar por esmola alguma farinha; chegando a tanto o seu desmazello que nem hortaliças plantaõ ao pé da caza. Semilhantes habitaçoens de miseria, resultado da preguiça, não se encontraõ sómente lá aonde se occupaõ com a mineração do ouro. Este foi o engano do Snr. Langsdorf; nas proprias terras especialmente decretadas para a cultura costumada do paiz se encontra o mesmo desleixo e a mesma miseria. A prova d'esta asserção hé que nenhum viajante portuguez caminha sem levar comsigo *caldeiraõ*, segundo a frase do paiz: isto hé, tudo quanto hé indispensavel ao preciso alimento: e todo o viajante que não praticar do mesmo modo, muitas e muitas vezes, apezar de todo o dinheiro que offerecer, não achará que comer: o que acontece ordinariamente aos estrangeiros, que não podem prever uma similhante falta. Mas esta providencia que tomaõ os prácticos do caminho e o que dizem alguns viajantes portuguezes, de terem ido até Matogrosso, e poder viver-se n'esses paizes com a facilidade de se terem as cousas necessarias á vida; em nada contradizem o que assevero, antes pelo contrario a grande preguiça dos habitantes o affirmã: *onde ella existe não ha o preciso*; e todos comprovaõ o facto de não se achar em muitas partes couza alguma.

A moral desta classe, Escoria do Genero Humano, e com um apurado talento para a maldade, hé a mais abominavel. Com todos os defeitos dos brancos, com menos polidez, e nenhuma educaçã, elles os sobrepujaõ nos vicios: estes se mostraõ a toda a hora, sem disfarce, no publico e no interior das cazas: todos em geral

trabalhaõ sempre para cauzar prejuizos á terceiros, ainda que toda a vantagem que possaõ alcançar seja meramente a folga de trabalhar: e quando se daõ um dia ao trabalho exigem um pagamento que lhes assegure a subsistencia por oito dias sem trabalhar. Accresce a isto um genio vingativo, sem religiaõ alguma, naõ respeitando nem o exterior d'ella, uma desmedida paixãõ para o outro sexo da mesma classe, que só vive do infame lucro que lhe provem de se abandonarem aos appetites dos homens, sem trabalhar couza alguma, observando uma vida escandalosa no interior de suas cazas, expondo a mãe as filhas, amancebados irmaõs com irmans, filhos envenenando aos pais, e praticando outros muitos vicios horrorosos: A vista de uma taõ depravada moral naõ hé para admirar, serem todos os annos sentenceados por crimes atrozes sessenta até oitenta pessoas da classe dos pardos e da dos pretos; a fóra os que escapaõ á execuçaõ da justiça por meio da fuga. Alem dos que se empregãõ nos officios mechanicos, se pode considerar como excepçaõ, algum que naõ tendo escravos se occupa em cultivar a terra com seos proprios braços: os mais, vadiando, ou vivendo de suas espertezas, ou da beneficencia de outros mais ricos que naõ fazem caso de um prato de feijaõ, passaõ a vida na ociosidade. Assim como os brancos, emprehendem tudo o que lhes promette algum lucro, com a só differença de que saõ mais disfarçados que aquelles; desconhecendo em tudo a virtude da constancia de aturar nos projectos.

Os individuos da terceira classe, os pretos, naõ occupaõ nem lugares de honra nem os de proveito; naõ possuem nem lavras, nem fazendas; submergidõs na mayor miseria, trabalhaõ só tanto quanto exige a sua subsistencia, ou em

officios mechanicos, ou como faisqueiros, ou alugando-se a outros, ou plantando algum escasso terreno pertencente a outrem; de modo que esta classe menos apta aos conhecimentos que illustraõ os homens, possui menos velhacaria; e não podem de modo algum contribuir para o augmento da felicidade de um paiz. Vivendo da mesma forma na mayor preguiça, deixaõ de trabalhar logo que tem alguma couza para comer: tem menos vicios refinados; mas em contraposição são mais insensíveis ás vozes da humanidade, quando trataõ da execuçaõ de barbaridades.

Rematarei o que tenho a dizer sôbre as tres classes dos habitantes de Minas com o notar sua inconstancia no modo de pensar e de dirigir as acçoens proprias; e creio que em todo o mundo não se encontra uma similhante á que se acha n'estes homens; pois até sem pejo algum confessão esta inconstancia; o que previne para que ninguem se fie na palavra de um mineiro; imprimindo-se desde a mais tenra infancia esta inconstancia nos seos filhos.

Sôbre o sexo feminino das tres classes não tenho que expôr; pois até entregaõ o governo de suas casas ás mocambas e as escravas de sua confidencia. Com tudo a justiça pede que lembre haver excepçoens á regra geral em todas as classes; porque são conhecidos homens e mulheres que fazem honra á nação Portugueza.

Portanto não sei de que modo hé que conhecendo-se o estado das Fazendas de Minas, e conhecendo-se a importação dos mantimentos no Rio de Janeiro; o Redactor da Gazeta póde ter a confiança de dizer que a barateza dos mantimentos no Rio de Janeiro procede da grande importação das Capitánias de Minas e de S. Paulo; sabendo todo o mundo que os mantimentos que

estas Capitánias exportão para o Rio de Janeiro, são unicamente *toucinho, queijo, e algum gado*; vindo todo o artigo *graõ*, ou do Rio Grande, ou principalmente de paizes estrangeiros; pois até de Trieste vieram no fim do anno passado embarcações com trigos, para eterna vergonha dos agricultores do Brazil, e que se venderão com grandes vantagens dos especuladores estrangeiros.

Façámos agora uma pequena comparação fundada nas observações feitas com o mayor escrupulo, entre os trabalhos dos homens dos Paizes do Norte, e os do Sul da Europa, e os de Minas, ou do Brazil—(Creio que as mais provincias em pouco differem).

Nos Paizes do Norte da Europa se tem calculado por termo medio, que a classe trabalhadora trabalha em toda a sua vida *dez annos consecutivos*.—Em França *nove annos*: já perdem mais tempo por cauza do seu temperamento vivo e fallador.—Na Hespanha e Portugal *sete annos*: o clima hé já mais quente, os espiritos são mais especuladores do que são os corpos executores. No Brazil; os brancos em toda a sua vida não tem um só dia de trabalho corporal; e espiritual um anno só:—Os pardos e pretos *seis mezes*, e os escravos *quatro annos* de trabalho corporal. Pergunto agora se há preguiça ou não nas Minas? Toda a exportação de Minas resulta por consequencia dos trabalhos de 150,000 escravos: um só queijo não resulta dos trabalhos e da industria de 88,000 individuos forros. Ora se a Capitania de Minas hé tal que os seus habitantes são os menos preguiçosos, como dá a entender o Gazeteiro; não sei o que se há de dizer do resto do Brazil.

Deixemos pois toda a basofia, Snr. Gazeteiro da Bahia. A gente de Minas hé mui preguiçosa,

e o character geral d'elles hé *naõ ter character algum*:—e o conselho que vou proferir *naõ só* lhe hé dirigido por mim amigavelmente, como á todos os que pretenderem viajar na Capitania de Minas. “*Sem caldeirão, naõ emprehendaõ a viagem* ;”—do contrario disponhaõ-se a padecer algumas vezes fome, e sem remedio. *Naõ* hé indifferente a pessoa que tal Conselho lhes dá ; hé sim um Mineiro práctico do Paiz.—Villa de Piracatú, em o 1º de Setembro de 1818.

ANTONIO DA COSTA ROCHA PITTA.

*Correspondencia Official entre o Cardeal Consalvi, &c. e o Ministro Portuguez J. M. Pinto, á cerca da Confirmação do Ex^{mo} Dom Fr. Joaquim de Santa Clara em Arcebispo d'Evora.**

Carta I. do Cardeal Consalvi.

Palacio Quirinal, 16 de Novembro, 1815.

O abaixo assignado Cardeal Secretario de Estado, em resposta á Nota de V. E. com data de 24 de Outubro proximo passado, tem a honra de participar-lhe que no que diz respeito ao Elleito Arcebispo de Evora, e que V. E. lhe communicou no seo Officio, *naõ* pode o abaixo assignado fazer couza mais do agrado de V. E. do que impetrar de Nosso Senhor † a graça de se tratar o processo em Roma. O procurador do Arcebispo elleito já tinha requerido, que uma vez que Monsignor Macchi *naõ* estava compe-

* Em o Nº 70 de Abril, 1817, pag. 215, e No. 72, do mesmo anno, pag. 544, vol. 18, já foraõ publicados outros Documentos a que estes se referem, e a que os Leitores podem recorrer para sua melhor intelligencia. *Os Redactores.*

† O Papa.—*Os Redactores.*

tentamente auctorisado, se fizesse o Processo em Roma, e para esse fim já tinha tambem recebido de Portugal as Procuraçoens necessarias. Sendo porem esta uma graça especial, que S. S. não costuma conceder facilmente, a supplica do Procurador não tinha sido deferida. Todavia, em consequencia dos Officios de V. E., e por estarem já aqui as Procuraçoens para a formação do processo, Sua Santidade dará quanto antes as ordens a Monsignore Auditor Santissimo, para que o forme e ultime em Roma. O abaixo assignado, lisongeando-se de haver por este modo satisfeito os dezejos de V. E., aproveita com gosto esta occasião para renovar-lhe os sentimentos da sua distincta consideração.—E. Cardeal Consalvi.—Senhor Commendador Pinto, Ministro Plenipotenciario de S. M. Fidelissima.

Carta II. do mesmo Cardeal.

Excellentissimo ;—Por um engano da Secretaria a Carta de V. E. só agora me chega as maons, exactamente a meia noite. Com grande sentimento me vejo na impossibilidade absoluta de lhe remeter a esta hora a Nota a *minuir*, que ainda não está feita no sentido em que fallámos o outro dia. Não tenho comigo pessoa alguma que possa ultimar este trabalho, e nem mesmo os papeis necessarios, por estar a Secretaria fechada, em razão de ser já muito tarde. No em tanto appresso-me a rogar a V. E. queira fazer com que o seo Agente diffira as suas pertençaens até a manham a tarde, promettendo eu que ás duas ou tres horas depois do meio dia receberá V. E. de mim a Minuta e a Carta para o Delegado de Lisboa. Espero que não será difficil ao seo Agente conceder

aquellas horas de demora ; e com a mais distincta estima e attenção me confesso de V. E. Servo verdadeiro, &c.—E. Cardeal Consalvi.—Roma, 6 de Fevereiro, 1816.

Carta III. do mesmo Cardeal, com a Minuta que o Ministro Portuguez devia mandar ao Arcebispo Elleito.

Palacio do Quirinale, 6 de Fevereiro, 1816.

Excellentissimo ;—Tendo manifestado a Sua Santidade o empenho de V. E. a fim que brevemente se confirme no Arcebispado de Evora o P^e Fr. Joaquim de Santa Clara, o Santo Padre, dezejando quanto está em seo poder, cumprir com os dezejos de V. E., declarou-me que quando o sobredito Religiozo lhe der provas por meio das quaes S. S. possa superar as difficuldades que pelas razoes conhecidas a V. E. encontra na pessoa d'elle ; e quando, alem disto, se tomem as convenientes medidas (que são indispensaveis) contra a sinistra impressão e escandalo que excitaria no publico a sua confirmação se logo fosse confirmado sem algum remedio para o passado ; neste cazo poderá então S. S. proceder logo ao acto dezejado da confirmação d'elle. A fim que V. E. possa fazer conhecer ao sobredito P^e Fr. Joaquim o que elle deverá executar para cumprir por um modo satisfactorio com os objectos acima mencionados, propoem-se-lhe a formula seguinte:—“ O P^e Fr. Joaquim deverá “ escrever ao Santo Padre uma Carta na qual— “ 1^o. Reprove tudo o que contrario aos saons “ principios elle dice no Elogio funebre do Marquez de Pombal, e mostre o seo pezar por “ haver naquelle discurso manifestado maximas “ de tal natureza.—2^o. Aceite, e sobmeta-se “ plena e sinceramente á Bulla Diplomatica da

“ S. Me. de Pio VI. que principia—*Auctorem*
“ *fidei*.—3º. Se Sobmeta plenamente a auctori-
“ dade e juizes da Santa Sé, e condemne tudo
“ o que ella condemna e reprova ; e finalmente,
“ fazendo conhecer seo arrependimento por
“ qualquer facto ou dito que tenha podido
“ parecer suspeito ao Santo Padre, e promet-
“ tendo uma verdadeira obediencia, e sincera, e
“ respeitosa devoção a Santa Sé Apostolica,
“ peça reverentemente á Sua Santidade Sua In-
“ stituição Canonica.”

Alem disto, deverá preparar, e prometer de introduzir na primeira Pastoral que dirigir aos seos Diocesanos, apenas receber a noticia da sua Instituição Canonica, a qual Pastoral se fará publica por via da imprensa, uma passagem ou artigo que tenha por objecto reparar claramente qualquer escandalo que tenha dado, e certificar o publico do seo modo de pensar. Para esse fim, tomando occasião da graça que recebeu da Santa Sé pela sua Instituição Canonica, protestará seos verdadeiros sentimentos para com ella, que devem ser conformes com os que devem animar todo o bom Bispo. Por melhor conveniencia sua fara isso de modo que não pareça que seos antigos sentimentos tem sido oppostos, contrarios, ou não de todo conformes com os que agora manifesta na sua Pastoral, mas só que intenta insinuar ao seo Clero e Povo estes sentimentos como filhos das suas proprias maximas. Para que a tal passagem seja completamente satisfactoria poderia ser escripta do modo seguinte :—

“ Agora que pela primeira vez, meos venera-
“ veis Irmaons, e Filhos muito amados, tenho a
“ honra de fallar-vos, não devo omittir de ex-
“ hortar-vos *in doctrina sana*, e de principalmente
“ prevenir-vos contra alguns erros com que o

“ bando espantoso de homens perversos tenta
“ neste tempo corromper os se quizes de Jesus
“ Christo. Vede (vos direi com o Apostolo das
“ Gentes, ad Coloss. cap. 20, v. 8) *ne quis vós*
“ *decipiat per philosophiam et inanem fallaciam.*
“ Guardai-vos dessa falsa philosophia em nossos
“ dias tão espalhada, a qual, repetindo a todos
“ os momentos os nomes de liberdade e igual-
“ dade, não tem outro objecto mais do que
“ destruir a religião e todo o poder legitimo.
“ Guardai-vos tambem dessa seita de homens
“ que (Math. vi. 15) *veniunt ad vós in vestimentis*
“ *ovium, intrinsecus autem sunt lupi rapaces*; os
“ quaes affectando com a mais malicioza hipro-
“ crisia uma grande piedade, são todavia perti-
“ nazmente obstinados no que toca ás sentenças
“ dadas pela Santa Sé contra os seos erros, e
“ *trabalhaõ* pelos meios mais tortuosos para
“ iludi-la, e ainda destrui-la se podessem. Apezar
“ do que dizem esses outros homens de igual
“ character, o Principe dos Apostolos, Pedro,
“ falla sempre e ensina por meio de seos suc-
“ cessores; e todos os fieis são obrigados a con-
“ formar-se com as decisoes dogmaticas que
“ sahem daquella Augusta Cadeira, e não há
“ nem pode haver angulo algum da igreja a
“ que taes decisoes possaõ ser estranhas. Fugi
“ igualmente de todos esses que se esforçaõ
“ para diminuir, e ainda para aniquilar as outras
“ prerogativas inherentes á Cadeira de S. Pedro,
“ e lembrai-vos, que a antiguidade, juntamente
“ com S. Cipriano, (Epist. 55 ad Cornelium) a
“ denominou Cadeira principal, *unde unitas sacer-*
“ *dotalis exorta est*; e que a Igreja toda, congre-
“ gada no Concilio de Florença, definiu que ao
“ Romano Pontifice, (in Decreto Unionis) *in*
“ *Beato Petro, pascendi, regendi, et gubernandi*
“ *universalem Ecclesiam a Domino nostro Jesu*

“ *Christo plenam potestatem traditam esse.* Fi-
“ nalmente, *redite quæ sunt Cæsaris Cæsari, et*
“ *que sunt Dei Deo.* (S. Math. xxii. 21.) Cumpri
“ exactamente vossos deveres para com a cle-
“ mentissima nossa Soberana, e para com o piis-
“ simo seo filho o Principe Regente; respeitai
“ suâs supremas dignidades; guardai com inva-
“ riavel fidelidade e obediencia suas leis em tudo
“ o que diz respeito ao governo do reino em
“ que vivemos; e ao mesmo tempo reconhecei
“ e respeitai a independente auctoridade da
“ Igreja no que toca ás suas leis, desprezando,
“ e até detestando os oppostos e atrevidos sis-
“ temas dos politicos do seculo. No exercicio
“ do meo ministerio Episcopal procurarei con-
“ stantemente inculcar-vos, meos veneraveis
“ Irmaons, e Filhos dilectissimos, as maximas
“ expostas, e fazer-vos conceber o devido odio
“ aos erros oppostos; assim como seguirei com
“ muito particular cuidado, no tocante a esta
“ materia, o preceito dado por S. Paulo a seo
“ querido Thimotheo (2 Timoth. iv. 2) *Prædica*
“ *verbum, insta opportune, importune, argue, ob-*
“ *secra, increpa in omni patientia et doctrina.* Eu
“ serei o primeiro em vos dar exemplo, porque
“ muito me interesse que na vossa mente e vosso
“ coração profundamente se imprimão as maximas
“ que deixo expostas. Quero alem disto, que
“ todos se convenção que estas são e serão con-
“ stantemente as minhas; e que se em outras
“ circumstancias da minha vida alguma palavra
“ minha ou obra tem podido fazer crer a alguem
“ que eu nutria sentimentos oppostos a estes,
“ essa opiniaõ nasceu talvez de alguma irreflexaõ
“ no obrar, ou da inexactidaõ e obscuridade
“ das expressoens que tomei.”

Para a execuçaõ do que fica dito, poderá o
Padre Joaquim consultar, e haver-se com Mon-

signor Macchi, o qual certamente se há de prestar a tudo que neste ponto precisar. Lisongeo-me que V. E. achará em tudo o que acabo de fazer um sinal evidente do muito que folgo de ver realisados os dezejos de V. E. Assim que em resposta ao Correio que V. E. vai expedir, Sua Santidade receber a Carta do P.^e Joaquim, concebida no modo que fica dito, e receber alem disso com a mesma carta a segurança, dada por elle e por V. E., de que apenas tiver noticia da sua Instituição Canonica promulgará por via da Imprensa a sua Pastoral, na qual fielmente hirá copeada a passagem a cima transcripta; o Santo Padre Certifica a V. E. que no primeiro Consistorio, depois de cumprido o que fica dito, confirmará o P.^e Joaquim em Arcebispo de Evora.—Muito prazer tenho em fazer esta participação a V. E. a quem tenho tambem a honra de renovar os sentimentos da minha distincta consideração.—Senhor Commendador Pinto, Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima.—Verdadeiro Servo.—E. Card. Consalvi.

Carta IV. do mesmo Cardeal ao Arcebispo Eleito.

Reverendissimo Padre ;—O Senhor Commendador Pinto, Ministro Plenipotenciario de S. M. F. per ante a Santa Sé, entregou-me a Carta de Vossa Paternidade Reverendissima escripta a S. Santidade com data de 8 de Abril. Havendo-a apprezentado ao Santo Padre, S. S. querendo-lhe responder directamente, ordena-me no em tanto de lhe participar a sua recepção assim como que recebeu com satisfação as declaraçoens e protestos que lhe faz da sua plena e sincera adhesão a Cadeira de S. Pedro, e da verdadeira submissão e obediencia a Suá Santidade, e ás Constituiçoens

Apostolicas, particularmente á Bulla—*Auctorem Fidei*, do seo glorioso Predecessor Pio VI de Sa. Mem. Não duvidando o Santo Padre, em consequencia de quanto por sua ordem escrevi ao sobredito Senhor Ministro na minha Nota *Confidencial* de 6 de Fevereiro, e em consequencia das seguranças dadas tanto por elle como por V. P. quando diz, que com o maior empenho e diligencia fará publicos *ubique gentium* seos já mencionados protestos e declaraçoens; não duvidando, digo, que na sua primeira Pastoral dirigida ao seo rebanho, logo que receber a sua Instituição Canonica, haja de inserir esses mesmos seos sentimentos pelo modo e forma expressa na sobredita minha Nota *Confidencial* ao Senhor Ministro; tenho o prazer de annunciar-lhe, que no primeiro Consistorio, que ao mais tardar se fará nos primeiros dias do proximo mez de Julho, Sua Santidade confirmará Vossa Paternidade em Arcebispo de Evora.—Respondendo a V. P. aproveito a occasião para expremir-lhe os sentimentos da minha distincta estimação que protesto ter por Vossa Paternidade Reverendissima.—Roma, 30 de Maio, 1816.—Verdadeiro Servo.—Ercoles, Cardeal Consalvi.—Ao R^{mo} P^e Fr. Joaquim de Santa Clara, nomeado Arcebispo de Evora.—Lisboa.

Carta V. do Secretário Arcebispo de Athenas ao Ministro Portuguez.

Secretaria do Sacro Collegio, 19 de Julho, 1816.

Havendo-se apresentado na Audencia de hontem a tarde á Santidade de N. S. a supplica do Arcebispo de Evora em que pede uma diminuição das despezas das suas Bullas pelos graves motivos expostos, taes como a desmembração que há pouco houve do territorio de Villa Viçosa, o Santo Padre, dignando-se tomar em considera-

ção tudo o que se lhe expoz, e particularmente os dezejos de V. E., condescendeu em perdoar-lhe a metade de todas as despezas reduziveis. Quer porem Sua Santidade que esta graça não sirva de exemplo para os futuros provimentos no sobredito Arcebispado.—O Arcebispo de Athenas, Secretario, ao prazer de participar a V. E. esta demonstração da clemencia Soberana acrescenta os sentimentos da verdadeira estima e respeito com que se assigna seo devotissimo e obedientissimo Servo.—Senhor Commendador Pinto, Ministro Plenipotenciario de S. M. Fidelissima.

Memoria historica e Geographica da descoberta das Minas, extrahida dos Manuscriptos de Claudio Manoel da Costa, Secretario do Governo daquella Capitania.

Os naturaes da Cidade de S. Paulo que tem merecido a um grande numero de Geographos, antigos e modernos, a reputação de homens sem sujeição ao seo Soberano, e de faltos do conhecimentos e respeito que se deve prestar as leis,* são os que nesta America tem dado ao mundo as maiores provas de obediencia, fidelidade, e zelo, pelo seo Rei, e pela sua patria. A vigilancia, com que attendiaõ pela harmonia e utilidade do seo paiz, os aconselhou, muito antes que a todo o Portugal, a fazer sahir das suas terras os Padres denominados da *Companhia de Jesus*,† e por sediciozos os pozeram elles em um

* Lambert. H. Univ. t. 14, pag. 5, &c.—*Interesse das Naçoens*, t. 1, pag. 4 e 102.—Vaisete, Geograph. pag. 215, &c.

† Vaisete, pag. 217.

total exterminio em Julho de 1640. E por effeito de uma caridade indiscreta de Fernão Dias Pães foraõ depois restituídos a S. Paulo em o anno de 1653, contra o voto commum.

Trabalharãõ incessantemente por augmentar os interesses da Fazenda Real, e se gloriaõ de que fossem os Paulistas Carlos Pedrozo da Silveira, e Bartholomeu Boeno de Serqueira, os primeiros, que appresentassem as amostras do ouro das Minas Geraes, ao Governador do Rio de Janeiro Antonio de Sande, pelos annos de 1695.

Fallecendo o dito Sande, ficou com o Governo Sebastiaõ de Castro Caldas, o qual remetteo a El-Rey D. Pedro as amostras daquelle ouro, com carta datada do Rio de Janeiro, em 16 de Junho do mesmo anno de 1695.

Por este tempo foi S. M. servido despachar a Artur de Sá e Menezes por Governador e Capitaõ General do Rio de Janeiro; e por Carta Regia de 16 de Dezembro de 1696, lhe ordenou passasse aos descobrimentos das Minas do Sul, a executar o que se havia encarregado á Antonio Pães de Sande, praticando com os Paulistas benemeritos as mesmas honras, mercês de habitos, e foros de fidalgos, conteudos na Real instrucçaõ, que pela Secretaria de Estado se expedira ao dito Sande.

Buscando porém as cousas na sua origem, hé certo que não póde averiguar-se qual fosse indubitavelmente o primeiro Paulista, que descobrio as Minas Geraes. Hé sem controversia que o primeiro objecto dos conquistadores de S. Paulo foi o captiveiro dos Indios, que elles substituiãõ á falta dos escravos, que depois entrarãõ em grande copia das Costas de Africa.* Desde o

* A beneficio da liberdade se publicaraõ as providentissimas Leys de 30 de Julho de 1609, 10 de Setembro de 1611, e a novissima de 6 de Junho de 1755, a qual abolio e derogou

estabelecimento daquella povoação em 1554, dia da Conversão de S. Paulo, donde deriva o nome, se deve presumir que giravaõ muitos dos conquistadores pelo centro do sertão, e atravessavaõ as Minas; sahindo em bandeiras, que assim chamavaõ as companhias, que para esta diligencia se armavaõ, e recolhendo-se depois com a preza, que facilmente podiaõ segurar.*

Dos certoens penetrados era o mais notavel o da Casa da Casca, nome que se deo a uma Aldêa sobre as margens do Rio-doce, que désagoa na Capitania do Espirito Santo, e começa a formar-se no correjo do ouro preto, recebendo depois em si immensos ribeiros, e rios caudalosos. Destes sertoes se recolhia na era de 1693 Antonio Rodrigues Arzaõ, natural da villa de Taboaté, com mais 50 homens da sua comitava; e chegado que foi á Capitania do Espirito Santo, apresentou ao Capitão Mór Regente daquella Villa tres oitavas de ouro. A camara as recebeo com agrado, e lhe subministrou os viveres e vestiarias de que careciaõ, segundo as ordens que de El-Rey tinha. Deste ouro se mandaraõ fazer duas memorias, uma que ficou ao dito Arzaõ, e outra que tomou para si o Capitão Mór.

A denunciação desta limitada porção foi, segundo a maior probabilidade, a primeira que se fez do ouro descoberto nas Minas Geraes; e a de Carlos Pedrozo da Silveira, de que se conserva memoria em S. Paulo, com rasão se suppoem posterior a ella.

Antonio Rodrigues Arzaõ não podendo ajuntar na Villa do Espirito Santo a gente, de que precisava, para segunda vez penetrar pelos sertoes,

toda a restricção, que havia ácerca dos quatro cazos, em que era licito o cativoiro dos Indios.

† Secr. do Cons. Ultramar. L. 1678 das cart. do Rio de Jan. f. 160—163.

se passou ao Rio de Janeiro, e dahi para S. Paulo. Nesta Cidade, ferido gravemente dos trabalhos que passara, enfermou, e veio finalmente a morrer, deixando encarregado a Bartholomeo Boeno, seu cunhado, de continuar o descobrimento, de que havia apresentado mostras.

Era Bartholomeo Boeno dotado de bastante agilidade, e fortaleza de espirito; e como tinha perdido em jogos todo o seu cabedal, foi facil querer melhorar de fortuna, tomando sobre si com os filhos de alguns parentes e amigos, a grande empreza á que havia dado principio Antonio Rodrigues Arzaõ. Guiados pelo roteiro, que lhes deixara o fallecido, sahirão da Villa de S. Paulo pelo anno de 1697. Romperão os matos, e servindo-lhes de norte os picos, e cabeços de algumas serras, que eraõ os farões na penetração dos densissimos bosques, vieraõ finalmente estes generosos aventureiros a sahir sobre a Itaverava. serro que de Villa rica dista pouco mais de 8 legoas. Ahi plantaraõ meio alqueire de milho, e porque este sertão era mais esteril de caça, que o do rio das velhas, para este ultimo passou Bartholomeu Boeno a tropa, em quanto madurecia a pequena sementeira, de que esperava manter-se para continuar o descobrimento. No anno seguinte, que foi o de 1698, voltaraõ os referidos sertanejos a colher a sua plantaçaõ, e entrando na sua Itaverava, foraõ encontrados pelo Coronel Salvador Fernandes Furtado, pelo Capitaõ Mór Manoel Garcia Velho, e por outros, conquistadores tambem do gentio, e povoadores das Villas, que ficaõ a E. de S. Paulo. Já a este tempo os primeiros sertanejos trabalhavaõ com algum desembaraço, ajudados de um grande numero de Indios, que haviaõ captivado nos sertoes do Caeté, e Rio-doce, mas como lhes obstava a falta de experiencia e pericia necessaria,

e não tinhaõ instrumentos de ferro para a labutação, contentavaõ-se com o pouco, que apenas podiaõ apurar em pequenos pratos de páo ou de estanho, servindo-lhes páos aguçados de cavar a terra, e de descobrir os pequenos cascalhos, ou formaçoens, em que se conserva, e cria o ouro. Quiz Miguel de Almeida, um dos companheiros de Boeno, melhorar de armas, e propoz ao Coronel Furtado a troca de uma clavina, dando-lhe em retorno tudo o ouro, que se achasse nos da comitiva. Acceitou o Coronel a offerta, e dando-se busca, não se achou entre todos mais que doze oitavas de ouro. Recebeu-as o Coronel; e como Manoel Garcia Velho quizesse ter a vaidade de apparecer com todo aquelle ouro em S. Paulo, commetteu ao Coronel a venda de duas Indias Mãe e Filha por preco das doze oitavas. Conveio este no trato, e comprou as Indias; e despedidos os sertanejos uns dos outros, partio ufano para S. Paulo o Capitão Mór Manoel Garcia Velho. Entrando este na Villa de Taboaté, ali o foi visitar Carlos Pedroso da Silveira, e porque lhe não faltava manha e engenho para se conciliar com os patricios, houve a si as doze oitavas de ouro: com ellas se passou ao Rio de Janeiro e apresentando-as ao Governador Sande, foi premiado com a patente de Capitão Mór de Taboaté. Consequientemente o nomeou o mesmo Governador por Provedor dos quintos, concedendo-lhe a authoridade necessaria para estabelecer fundição na mesma Villa, por ser ella a povoação, onde desembocavaõ primeiro os conquistadores. Por este modo se vê que, posto que o Arzaõ denunciasse primeiro que o Silveira o ouro das Minas Geraes, a sua morte impedio o progresso desta denunciação, e conseguiu o Silveira a gloria de apresentar o ouro, que não descobrira. A denunciação feita pela interposta

pessoa de Carlos Pedroso da Silveira, e o estabelecimento da Casa de fundição em Taboaté, foraõ os dous fortes estimulos, que animaraõ aos Paulistas a armar tropas, prevenir-se de alguma fabrica mais proporcionada ao uso de minerar e a desamparar a patria, rompendo os matos geraes da grande serra do Lobo, que divide a Capitania de S. Paulo, até penetrarem no mais recondito das Minas, menos já na conquista do gentio, que na deligencia do ouro.

O grande numero de concorrentes, que buscavaõ as Minas, e a emulaçaõ, que logo se accendeu entre os da Villa de S. Paulo, e os naturaes de Taboaté, fez que derramados por varias partes, buscassem cada um novo descobrimento em que se estabelecesse; não se contentando os Paulistas de entrarem em parte nas repartiçoens, que denunciavaõ os de Taboaté, nem estes nas que denunciavaõ os Paulistas. Esta opposiçaõ, que tinha um semblante de fanatismo, por serem todos da mesma patria, posto que de differentes districtos, veio finalmente a produzir a grande utilidade de se desentranharem cabalmente as Minas do ouro, não se perdoando ao rio mais remoto ou caudaloso, nem á serra mais intratavel e aspera, se bem que o conhecimento do ouro nas montanhas e serras veio mais tarde que o dos rios, e de seus taboleiros, que saõ as margens planas que os bordaõ. Como porem seria sumamente extensa uma relaçaõ individual de todos os nomes da multiplicidade dos que se gloriaõ de descobridores, bem como dos rios, corregos, e serras, que por sua ordem se foraõ descobrindo; ainda que de tudo isto tenhamos uma veridica e sufficiente informaçãõ, contentar nos-hemos de fazer ver ao leitor pelas datas dos tempos, quaes foraõ aquelles, que deraõ ao manifesto as mais ricas *faisqueiras*, em que hoje se

achaõ creadas as Villas do Ouro preto, do Sabará, e a Cidade de Marianna; as Villas do Caeté, de S. João d'El-Rei, do Principe no Serro Frio, que fazem as cabeças das quatro Comarcas da Capitania de Minas Geraes.

Villa do Carmo, hoje Cidade de Marianna.

Manoel Garcia, natural de Taboaté, foi o primeiro, que deu ao manifesto um corrego, que faz barra no ribeirão do Campo, e hé comprehendido no districto da Cidade de Marianna. Fez a repartição o Guarda Mór Garcia Rodrigues Velho, com assistencia do Escrivão das datas Salvador Fernandes Furtado. João Lopes de Lima, natural de S. Paulo, descobrio pelo mesmo tempo o ribeirão chamado do Carmo, e o manifestou em 1700. Repartio-se; e porque as suas faisqueiras eraõ impraticaveis pela grande frialdade das agoas, despenhadeiros, e densissimos matos, que o bordavaõ, o que não permittia que se trabalhasse dentro delle mais de quatro horas por dia; alem da grande penuria de mantimentos, que chegou o alqueire de milho a valer 30 e 40 oitavas, e 80 o de feijão, foi facil desampararem os mineiros por algum tempo a sua povoação, e só permaneceu nella o Coronel Salvador Fernandes Furtado. Dista este ribeirão da barra do Rio-doce 16 a 18 legoas, e pela volta do rio se computaõ 30. Está situado em 20° 21' de latitude S. Foi creado em Villa em 8 de Abril de 1711, pelo Governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Ouro-preto, ou Villa rica.

O Ouro-preto, que comprehende em si varios ribeiros, e morros de differentes denominaçoens,

como são Passa-dez, Bom-successo, Ouro-fino, ou Boeno, &c. teve por descobridores nos mesmos annos de 1699, 1700, 1701, a Antonio Dias, natural de Taboaté, ao Padre João de Faria Fialho, natural da Ilha de S. Sebastião, que viera por Capellão das tropas de Taboaté, a Thomaz Lopes de Camargo, que se estabeleceo nas lavras, que depois vieraõ a ser de Pascoal da Silva, e a Francisco Boeno da Silva, ambos Paulistas. Destes tomaraõ nome alguns bairros de Villa Rica. Foi erecta em Villa pelo Governador Albuquerque em 8 de Julho de 1711. Está situada em 20° 24'.

Sabará.

O Dilatadissimo sertão de Sabará Bussú foi penetrado muito antes de qualquer das Minas, por quanto os primeiros conquistadores demandavaõ o Rio das Velhas, cujas extensas campinas eraõ mais povoadas de gentio, e ferteis de caça; e as primeiras diligencias do ouro e pedrarias se fizeraõ ao N. de S. Paulo. Consta que o seu descobridor, ou denunciante de suas faisqueiras, fora o Tenente General Manoel de Borba Gato, natural de S. Paulo, no anno de 1700. Por inacção do Governador Antonio de Albuquerque, assistio á repartição o Governador Artur de Sá e Menezes. Passou a Villa em 17 de Julho de 1711. A sua situação hé em 14° 25".

Caeté, Villa da Rainha.

Entre o Sabará e o arraial S. Barbara se creou a Villa-nova da Rainha, conhecida ainda pelo nome Brazilico de *Caeté*, que vale o mesmo que mato bravo sem mistura alguma de campo. Foi descobrimento do Sargento Mór Leonardo

Nardes, Paulista, e de uns fulanos Guerras, naturaes da Villa de Santos. O Governador D. Braz da Silveira lhe deo o foral de Villa em 29 de Janeiro de 1714, em virtude da faculdade concedida ao seu antecessor Antonio de Albuquerque. Está situada em 19° 55'.

Serro Frio, Villa do Principe.

Antonio Soares, natural de S. Paulo, avançando maior salto que todos os outros, atravessou os sertoes ao N. de S. Paulo, e descobrio o grande serro chamado *do Frio*, que na lingua gentilica era tratado por Hyvituruy, por ser combatido de frigidissimos ventos, todo penhascoso e intratavel. Do seu descobridor se conserva o nome em uma das suas serras, que hoje se conhece pelo morro de Antonio Soares. Neste descobrimento se associou um Antonio Rodrigues Arzaõ, descendente do primeiro Arzaõ, de quem já demos noticia. As grandes preciosidades deste continente em ouro, diamantes, e pedrarias de todo o genero, são bem conhecidas por toda a Europa. Nelle se estabeleceo o Real contrato dos diamantes, que tem devido aos Senhores Reis de Portugal a maior vigilancia e zelo, especialmente ao Senhor D. Pedro II. de saudosa memoria, que beneficiou, e honrou com muitos privilegios e regalias aos que se empregassem neste exercicio; encarregando aos Governadores do Estado do Brazil D. Francisco de Souza, e Salvador Corrêa de Sá, de promoverem por todos os modos os descobrimentos do ouro, pedrarias, e mais haveres, que promettia o largo Continente do Brazil, os quaes se esmeraraõ muito na sua commissaõ. A Capital denominada Villa do Principe foi creada por D. Braz da Silveira em 29 de Janeiro de 1714. Está situada em 14°, 17'.

Rio das Mortes—Villas de S. Joaõ, e de S. José.

O Rio das Mortes, que os Paulistas e viandantes das mais partes atravessavaõ frequentemente nos primeiros tempos, por distar do Ouro-preto pouca mais de 5 dias de jornada ordinaria, foi descoberto por Thomé Portes de El Rey, natural de Taboaté, muitos annos depois do descobrimento das primeiras povoaçoens. Ahi se creou a Villa de S. Joaõ d'El Rey, ficando-lhe a E. a de S. José no lugar chamado a Ponta-do-morro, que foi descobrimento de Joaõ de Serqueira Affonço, natural de Taboaté. Foraõ creadas estas Villas pelo Governador D. Pedro de Almeida, em 19 de Janeiro de 1718. S. Joaõ está em 21° 20', e S. José em 21°, 5'.

Além destes taõ assignalados serviços, em que se vê a grande parte, que tiveraõ os Paulistas, o achado das esmeraldas hé um facto de muita consequencia para que o passemos em silencio.

Em 27 de Setembro de 1664, commetteo o Senhor Rei D. Affonso VI, a Agostinho Barbalho a empresa do descobrimento das esmeraldas, facilitando lhe o fim deste negocio com uma carta, que escreveo o mesmo Senhor á Fernão Dias Paes, cujo zelo e capacidade já eraõ bem conhecidos na Corte; em que lhe ordenava que prestasse todo o soccorro necessario para a conclusão deste particular. Esta carta fez tanta impressaõ no espirito generoso de Fernão Dias, como se póde colligir da presteza, com que satisfez ás primeiras ordens, que nella se continhaõ.

Depois de passados alguns annos, tempo em que já estava no Throno o Senhor D. Pedro II; sabendo Fernão Dias que com a morte de Agostinho Barbalho não tiveraõ effeito as ordens que trouxera, se quiz encarregar voluntaria-

mente da execuçaõ dellas ; escrevendo primeiro a Affonso Furtado de Mendonça, Governador, que era entãõ daquelles Estados, e tinha a sua residencia na Bahia, e offerecendo-se-lhe para este fim com a sua pessoa, e com todos os seus bens. Mandou-lhe Affonso Furtado uma patente de primeiro chefe daquella empreza aos 30 de Abril de 1672, e nos principios de 1673 se pôz Fernão Dias em marcha com varios parentes e amigos, demandando o sitio, em que Marcos de Azeredo fazia certo o descobrimento das esmeraldas ; e soffrendo trabalhos e perigos infinitos, chegou á paragem chamada pelos naturaes *An-honhecanhuva*, que quier dizer *agoa que se some*, e entre nós tem o nome de *sumidouro*. Aqui se deteve Fernão por espaço de quatro annos com pouca differença, e fez varias entradas no Sabará Bussû, que vale o mesmo que cousa felpuda, e hé uma serra de altura desmarcada, que está visinha ao sumidouro, á qual chamaõ todos hoje comarca do Sabará. Nella achou diversas qualidades de pedras, que por falta de pessoa entendida nestas materias se lhes não sabia dar o valor, de que talvez eraõ dignas.

Da sua demora e soffrimentos nasceo a discordia entre muitos dos seus companheiros, que quasi todos conspirarãõ contra a sua vida, e por ultimo o deixarão só. Neste desamparo Fernão Dias não esmorece, antes cuida em apressar a sua derrota, com animo de se dirigir em direitura a *Hepabussû*, ou *Vepabussû*, que equivale a *Lago-grande*, e junto deste se suppunhaõ os socavoens das esmeraldas. Falto porém do necessario para continuar á sua expediçaõ, escreve a sua mulher, e lhe ordena se lhe não recuse cousa alguma do que pede. Com effeito chegou o Postilhaõ, e trouxe comsigo o que Fernão pedia. Pozeraõ-se logo a caminho,

e foraõ discorrendo por uma dilatada montanha, até que chegaraõ á *Tocumbira*, que quer dizer *papo de Tocano*; e deixando todo este passo avassallado, partirão para Itamirindiba, que propriamente significa *pedra pequenina e bolçosa*, e hé um rio muito fertil de peixe. Aqui pararaõ por algum tempo, e se prevenirão contra qualquer invasaõ do gentio; e ultimamente seguindo o rumo do N., depois de atravessarem grande parte dos incultos sertoes, chegarão a ver as agoas do Vepabussú. Aqui cuidou logo Fernaõ em expedir cem *bastardos* (especie de tropa ligeira) dos que trazia, a fim de explorarem o terreno, e ver se achavaõ alguma lingoa, que os informasse melhor do que buscavaõ. Naõ se frustrou esta diligencia; porque vendo os bastardos sobre o cume de uma montanha muita gente daquella, que podia dar noticia das pedras pertendidas, investiraõ com ella, e apenas seguraraõ um, que sendo conduzido á presença de Fernaõ, mandou este que com toda a humanidade fosse tratado entre os seus. Era este um moço robusto, e de animo seguro, e sendo inquirido, descobrio com effeito os socavoens de Marcos de Azeredo, junto a um morro, que corre de N. ao S.

Sete annos trabalhou Fernaõ nesta empreza, rompendo muitas vezes com os seus, que o aconselhavaõ se retirasse para Itamirindiba, e aguardasse por tempo mais oportuno para a conclusaõ do descobrimento; certificando-o de que os matos circumvisinhos a Vepabussú exalavaõ um halito pestilento e mortifero. Finalmente mandou enforcar á vista de todos os seus soldados um filho bastardo, que muito estimava, por lhe constar que conspirava contra a sua vida. Chegou com effeito a ver o que tanto desejava; porém fazendo-se na volta de S. Paulo, donde era na-

tural, não quiz o Ceo que elle tivesse a gloria de apresentar ao seu Soberano o testemunho do seu zelo. Morreu junto ao Guaycuhy, que entre nós vale o mesmo que Rio das velhas.

Serie dos Governadores.

Os primeiros Governadores residiaõ no Rio de Janeiro ; e tinhaõ annexa a Capitania de S. Paulo ou S. Vicente, que comprehendia as Minas já descobertas, e as que para o futuro se descobrissem, como consta do Regimento de Valhadolid de 15 de Agosto de 1603, e Alvará de 8 de Agosto de 1618. Porém tomando a serie do primeiro, que entrou nas Minas (deixando alguns Governos interinos de ordem de El-Rei, ou sem ella), o primeiro destes que governaraõ esta Capitania separada ou collectivamente com as de S. Paulo e Rio de Janeiro, foi D. Rodrigo de Souza.

Falecendo Fernaõ Dias Paes, quando se recolhia a enviar a El-Rei as mostras das esmeraldas, deixou a seu genro Manoel de Borba Gato, morador no Rio das Velhas, a polvora, chumbo, petrechos e ferramentas da sua labutaçaõ, para voltar ás Minas logo que recebesse as Reaes ordens. Pelos annos de 1688 sahia D. Rodrigo acompanhado de alguns Paulistas, como foraõ Matheus Cardozo, Domingos do Prado, Joaõ Saraiva de Moraes, e varios outros, que tinhaõ pratica dos sertoes das Minas ; e avezinhandose ao Borba, no intento de passar aos socavoens das esmeraldas, lhe mandou pedir o soccorro que precisava de polvora, chumbo, e ferramentas. Repugnou o Borba, sob pretexto da espera, em que estava de seu sogro Dias ; e querendo os que acompanhavaõ o Fidalgo hir

violentamente despojar o Borba do que pediaõ, calmou D. Rodrigo este primeiro impeto, tomando sobre si a conclusaõ do negocio por meios mais arrasoados.

Desordenou a imprudencia de um ameago toda a felicidade do empenho; e ainda que sem mandado expresso do Borba, foi entaõ morto D. Rodrigo por huns pagens ou bastardos, que viviaõ aggregados ao Borba; o qual se salvou engenhosamente, affectando a repentina chegada de Fernaõ Dias. Poseraõ-se logo em fugida os Paulistas da comitiva de D. Rodrigo, e foraõ elles os primeiros, que se entranharaõ pelo Rio de S. Francisco, povoaraõ, e encheraõ de gado as suas margens, de que hoje se sustentaõ as Minas Geraes: nem mais quizerãõ voltar para a patria, envergonhados do engano, em que haviaõ cahido. O Borba temoroso das justiças, e que sobre a sua prizaõ fizesse El-Rey as maiores diligencias, metteo-se ao sertão do Rio-doce com alguns Indios domesticos da sua comitiva, e ahi viveo varios annos respeitado por Cacique, do modo que o permittia um tal estado. Com tudo os remorsos o obrigaraõ a mandar dous Indios praticos a S. Paulo, para se informarem dos seus parentes sobre o estado do seo crime. Estes lhe facilitaraõ o accesso ao Governador Artur de Sá e Menezes, recentemente chegado áquella Capitania; o qual lhe fallou com affabilidade, e lhe prometteo o perdaõ em nome d'El-Rei, com tanto que elle fizesse certo o descobrimento do Rio das Velhas.

Bem se póde considerar o estado em que se achavaõ as Minas por este tempo, em que o despotismo, e a liberdade dos facinorosos punhaõ, e revogavaõ as Leis a seu arbitrio. O interesse regia as acçoens, e só se cuidava em amontoar

riquezas, sem se attender á innocencia dos meios. A soberba, a lascivia, a ambição, e o atrevimento tinhaõ chegado ao ultimo ponto.

Aprestado o Borba, e soccorrido de muitos parentes e amigos, accompanhou a Artur de Sá, e chegando ao Rio das Velhas, deo ao manifesto este descobrimento; fazendo-se digno pela riqueza de suas faisqueiras, de que o Governador o premiasse com a patente de Tenente General de uma das Praças do Rio de Janeiro.

Pouco tempo se demorou Artur de Sá no Rio das Velhas, lavrando o mais facil daquelles ribeiros; e se tetirou outra vez para S. Paulo, substituindo uma especie de jurisdicção no civil e crime, ao Guarda Mór das repartiçoens das terras e datas mineraes Domingos da Silva Boeno, creado pelo mesmo Governador.

Com a ausência de Artur de Sá tornaraõ as Minas á primeira desordem. As distancias das quatro Comarcas já penetradas, e cheias de grande numero de povoadores de differentes Capitanias, difficultavaõ as providencias de um só homem, em que ainda não acabavão de reconhecer os povos a jurisdicção, de que estava munido.

Por este tempo se começaraõ a suscitar os odios entre os filhos de S. Paulo, e os naturaes de Portugal, que elles denominavaõ *Buabas*. Dous Frades, cujos nomes e Religioens se calaõ por evitar o escandalo, fomentaraõ o calor desta desuniaõ. Viviaõ elles na liberdade, que permittia o paiz, e a impulsos de uma desordenada ambição, atravessaraõ com tres arrobas de ouro, fumo, e cachaça, para venderem estes generos monopolizados pelo mais alto preço. Não parando aqui, pertenderaõ estender o monopolio ás carnes: e encontrando opposição nos Paulistas, resolverão acabar com elles, expellindo-os de

uma vez das Minas, que haviaõ conquistado, e em que se achavaõ estabelecidõs com as suas familias e fabricas. Um destes Religiosos aconselhou que se fingissem ordens Regias, por meio das quaes, pretestando o interesse commum, se recolhessem todas as armas dos Paulistas a um armazem publico, tratando-se de rebelde o que recusasse obedecer. Tomadas assim as armas, foraõ prezos os Paulistas mais poderosos, e de quem mais se temiaõ, Domingos da Silva Rodrigues, e Bartholomeu Boeno Feijó. Com as prisões destes se intimidaraõ os outros, accrescendo para os aterrar a noticia, que em breve circulou, ou falsa, ou verdadeira, de um massacre, que lhes estava preparado para certo dia. Em consequencia fugiraõ a maior parte dos Paulistas; e ainda hoje conserva o nome de *Capaõ da Traição* um sitio junto ao Rio das Mortes, aonde um troço destes desgraçados, que procurava a sua patria, conduzido por Gabriel de Góes, sendo sorprendido por Bento do Almaral Coutinho, e deixando-se persuadir das rasoens deste malvado, acompanhadas do mais tremendo juramento; porque eraõ isentos da vil perfidia, os Paulistas entregaraõ as armas, e para logo foraõ todos assassinados, e roubados por Amaral, e seus sequazes.

Haviaõ os rebelados revestido com o caracter de Governador a Manoel Nunes Vianna, homem ambicioso, e que ardia por governar; com tudo deve-se confessar que entre todos os levantados daquelle tempo era elle o de melhor indole. Não consta que comettesse positivamente acção alguma damnosa ao proximo: desejava reger com equidade o desordenado corpo, que se lhe ajuntara; acolhia com afabilidade a hunos e a outros; soccorria-os com seus cabedaes; apaziguava-os; compunha-os, e os serenava com bas-

tante prudencia. Fizeraõ elles conselho, e determinou-se, que por 8 ou 9 annos disfrutassem as Minas, naõ consentindo Governadores, nem justiças nellas, e sustentando-se como em Republica a seu arbitrio; e que depois, se naõ alcançassem perdaõ d'El-Rey, facilmente se passariaõ para as Indias de Hespanha. Nisto votaraõ com mais efficacia os desertores da Praça da Colonia, de que havia um grande numero habitando nas Minas, e cujo principal Chefe era Antonio Francisco, que o Vianna havia nomeado Mestre de Campo, logo que se arrogou o Governo.

Succedendo uns a outros factos, e a discordia estando já no seu auge, tomaraõ-se as armas de parte a parte; e os Paulistas commandados por Amador Boeno, e desafiados por carta de Ambrozio Caldeira Brano, que mandava os rebelados, investiraõ a Fortaleza, que estes haviaõ erigido, fronteira á Villa de S. Joaõ d'El-Rey. Durou o ataque quatro dias, e quatro noites, ficando dos rebelados 80 mortos, e muitos feridos. Os Paulistas naõ tiveraõ mais de 8 mortos, e muito poucos foraõ os feridos; mas, naõ obstante, os sitiados ficaraõ vencedores. Desta sorte conseguiraõ os Europeos a expulsaõ e despejo dos Paulistas pelos annos de 1709, e 1710. Em 22 de Agosto de 1709 tinhaõ-se os Paulistas obrigado, por um termo lavrado na Camara de S. Paulo, a marcharem com o seo Exercito, sómente para o fim de segurarem o Real Quinto nas Minas, e sometterem á paz e obediencia os vassallos de Portugal, que nellas se achavaõ postos em rebeldia; e em todo este tempo deraõ evidentes provas de que nem a vingança, nem a rebelliaõ dirigiaõ as suas acçoens; deixando passar livremente os Portuguezes, que hiaõ de volta para o Rio de Janeiro: e até punindo seve-

ramente aquelles, que pertendiaõ roubar, ou insultar os filhos de Portugal.

Atormentavaõ os ouvidos de [D. Fernando Martins Mascarenhas os tumultos e desordem, em que estavaõ as Minas; e querendo este, que foi o terceiro Governador, hir pessoalmente socega-las, marchou para ellas do Rio de Janeiro em 1710. Chegou ao Rio das Mortes com o intento de passar ao Ouro preto, aonde residiaõ principalmente os chefes dos levantados. Naõ consentio no obsequio de alguns Paulistas e Filhos de Portugal mais bem intencionados, que pertendiaõ acompanhá-lo, por evitar assim maior ruido entre os sublevados; porem naõ cessaraõ aquelles de espalhar que D. Fernando trazia cargas de correntes, e outros aparelhos para punir os complices da conspiração contra os Paulistas.

Derramada esta voz pelas Geraes, se dispoz Manoel Nunes Vianna para tomar-lhe o passo; armando em tom de politica e cortejo, um grande numero de homens de a cavallo, e distribuindo ordens por todos os districtos circumvizinhos ao Ouro preto, para que os moradores se apromptassem para uma diligencia, sob pena de morte. Chegava D. Fernando ao Arraial das Congonhas, quando os que acompanhavaõ o Vianna, avistando de longe o Governador, clamaraõ “Viva o nosso Governador Manoel Nunes, e morra D. Fernando, se naõ quizer voltar para o Rio de Janeiro.” Querem alguns que Vianna entrasse violento nesta acção; mas hé certo que elle pertendeo escusar-se do conceito de rebelde e sublevado, passando occultamente na noite seguinte a fallar com D. Fernando; e protestando-lhe estar prompto para entregar o Governo quanto a sua parte; de tudo lhe pediu uma attestação.

Porém apezar disto o Governador assustado com a inesperada saudação dos rebeldes, pediu 8 dias para se retirar, os quaes lhe foram concedidos, e assim mesmo se não aproveitou do beneficio, porque sem muita demora deo as costas ás Minas, e voltou para S. Paulo. Ahi trabalhava com ancia em se reforçar com os Paulistas para vir sobre os levantados, fazendo a afronta commua; e meditando para o seu despique puxar tropas do Rio e Bahia, e juntos atacarem ao mesmo tempo, e por toda a parte as Minas.

Chegou ao Rio de Janeiro a Frota de Portugal, e nella veio render a D. Fernando, o Governador e Capitão General Antonio de Albuquerque. Sem perda de tempo se poz este em marcha para as Minas; e levando a resolução de entrar nellas disfarçado, buscou o araial do Caeté, a fim de ter uma entrevista com um Sebastião Pereira de Aguilar, filho da Bahia, homem rico e poderoso; de conhecido valor e espirito, e que tinha então tomado sobre si atacar o Vianna, e a todos os seus parciaes, pelas injustiças e violencias, que praticavaõ, especialmente com os filhos do Brazil de qualquer provincia, a quem se havia estendido o odio, conciliado contra os Paulistas. Consta que o dito Aguilar escrevera a S. Paulo ao Governador Mascarenhas, offerecendo-se-lhe para segurar o Governo, com o poder de muitas armas, e gentes, que tinha adquirido. Talvez foi este o motivo que obrigou ao Albuquerque a fazer a sua entrada por aquelle districto. Na passagem, que fez o Albuquerque pelos levantados, foi conhecido por Antonio Francisco, o Capitão José de Souza, que vinha na sua guarda; de cuja Companhia fora soldado na Praça da Colonia o mesmo Antonio Francisco. Comprimetaraõ-se sem receio, e o Capitão lhe deo a noticia de haver já entrado nas Minas o Gover-

nador; persuadindo-o ao mesmo tempo com fortes razoes, de que o buscassem, e se lancassem a seus pés os chefes dos conjurados, se queriaõ melhorar o semblante da sua causa.

A perturbação, em que se via o Governador Vianna, combatido já pela avultada parcialidade de Sebastião Pereira, já pelo susto do tremendo castigo, que vinha de iusnuar o Capitão José de Souza, o obrigou, bem como a Antonio Francisco, e a muitos outros cabeças dos levantados a partirem sem demora para o Caeté. Ahi se achava o Governador, hospedado em casa de uns tres irmaons Mirandas Pereiras, talvez parentes ou amigos de Sebastião Pereira de Aguilar. Postraraõ-se os rebeldes aos pés de Albuquerque, desculpando os seus crimes do modo possivel: este os recebeo affavelmente; e não querendo usar do poder, de que vinha munido, segurou a todos o perdaõ, pela emenda, por dessem a conhecer para o futuro; capacitando ao Vianna, e a Antonio Francisco de que não convinha a sua assistencia nas Minas, a fim de melhor calmar o tumulto do povo. Retiraraõ-se os dous com este conselho para as fazendas, que tinhaõ nos sertoes, e o povo soceguou com a sua ausencia. Albuquerque proseguio na creação das Villas, e estabelecimentos da Capitania. Que fadigas, que trabalhos não passaria o prudente General, para segurar o bom exito de uma taõ escabrosa, como interessante empreza? Foi elle o primeiro, que soltou com ardimento as redeas do Governo; que pizou as Minas com o luzimento e firmeza correspondente ao character que o Rey lhe dera; que promulgou as Leys do Soberano, e fez respeitar o seu Nome neste Continente.

A Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho succedeo D. Braz Balthazar da Silveira, que tomou posse na Camara de S. Paulo em

1713, e passou para as Minas no fim de Setembro do mesmo anno. Foi o seu Governo bastante-mente critico por encontrar a opposição dos povos na erecção das casas de Fundição. Subjugou heroicamente alguns levantamentos e sublevações, principalmente em Pitangui, sendo o seu author Domingos Rodrigues do Prado. De Villa Rica foi ter a Marianna em 28 de Junho de 1720. Aqui lhe foi necessario prender uns, e castigar outros com a ultima pena; cujos procedimentos lhe grangearam nas Minas o nome de tirano; mas á sua constancia, e resolução deve Portugal a sujeição desta Capitânia. O exemplar castigo conseguiu aterrar os animos de um povo tantas vezes rebelde, e segurou para sempre a Real authoridade.*

Durou o Governo do Conde de Assumar até ao anno de 1721, em que o substituiu D. Lourenço de Almeida, que foi o primeiro Governador positivo de Minas; pois neste tempo se separou

* Foi este Governador que presidio á divisaõ das Comarcas, que se effeituou em 6 de Abril de 1714, com assistencia do Sargento Mór Engenheiro Pedro Gomes Chaves, e do Capitão Mór Pedro Frazão de Brito; e em que assignaram todos os Procuradores das Villas. Então se assentou que a Comarca de Villa Rica ficasse dalli em diante separada da de Villa Real, hindo pela estrada de mato dentro pelo ribeiro, que desce da ponta de morro entre o sitio de Antonio Ferreira Pinto e de Antonio Correa Sardinha, e faz barra no ribeirão de S. Francisco, ficando a Igreja das Casas altas para a Villa do Carmo; e pela parte do Haubira faria a divisaõ o mais alto do morro della. Tudo o que pertence a agoas vertentes pela parte do S. tocou á Comarca de Villa Rica; e pela parte do N. á Comarca de Villa Real. O Ribeiro das Congonhas, junto do qual está um sitio chamado Casa branca, serve de divisaõ entre as Comarcas de Villa Rica e de S. João d'El-Rey, tocando a Villa Rica tudo o que se comprehende até ella, vindo do dito ribeiro para as Minas Geraes. Do mesmo modo pertence á Comarca de S. João d'El-Rey tudo o que vai até á Villa do mesmo nome, a qual se divide com a Villa de Gorantiguitá pela serra da Martingueira.

a Capitania de S. Paulo em Governo á parte, ficando os respectivos Generaes só com sujeição ao Vice Rey do Estado. Tomou posse D. Lourenço na Igreja Matriz de N. S. do Pilar do Ouro-preto, com assistencia da Camara em 28. de Agosto de 1721.

A D. Lourenço succedeo o Conde das Galvêas André de Mello e Castro, que tomou posse em 10 de Setembro de 1732, na Igreja Matriz de N. S. da Encarnação, de Antonio Dias.

O Conde das Galvêas deo posse a Gomes Freire de Andrade em 26 de Março de 1735. Mediaraõ alguns Governos interinos, como foi o de Mendonça, Pina, e Mello, na hida que fez o dito Conde de Bobadella ao Rio de Janeiro em 15 de Março de 1736. Foi entaõ outra vez levantado o preito da homenagem em 26 de Dezembro de 1737. Em quanto se deteve no Uruguai com a Real commissão do Tratado de limites, substituiu-o seu Irmaõ José Antonio Freire de Andrade, que tambem depois foi Conde de Bobadella. Foi no tempo deste incansavel General, pelos annos de 1745, que se fez a divisãõ das Dioceses, repartindo-se o Bispado em tres Cathedraes, que saõ Rio de Janeiro, S. Paulo, e Minas; cujo primeiro Bispo, que se denomina de Marianna, foi Frei Manoel da Cruz, Religioso, de S. Bernardo. Entaõ passou tambem o Ribeirão do Carmo a Cidade, por Ordem Regia de 23 de Abril do mesmo anno de 1745. Fallecendo Gomes Freire de Andrade no Rio de Janeiro no primeiro de Janeiro de 1763, se praticou a via de successãõ no Illustrissimo Bispo D. Fr. Antonio do Desterro, e nos mais chamados para ella; até que em 28 de Dezembro do mesmo anno, entrou no Governo o General Luiz Diogo Lobo da Silva.

Este Governador, enchendo de merecimento

os dias de seu Governo, deo a posse dellê ao
Excellentissimo Conde de Valladares, em 16 de
Julho de 1768.

*Memoria Sobre a Conquista do Rio Pardo, empre-
hendida no anno de 1806.*

Nas Gazetas da Bahia de 14, 21, e 28 de Julho proximo passado se acha transcrita uma Memoria sobre a Conquista do Rio Pardo, comprehendida no anno de 1806, a qual não deixa de ser curiosa, porque nos faz conhecer as previas disposicoens que se fizeraõ, ainda que não todas, para conseguir amansar entre outros Indios os selvagens Botecudos, que, como diz o artigo da Bahia transcrito na Gazeta de 30 do mez passado, se achaõ já despidos de sua natural ferocidade, e se daõ á cultura da terra. Eis-aqui pois, com a introducção da dita Gazeta da Bahia, a sobredita Memoria:

“ A Gazeta em que descrevemos o rio Jequetinhonha, e a facilidade da communicacão de Minas com a Bahia pela navegacão daquelle rio, excitou nesta Cidade o desejo, e o projecto de se fazer no porto de Canavieiras um estabelecimento mercantil para fornecer áos navegantes do rio aquelles generos de que elles necessitaõ, e que podem permutar pelos productos da sua lavoura sem o detrimento de demandar a Cidade.

“ Accresce mais que arrematando-se o Contrato do Páo Brasil em virtude de um Alvará remettido á Junta da Fazenda necessitaõ os arrematadores achar commodidades no sobredito porto de Canavieiras, para fazerem as suas expedicoens pelo rio acima, e para conduzirem o

Páo Brasil até ao Porto, donde o devem embarcar para o remetterem ao exame.

“ A pouca distancia de Canavieiras tomando para o Rio Pardo há grande abundancia de Páo Brazil, segundo nos informão pessoas que foraõ empregadas por varias vezes neste negocio; e como o Rio Pardo se ajunta com o da Salça, e ambos fazem barra em Canavieiras, hé da maior evidencia que esta Ilha venha a ser o ponto de maior concurrencia ao Sul da Bahia; assim pela navegaçaõ de Minas, como pelo corte do Páo Brazil, que alli há de vir parar.

“ Hé tambem muito averiguada a excessiva copia de peixe por todos áquelles sitios; e isto unindo á fertilidade das margens fará crescer com muita rapidez a populaçaõ, a qual sempre augmenta na razaõ dos meios da subsistencia local quando não hé empecida por algumas causas politicas.

“ Hé muito para notar que sendo a Comarca dos Ilheos, e Porto Seguro talvez o melhor terreno desta Capitania se ache com tudo despovoadada, e pobre entretanto que Rio das Contas, campos da Cochoeira, Inbambupe etc. aonde não hé tão bom o terreno, contaõ muita gente polida, muito luxo, e muitas casas opulentas!..

“ Qual será pois a razaõ desta differença? Talvez que fosse preciso escrever muito para se darem todas as causas simultaneas deste fenomeno. Não são proprias de uma Gazeta tantas indagaçoens, e diremos com Virgilio: *Non nostrum inter vos tantas componere Lites.*

“ A razaõ mais obvia que póde ocorrer a qualquer, hé que estes sitios do Sul foraõ sempre infestados do Gentio, que destroe as plantaçoens, e lançava fogo ás casas dos Portuguezes; mas esta causa já cessou de todo pela felicidade das Conquistas; e agora não há receio de fazer esta-

belecimentos em toda a Comarca de Ilheos, e margens do Rio Pardo, e Jequetinhonha onde há excellentes sitios de Lavoura, e Fazendas de gado, como consta da seguinte Memoria de João Gonçalves da Costa, que em 1806 conquistou o Rio Pardo, a qual agora publicamos para conhecimento de quem quizer fazer qualquer estabelecimento para aquellas bandas.

Memoria.

“ Promptos no primeiro de Agosto do anno passado de 1806 os Soldados, mantimentos e todo o mais necessario para a conquista do Rio Pardo até a sua embocadura, fiz entrar no trabalho de um caminho da Barra da Vareda até a da Giboya, que são dous ribeiroens, dos quaes o 1º nasce das Varedas de um campo onde há fazendas de gado, e o 2º nasce de um pasto do mesmo nome, e ambos desembocão no Rio Pardo, por cuja margem septentrional desceo o caminho, e ficou uma boa estrada com distancia de 4 leguas com pouca differença.

“ Por ella fiz conduzir os mantimentos, que de minha ordem apromptou sem duvida, nem repugnancias Antonio Ferreira Campos, afazendado na dita Barra da Vareda, cujos mantimentos e mais trem se acondicionáraõ no abarracamento, que havia mandado apromptar na dita Barra da Giboya, onde parei com a estrada, por haver boas matas com avultados paos de vinhatico, dos quaes mandei fazer 5 canoas para vadear o rio, e aliviar os Soldados do pezo das cargas, abrindo picada por terra para ver o plano do terreno.

“ Logo fiz construir uma canoa mais ligeiramente para passar um corpo de Tropa á parte do Sul do rio por me noticiar um Indio, (que em

conquistas anteriores apprehendi, e o tenho domesticado) que para aquella altura pouco mais ou menos, havia uma Aldêa de gentio da sua nação, que chamaõ Mongoyos.

“ Passaraõ para a dita parte do Sul 70 Soldados commandados pelo Sargento Mór Antonio Dias de Miranda, e o Capitão Raymundo Gonçalves da Costa recommendando-lhes naõ a cautella, e valor (pois em tudo sãõ experimentados) mas a docilidade, com que se deviaõ portar nesta empreza; porque se poderia fazer sem resistencia, por ter lingua da mesma nação.

“ Marchou esta Tropa com alguma infelicidade, pois ao 3º dia picou uma cobra a um Soldado, e para acudir-lhe com algum curativo se fez alto 5 dias, no fim dos quaes morreo o Soldado. Sem este continuou a Tropa, e a poucos passos outra cobra picou a dois Soldados, e para lhes acudir com remedios se suspendeo a marcha, mas com 7 dias de demora pela virtude de hervas recuperáraõ a saude, e acompanháraõ a Tropa, e no fim do decimo quinto dia cortou um Soldado o pé com um machado, e para o curar parou a marcha bastantes dias; porem logo que pode andar, continuou a Tropa, até que chegáraõ á dita inculcada Aldêa com viagem de 45 dias.

“ Chegando a Tropa á referida Aldêa deraõ-lhe cerco, e mandáraõ o lingua entrar nella levando alguns machados, fouces, facas e ansões, que se enviavaõ ao Gentio, convidando-os a uma boa paz, e amizade, o que o tal interprete fez com tal confiança e efficacia, que sem a menor resistencia vieraõ todos aquelles Indios, naõ como barbaros, receber a Tropa dos conquistadores por amigos, e recolhendo a todos em suas choupanas os soccorreraõ de mantimentos de suas roças por ser esta nação dos Mongoyos a unica entre os barbaros que vive de cultivar a terra.

“ Está situada esta Aldêa a margem de uma ribeira, cujas aguas alli mesmo se dividem por dous braços, um que se encaminha ao sul e vai desaguar no Rio Grande de Bello Monte, e outro que segue ao norte e desemboca neste Rio Pardo.

“ Nesta já dita Aldêa se contáraõ 196 almas pagans; e se achou tambem um Indio da mesma nação de nome Victorino, o qual apprehendi em outras conquistas, e instruindo-o com a Doutrina mais essencial o fiz baptizar, e o remetti para o trabalho da estrada do Coronel José de Sá, d’onde diz fugira. Pelo nome deste Indio chamaráõ a esta povoação Aldêa Victorina.

“ O mesmo Victorino deo noticia aos Officiaes da Tropa que dalli mais para o centro havia uma antiga lavra d’ouro cuja noticia admiráraõ, tanto pela distancia, como por serem aquellas terras batidas do Gentio d’outras naçoens inda mais barbaras, que esta, e por isso movidos da curiosidade, e do gosto de communicar uma verdadeira nova, resolvêraõ ir examinar ocularmente á dita lavra.

“ Marcháraõ para ella levando juntamente o noticiador, e outros da mesma nação, e caminhando dois dias incompletos, quando já estavaõ perto da lavra, encontráraõ uma Tropa de Gentio da nação Botocudos, e por outro nome Imboré, ou Aymoré, que se encaminhava a bater os Mongoyos por serem inimigos acerrimos; e no repentino encontro frecháraõ os Botocudos a um Soldado Portuguez, muito destro e valoroso, o qual se adiantára algum tanto do Corpo da Tropa, e como a ferida foi mortal por ser sobre o peito o fizeraõ voltar carregado em uma rede, e acompanhado de 4 armas de fogo, para ser curado na Aldêa o melhor que possivel fosse.

“ Porém os Officiaes, e mais Soldados tomando aquella desgrça por causa commum determináraõ

marchar sobre os Botocudos, que se haviaõ retirado, e caminhando em seguimento delles a marcha dobrada ao quarto dia acharáo as rancharias, das quaes se occultaráo para dar-lhes cerco ao amanhecer o dia seguinte, hora em que costumaõ estar todos arranchados. Assim succedeo; mas os Botocudos não temendo o estrondo das armas, nem o som do Tambor, valorosos fizeraõ a mais temeraria resistencia, e postos por detrás dos páos se reparáraõ de alguns tiros, que quasi a montaõ se davaõ, tendo as mulheres ao lado carregadas de frechas, as quaes hiáo distribuindo aos homens, para que mais rapidamente fizessem seus tiros, de forma que com o chuveiro de frechas ficaráo tres Soldados feridos: o que visto pelo intrepido Capitaõ Raymundo puxando da espada, foi investindo para levar tudo a ferro frio; mas os barbaros não esperaraõ, pois vendo esta resoluçaõ abandonaraõ os postos, e se foraõ pondo em fuga deixando no campo morros 21 e alguns rapazes dos quaes o mesmo Capitaõ, e Sargento Mór com alguns Soldados amarraraõ oito dos mais pequenos, a saber, 3 machos, 3 femeas e 1 mulher de maior idade com sua criança, ambos os quaes duraraõ pouco.

“Acabada a contenda entráraõ nas rancharias, e nellas acharaõ varios arcoõs, e frechas, e com muito maior terror ficaraõ quando viraõ a innumeridade d’ossos de gente, e os das espaduas enfiados em cordeis, que lhes serviaõ de chocalho, a cujo som dançavaõ depois de fartos da carne tirada dos mesmos ossos como custumaõ. Persuado-me que esta naçaõ come os filhos, e parentes, que entre elles morrem; ainda mais, que mataõ os velhos, e inuteis para os comer; porque me asseveráraõ todos os Soldados da Tropa, e maiormen te os Officiaes, os quaes merecem todo o crédito, que entre toda aquella

gente não se vio um só velho, mas sómente homens, e mulheres ainda moços, e meninos. São taes estes selvagens, que nascendo perfeitos, e sendo em tudo a nós semelhantes, se fazem disformes, introduzindo no beijo de baixo e orelhas, umas grandes rodas de páo como que pareassem animaes horrendos.

“Partia a Tropa dos Conquistadores com a sua preza, mas desconsolados pelo perigo de vida em que se achavaõ os feridos, e procurando caminhar para a Aldêa Victorina foraõ encontrar com a inculcada lavra. Acháraõ ter nella trabalhado grande força de homens mineiros, mas em tal antiguidade, que dentro na mina já haviaõ grossos páos, e alguns que naquelle tempo cortáraõ haviaõ brotado ramos, que se achavaõ taõ grossos como os primeiros troncos. Junto a esta lavra passa uma ribeira de cristalinas aguas, que corre para o Sul a desembocar no rio grande de Bello Monte: mas não se fez exame na dita lavra, nem na ribeira para ver a pinta d'ouro, porque o cuidado dos enfermos não deo lugar.

“Daqui marcháraõ mais bem encaminhados para a Aldêa, onde chegáraõ, e foraõ recebidos com notavel satisfação dos Aldeões, que com festejos a seu uzo celebráraõ a chegada, e victoria dos Conquistadores.

“Tratáraõ logo de repetir novas curas aos feridos, mas o primeiro frechado morreo ao quarto dia depois da chegada da Tropa; e os 3 aos 18 dias de curativo de ervas, que os Indios applicavaõ, se acharaõ em termos de caminhar.

“Em quanto os Soldados estiveraõ parados discorreraõ por aquellas mattas em dilatadas distancias, por onde acháraõ muitas ribeiras, e ainda que nada percebiaõ do trabalho de minerar, o descanso e curiosidade os fez mexer as arêas

de todas as ribeiras que encontravaõ, e me certificarão pintarem todas ouro graúdo, e palpavel, como eu vi, em umas breves migalhas, que ajuntarão no exame.

“ Depois de restabelecidos os doentes, como ficou dito, munio-se a Tropa de mantimentos com que supprirão os Indios Mongoyos e regressou para a Barra da Giboya conduzindo um Columim, filho dos ditos Indios, para amostra; porem a marcha foi lenta por causa dos doentes, não só os que foraõ frechados, que ainda não podiaõ violentar o passo, mas outros de differentes molestias, e com isto gastaraõ no regresso 15 dias de viagem.

“ No abarracamento da Barra da Giboya recebi a Tropa com prazer, e dando lhe alguns dias de descanso, e applicando remedios aos enfermos, assim que os achei vigorosos tornei a despedir os mesmos Officiaes, e Soldados reforçando-os com mais alguns de refresco, e lhes ordenei marchassem para a conquista d’outra Povoação do mesmo Gentio Mongoyos de que dava noticia o mesmo Indio manso, que denunciou a primeira, e dizia chamar-se a tal Povoação Aldêa grande, determinando-lhes outro sim, que alli praticassem a mesma docilidade, estabelecida a paz e concordia, que esperava marchassem logo procurando a Barra de Catolé. Hé este um ribeiraõ que nasce nos pastos do arrayal da conquista, por onde passa diminuto, e dalli em diante recebendo aguas de um e outro lado val engróssando proporcionadamente até entrar em mattas grossas pelas quaes passa navegavel a fazer Barra no Rio Pardo com o dito nome de Catolé, onde fazia tenção esperar.

“ Caminhou a tropa dos conquistadores em busca da Aldêa grande situada nas mattas do Norte do Rio Pardo, 18 dias, não pela distancia

o pedir, sim pela falha de alguns dias por conta do inverno : chegáráõ em fim, e seguindo o systema praticado com Aldêa Victorina, foraõ igualmente recebidos, e tratados como amigos fazendo-os participar de seus mantimentos, e mais legumes de suas lavouras.

“ Nesta Aldêa grande se contáraõ 105 almas pagãs, além de alguns Indios que andavaõ por fora. Conservou-se nella a Tropa alguns dias de internada, e por força de conversações que teve o lingua da nação com os seus, interpretou aos Officiaes que adiante haviaõ mais 4 Aldêas desmembradas daquella, pelo que logo resolveraõ estes marchar a ellas tanto que parassem as chuvas.

“ Como abrandasse o rigor do inverno caminhou a Tropa com guia á conquista das 4 Aldêas e na distancia de tres e quatro legoas de umas e outras acharaõ todas, e se rendêraõ sem repugnancia offerecendo os seus mantimentos, e mais viveres á disposição dos conquistadores, os quaes recebiaõ só quanto lhes era necessario, repartindo sempre com igualdade as ferramentas, e mais quinquilharias, que eu lhes havia entregue para as distribuir com a mesma gentilidade. Tambem lhes recommendei trouxessem um Indio maior da Aldêa grande, por isso os Officiaes da Tropa tiraraõ um de cada Aldêa, e os Aldeões com gosto os entregavaõ fielmente.

“ Estas 4 Aldêas ultimas se achaõ situadas em Catingas, que saõ umas mattas rasteiras, e entre ellas pastagens para criações de gados. Todas as ditas Aldêas saõ fundadas á borda de ribeiroes, os quaes encaminhando-se a um terreno bem assentado ahi se unem, e formaõ um rio navegavel, cuja corrente moderada procura a costa do mar. Certificou o Gentio que acompanhou a Tropa, que descêra pela margem da-

quelle rio até topar mattas grossas, e sempre continuava navegavel, e moderado na sua corrente. Inda mais me affirmou o Capitão Raymundo, que segundo o seu parecer chegou a estar pouco distante da dita costa do mar, e que da barra do Catolé ao lugar onde aquelle rio se faz navegavel, poderá haver 8 legoas em linha recta a rumo de Leste; em cujas Catingas há muito Páo Brazil, e Sebastião d'Arruda, e as terras proprias para a plantação de algodões, pois o Gentio Mongoyos plantavaõ alguns pés para cordas dos seus arcos, e se viaõ carregados das massãs lanigeras.

“ Em quanto a Tropa dos conquistadores se occupava nos seus deveres, e exames daquelles terrenos, ribeiras e rio, tratei eu de navegar pelo Pardo abaixo embarcando-me com todo o trem, e bagagem, e mais 5 canoas, em que remavaõ alguns Soldados praticos daquella navegação: e para averiguar o terreno por aquella mesma parte do Norte, mandei marchar por terra 6 Soldados, seguindo sempre a margem do rio. Este já se achava superabundante de aguas, que recebêra do inverno, e com a força de sua corrente batida nas cachoeiras que a cada passo topava, em uma dellas, apezar do meu cuidado, e diligencia do practico, se virou uma canoa, em cujo naufragio se perderaõ 4 armas de fogo, uma canastra com a roupa do Sargento Mór Antonio Dias, e Capitão Raymundo, e outras formosas bagatellas dadas pelos Indios da Aldêa Victorina, como tambem os chocalhos dos ossos das espaldas do corpo humano, que se acháraõ na rancharia dos Botocudos; e o mais sensivel foi o mantimento; pelo que dahi em diante houve maior cautêla nas passagens das cachoeiras, que amiudadamente se encontravaõ: desta sorte cheguei á barra do Catolé; passando igualmente por innumeraveis

inconvenientes de morros escarpados, pedreiras abrolhosas, os Soldados, que caminhavaõ pela margem do rio.

“ Nesta referida barra mandei apromptar um ligeiro abarracamento, onde propuz esperar os conquistadores, que chegaraõ no fim de 35 dias de ausencia, e taõ derrotados do inverno, e incommodos annexos a similhantes caminhos, que pareciaõ uma Tropa de moribundos, cujo spectaculo me deixou consternado, ao mesmo tempo que pela noticia da alliança effectuada com todas as 6 Aldêas dos Gentios Mongoyos, me deixáraõ cheio de prazer ; logo depois apresentaraõ-me os 5 Indios que conduziraõ, sendo um de cada Povoação, que com o Columim da Aldêa Victorine faz o numero de 6, que proponho apresentar ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor General.

“ Necessitando a Tropa de maior curativo, e por isso logo que se refizeraõ um pouco, fiz marchar o Sargento Mór Antonio Dias com 50 Soldados dos mais faltos de saude para se curarem em suas casas ; com elles pretendi mudar juntamente o Capitaõ Raymundo por ser o que mais doente estava com duas feridas medonhas e a peor era sobre a garganta, porem elle não quiz desacompanhar-me apezar do risco da sua vida e saude. Vista a sua constancia resolvi ficasse para me acompanhar, e as feridas saráraõ á força de remedios caseiros.

“ Com o resto da Tropa em numero de 21 pessoas e mais bagagem embarquei nas 5 canoas, resolutõ a vadiar e descobrir a navegação do Rio Pardo até á sua foz.

“ Parti no dia 17 de Fevereiro tempo em que já se achava o Rio em seu natural, mas taõ embaraçado de cachoeiras, recifes razos, e pedreiras altas, que a cada passo era necessario arrastar as

canoas por cima dos recifes e pedreiras para se não precipitarem nas cachoeiras, onde as mesmas canoas ficariaõ em migalhas : e não obstante a cautéla com que governavaõ os practicos canoeiros muitas vezes se alagavaõ as canoas nas correntezas, e bancos de pedras, de que não podiaõ fugir.

“ Com indizível trabalho no fim de 17 dias chegámos a uma grande cachoeira que a agua corria de altos bancos, e prelongada distancia, de forma que foi necessario falhar a viagem 3 dias para arrastar as canoas mais de meia legua. Desta para baixo navegámos 3 dias por cachoeiras e recifes semelhantes ás que se acháraõ pela parte superior da grande, e no fim dos ditos 3 acabaraõ-se as cachoeiras, e achámos o Rio manso, e bem assentado, com moderada corrente.

“ O terreno de uma e outra parte deste Rio hé na maior distancia de terras seccas e escabrosas e as suas collinas de pedreiras, e incapazes de produzir, mas logo que findaõ as cachoeiras começáraõ dalli para baixo mattas grossas, que inculcaõ serem boas terras de ambas as margens, e proprias para produzir mantimentos: porem muito povoadas do Gentio da nação Botocudo; que do Rio viamos fumegar as rancharias, cuja vista me fazia pular o coração com desejos de os conquistar, o que não fiz por estar com pouca gente e esta cansada.

“ Aos 14 de Março cheguei á Povoação de Canavieiras, Freguezia de S. Boaventura de Poxin, onde saltei e fui recebido dos moradores com demonstraçoens de alegria, e concorrendo cada qual conforme suas forças me fizeraõ muito boa hospitalidade.

“ Destes moradores sube ser o Rio da Patipe o mesmo Pardo, pelo qual naveguei: mas hé

certo que fica descoberto ser impossivel subir por elle, e trabalhosamente se póde descer, com evidentes perigos de vida. Tambem me informáraõ e concordáraõ os mesmos moradores ser aquelle rio que fórma, das ribeiras unidas nas Catingas das Aldêas dos Mongoyos, um que entre Patipe, e Ilhéos faz barra, com o nome de Una, o qual dizem ser navegavel, e as suas cachoeiras pequenas, em forma que por ellas navegaõ as canoas sem perigo, e estas cachoeiras saõ perto da barra, a qual tambem dizem não ser ruim, e que admite embarcaçoens de mil alqueires.

“ Por tanto affirmo que será cousa muito interessante ao commercio do Sertão da Ressaca, e de toda conquista, e ainda de todas aquellas Villas da costa, desde Bello Monte até Ilhéos, e ainda acima, abrir-se uma estrada da barra do Catolé, direita ao rio de Una, cuja distancia poderá ter 8 até 9 legoas todo por Catingas, com pastagens, e na foz do dito rio campo sufficiente para restabelecimento dos gados, e dalli podem ser dispostos por toda a Comarca de Ilhéos, e igualmente para a de Porto Seguro. Não só o commercio dos gados pode ser interessante, mas ainda pode ser maior o da lavoura dos algodoens naquellas Catingas proprias para a sua producção, como ficou apontado, e até a expedição dos que se lavraõ nos mesmos Sertoens. Fica sendo finalmente mais conveniente a abertura desta estrada que inculco se o referido rio for inteiramente navegavel, porque a borda delle se pode formar uma grande Povoação de todos os Indios conquistados da nação Mongoyos dando-se-lhes Parocho, que os doutrine, e Director que os dirija com o que podem ser mais uteis e si mesmos, e ao Commercio; e estando por similhante modo unidos e disciplinados ajudarão, como já

agora ajudaráõ a bater os barbaros Botocudos que povoão as mattas nos continentes da costa do mar. Por esta fórma poderá ser esta estrada muito interessante a sua Magestade Fidelissima, e seus Vassallos.

“ Hé para advertir que deve-se vadiar aquelle rio de dentro para fóra, até sua barra ; pois supposto me capacite ser o de Una, bem póde ser outro, mas seja qual for, sendo navegavel fica conveniente a estrada pela sua margem para os gados, e para os algodoens, a qual basta chegar só até ás suas cabeceiras, onde deverá ser a Povoação dos Indios.

“ Depois de descansar com a tropa por 15 dias, parti de Canavieira para a Villa dos Ilhéos, por não haver embarcação naquelle Porto. Vim em canoa da dita Povoação até Comanatuba em que gastei dia e meio, passando por terra da Comanatuba á Povoação de Una, com dous dias e meio de viagem, donde passei por Olivença 3 legoas ao Sul da Villa dos Ilhéos, todas as quaes Povoçoens e praias entre ellas, em distancia de quasi 20 legoas achei quasi despovoadas, e as mesmas Povoçoens tão pobres que nos pediaõ farinha e mantimento, á excepção da Villa Olivença. A causa hé o medo que aquelles Povos tem dos Patachos, ou Cathachos, que sahindo das mattas descem ás vezes a destruir as roças daquelles moradores, cujas plantaçoens eraõ uma legoa longe da costa, quebrando-lhes as fabricas, e destruindo-lhes as lavouras, evitando elles maiores insultos, e até a morte por não pernoitar nas mesmas roças.

“ Cheguei á Villa dos Ilhéos ao meio dia 6 de Abril, por haver falhado á márchã alguns, para allivio da Tropa ; e de todos os lugares por onde passei na minha marcha foi este, onde experimentei maior falta, tanto por se me ter acabado

o dinheiro que trazia, como por não dar o Juiz ordinario daquella Villa providencia alguma para agazalho da Tropa, mandando-me fazer offerecimentos largos no segundo dia da minha estada em nome da Vereação, depois que pedio, e recebo para isso as instrucções de um Senhor de Engenho de Santa Anna, que ahi há, que dizem hé quem governa aquella Villa, assim na Milicia por ser o Protector do Capitão Mór, como no Civel por ser Padrinho do dito Juiz, a quem hé publica vós que tem conservado no cargo, há perto de 4 annos. Mas no geral do Povo, e Nobreza da mesma Villa experimentei eu, e toda a Tropa o maior agazalho, offerecendo-se todos para me obsequiar, e servir, e desculpando-se de o não fazer francamente como desejavaõ, com receio do mesmo Juiz, de quem geralmente se queixavaõ todos, até o mesmo Reverendo Vigario, attribuindo as desordens, o mau regimen, e penuria da Villa, não ser tanto o dito Juiz, como aquelle Senhor do Engenho, seu Padrinho, naturaes da mesma Villa, e só propensos e destruir tudo.

“ E na verdade a situação da Villa, e a sua grandeza, a largura e profundidade da sua barra, e porto, e a fertilidade que pude notar do terreno, mostraõ bem a opulencia, que todos asseveraõ teve em tempos anteriores, de que ainda restaõ muitos vestigos nos grandes edificios derrotados, nas muitas, e espaçosas Igrejas, e nos muitos engenhos, e outras propriedades rusticas, de que apenas apparecem vestigios, e se conservaõ noticias, sendo a reuniaõ de todas estas circunstancias, que lhe podiaõ annunciar o competir com uma grande Cidade, e rico Porto, ao mesmo passo que pelo mau regimen dos forasteiros intrusos, e pela ausencia dos Ouvidores que alli residiaõ n'outro tempo, e cabeça de Comarca,

de que hoje tem só o nome, está reduzida a uma Povoação de casas e familias arruinadas.

“ Sahi de Ilhéos a 12 de Abril para a Villa do Rio de Contas em um saveiro; e nesta Villa achei maior esterilidade de farinha, ainda que nas outras Villas e Povoações do Sul, dando todos os moradores a mesma causa do receio em que estavaõ das sortidas do gentio, não se animando nem a continuar as roças antigas, nem a fazer novas.

“ No Rio de Contas só me demorei 2 dias, e com viagem por terra de 2 dias cheguei a Marahú donde embarquei para o Camanú, e em todas estas Villas achei o maior obsequio e promptidaõ de soccorro, que precisava. Depois de descansar a gente embarquei para esta Cidade, onde saltei em 21 de Abril, dando fim á Commissão de que Sua Excellencia me tinha encarregado.

“ Assim o representa a presente noticia sumaria, mas em tudo verdadeira, &c.

“ JOÃO GONÇALVES DA COSTA.”

Das principaes Epocas da Literatura Allemam.

A Litteratura Allemam não tem tido o que de ordinario se chama um seculo de oiro, isto hé, uma epoca em que os progressos das letras tenhaõ sido animados pela protecção dos Chefes do Estado. Leaô X na Italia, Luis XIV em França, e nos tempos antigos Pericles e Augusto deraõ seos nomes aos seculos em que viveraõ. Assim se pode igualmente conciderar o reinado da Rainha Anna como a epoca mais brilhante da litteratura Ingleza: mas esta nação, que existe per si mesma, nunca deveo a existencia dos seos

grandes homens aos seus Reys. A Allemanha tem estado dividida; nunca achou na Austria amor pelas letras, e em Frederico II, que só elle fazia toda a Prussia, nenhum interesse pelos Escriptores Allemaens: as letras em Allemanha nunca tiverão pois um centro commum, e nunca encontráram proteccão alguma no Estado. Porem talvez que á esta divizão e independencia hé que a litteratura deve toda a sua originalidade e energia.

“ Nós temos visto, dis Schiller, a poesia desprezada pelo maior dos filhos da Patria, por Frederico, affastar-se do trono poderoso que a não protegia: mas ella ousou denominar-se Allemam, e poudé vangloriar-se de ter creado per si só a sua gloria. Os Cantos dos Bardos Germanos retiniram no Cume das montanhas, precipitáram-se, como uma torrente, pelos valles; e a poesia independente não reconheceo outras leis senão as impressões da sua alma; não reconheceo outro Soberano senão o seu genio.”

Resultou por consequencia, que não sendo os homens de letras Allemaens protegidos pelo governo, cada um por muito tempo tem feito ensaios individuaes em sentidos os mais oppositos, e só mui tarde chegáram á epoca verdadeiramente notavel da sua litteratura.

A lingua Allemam, depois de mil annos, tem sido primeiramente cultivada pelos Monges, depois pelos cavalleiros, depois pelos artistas, taes como Hans-Sachs, Sebastião Brand, e outros na aproximação da Reforma, e ultimamente em fim pelos sabios, que tem creado uma lingua-gem propria para todas as subtilezas do pensamento.

Examinando as obras, de que se compoem a litteratura Alleman, encontram-se, segundo o differente genio dos auctores, vestigios das suas dif-

ferentes culturas, como sobre as montanhas vemos as camadas dos diversos mineraes, que as revoluções da terra ali tem depositado. O estilo muda quase inteiramente de natureza conforme o caracter do Escriptor, e os estrangeiros precizaõ fazer novo estudo sobre cada livro novo que pertendem comprehender.

Os Allemaens tiveraõ, como a maior parte das naçoens da Europa, seos tempos de Cavallaria, *Trovadores*, e guerreiros que cantavaõ o amor e os combates. Há pouco se descobrio um Poema Epico, intitulado—les *Nibelungs*,—o qual foi composto no seculo treze. Nelle se vê o heroismo e a fidelidade que distinguiaõ os homens de entaõ, quando tudo era verdadeiro, forte e expressivo como as cores primitivas da natureza. O Allemaõ neste Poema hé mais claro e mais simples que o de agora; as ideas geraes ainda não estavaõ introduzidas, e não se fazia mais do que contar as acçoens de character. A nação Germanica podia ser entaõ considerada como a mais bellicoza de todas as naçoens Europeas, e as suas antigas tradiçoens não nos fallaõ senaõ de castellos fortes e de Damas formozas, por quem taõ gostozamente se dava o sangue e a vida. Quando já mais tarde tentou Maximiliano restabelecer a Cavallaria, o espirito humano já não tinha esta tendencia; e a esse tempo taõbem já começavaõ as questoes religiosas, que derigem o pensamento para a metaphisica, e fazem com que toda á força da alma antes se empregue nas opinioens do que nos feitos arriscados.

Luthero aperfeição singularmente a sua lingua, applicando-a ás discuçoens Theologicas: a sua traducção dos Salmos e da Biblia hé um belissimo modello. A verdade e concisaõ poetica, que deo ao seo estilo, saõ absolutamente conformes ao genio do Allemaõ; e o mesmo som das palavras tem não sei que franqueza enérgica, em

que se não duvida pôr toda a confiança. As guerras politicas e religiozas, em que os Allemaens desgraçadamente combaterão uns contra os outros, desviáraõ os espiritos da litteratura; e quando de novo quiseraõ occupar-se com ella, foi debaixo dos auspicios do seculo de Luis XIV, em uma epocha, na qual o desejo de imitar os Francezes se espalhou pela maior parte das Cortes e dos Escriptores da Eurcpa.

As obras de Hagedorn, de Gellert, de Weiss, &c. não eraõ senão um francez mui pesado, e contra feito: nellas não havia originalidade, nem couza alguma conforme com o genio natural da nação. Estes auctores queriaõ igualar a graça franceza sem que o seo genero de vida ou os seos costumes lhes podessem dar esta inspiração: seguiaõ servilmente as regras, faltando-lhes a elegancia e o gosto, que só pode tornar agradável este mesmo despotismo. Uma nova Escolla Succedeo á Escolla Franceza, e creou-se na Suissa Allemam: esta escolla foi fundada sobre a imitação dos Escriptores Allemaens. Bodmer apoiado no exemplo do grande Haller, procurou demonstrar que a litteratura Ingleza se conformava melhor com o genio dos Allemaens do que a litteratura Franceza. Gottsched, um sabio sem gosto e sem genio, combateo esta opiniaõ. Uma grande luz se diffundio com as disputas destas duas Escollas: entaõ alguns homens começáraõ a abrir um novo caminho. Klopstock occupou o primeiro lugar na escolla Ingleza, como Wieland na escolla franceza; porem Klopstock indicou grandes descobertas aos seos successores, em quanto Wieland foi ao mesmo tempo o primeiro e o ultimo da escolla Franceza do decimo oitavo seculo. Foi o primeiro, porque ninguem o poudo igualar neste genero; foi o ultimo, porque depois delle os Escriptores

Allemaens tomaraõ uma estrada absolutamente differente.

Como em todas as Naçoens Teutonicas se tem conservado faiscas deste fogo sagrado que o tempo cobria de cinzas, Klopstock, principiando por imitar os Inglezes, conseguiu poder acordar a imaginaçaõ e o character particular dos Allemaens; e quasi ao mesmo tempo, Winckelmann nas artes, Lessing na Critica, e Goëthe na poezia, fundáraõ uma verdadeira escolla Alleman, se com effeito assim podemos chamar a que admite tantas differenças quantas sãõ os diversos individuos e talentos. Entre os muitos auctores Allemaens escolheremos agora um só para fallar-mos, e este será Wieland, por ser já conhecido de nossos leitores pelo seo Romance de Agathon.

Wieland.

De todos os Allemaens que tem escripto no genero francez, Wieland hé o unico, cujas obras tenhaõ genio; e apezar de ter sempre imitado os litteratos estrangeiros, naõ se podem esquecer os grandes serviços que fez a sua propria litteratura, pela perfeiçaõ que deo á sua lingua, dando lhe uma versificaçaõ mais facil e muito mais harmonioza.

Havia na Allemanha um grande numero de Escriptores que procuravaõ imitar a litteratura franceza do seculo de Luis XIV: Wieland foi o primeiro que alli introduzio com muito bom successo a do decimo oitavo seculo. Nos seos escriptos em proza tem alguma semilhança com Voltaire; e nas suas poezias, com Ariosto. Mas estas semilhanças, que sãõ voluntarias, naõ impedem que elle seja essencialmente Allemaõ. Wieland hé muito mais instruido do que Voltaire; e tem estudado os antigos de um modo

mais erudito que nenhum poeta francez, Os defeitos, assim como as qualidades de Wieland, não podem dar aos seos escriptos a graça nem a flexibilidade francezas.

Nos seos Romances filosoficos, *Agathon*, e *Peregrinus Proteo*, entra logo na analyse, na discussão, e na metaphysica; e ao mesmo tempo procura enfeitar isto com aquilo que vulgarmente se chamaõ *flores*; porem claramente se percebe, que a sua natural inclinação hé de profundar todos os assumptos, que elle só pretende levemente tocar. O serio e a galantaria são mui caracteristicos nos Romances de Wieland para se poderem cazar bem; porque em tudo os contrastes são picantes, porem os extremos opostos fatigaõ.

Para imitar Voltaire hé precisa uma certa indifferença jovial e filosofica, que não faz cazo de nada, á excepção de exprimir com muita graça e com sal esta mesma indifferença. Mas um Allemaõ nunca poderá chegar a ter esta brilhante liberdade da galantaria franceza: a verdade o occupa todo ou quase todo; quer saber e explicar a natureza das couzas; e quando mesmo adopta opinioens condemnaveis, parece que um arrependimento occulto lhe está, á seopezar, retardando a marcha. A filosofia de Epicuro não convem ao espirito dos Allemaens; porque daõ á esta filosofia um character dogmatico, quando ella não pode agradar nem seduzir senaõ pelas formas amaveis que a revestem: uma vez que se pertenda reduzi-la á formulas ou principios, entaõ desagrada geralmente á todos.

As obras poeticas de Wieland tem muito maior graça e originalidade do que os seos escriptos em proza: o Oberon, e outros seos Poemas abundaõ em muita graça e imaginação. Com tudo há quem tenha criticado Wieland por haver

tratado mui severamente o amor, e era de esperar que assim fosse julgado pelos Allemaens, que ainda respeitaõ um pouco as mulheres á maneira dos seos antepassados; mas apezar de todos os desvarios da imaginaçaõ de Wieland hé impossivel de naõ ver nelle uma verdadeira sensibilidade. Hé verdade que por muitas vezes mostrou uma boa ou má intençaõ de escarnecer do amor; porem o seo character serio o impede sempre de fazer isto com atrevimento: assemelha-se a esse profeta, que dava bençaõs em lugar de maldiçoens; começando pela ironia, acaba por se mostrar enternecido.

Wieland hé encantador na sua conversaçãõ, e precisamente porque as suas qualidades naturaes saõ oppostas á sua filosofia. Por assim dizer, esta especie de desafinaçaõ pode fazer-lhe mal como escriptor, porem torna a sua sociedade mui interessante. Hé animado, entusiasta, e como todos os homens de genio, ainda rapaz na sua velhice: quer passar por sceptico, e chega á impacientar-se quando por meio da sua bella imaginaçaõ o pertendem fazer crente. Naturalmente bemfazejo, hé com tudo susceptivel de algum máo humor; umas vezes porque naõ está contente comsigo, outras porque naõ está contente com os outros. Naõ está contente comsigo, porque dezeja exprimir os seos pensamentos com um tal graõ de perfeiçaõ, que naõ hé compativel com as couzas nem com as palavras, e porque nunca pode satisfazer-se com esse *pouco mais ou menos*, que hé mais proprio da arte de conversar do que de uma exacta perfeiçaõ: naõ está, outras vezes, contente com os outros, porque a sua doutrina um pouca relaxada e os seos sentimentos exaltados naõ saõ faceis de bem se conciliarem. Há nelle ao mesmo tempo um poeta Allemaõ, e um filosofo francez que alter-

nativamente se zangaõ um com outro, mas as suas coleras sãõ com tudo mui boas de sofrer; e a sua conversaçãõ, rica de ideas e de conhecimentos seria mui capaz de entreter muitos homens de espirito em generos mui diversos.

Os novos Escriptores, que tem excluido da litteratura allemã toda a influencia estrangeira, por muitas vezes tem sido injustos para com Wieland. Hé elle, que pelas suas obras, ainda mesmo traduzidas, tem excitado o interesse de toda a Europa: hé elle, o que tem dado novos encantos á litteratura pela associaçãõ que lhe fes da sciencia da antiguidade: hé elle, quem deo nos seus versos á sua lingua fecunda, porem rude, uma flexibilidade musical e graciosa. Mas hé verdade com tudo, que não seria vantajozo para a sua patria que os seus escriptos tivessem immitadores: a originalidade nacional vale muito melhor; e devia dezejar-se, que reconhecendo-se Wieland por um grande Mestre, elle nunca tivesse discipulos.

SCIENCIAS.

Leituras sobre a Chimica Mineralogica, continuadas da pag. 312 do No. XCI.

Em a nossa ultima leitura dicemos, que haviaõ entre os metaes alguns, que se achavaõ em estado de pureza, comparativamente fallando, já nas entranhas da terra, nos leitos de rios, em terrenos alluviaes, &c. Em tal caso elles estaõ já proprios para os fins do artista; e só precisaõ de

certas simples operaçoens mechanicas para serem convertidos em objectos de utilidade e ornato. Há outros, pelo contrario, que existem em varios estados de mistura ou combinaço, e cujas propriedades estão de tal forma occultas, que necessitaõ de passar por varias mui importantes e intricadas operaçoens tanto chimicas como mechanicas, antes de se poderem applicar a fins uteis, ou mesmo manifestarem seos verdadeiros caracteres.

Consultando a historia achamos, como era de esperar, que o oiro e a prata foraõ os metaes primeiramente conhecidos; e que a descoberta do cobre e ferro, ainda que mui antiga, hé com tudo de data posterior. Os antigos só tinhaõ conhecimento de sette metaes; hoje porem, tanto pelo enthusiasmo dos alchimistas, como pelo espirito indagador e bem dirigida industria dos chimicos modernos, podemos distinguir naõ menos de 33. Os metaes, como uma classe, tem certas propriedades, que saõ communs á todos, e hé por tanto necessario, que façamos dellas uma succinta menção:—Elles saõ em numero 33, e destes há 14 malleaveis, 13 quebradiços, e 6 mui oxidaveis e inflammaveis. As terras, alumina, silex, glucine, zircon, e ittria saõ tambem com toda a probabilidade oxides metallicas, mas como as suas bases ainda por ora naõ se tem obtido puras, naõ podemos por conseguinte já classifica-las em o numero dos metaes.

Um lustre particular, e perfeita opacidade saõ attributos distinctivos de toda a classe dos metaes. Elles saõ tambem conductores de electricidade, e entre os melhores conductores que há do calor: neste ponto porem há grande desigualdade de acção. Por exemplo a prata, o oiro, o cobre, e o estanho conduzem a electricidade e calor muito melhor que a platina, o ferro, o aço,

e o chumbo. Os metaes, semelhantes á outros quaesquer corpos, soffrem dilatação e contracção por meio da agencia do calor e do frio: a platina, o oiro, e o ferro são de todos os menos expansivos; a prata, o cobre, e o bronze são pelo contrario os que mais se dilatão.

A tenacidade, ou a mui podereza aggregação de particulas, hé uma qualidade, que pertence á muitos dos metaes; e os que são della dotados são malleaveis e ducteis, isto hé, podem ser extendidos até ficarem em folhas, ou reduzidos á fio. Alguns tambem há, que são quebradiços; outros malleaveis e ducteis em certas temperaturas; e quebradiços em outras. Podemos tomar o oiro como o melhor exemplo de um metal mui malleavel, pois que um só grão hé extensivel sobre 56 polegadas quadradas. O ferro, posto que pouco malleavel, hé com tudo muito ductil e tão tenaz, que um fio de $\frac{1}{15}$ parte de uma polegada em diametro sustenta 800 arrateis sem quebrar; um fio de cobre de $\frac{7}{100}$, parte de uma linha em diametro, sustenta 302 arraeis; de platina 274; de prata 187; de oiro 150; de zinco 102; de estanho 34; de chumbo 27.— Os metaes sendo aquecidos ou se derretem, ou se convertem em vapor. As temperaturas, em que a sua fusão tem lugar, são mui varias. O mercurio por exemplo hé fluido em todas as temperaturas ordinarias; o potassio derrete-se em 150 de Fahrenheit; sodio em 200; arsenico em 360; estanho em 450; chumbo em 600; zinco em 700; antimonio em 800. Prata, oiro, e cobre precisaõ de calor vermelho; o ferro de calor branco; e a platina exige um calor muito mais potente, do que o podem ministrar as fornalhas actuaes.

Estes corpos combinaõ-se com o gas oxygenio; e os resultados desta combinação formaõ

uma classe de substancias de summa importancia, denominadas oxides metallicas; o seu uso nas artes e em medicina hé mui extenso; assim depois de tratar-mos de cada metal, tocaremos tambem sobre os diversos compostos, deste genero, que cada um respectivamente offerece. Há, alem destas, mais duas sortes de combinaçoens metallicas dignas de se mencionarem; e vem a ser as substancias chamadas chlorides, ou os resultados da combinação dos metaes com chlorine; e as ligas metallicas, ou uniaõ dos metaes com chlorine; e as ligas metallicas, ou uniaõ dos metaes entre si.

Como já anteriormente dicemos, hé nosso intento tratar de cada metal separadamente; considerando-o primeiro como um producto natural, e nos varios estados de combinação em que se acha; fazer depois menção dos methodos empregados para o extrahir das veias; e dar igualmente uma succinta idea dos seus caracteres chimicos; e dos seus mais importantes compostos.—O oiro hé o primeiro de que nos occuparemos. Hé este um dos metaes, que se acha somente nativo; e neste estado com facilidade se descobre pela cor, malleabilidade, &c.; achase cristallizado, filamentozo, e espalhado em terrenos alluviaes na forma de massas redondas de diversos tamanhos. Os geologistas considerão o oiro como o mais antigo de todos os metaes, por isso que hé invariavelmente achado em rochas primitivas. A sua matriz hé quatzo, spato calcareo, feldspato, carbonato de cal, e sulphato de barytes. Africa e America, como hé bem sabido, são os paizes em que este metal mais abunda. Na Africa apparece sempre nos leitos dos rios, e nos terrenos alluviaes das planices ou em pequenos grãos, ou em massas de differentes dimensoens. Os lugares mais ricos

deste precioso metal estão situados na parte occidental d'Africa ao sul do grande deserto de Zara, e entre Darfur e Abyssinia; tambem as areias do Gambia, Niger e Senegal são todas auríferas. Suppoem-se que Ophir, lugar donde Salomaõ obtivera muito oiro, era um paiz situado ao Sueste dá costa d'Africa. As riquezas do Peru, Mexico e Brazil são bem conhecidas: o oiro ahi existe pela maior parte nos leitos dos rios; ainda que algumas veias se tem trabalhado com bastante successo. A Asia não se pode hoje reputar rica neste metal, apesar que se tem achado em Ceilaõ, Borneo, Sumatrá, e algumas das ilhas do Archipelago. Quanto á abundancia d'oiro que, se diz, houvera no Pactolo, não temos hoje provas algumas. Nem tão pouco hé a Europa mui fertil nesta preciosidade. Segundo Diodoro Siculo e Plinio, os Phenicios e os Romanos extrahiraõ grande porção d'oiro da Hespanha: em Portugal se tem achado em pequena porção em differentes partes da Serra da Estrella, Guarda; em França no Departamento do Isere, no Rheno perto de Strasburgo, no Garumna perto de Tolosa; no Piemonte nas planices ao pé do Monte Rosa, e do Simplon; e tambem nos pequenos ribeiros que atravessaõ o alluviaõ vermelho perto de Chivasso: porem as unicas importantes minas d'oiro na Europa são as da Hungria. O processo metallurgico para extrahir o oiro das suas veias hé simples bastante; estas são pizadas em um moinho, e lavadas a fim de por este modo se poderem separar as partes mais leves e terreas; ellas são entaõ expostas á acção do azouge, o qual dissolve o oiro, que hé depois obtido por meio de distillação. A gravidade especifica deste metal hé 19: derrete-se em calor vermelho: mesmo nas mais elevadas temperaturas o oxy-

genio quasi que não tem acção alguma sobre elle; o fluido electrico tem a virtude de o queimar, e reduzir a um pó cor de purpura, que hé uma oxide d'oiro. Chlorine tem uma acção instantanea sobre o oiro, e forma por meio da agua um muriato: assim o oiro, ainda que insolvel nos acidos nitrico e muriatico separadamente, não o hé com tudo na mistura dos dois acidos. O producto desta solução hé o muriato d'oiro, que hé assas distinguido de outro qualquer sal pela propriedade de apresentar uma cor de purpura sendo exposto aos raios do sol em um pedaço de papel; por ministrar com a potassa um precipitado amarellado; e com a ammonia um precipitado detonante. O Sulphato de ferro tem a virtude de decompor este sal, fazendo precipitar o oiro em pó mui fino, e por este motivo se emprega para doirar a porcellana: tambem se misturar-mos o muriato d'oiro com o muriato de estanho, se obtem um lindo precipitado purpureo chamado o pó purpureo de cassio que hé igualmente muito usado para pintar a porcellana. Será desnecessario mencionar os numerosos fins, para que o oiro hé empregado já pela sua belleza, já por sua permanencia, e grande extensibilidade; attributos estes, que concorrem muito para contrabalançar o seo grande preço.

A prata não só hé achada nativa, mas tambem apparece em diversos estados de combinação; fornece por conseguinte um numero maior de veios, do que o oiro. A prata nativa se observa já cristallizada, ou em outras differentes formas, hé malleavel, e possui quasi todas as propriedades do metal puro; contem de ordinario pequenas porçoens de antimonio, cobre, ou arsenico: e os seos veios principaes, a semelhança do oiro, estão situados nas rochas primitivas. Konsbergh em Noruega, Schlangenberg

em Siberia, Andreasberg em Hartz são as minas, donde se tem extrahido grandes porçoens de prata nativa; tambem se há achado em Escocia e Cornwall. Em 1666 achou-se em Noruega uma massa deste metal, que pezava 560 arrateis; e em 1478 consta que Alberto Duque de Saxonia jantára em uma das minas de Schéeberg sobre um pedaco de prata do pezo de 20 toneladas; porem a porção de prata nativa que há produzido, e produz a Europa hé na verdade mui diminuta comparada com a que nos apresenta o novo mundo. Segundo as informaçoes, que nos dão os viajantes mais modernos, a abundancia deste metal hé tanta, que causa admiração; e mesmo suppoem-se, que tão fecundos são os thesoiros das minas da America, que a serem propriamente trabalhadas o seo producto seria tal, que causaria algum transtorno no systema commercial. Sabe-se que foi por uma mera casualidade, que as celebres minas do Potosi se descobriraõ em 1545, e que pouco depois tambem se acharaõ as não menos valiosas de Sacotecas.

Alem da prata nativa e da sua liga com o oiro, há outros importantes veios, dos quaes os principaes são o antimonial, o arsenical, e sulphuretado.—O antimonial hé branco, macio e divisivel; e quando está cristallizado tem a forma de prisma de quatro ou seis lados. Consta de 78 partes de prata e 22 de antimonio. Aquecido por meio do maçarico exhala oxide de antimonio, e deixa ficar prata pura. O arsenical he mais escuro que o antecedente; mais duro; e algum tanto quebradiço. Os seos cristaes tem a forma de pequenos prismas quadrilateros; aquecido com o maçarico exhala um cheiro semelhante ao do alho, e o residuo hé prata impura. Uma amostra deste veio, vinda de Andreasberg, foi analizada por Klaprotz e ministrou 35 partes de

Arsenico, 44 de ferro; 13 de prata, e 4 de antimonio: outra amostra do mesmo lugar produzio 30 de Arsenico, 20 de ferro, 28 de prata, e 20 de antimonio. Os veios sulphuretados são numerosos e importantes, um dos mais bellos hé o que se chama vermelho ou cor de rubi, que se cristalliza na forma de prisma de seis lados. Consta de prata, antimonio, e enxofre; e hé notavel por dar estalos quando hé aquecido com o maçarico, exhalando antimonio e enxofre e deixando ficar um pequeno globo de prata pura; as suas partes componentes são 60 de prata, 20 de antimonio, e 20 de enxofre. As minas de Konsberg Schemnitz e Hartz tem produzido as mais exquisitas amostras deste veio; o qual igualmente constitue grande parte da riqueza das minas do Mexico. Estes são os principaes veios, que observamos nos gabinetes dos mineralogistas, porem ainda que as mais prolificas não são com tudo as unicas fontes donde este metal hé derivado; pois que grande porção delle hé tambem extrahido de muitos outros veios, onde se acha em quantidades comparativamente mui pequenas.

Para separar a prata dos veios com que está misturada, estes ou são derretidos com chumbo, e o metal refinado, que hé o methodo moderno; ou são triturados com azougue, o qual forma uma amalgama. Este ultimo hé um processo mui antigo, e foi pela primeira vez posto em pratica nas minas do Mexico e Peru por Pedro Velasco no anno de 1566. Os veios menos puros podem ser aquecidos com sal commum, e depois lançados em tinhas com mercurio, chapas de ferro, e agua. O resultado hé muriato de ferro, e amalgama.

O modo como se pode verificar a porção de prata, que qualquer veio contem, hé mui facil

de execução, O veio depois de bem pulverizado deve ser digerido em acido nitrico diluido; filtra-se a soluçãõ, e mistura-se com uma soluçãõ de sal commum; a isto segue-se um precipitado, que hé o chloride de prata; o qual, estando secco, em cada 100 partes mostra ter 75 de metal: tambem podemos decompor o chloride derretendo-o com tres partes de subcarbonato de soda.

A gravidade especifica da prata hé 10.5; derrete-se em calor vermelho; e combina-se só com uma unica porçãõ de oxygenio. O acido nitrico hé o mais poderoso dissolvente da prata; e quando se evapora esta soluçãõ, ficaõ cristaes, que, sendo derretidos e postos em pequenas formas, produzem o que se chama caustico lunar. Este sal tem propriedades singulares: hé decomposto pela acçãõ da luz e pelo phosphoro, hydrogenio, carvão puro, enxofre, e varios dos metaes; pelo mercurio hé precipitado em uma forma arborescente mui linda, formando o que os chimicos chamaõ *Arbor Dianæ*.

Se em duas onças d'acido nitrico diluidas com outras tantas d'agua dissolvermos 40 graõs de prata, e aquecermos depois esta soluçãõ em duas onças de espirito de vinho, forma-se um precipitado branco, que hé a prata fulminante, que estoira sendo levemente aquecida ou tritura-da: a natureza da sua composiçãõ ainda não hé perfeitamente conhecida.

Todas as substancias, que contem chlorine, e por conseguinte todos os saes muriaticos, sendo misturados com os compostos soluveis deste metal, produzem um chloride de prata insolvel. Daqui vem, que na chimica analatica a prata hé um excellente reagente para se descobrir a existencia do acido muriatico, e vice versa.

A quantidade dos metaes preciosos, isto hé de

de oiro e prata, que annualmente se extrahem das minas, anda pouco mais ou menos por cento e cinco milhoens de cruzados; dos quaes vinte e cinco milhoens hé em oiro, e oitenta em prata.

Do oiro,—vinte e tres milhoens vem da America, e dois milhoens da Europa, Asia, e Africa. Da prata,—settenta milhoens hé o producto da America, e o resto das outras partes do globo.

No tempo de Herodoto e Plataõ, isto hé, 450 e 400 annos antes da era Christãa, o valor relativo do oiro e prata na Persia e Grecia estava na razãõ de 13 e 12 para 1; em Roma, 189 annos antès de Christo ficou taõ baixo como 10 para 1; e quando Cezar voltou das Gallias carregado de despojos tal era a abundancia d'oiro, que desceo até $7\frac{1}{12}$ para 1. Um seculo depois subio a $12\frac{1}{2}$ para 1. No reinado de Constantino cahio a $10\frac{1}{2}$; e oitenta annos depois o achamos a 14-5 para 1. Assim nos tempos antigos vemos, que o valor relativo mais baixo foi $7\frac{1}{2}$ para 1; e o mais alto 14-5 para 1; que hé pouco mais ou menos o que actualmente existe. A causa destas fluctuaçoens hé um objecto bem digno de investigaçãõ; porem elle pertence mais ao economista politico, do que ao philosopho chimico.

LISTA

Das principaes Obras publicadas nos quatro Mezes precedentes.

CHIMICA.

A Practical Treatise on the Use and Application of Chemical Re-agents or Tests. By Frederick Accum, 12mo. 9s.

An Account of the History and Present State of Galvanism.
By T. Bostock, 8vo. 7s.

The Elements of Experimental Chemistry. By W. Henry
—the eighth edition, 8vo. 1*l.* 1s.

HISTORIA.

Tableau Historique et Politique de Malte et de ses Habitans,
depuis le plus reculés jusqu'à la reunion de cette Isle à la
Grande Bretagne. Par F. A. de Christophoro Davalos,
8vo. 7s.

MEDICINA.

Physiological and Medical Researches into the Causes,
Symptoms, and Treatment of Gravel. Translated from the
French of F. Magendie, 12mo. 3s. 6*d.*

On the Mimoses, or a Descriptive, Diagnostic, and Practical
Essay on the Affections usually denominated Dyspeptic,
Hypochondriac, Bilious, Nervous, Hysteric, &c. By M.
Hall, M. D. 8vo. 6s.

Pathological and Surgical Observations on Diseases of the
Joints. By B. C. Brodie, 8vo. 16s.

Practical Observations on the Nature and Treatment of Ma-
rasmus. By T. Ayre, M. D. 8vo. 7s.

Directions for the Treatment of Persons that have taken
Poison, and those in a state of Apparent Death, &c. By
M. P. Orfila, 12mo. 5s.

An Account of the Small Pox, as it appeared after Vacci-
nation. By A. Monro, 8vo. 10s. 6*d.*

Reports of the Practice of the Chemical Wards of the Royal
Infirmary of Edinburgh. By A. Duncan, jun. 8vo. 4s.

A Memoir on the Congenial Club-feet of Children, and on
the Mode of correcting that Deformity. By A. Scarpa,
4to. 10s. 6*d.*

Observations on the Symptoms and Specific Distinctions of
Venereal Diseases. By R. Carmichael, 8vo. 9s.

A Succinct Account of the Contagious Fever of this Country
as exemplified in the Epidemic, now prevailing in London.
By T. Bateman, 6s. 6*d.*

Observations on a Stridulous Affection of the Bowels, and
on some Varieties of Spinal Disease, with an Appendix of
Cases. By T. Bradley, M. D. 8vo.

MISCELLANIA.

Hansard's Parliamentary Debates, vol. 38, royal 8vo. 1*l.* 11*s.* 6*d.*

Encyclopædia Metropolitana, Part 3, 1*l.* 1*s.* boards.

A Companion to the Globes, comprising the various Problems that may be performed by the Globes, &c. By R. T. Linington, 12mo. 4*s.* 6*d.*

A Complete History of Lithography, from its Origin down to the Present Time, by the Inventor, Alois Senefelder, 4to. 1*l.* 1*s.*

The Imperial Atlas, containing Distinct Maps of the Empires, Kingdoms, &c. By T. Millar, 4to. 2*l.* 10*s.*

The Emigrant's Best Instructor, or the most Recent and Important Information respecting the United States of America, selected from the Works of the latest Travellers in that country, particularly Bradbury, Hulane, Browne, Birkbeck, &c. by T. Knight, 8vo. 1*s.* 6*d.*

A Perpetual Key to the Almanacks. By J. Irving Maxwell, 2*s.* 6*d.*

Le Traducteur, or Historical, Dramatic, and Miscellaneous Selections from the best French Writers of the Present Day. By P. T. Merlet, 12mo. 6*s.*

Letters on French History from the Earliest Period to the Battle of Waterloo. By J. Bigland, 12mo. 6*s.*

TOPOGRAPHIA.

A Second Memoir on Babylon, containing an Inquiry into the Correspondence between the Ancient Descriptions of Babylon, and the Remains still visible on the Site. By C. J. Rich, with plates, royal 8vo. 10*s.*

The History of the City of Dublin, from the Earliest Accounts to the Present Time; containing its Annals, &c. 4to. 2 vols. 5*l.* 5*s.*

VIAGENS.

A Narrative of a Journey of Five Thousand Miles through the Eastern and Western States of America. By H. B. Fearn, 8vo. 10*s.* 6*d.*

A Chronological History of Voyages into the Polar Regions, undertaken chiefly for the purpose of discovering a North East, North West, or Polar Passage between the Atlantic and Pacific. By J. Barrow, 8vo.

Gleanings and Remarks collected during many months Residence at Buenos-Ayres. By Major A. Gillespie, 8vo. 10s.

A Classical Tour through Italy and Sicily, intended to illustrate some Districts, which have not been described by Mr. Eustace, in his Classical Tour. By Sir R. C. Hoare, Bart. 4to. 2l. 2s.

POLITICA E VARIEDADES.

REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRAZIL, E ALGARVES.

De Ordem Superior se faz publico que o Correio para Lisboa partirá inalteravelmente em os dias 1, 10, e 20 de Janeiro, Fevereiro, e Março; 1, 10, e 20 de Maio, Junho, e Julho; e 1, 10, e 20 de Setembro, Outubro, e Novembro: entendendo-se que nos seis mezes que principiaõ em Março tocarão os Correios na Bahia e Pernambuco quando forem, e nos outros seis quando voltarem da Europa, e entendendo-se, tambem que todos elles tocarão a Ilha da Madeira á Vinda. (Gazeta do Rio de Janeiro de 24 de Outubro, 1818.)

Edital da Junta do Commercio.

A' Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Reino do Brazil e Dominios Ultramarinos baixou com Avizo expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, datado de 28 de Setembro proximo passado, a copia do Decreto do theor seguinte:—

Fazendo-se necessario nomear pela minha parte os Commissarios Portuguezes, e Juiz e Arbitro, que haõ de formar com os Commissarios Inglezes, nomeados pelo Governo Britanico, a Commissão mixta que, na conformidade do Artigo 9 da Convenção de 28 de Julho de 1817, addicional ao Tratado de 22 de Janeiro de 1815, deve residir em Londres, para liquidar as contas e julgar as reclamaçoens de navios tomados na Costa d'Africa desde o 1º de Junho de 1814 até a epocha de estar em plena execucao a mesma Convenção : E tendo eu em consideração —o zelo, intelligencia, e capacidade de *Ignacio Palyart*, Consul Geral da nação Portugueza na referida Cidade de Londres, e de *Custodio Pereira de Carvalho*, um dos negociantes Portuguezes ali residentes ; sou servido nomear o primeiro para Commissario Juiz, e o segundo para Commissario Arbitro desta Commissão. Thomaz Antonio da Villa nova Portugal, do meo Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, encarregado interinamente da Repartição dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, assim o tenha entendido, e o faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1818.—Coma Rubrica de El Rei Nosso Senhor.—Camillo Martins Lage.—E para que chegue a noticia de todos mandou a mesma Real Junta affixar o presente.—Rio de Janeiro, 5 de Outubro de 1818.—Manoel Moreira de Figueiredo. (Gazeta do Rio de Janeiro de 28 de Outubro, 1818.)

Bahia, 11 de Setembro, 1818.

O Senado da Camara desta Cidade havendo determinado fazer erigir uma nova Praça para o publico mercado sobre a praia e mar fron-

teiro ao lugar de Santa Barbara, e tendo obtido a esse fim não só a approvação como a singular protecção do Ex^{mo} Senhor Conde Governador; querendo marcar desde o seu principio o lustre de tão assignalada obra com a sua denominação, accordou que esta praça fosse conhecida pelo glorioso nome de *Praça de S. João*; e depois designou o dia 1º do corrente mez de Setembro para a fundação da primeira pedra deste edificio, cuja solemnidade se fez pela forma seguinte:—

As 4 horas da tarde do dito dia sahiu a pé dos Paços do Concelho o Senado da Camara com o seu Presidente, hindo tambem o Juiz Almotacel, e os respectivos Officiaes, e se encaminharam todos ao Palacio do Ex^{mo} Snr. Conde Governador: ahi foi o Senado conduzido a Sala do Docel aonde estava o dito Ex^{mo} Snr., e teve a honra de ouvir da sua boca as mais honrosas e lisongeiras expressoens analogas a este importante objecto: depois se dirigiu todo este acompanhamento em seges, e na devida ordem, e com o mesmo Ex^{mo} Senhor, até o lugar na Cidade baixa, onde se havia estabelecido a estação da qual se devia proceder a esta funcção; cauzando por toda a parte, por onde passava, o maior regozijo e publica alegria: chegados ao dito lugar, romperam as musicas militares dos regimentos em harmoniosos concertos, o que acompanhado do immenso concurso do povo, do apparatozo ornato das janellas, e da alegria geral, e até da beleza do dia, reunido concluia um lindo contraste: no dito logar havia uma meza coberta de ricas alcatifas, e de abundancia de fragantes flores, e nella uma preciosa salva de ouro, sobre a qual estava a pedra fundamental deste novo edificio: era talhada em fino jaspe,

ornada de um delicado silvado dourado, e nella gravada a seguinte inscripção :

Conde de Palma.

Pelo Senado da Camara da Bahia.

Em 1 de Setembro de 1818.

Logo que foi o tempo devido, se dirigiu o Ex^{mo} Snr. Conde Governador, acompanhado do Senado, ao lugar na praia, onde se havia elevado um pequeno pedestal para nelle ser sepultada a dita pedra fundamental : então o Procurador do Concelho, pegando da salva com a dita pedra, a offereceu ao Doutor Juiz de Fora, Presidente do mesmo Senado, e este encaminhando-se logo ao Ex^{mo} Snr. Conde Governador, primeiramente lhe dirigiu a falla seguinte :—

“ Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor. O Senado da Camara
“ desta Cidade, do qual tenho a gloria de ser
“ Presidente, offerece a V. E. a primeira pedra
“ fundamental da nova praça, que vai hoje erigir
“ com a glorioza denominação de *Praça de S.*
“ *Joaõ*. A honra que elle recebe em ser V. E.
“ com suas proprias maons o fundador desta
“ primeira pedra, lhe agoura e lhe affiança já a
“ publica felicidade. Queira pois V. E. aceita-la,
“ e ao memo tempo os puros votos da cordiali-
“ dade do Senado com o seo Presidente, e os de
“ todo o povo da Bahia.”

A’ esta falla respondeu Sua Excellencia da maneira seguinte :

“ Nada há para mim mais lisongeiro do que
“ dar principio com as minhas proprias maons
“ a uma obra que apprezenta vantagens tão re-
“ conhecidas para esta cidade, á qual, posto que
“ já enobrecida com muitas outras, ainda lhe
“ faltava uma praça de mercado, e um Cáes com-
“ modo e espaçozo para o serviço publico. Eu

“ pois recebo cheio da maior satisfacção á
“ pedra fundamental deste novo edificio, que vai
“ fazer muita honra aos Membros do Senado,
“ não só pelo haverem empreendido, como
“ pelas energicas providencias que tem dado a
“ fim de que ella prosiga e se conclua com a
“ maior brevidade. Repito ao Senado os lou-
“ vres que merece tanto de justiça, e espero ser
“ sempre o mais pronto em auxilia-lo não só na
“ presente occaziaõ, como em todas as mais,
“ onde se procure augmentar o commodo pub-
“ lico, correspondendo desta maneira as mag-
“ nanimas intençoens de S. M. que tanto tem
“ promovido a prosperidade da Bahia, quanto
“ esta se esmera em mostrar-se agradecida.”

Concluida esta falla, S. E. suspendeu a pedra pelos cordoens que a seguravaõ, e a sepultou no seo devido logar, e com ella um eterno monumento á prosperidade ; o que foi logo applaudido com o som de todas as musicas e fogos do ar ; e os vivas em altos gritos, que todo o povo alegre entaõ exclamava, foraõ immediatamente pelo dito Ex^{mo} Snr. Conde governador consagrados ao nosso amabilissimo Soberano, pois elevando a voz, e gritando—Viva El-Rei Nosso Senhor immediatamente e de todas os lados a por fia retumbaram os immensos gritos de alegria e de vivas ao melhor de todos os Reis.

O que tudo concluido, pela mesma ordem se voltou, accompanhando o Ex^{mo} Snr. Conde governador ao seo palacio, onde ainda outra vez a sua incomparavel bondade se dignou prodigalizar as suas preciosas expressoens ao Senado da Camara por esta occasiaõ ; e em fim se retiraram todos com geral contentamento. (Gazeta do R. de J. de 31 de Outubro, 1818).

Decreto, relativo ao imposto de dois por cento nos generos, por Sahida, nas Alfandegas da Bahia e Pernambuco.

Exigindo a disposição do Alvará de vinte e cinco de Abril do corrente anno, relativa ao Imposto de dois por cento lançado em todos os generos por sahida, que se estabeleça o methodo da sua arrecadação nas Alfandegas da Bahia, e Pernambuco, conciliando-se os interesses da Minha Real Fazenda com os dos Meus Vassallos, de maneira que observando-se a maior economia na cobrança destes Direitos, seja esta exacta, e as Mercadorias e Generos que se exportão tenham prompta e desembaraçada expedição pela facilidade do seu despacho: Hei por bem que este se faça na Mesa da Estiva das sobreditas Alfandegas, na forma seguinte: Logo que as Partes ali concorrerem com a declaração da quantidade e qualidade das Mercadorias e Generos que quizerem embarcar, se lavrem dois Bilhetes, um para se pagarem na Mesa Grande os dois por cento do preço corrente dos Generos, á semelhança do que se pratica com os despachados por estiva, e outro para ser entregue ao Despachante para a sua resalva, e para acompanhar o embarque dos mesmos Generos, depois que tiver baixado da Mesa Grande o Certificado em fórmula do pagamento dos Direitos, e fôr lançado pelo Escrivão da Mesa da Estiva no Livro proprio, que para isso haverá: Para exacção desta cobrança, se fará nas duas Alfandegas em cada mez uma Lista dos preços correntes dos generos que se costumão embarcar pela qualidade media entre o baixo e o subido, da maneira mais authentica e legal, a qual se reformará todos os mezes no que

for necessario, por poder haver variedade de preço em algum genero : E os Mestres das Embarcaçoens quando vierem á Mesa Grande requerer o seu despacho de sahida, apresentaraõ um Mappa circunstanciado de toda a carga que levaõ, e o Livro do Portaló ou do Contra mestre, e conferindo-se ambos com os despachos, achando-se exactos, e tendo os Mestres jurado a verdade das suas declaraçoens, se lhes dará um Manifesto legal, e authentico para apresentarem nas Alfandegas do seu destino : Como porem desta disposição accresça ao Escrivaõ da Mesa Grande das duas mencionadas Alfandegas, novo trabalho ; não sendo praticavel por este motivo, e pelo progressivo augmento do Commercio deste Reino, depois da franqueza dos seus Portos, e da communicação directa com todos os da Europa, que com um só Escrivaõ sejaõ aviados os Despachos com a actividade que exige o interesse dos Negociantes e do Publico, e com a fiscalisação conveniente dos Meus Reaes Direitos : Hei outrosim por bem Crear em cada uma das referidas Alfandegas da Bahia, e Pernambuco mais um Officio de Escrivaõ da Mesa Grande com a natureza de serventia vitalicia, e com o Ordenado de setecentos mil reis annualmente sem Emolumentos, em quanto não vagar o antigo por morte de quem actualmente delle tiver Mercê, quer de Propriedade, quer de Serventia ; e que immediatamente que se verificar esta vacatura, fique cessando na respectiva Alfandega o mencionado Ordenado, e sem dependencia de outro Despacho, ambos os seus Escrivaens da Mesa Grande repartaõ entre si os Emolumentos, e tenham os mesmos vencimentos com igualdade. O Conselho da Fazenda o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Ja-

neiro em vinte e dois de Setembro de mil oitocentos e dezoito.

Com a Rubrica de EL-REY N. S.

Resolução, tomada em Consulta do Conselho da Fazenda, pela qual se ordena que da data della se cobrem na Alfandega do Rio de Janeiro sómente 11 por cento no cazo em que se deva dar o premio aos generos mencionados no §§ 8º do Alvará de 25 de Abril do corrente anno.

Dom João por Graça de Deos, Rey do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, d'aquem, e d'alem Mar; em Africa, Senhor de Guiné, etc. Faço saber a vós, Desembargador do Paço Juiz da Alfandega desta Corte, que sendo-Me presente em Consulta do Meu Conselho da Fazenda de oito de Julho do corrente anno o Aggravo que para o mesmo Conselho interposera o Negociante Lourenço Antonio do Rego, de lhe não terdes deferido no Despacho de varios Bahús de Chitas estampadas nas Fabricas Nacionaes do Reino de Portugal com o abatimento de cinco por cento, que eu Fora Servido Conceder como premio, pelo paragrafo oitavo do Alvará de vinte e cinco de Abril deste anno, ás manufacturas Nacionaes, computando-se o mesmo premio, ou abatimento pelo valor total da mercadoria, como tinha pertendido o mesmo Aggravante, mas sim pelo valor dos Direitos deduzidos, conforme o vosso Despacho, de que se recorrêra: Fui Servido Mandar Declarar pela Minha Real Resolução de trinta de Setembro proximo passado tomada na mencionada Consulta; que a este respeito fizestes justiça. Atttendendo porem a outras razoes de

maior favor, com que sempre Me proponho Auxiliar, e Animar o Commercio, e Industria Nacional, e que justamente Me forão expendidas pelo sobredito Conselho da Fazenda na mencionada Consulta, Fui outrosim Servido Ordenar, que da data desta Minha Real Resolução em diante se cobrassem nessa Alfandega onze por cento sómente de Direitos no caso, em que se deva dar o premio do citado paragrafo oitavo do Alvará de vinte e cinco de Abril do corrente anno, em quanto Eu não Houver por bem Determinar o contrario: E para que esta Minha Real Resolução tenha o seu devido effeito, Fui Servido Mandar-vo-la participar, para que a executeis na parte que vos hé respectiva. El-Rey Nosso Senhor o Mandou por Seu Especial Mandado, e pelos Ministros abaixo assignados do Seu Conselho, e do de Sua Real Fazenda. “Luiz Carlos Correa Lemos a fez. Rio de Janeiro, dez de Outubro de mil oitocentos e desoito.”

ANTONIO FELICIANO SERPA
a fez escrever.

ANTONIO JOSE, DA FRANCA E HORTA.
FRANCISCO LOPES DE SOUZA DE FARIA
LEMONS.

Por Immediata Resolução da Sua Magestade de trinta de Setembro, de mil oitocentos e desoito, tomada em Consulta do Conselho da Fazenda de oito de Julho do mesmo anno, e Despacho do mesmo Conselho de cinco de Outubro do dito anno.

Extracto de uma Memoria Official, que foi dirigida, por ordem do nosso Governo, ás Potencias reunidas em Aix-la-Chapelle á cerca das violencias cometidas contra o nosso Commercio pelos Piratas armados com a bandeira de Artigas, &c.

As Potencias reunidas em Aix-la-Chapelle serão certamente convidadas a attender para a situação actual dos negocios da America Hespanhola, e todas as questoes importantes, que resultão deste estado de couzas, não podem deixar de excitar a sua attenção. Se a discussão, que a Corte de Madrid per si mesma provocou, relativamente aos meios de fazer intrevir as Potencias alliadas como mediadoras entre a Hespanha e suas Colonias, chegar a tomar a consistencia de um formal negociação, seria sem duvida conveniente, ou talvez ainda necessario, que a Corte do Brazil, cujos interesses se achão tão directamente ligados com o resultádo de tal negociação, fosse convidada a tomar parte nella.

Sem com tudo entrar nas questoes geraes das Colonias Hespanholas, sómente se farão agora algumas observaçoens a cerca das consequencias que actualmente se sentem por effeito da desordem em que hoje se acha uma grande parte do outro hemispherio, isto hé, a cerca da multidão de piratas que, vagando pelo oceano, e cobrindo-se com a bandeira de Estados novos, apenas organisados, e ainda de outros não existentes, ameaçaõ reproduzir, ainda em maior escala, esse flagelo que depois de tanto tempo arruina o commercio do Mediterraneo, e ao qual flagelo as Potencias alliadas procuraõ, de commum accordo, pôr um termo.

Certamente as piratarias destes novos *Filibus-*

teiros, que a avidez da rapina excita em todas as partes do mundo, devem, bem como as piratarias dos Barbarescos, ser reprimidas pelas Potencias da Europa interessadas tanto na conservação da tranquillidade do commercio, como na pacificação das provincias Hespanholas da America. Em quanto porem se não consegue este ponto, tanto para dezejar debaixo de todas as considerações, conviria talvez adoptar algumas medidas temporarias para diminuir o numero de Corsarios illegaes, que infestão o Oceano Atlantico.

Os navios mercantes de todas as nações, e até os de Inglaterra e dos Estados Unidos da America, tem soffrido insultos e perdas cauzadas por estes Corsarios: um Paquete Inglez, que vinha do Brazil, foi, ainda não há muito tempo, roubado por elles; e as gazetas, depois de certa epocha, estão cheias de factos autenticos relativos a insultos e roubos comettidos por estes piratas.

Hé mui facil de provar que Corsarios, munidos com *Cartas de Marca* por governos não reconhecidos, armados pela maior parte em portos distantes desses paizes de que arvorão bandeiras, equipados com tripulações de homens de todos os paizes, a excepção daquelles a quem dizem que pertencem, e fazendo a guerra por conta de indignos especuladores, que não tem com os Americanos Hespanhoes outra relação mais do que o comprar-lhes licenças, não podem ser auctorisados pelos principios geralmente admitidos nas guerras maritimas para legalizarem suas commissoens. Todavia, tem sido tal sua ousadia nestes ultimos tempos, que até se tem servido de *Cartas de Marca* dadas por Artigas, que não possui um só porto em que possa armar um bote, e que não conta por vassallos se não alguns centos de malfeitores errantes com elle

pelo interior da provincia oriental do Rio da Prata. Hé pois com taes titulos que Corsarios, armados em Baltimore, e outros portos dos Estados Unidos da America, tomaõ navios Portuguezes que metem a fundo, depois de lhes roubarem as cargas que vão vender aos mesmos portos ou ás Ilhas das Indias Occidentaes. Se um escandalo como este continûa a ser tolerado pelas Potencias da Europa; e se ellas não estabelecem positivamente os principios que podem auctorisar esta especie de guerra, é distingui-la da pirataria, em breve chegará a hora em que nos mares não se respeite uma unica bandeira.

O Congresso do Washington, convencido da necessidade de reprimir semelhantes atentados, promulgu, em virtude das solicitaçoens do Ministro de Portugal, um *Acto* com data de 9 de Março de 1817, para prohibir em seos portos o armamento de Corsarios navegados debaixo de bandeiras estrangeiras. Este *Acto* com tudo só mui pequeno effeito produziu; porque a avidez dos especuladores tem achado meios para illudir quazi todas as suas clauzulas. Alem disto, elle foi promulgado só para ter vigor por espaço de dois annos; e hé de presumir que, attendidos os principios de justiça e equidade que até aqui tem dirigido o governo Americano, elle haja de ser prolongado no proximo Congresso, e com clauzulas que possam ser mais efficazes.

Finalmente, á vista dos argumentos já enunciados, e que parecem sem replica, seria talvez mui conveniente e conforme com os principios de direito e interesse mutuo de todas as naçoens commerciantes, que os Corsarios agora navegando com a bandeira de Artigas, ou para o futuro navegarem com bandeira de uma auctoridade que não possuir portos nem navios, fossem declarados piratas, e tratados como taes.

A esta Memoria vai annexa a copia de uma Nota do Ministro de S. M. El-Rey de Suecia em Paris em resposta a uma reclamação motivada pela admissão e venda na ilha de S. Bartholomeu de dois navios Portuguezes apreçados por um Corsario com bandeira de Artigas. As medidas repressivas que o Governo Sueco annuncia haver tomado para evitar para o futuro semelhantes infracções, não podem certamente deixar de produzir um bom effeito; e muito seria para dezejar que o Governo Dinamarquez tomasse, no que respeita as ilhas de S. Thomas e Sta. Cruz, medidas como estas, e ainda se buscassem meios de fazer cooperar para este fim as auctoridades estabelecidas nos diversos portos da ilha de S. Domingos.

Esta Memoria podia seguramente ser muito mais desenvolvida, com tudo parece ter dito bastante para justificar a resolução de a apresentar a consideração das Potencias congregadas em Aix-la Chapelle, as quaes nao podem deixar de tomar interesse por tudo o que concorre para garantir a tranquillidade geral, e os principios conservadores da propriedade.

Documentos officiaes á cerca das reclamações pecuniarias dos individuos Portuguezes contra o Governo Francez.

Nota de S. E. Conde de Palmella a Lord Castlereagh.

Londres, 30 de Dezembro, 1818.

O abaixo assignado tem a honra de communicar a S. E. Mylord Castlereagh copia da Nota Official que o Snr. Marquez de Marialva, Em-

baxador de S. M. F. junto de S. M. Christianissima, teve ordem para dirigir ao Governo Francez a fim de lhe declarar—que El-Rey seo amo não tinha julgado ser do interesse de seos vassallos acceder ás estipulaçoens de Convenção de 25 de Abril proximo; e que por consequencia S. M. estava decidido a seguir, no tocante a liquidação das reclamaçoens Portuguezas, o modo adoptado pela Convenção de 28 de Agosto de 1817, muito mais sendo sabido, que a justiça de uma parte destas reclamaçoens já tinha sido reconhecida pelo Governo Francez.

O abaixo assignado julgou dever fazer esta communicação ao Governo de S. M. Britanica, visto que assignou a sobredita Convenção de 25 de Abril proximo passado.

Com isto roga a S. E. Mylord Castlereagh queira aceitar a segurança da sua alta consideração.—A' S. E. Mylord Castlereagh.—O Conde de Palmella.

Nota Official de S. E. Marquez de Marialva.

Senhor Duque ;—A' El-Rey, meo Amo, foi presente o Nota Official que os Snrs. Plenipotenciarios das Cortes d'Austria, Gran-Bretanha, Prussia, e Russia dirigiram ao seo Inviado Extraordinario, e Ministro Plenipotenciario em Paris, a fim de lhe communicarem a Convenção assignada em 25 de Abril proximo passado entre as suas respectivas Cortes e a França, e rogar-lhe quizesse transmitti-la o mais breve possivel ao seo governo.

S. M. Fidelissima, apezar de todos os seos bons desejos de conformar-se com seos Augustos Alliados, e dar com isto a S. M. Ch. uma nova prova do vivo interesse que toma na tranquillidade e prosperidade da França, felizmente resta-

belecidas debaixo do poder legitimo, há com tudo visto que, não havendo a dita Convenção de 25 de Abril proximo passado feito plena justiça ás reclamaçoens de seos vassallos, (e nem mesmo a aquellas, cuja justiça já tinha sido solemnemente reconhecida por S. M. Ch.) lhe hé por consequencia impossivel ter parte neste Acto, por o qual deixaria de dar a seos vassallos essa protecção especial que lhes deve, e que nunca tem deixado de lhes dar.

A vista destas grandes consideraçoens, El Rey, meo Amo, está determinado a seguir, por o que diz respeito á liquidação das dividas Portuguezas, o modo estabelecido na Convenção assignada entre as duas Cortes em 28 de Agosto de 1817.

Tal hé, Senhor Duque, a participacão official que eu hoje estou encarregado de fazer a V. E., rogando-lhe haja por bem tomar as ordens de El Rey para a pronta co-operacão de seos Commissarios com os de S. M. F. Cumprindo assim com as ordens da minha Corte, rogo-vos, alem disto, queirais aceitar as seguranças da mui alta consideracão com que tenho a honra de ser, Senhor Duque, de V. E. muito humilde e obediante servo.—Marquez de Marialva.—Paris, 25 de Dezembro de 1818.—A' S. E. o Snr. Duque de Richelieu, Ministro, Secretario de Estado da Repartição dos Negocios Estrangeiros.

Resposta de Lord Castlereagh á S. E. Conde de Palmella.

O Visconde Castlereagh faz seos cumprimentos ao Conde de Palmella, e tem a honra de accuzar á recepção da sua Nota de 30 do passado, em

que vinha incluza a Nota do Ministro de S. M. F. em Paris, a qual S. E. dirigiu ao Duque de Rechilieu para participar-lhe que El Rey de Portugal e Brazil não podia acceder á Convenção de 25 de Abril de 1818, e que S. M. estava resolvido a adoptar as estipulaçoens da Convenção de 28 de Agosto de 1817.

O Visconde Castlereagh roga ao Conde de Palmella queira aceitar os seos agradecimentos por esta communicação, que elle não deixará de apprezentar a S. A. R. o Principe Regente.

Lord Castlereagh aproveita esta occasião para renovar ao Conde de Palmella as seguranças da sua alta consideração.

CASTLEREAGH.

Secretaria dos Negocios Estrangeiros,
6 de Janeiro, 1819.

Ao Conde de Palmella, &c. &c. &c.

REINO DE PORTUGAL.

Conta dos progressos que tem tido des do momento da sua abertura até Julho deste anno as Escolas de primeiras Letras, mandadas crear por S. M. em todos os corpos do exercito peia Portaria de 10 de Outubro de 1815.

Lisboa, 29 de Dezembro, 1818.

“ No dia 8 de Outubro proximo passado, nas Casas da Real Fabrica da Polvora em Alcantara, teve lugar, em cumprimento das ordens emanadas da Secretaria d’Estado dos Negocios da Guerra, uma Sessão publica, na qual se deo

conta do progresso que tem tido des do momento da sua abertura até Julho deste anno as Escolas de Primeiras Letras mandadas crear por S. M. em todos os Corpos do Exercito pela Portaria de 10 de Outubro de 1815.

“ O Capitão do Real Corpo de Engenheiros, e Lente de Tactica e Fortificação do Real Collegio Militar da Luz, João Chrysostomo do Couto e Mello, encarregado por S. M. de dirigir as mencionadas Escolas, expoz n’hum Discurso, que recitou na referida sessão, não só a forma porque se tinha ordenado e verificado a criação deste util estabelecimento, de que muito proveito se pode esperar com o andar do tempo; mas ainda os fundamentos dos Novos Methodos compostos por elle para ensinar e aprender a ler, escrever, e contar, servindo-se do systema do Ensino mutuo (de que tanto se tem fallado ultimamente, e que não hé novo entre nós), e o progresso que as mesmas Escolas tem tido; resultando de tudo, que consta da exposição que fez, as seguintes noticias, as quaes julgamos não dever occultar ao conhecimento do Publico em tempos que por toda a parte se cuida tanto na instrucção publica; para que se reconheça que não hé menos neste ramo o cuidado de S. M. a favor dos seus mui dignos e fieis Vassallos desta parte dos seus vastos Dominios.

“ Para se executar convenientemente o que se tinha determinado pela citada Portaria, mandou-se estabelecer no Quartel da Guarda de Corps em Belém uma Escola Geral para nella se habilitarem normalmente os Candidatos a Mestres e seus Ajudantes das Escolas Particulares do Exercito: esta Escola, dirigida immediatamente pelo mencionado Capitão Engenheiro, abriu-se no 1º de Março de 1816; e em 15 de Outubro do mesmo anno tinhaõ se habilitado

nella 68 Professores, entre Mestres e seus Ajudantes.—Não se tendo ainda preenchido o numero dos Ajudantes, nem tão pouco o dos Aspirantes, hé por isso que a mesma Escola Geral continua as suas funcções, tendo habilitado desde a sua criação até o ultimo de Agosto do corrente anno 81 Professores de Primeiras Letras.—Des do 1º de Janeiro de 1817 principiáraõ-se a abrir as Escolas particulares dos diversos Corpos do Exercito, o que soffreo alguma demora e embaraços por falta de local nas diversas terras em que os Corpos se achaõ aquartelados.

“ Alem das Escolas estabelecidas nos Corpos das differentes Armas, estabelecêraõ-se igualmente outras, a saber, na Brigada Real da Marinha, no Arsenal Real do Exercito, no Deposito Geral de Cavallaria, e na Real Fabrica da Cordoaria : todas as mencionadas Escolas (destinadas não só para instrucção dos Militares e seus filhos, mas tambem para a dos filhos dos habitantes das terras em que ellas se achaõ estabelecidas, e que dellas se queiraõ aproveitar) soffrêraõ, parte do seu numero, algumas alternativas pela mudança dos Corpos occasionadas pelo serviço que tiveraõ a fazer em guarniçoens, por isso não apresentaraõ um numero de Discipulos tão consideravel como naturalmente deviaõ, a não ter occorrido aquella circumstancia. Assim mesmo e apezar de todos estes inconvenientes, (que hé muito natural se removeaõ para o futuro, pelo modo que parecer mais conveniente) as Escolas Militares apresentaõ o seguinte e muito satisfactorio resultado :

“ Desde Junho de 1817, época da abertura do maior numero de Escolas a respeito daquellas que restavaõ por abrir, tem-se matriculado nas 55 que existem distribuidas pelas differentes

Provincias do Reino, (isto hé, 18 na Cidade de Lisboa, e Provincia da Estremadura, 10 na Beira, 5 em Tras os Montes, 9 na Cidade do Porto e Provincias de Entre Douro e Minho, 10 no Alem-Tejo, e 3 no Reino do Algarve,) 3,843 Discipulos, sendo 1891 militares, e 1,952 paizanos : do numero dos matriculados tem-se habilitado em ler, escrever, e contar, e na Doutrina Christã 307 discipulos, além de 60 Militares que pela sua applicação foraõ promovidos na escala de Official Inferior : no fim do mez de Agosto ultimo frequentavaõ 2,518 distribuidos nas suas diversas Classes de Leitura, Escrita, e Conta, a saber, 296 no Alfabeto, 409 no Syllabario, 410 no Vucabulario, 801 nas Frases e Periodos, e 602 na Leitura corrente; 343 escrevendo em areia, 445 em pedra ardesia, e 1730 em papel; 646 contando pelo Systema Arithmetico, e 1872 pelos Elementos de Arithmetica, distribuidos 827 nos Principios Geraes da Numeração, 785 na composição e decomposição dos numeros inteiros e decimaes, 242 na composição e decomposição dos numeros quebrados da unidade principal, e estes depois a numeros inteiros acompanhados de decimaes para se converterem todas as operaçoens arithmeticas dos quebrados e complexos nas dos inteiros; e finalmente 61 nas regras de tres termos.—Pelo Mappa do Estado das Escolas Militares no mez de Outubro ultimo constava andarem frequentando 2,638, e observa-se que o numero médio em augmento na classe dos paizanos hé de 60 a 70 por mez no total das 55 Escolas, em cujo numero se não comprehendem os Discipulos que deve ter a do Batalhaõ de Caçadores N° 3, que foi na Expedição para os Estados de S. M. na America.”

*Subscripção para o Monumento que se pertende
erigir ao Grande Luiz de Camoens.*

. . . . Outro valor mais alto se levanta.

CAM. LUZ. C. 1, E. III.

Em Lembrança, e Memoria da feliz Acclamação de Sua Magestade Fidelissima o Snr. Rey D. João VI. Protector das Artes, e das Sciencias; e para incentivo, e premio dos Heróes, que honraõ a Patria com suas lettras, e saber pretende uma sociedade de Homens de lettras erigir um rico Tumulo em algum sumptuoso Templo ao Insigne Principe dos Poetas Portuguezes, o Grande Luiz de Camoens, pagando assim a divida em que estaõ os Literatos ao Ill^{mo} Snr. D. Jozê Maria de Souza pela brilhante, magnifica, e custosa Edição com que sublimou ainda mais a immortalidade do geralmente louvado Autor dos memoraveis feitos, e briozas Gentilezas dos Luzitanos, immortalizando-se tambem a si por acção tão heroica; e reparando elles por esta maneira o descuido de que fala o Prologo daquella nitida Edição. Em levar á vante este grato, e Religioso projecto a Meza da Administração do Cofre do Monte Pio Litterario, que sempre de futuro em iguais circumstancias se prestará gostosa, e activa a favor dos Sabios escriptores, que honrarem a patria, abre uma subscripção em Lisboa, e nas Provincias toda voluntaria. Em Livro proprio só a isso de signado se assentaraõ as quantias, e os nomes dos Senhores Subscriptores, aos quais depois se dará um Mappa impresso da despeza que se fizer com o Mausoléo, que será commetido aos mais habeis artistas Portuguezes; do que se gastar com as exequias na tresladação dos honrados ossos do Poeta Luzo jacentes no convento de

S^{ta} Anna ; do que se despender com a impressãõ da Oração Funebre que se recitar ; do novo epitaphio, que se lhe impuzer ; e de uma relaçaõ, que perpétue para sempre o nome dos Senhores Subscriptores, e as quantias porque subscreverem para taõ digno, e piedozo obsequio, a que de certo nenhum homem de lettras, ou qualquer outro amante da Patria se negará.

Todos os Portuguezes dignos d'este nome temido, e respeitado, que houverem de subscrever para uma taõ honroza acçaõ podem dirigir-se todos os dias da Semana desde as 9 horas da manhã até as 3 da tarde á casa das conferencias da sobredita Meza de Administração rua dos Doiradores No. 31 N. e na Secretaria da mesma, dando o seo nome, e declarando a offerta, que logo entregaraõ, receberaõ uma cautella em forma, e impressãõ assignada pelo Inspector da mencionada Secretaria, e pelo Thezoiroiro do Cofre o Snr. Francisco Jozê Dias Deputado da Real Junta do Commercio, que a Sociedade authoriza para o recebimento desta Subscripçaõ : e nas Provincias seraõ feitas as Subscripçoens nas Commissoes do Monte Pio Litterario ahi estabelecidas ; e as cautellas seraõ assignadas pelos deputados Prezidentes e Thezoiroiros respectivos, aos quais se passaraõ as ordens necessarias.

Havendo entre os Sabios Artistas de que tanto Portugal abunda, sem terem que invejar no merito aos Estrangeiros, quem trace o risco do Tumulo, e o queira gratuitamente offerecer, pois que n'isto vai parte da sua fama, e gloria, o entregará na Secretaria do Monte Pió litterario para se escolher o melhor á vista de peritos, e sabios entendedores. O mesmo se exige dos homens de lettras a respeito do Epitaphio, advertido que deve ser em Portuguez.

Por fim se declara, que se houver excedente será entregue no administração da caza Piá a favor dos Alumnos, que esta em tão crescido numero, e tão liberalmente sustenta, e educa; para serem manifestas as intenções dos socios, a cooperação da Meza do Monte Pió literario, a memoria da acclamação do soberano, a honra da Patria, e o incitativo dos homens de letras, principais objectos, que excitaraõ a idea d'esta grande, util, e necessaria subscripção.

N. B. Para tudo se prevenir; no cazo inesperado (que até se crê impossivel) de não chegar a subscripção para o intento, entregar-se haõ fielmente as quantias recebidas aos Senhores Subscriptores.

Por ANTONIO MARIA DO COUTO
Professor Regio &c. &c. &c.

Lisboa, 8 de Agosto de 1818.

AMERICA HESPANHOLAS.

Hespanha, e Suas Colonias.

(Artigo continuado da pag. 333 do No. antecedente.)

“ Pelo que até agora brevemente expozemos bem se vê que o Baixo Peru hé de facto a unica Colonia de Hespanha na America, na qual se não tem ainda formado governo algum independente, e na qual a auctoridade de Hespanha se tem mantido sem interrupção. Tem havido muitas conspirações em Lima, mas todas foraõ malogradas. A razão principal desta excepção parece ser que naquella provincia há muito maior numero de ricos Capitalistas e Senhores de escravos, os quaes naturalmente se interessão em

prevenir o bom resultado de qualquer commoção que possa alterar seo estado de riqueza e poder, e os prive de seos exclusivos privilegios.

“ Talvez as mais importantes mudanças na relativa condicão dos belligerantes na America resultará do armamento das forças navaes, em Caracas, debaixo do commando de Brion, e em Buenos-Ayres, debaixo do commando do Almirante Brown. Seos navios tem sido o meio de communicacão entre as Colonias, mui separadas para poderem operar em commum; e até já elles tem atacado o commercio de Hespanha não só nos mares do sul mas á vista de Cadiz. A appareição em alto mar de bândeiras independentes, não reconhecidas pelas potencias Europeas, excitará naturalmente questoes de direito publico, cuja decisão, por involver considerações politicas da maior importancia, será bem ardua e difficil. Porem todas as nações sabem o que são piratas; e nos tribunaes as leis maritimas facilmente se poderão aplicar a aquelles que só tiverem por objecto depredação geral, e roubo illegitimo.

“ Traçando o rapido esboço de negocios tão complicados e tao varios, devem-se-nos perdoar muitas omissoens, pelo receio que havemos tido de ser prolixos. Não finalisaremos todavia este artigo sem algumas reflexoens a cerca do augmento de commercio que Inglaterra pode ter pela communicacão com aquelles paizes. Com uma linha de costa mui extensa; com numerosos rios navegaveis, que, á semelhança de grandes arterias, cortão aquelle continente, e formão abundantes canaes para o commercio interno; com uma povoação de 17 milhoens que já hia crescendo antes da guerra actual, e que mais rapidamente ainda há de crescer com um melhor sistema de governo; sem manufacturas de importancia e possuindo em abundancia metaes pre-

ciosos,—o Sul da America apprezenta um vasto mercado á intelligencia e emprezas dos nossos negociantes, o qual esperâmos não estará por muito tempo fechado para elles.

“Qualquer que seja o resultado da contenda da America do Sul, quer as colonias passem a ser naçoens independentes, quer continuem a ser governadas por Hespanha, o commercio Britanico há de ganhar muito. Sobre este ponto não podemos exprimir melhor a nossa opiniaõ do que com as proprias palavras de Lord Grenville, o qual no seo celebre discurso sobre a renovação dos privilegios da Companhia das Indias Orientaes, mostrou as bellás esperanças que tinha-mos de adquirir—“o livre commercio com os reinos do Sul da America, paiz até agora cerrado para nós tanto pelos monopolios do seo proprio governo como do nosso, mas a final pela marcha dos successos, hoje independentes do poder dos homens, já rôto e aberto, e *em todos os cazos* infalivelmente aberto para o commercio do mundo.”

“A exportações das colonias que, segundo cremos nunca até agora excederam o valor de 18 milhoens sterlinos, eraõ particularmente adaptadas ao gosto e necessidades das naçoens Europeas. Humboldt avalia o total das importações da Europa em 13,320,000%. Um rapido augmento em quantidade e valor se há de consequentemente seguir uma vez que se abandonem as restricções que até agora tinhaõ todas as entradas e sahidas, e que taõ perniciosas eraõ para prosperidade do paiz como pára os verdadeiros interesses de Hespanha. Deste rapido augmento temos nós a curiosa prova em uma das mais importantes Colonias, dada por Mr. Thompson. Em quanto as provincias de *La Plata* não gozavaõ das vantagens de um separado Vice-reinado,

e não podiaõ competir com as outras provincias Americanas, as suas exportações annuaes desde o anno 1748 até 1753 foraõ do valor de 1,677,250 dollars; desde o anno poreo de 1793 até 1796, epocha em que já ahi estava introduzido um melhor sistema de commercio e governo, as mesmas exportações valeram 4,744,173.

“ Deste facto, assim como da rapida progressão de seo commercio depois da abertura parcial em 1778, se pode justamente concluir, que do passado ou do prezente nenhum calculo certo pode fazer-se para os futuros resultados que dará a communicacão livre das colonias Hespanholas com a Europa; ellas vão ser influidas por uma nova cauza, cujos effeitos são sempre incalculaveis. Um dos planos mais mimosos da perversa politica de Hespanha foi excluir sempre todas as suas colonias de qualquer adiantamento no geral progresso das luzes: mas esta excluzaõ já não pode em cazo algum ser continuada. A empreza seria taõ difficil como fazer retrogradar, ou mudar a corrente do Oronoko.

“ Apezar de todas as cautelas de Hespanha, o sistema não pôde todavia ser completamente executado nos tempos anteriores a revoluçãõ. E apezar ainda da Inquisiçãõ, que tanto na America como em Hespanha tem sido mais instrumento politico do que religioso, os habitantes do Sul da America aprenderam bastante para reflectirem e raciocinarem sobre a sua propria condiçãõ. Como a natureza humana dezeja sempre mais particularmente aquillo que se lhe prohibe, os Hespanhoes Americanos por isso mesmo se deram com enthusiasmo ao estudo e leitura dos philosophos e politicos Francezes. Assim seo estado de parciaes e imperfeitos conhecimentos foi mui prejudicial a seos interesses, porque se desvairaram, querendo imitar as formas

e doutrinas revolucionarias da França dos tempos do phrenesi Jacobinico. Mas sua actual communicação com os Estados Unidos e com a Europa rapidamente augmentará seos meios de verdadeira instrucção, e os habilitará para conhecer os solidos principios de sua publica e particular felicidade. Com o augmento das luzes crescerão proporcionalmente as necessidades, o luxo, e todos os variados appetites da civilisação. O dezejo de possuir as producções dos paizes estrangeiros se tornará mais activo, e produzirá uma vantagem reciproca;—para as Colonistas, augmentando-lhes sua industria, e por consequencia, sua felicidade;—para os negociantes estrangeiros, multiplicando-lhes os meios e os recursos de um lucrativo commercio.

“ Nós olhâmos para o futuro com ardentes e sinceras esperanças, não só como amigos dos interesses commerciaes e politicos de Inglaterra, mas como *homens* interessados no bem e adiantamento de nossos semelhantes, que de necessidade há-de resultar das uteis mudanças que vão operar-se na condição do povo Americano. Sim, esperamos que chegará o dia em que, libertados desse estado de desterro em que por tanto tempo tem vivido, serão finalmente admittidos na sociedade Europea; e gozarão dos proveitos das artes e luzes que abundão em a nossa parte do globo, da qual tem sempre conservado e augmentado a religião e lingoagem. Mas, bem que penetrados destes sentimentos, confessâmos todavia que antes quizeramos exportar para o seo paiz as nossas commodidades de que nossos vagabundos patriotas. Não podemos ser de opiniaõ que Inglaterra repita agora no Sul da America o que a França praticou com a America do Norte; porque, por cumprimento á liberdade de qualquer paiz, não podemos persuadirnos que

se deva abjurar toda a honra e interesse do nosso. Ainda quando fossemos decididos advogados dos Colonistas, teriamos propugnado por uma absoluta neutralidade da parte de todas as nações da Europa. Nenhuma dellas pode intrometer-se naquella contenda, e muito menos Inglaterra, sem excitar as nações rivaes a tomarem parte na guerra, e sem inficcionar a America com as intrigas e perplexidades da politica Europea. Como Inglezes temos manifestado nossas opiniões e nossas esperanças de que nenhuma interferencia hostil entre Hespanha e suas Colonias, e nenhum sistema equivoco de parcialidade para qualquer das partes nos fará perder essas vantagens que a final havemos de conseguir pela mesma natureza das couzas, se perseverarmos na politica que adoptámos no principio da guerra. Esta politica consiste na observancia de uma franca, aberta, e não equivocca neutralidade em quanto nossa honra nacional for respeitada por ambas as partes, ou em quanto nossos bons officios não forem requeridos por alguma dellas para socegar estas dissensões que nós não devemos agravar nem inflamar. Neste ultimo caso, quando aconteça, deveremos unicamente exercitar com actividade e imparcialidade nossos bons officios, a fim de que possamos effectuar em termos justos e razoaveis uma verdadeira reconciliação, por meio da qual se ajustem e reconheçam as respectivas reclamações e interesses da Mãe Patria e das provincias do Sul da America, e se consolide a paz entre o Novo Mundo e o Velho." (*The Quarterly Review*, No. 34, published in November, 1817.)

INGLATERRA.

Abertura do Parlamento Britanico.

A primeira sessão do novo Parlamento abriu-se no dia 14 de Janeiro, conforme as ordens já dadas para a sua convocação, e um dos primeiros trabalhos da Caza dos Communs foi a eleição do seu Presidente, ou Orador. A escolha recahiu no mesmo Presidente da sessão passada, o R. H. Carlos Manners Sutton.

No dia 21 os Lords Commissarios entraram na Camara dos Pares ás duas horas e tres quartos depois do meio dia, e convidados os Communs para virem a ella na forma do costume, fez o Lord Chancellor, um dos Commissarios, o discurso seguinte :

“ Mylords e Senhores ;

“ Temos ordem de S. A. R. o Principe Regente para vos manifestar a profunda dor que elle sente pela continuação da lamentavel indisposição de S. M.

“ O Principe Regente, mandando annunciar-vos a triste calamidade com que a divina Providencia houve por bem afligir S. A. R., a Familia Real, e a Nação, pela morte de S. M. a Rainha do Reino Unido, ordenou-nos que dirigissemos a vossa attenção para ás medidas que este melancolio acontecimento torna necessarias para o cuidado da sagrada pessoa de S. M.

“ Somos mandados informar-vos, que as negociações de Aix-la-Chapelle produziram a evacuação do territorio Francez pelas tropas alliadas.

“ O Principe Regente já deu as ordens para

concluida para este fim, assim
os mais documentos, relativos a ella,
são apprezentados: a está persuadido que
vereis com satisfacção mui particular a intima
uniaõ que agora felizmente subsiste entre as
Potencias que forão partes naquelle arranjo, e a
invariavel disposiçãõ para a paz e tranquillidade
da Europa que ellas em todos os seos actos tem
manifestado.

“O Principe Regente tambem nos mandou
partecipar-vos que vem de concluir-se um Tra-
tado entre S. A. R. e o governo dos Estados
Unidos da America, que renova por um mais
longo periodo de annos a Convenção commercial
que agora subsiste entre as duas naçoens, e
estipula amigaveis ajustes sobre diversos pontos
de mutua importancia para os interesses de ambos
os paizes; e assim que as ratificaçoens se trocarem
ordenará logo S. A. R. que uma copia deste Tra-
tado vos seja apprezentada.

“Senhores da Caza dos Communs;

“O Principe Regente já ordenou que as Esti-
mativas para o presente anno vos fossem appre-
zentadas.

“S. A. R. está persuadido que vereis com
satisfacção todas as reduccoens que, em conse-
quencia da actual situaçãõ da Europa, e das cir-
cunstancias do Imperio Britanico, S. A. R. tem
podido fazer nos estabelecimentos navaes e mili-
tares do paiz.

S. A. R. tem igualmente a satisfacção de an-
nunciar-vos que tem havido um consideravel e
progressivo augmento de renda nos seos ramos
mais importantes.

“Mylords e Senhores;

“O Principe Regente ordenou que se vos
apprezentassem todos os papeis necessarios para

conhecerdes a origem e resulta.
Indias Orientaes.

“S. A. R. manda-nos informar-vos, operaçoensprehendidas pelo Governador General em Conselho contra os Pindaries, forão occasionadas pelos mais rigorosos principios da propria defeza; e que em todas as hostilidades, que se seguiram depois destas operaçoens, os Principes Maharatahs forão sempre os aggressores. Debaixo da providente, e sábia superintendencia do Marquez de Hastings as Companhas tem sido sempre marcadas, á todos os respeitos, por brilhantes acçoens e successos; e as forças de S. M. assim como as da Companhia das Indias Orientaes (tanto compostas dos natu-raes do paiz como de Europeos) tem competido umas com outras para sustentar a reputação das armas Britanicas.

“O Principe Regente tem o maior prazer em vos poder informar que a industria, commercio, e manufacturas do paiz estão no estado mais florescente.

“As favoraveis mudanças, que tão rapidamente tem havido nas circumstancias internas do Reino Unido, dão a mais forte prova de quanto seos recursos são solidos.

“O objecto de vossas deliberaçoens será sem duvida promover e augmentar as vantagens da nossa actual situação; e S. A. R. nos ordena que vos certifiquemos as disposiçoens em que está de concorrer e cooperar para tudo o que melhor possa segurar aos subditos de S. M. os completos e inteiros beneficios deste estado de paz que, pelas bençaons da providencia, hé hoje geral em todas as partes da Europa.”

Como o Parlamento ainda está em principio, os seos debates só tem sido pela maior parte os do

Cada por consequencia se não agi-
grandes questoes que se esperão, e de
algumas dellas se tratarão no decurso do
prezente mez. Na Camera dos Lords propoz
Lord Liverpool S. A. R. Duque de York para
ter cuidado da pessoa d'El-Rey, na falta da
Rainha que tinha essa incumbencia, e a primeira
leitura do Bill para esse effeito fez-se no dia 25
de Janeiro.

A noticia mais importante, vinda do conti-
nente, e publicada em Londres no mez passado,
hé a mudança do Ministerio em França. Os
nomes dos novos Ministros, como os publicou
o *Moniteur* do dia 30 de Dezembro, são os se-
guintes :—

O Marquez Dessolles, Par de França, Ministro
d'Estado, Ministro Secretario de Estado dos
Negocios estrangeiros, e Presidente do Conselho
dos Ministros.

O Senhor de Serre, Membro da Camara dos
Deputados, Chanceller-Mor, e Ministro Secre-
tario de Estado da Justiça.

O Conde de Cazes, Par de França, Ministro
Secretario do Estado do Interior.

O Barão Portal, Membro da Camara dos
Deputados, Ministro Secretario de Estado da
Marinha.

O Barão Luis, Membro da Camara dos Depu-
tados, Ministro Secretario de Estado das Fi-
anças.

O Ministerio da Policia foi supprimido.

Para esta mudança tem-se dado mil cauzas
tanto internas como externas; uma, com tudo,
mais forte de todas parece ter sido o scisma
que havia no Gabinete, por estar composto de
individuos de opinioens oppostas. A primeira
consequencia desta opposição foi, que todos os
antigos Ministros, a excepção do Duque de

Richelieu, deram a sua dismissão. Foi o Duque convidado por El Rey para o novo Ministerio; e escolheu as seguintes:

M. Cuvier, para Ministro do Interior. (Foi Conselheiro d'Estado de Buonaparte, hé um excellente Naturalista, e hoje ainda um melhor Ultra Realista.)

Marquez de Lauriston, para Ministro da Guerra. (Foi Ajudante e particular amigo de Buonaparte, e hoje está bandeado com os Ultra Realistas.)

M. de Villelle, para Ministro da Marinha. (O Chefe dos Ultra Realistas.)

Conde Mollien, para Ministro das Finanças. (Foi por muitos annos Ministro do thesouro no governo de Buonaparte, e occupou o mesmo emprego no Imperio dos 100 dias. Não hé Ultra Realista.)

M. Simeon, para Chanceller-Mor. (Foi um dos Conselheiros de Estado de Buonaparte, e por muitos annos Ministro de seu irmão Jérôme na Westphalia: tambem não hé Ultra Realista.)

Desta lista se vê que o novo Ministerio, escolhido pelo Duque de Richelieu, tinha os mesmos grandes defeitos do precedente, sendo composto de elementos irreconciliaveis. Por tanto elle não pôde subsistir tanto pela sua falta de commun adherencia como pelos terriveis effeitos que produziu na Opinião publica, da qual ainda há em nossos tempos quem faça pouco caso, ou escape. Assim que se soube no publico que M. de Cazes havia resignado, e que o Duque de Richelieu tinha formado o Ministerio que fica dito, houve um geral alvoroço e conternação em Paris, e particularmente na Praça. Já se dizia que a Camara dos Deputados não daria um s

Os pagamentos das somas devidas aos Fundos publicos entraram a descer rapidamente, e já havia quem apostasse que desceria até 50; pronosticava-se a ruina total do Contratador Inglez que havia feito o ultimo emprestimo a França; e todos eraõ de opiniaõ que a contra-revoluçaõ era inevitavel, e Deos sabe o que seria do throno dos Bourbons. Nesta Crize El Rey Luis XVIII propoz a M. de Cazes formar outro Ministerio, e este hé o que já em primeiro lugar mencionámos.

Tanto que esta ultima nomeaçã de Ministros foi conhecida no publico, tudo instantaneamente mudou. Ao terror e confuzaõ seguio-se logo a tranquillidade e a esperanza, e os Fundos publicos, infalliveis interpretes da confiança em o novo Ministerio, entraram immediatamente a subir, o que não tem cessado até agora.

Entre os Documentos publicados neste No. acha-se no artigo—Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves—o Extracto de uma Memoria official que foi dirigida por ordem do nosso Governo ás Potencias reunidas em Aix-la-Chapelle, a cerca das violencias comettidas contra o nosso commercio pelos Piratas armados com a bandeira de Artigas. Temos a satisfacçaõ de annunciar que iguaeis diligencias se fizeram ao mesmo tempo, em nome de S. M. F., perante os governos dos Estados Unidos da America, de Suecia, e Dinamarca, para evitar que os portos daquellas Potencias sirvaõ de abrigo a taõ escandalozas piratarias, e para indemnizar, quanto for possivel, os negociantes Portuguezes das perdas enormes que tem soffrido.

As Potencias reunidas em Aix-la-Chapelle

prestaram toda a attenção devida as
çoens do nosso Governo, e prometeram o-
mente por escripto a sua mais efficaç co-opera-
ção, a fim de se evitar um flagello cujas conse-
quencias seriaõ incalculaveis se todas as Poten-
cias não prestassem um mutuo auxilio para o
reprimir.

Já pelos papeis publicos sabemos que o Go-
verno dos Estados Unidos ouviu as reclamaçoens
do Ministro de S. M., e dellas se espera um feliz
resultado.

Igualmente podemos asseverar a nossos lei-
tores, que as Cortes de Dinamarca e Suecia
intimaram aos Governadores das suas Colonias
nas Indias Occidentaes as ordens mais positivas
para evitar para o futuro os abuzos que naquelles
portos se haviaõ permittido; e como principio
de reparação já se mandou restituir aos proprie-
tarios do navio—*S. João Baptista* parte das fa-
zendas roubadas ao dito navio que ainda estavaõ
depositadas na Ilha Sueca de S. Bartholomeo.

No mesmo artigo acima mencionado acharão
nossos Leitores tres interessantes Documentos
Officiaes, pelos quaes virão no conhecimento de
que El Rey, não julgando compativel com o in-
teresse de seos vassallos adherir ao ajuste con-
cluido em Paris a 25 de Abril de 1818 á cerca
das reclamaçoens pecuniarias dos individuos
particulares Portuguezes contra o Governo
Francez, notificou formalmente a sua resolução
de mandar continuar nas sobreditas reclama-
çoens sobre as bazes estipuladas na Convenção
de 28 de Agosto de 1817, e de não desistir dos
direitos que lhe dá a mencionada Convenção.
Em virtude della o Embaxador de S. M. F. em
Paris se acha incumbido de proseguir aquella
importante negociação.

A' estas noticias acrescentaremos outra, não

importante, e que tem relaçoens com uma
que já ficaõ mencionadas.—A Convençaõ
assignada entre o Comodoro Bowles da Ma-
rinha Britanica e Artigas, que tem sido copiada
em quazi todas as Gazetas, não foi rateficada,
mas antes foi reprovada pelo Governo Britanico.

No artigo do mesmo Reino Unido, debaixo
do titulo de *Portugal*, copiámos o Programa de
um projecto concebido por uma Sociedade Lite-
raria Portugueza para erigir por meio de Sub-
scripçoens Voluntarias um Monumento sepulchral
á memoria do nosso grande Vate Luis de Ca-
moens, e resgatar finalmente a nossa naçaõ de
uma divida, que já vai para trezentos annos
estão reclamando aquellas cinzas illustres.

Estamos certos que o mencionado Projecto
não deixará de excitar o interesse de nossos lei-
tores; e desde já estamos auctorisados para de-
clarar que varios Portuguezes auzentes da sua
patria, entre os quaes se conta o generoso e
sabio Editor da magnifica Edicaõ dos *Lusiadas*,
que ultimamente se imprimiu em Paris, subscree-
veram com somas avultadas para a erecçaõ
daquelle Monumento. Se ainda receber-mos
em tempo a lista das ditas Subscripçoens já
feitas em Paris, será indubitavelmente publi-
cada neste Numero. Os Senhores Portuguezes,
residentes em Londres ou em outra qualquer
parte de Inglaterra, que quizerem concorrer
para esta empreza tão patriotica e louvavel podem
dirigir-se á Caza dos Snrs. A. M. Pedra, Fº e Cª
em Londres, aonde se acha aberta a mesma
Subscripçaõ.

O *Times* de 16 de Novembro, e outras Gazetas
de Londres, referindo o que no sabado antece-

dente 14 acontecêra no tribunal *Pleas*, deram por engano a D. L. de L. a qualificação de Secretario da Legação Portuguesa. Qualquer pessoa, que queira ter o trabalho de recorrer ao Registo dos Sheriffs poderá facilmente verificar que o nome de D. L. de L. só se acha ali inserido como *addicto a Caza do Ministro de Portugal*; e na mesma Lista achará os nomes de todas as pessoas pertencentes a sobredita Caza, Como Medico, Bibliothecario, Musicos da Capella, e até os creados mesmos do Ministro. Os privilegios de que gozão os mencionados individuos são em grande parte devidos a urbanidade da Legislação Inglesa, e não resultão de Tratados como o Redactor do *Portuguez* quiz suppor, nem os exemptão da jurisdicção dos tribunaes, excepto pelo privilegio de não pagarem alguns direitos ou taxas, e de não poderem ser presos por dividas. Por tanto, a historia de Pantaleão de Sá não vem em nada para o cazo. Dos privilegios verdadeiramente diplomaticos só gozão os Ministros Estrangeiros ou os individuos da Legação acreditados pelos seus respectivos governos. Claro está logo, que o Ministro de S. M. F. em Londres podia declarar nm seu Parente *addicto* á sua familia, ainda que o não podia declarar *addicto* á sua Legação. Nem hé de suppor que o fizesse sem previo accordo com o Ministerio Inglez, quando se tratava de uma pessoa tão conhecida como hé D. L. de L. Finalmente, não foi senão com o fim de o salvar da perseguição de credores estrangeiros, em razão de dividas contrahidas por elle em epocha em que tinha esperança de as poder satisfazer, que se adoptou uma medida que o Ministerio Inglez teve a generosidade de approvar.

CORRESPONDENCIA.

Pergunta?

Tendo apparecido a pag. 505 de um Jornal que até agora se chamava o *Portuguez*, e que o seo Correspondente Knippausen acaba de chamar *Excommungado*, um Avizo no qual se annuncia ao Publico o Leilão do lugar de Consul Geral em Londres, acrescentando que será promovido (como de costume) em aquelle que mais der: pede-se ao Redactor do *Portuguez* de perguntar ao seo amigo Knippausen, para servir de regra aos lançadores, quaes foraõ os lanços com que os ultimos tres Consules Geraes levaram o logar que agora se torna a pôr em Leilão. Em quanto se não receber a resposta do Snr. Knippausen que prove sua asserção atrevida pede-se-lhe licença para o reputar mentiroso sem pejo, e calumniador aleivozo.

IMPARCIAL.

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR
PORTUGUEZ EM LONDRES;

O merecido apreço de que goza o periodico de V. M^{ces} em toda a parte, me anima a lhes comunicar um avizo, que eu julgo poder ser muito interessante para o bem da humanidade em geral.

Por occasiaõ da peste que devasta esta Cidade de Tanger, onde rezido, desde os mêados do

mez de Junho do presente anno de 1818, tenho feito repetidas experiencias da virtude efficaz do azeite de azeitona, tomado interiormente, para os que acabaõ de se sentir acometidos daquelle flagello. Esta importante observação se deveo a um acaso, que seria diffuzo relatar. O essencial hé, que o mundo saiba, que o azeite pode ser considerado como um *especifico* contra a contagiaõ voraz, cujo nome bastava para lançar os animos na consternação.

Mas para elle produzir seus bons effeitos, hé necessario applicallo aos enfermos sem dilação. Os momentos são preciosos, a rapidez da infecção, prodigiosa: cumpre pois que o correctivo uze de igual diligencia, sem aqual correr-se hia o risco, de pertender atalhar o mal, quando o seu estado tivesse tocado o termo de incuravel. Hé necessario portanto, que elle seja tomado nos primeiros momentos da invasaõ. Nesta oppor-tunidade consiste a sua principal efficacia.

Por esta simples exposiçaõ julgarão os professores em medicina, se a peste poderia ser attribuida á corrozaõ de um *veneno*, que os corpos contrahem por differentes modos: todavia, eu me não concidero com luzes sufficientes, para haver de profundar esta materia. A minha tarefa não tem de passar dos limites do empirismo. Uma relação singela das pessoas que houverem escapado ou morrido, depois de tomada a porção do azeite sobredito, tem sido ategora, e continuará sendo ao diante, o primitivo objecto da minha attenção. A maior quantidade possivel de resultados numericos e pozitivos, hé tudo quanto me proponho offerecer ao publico pela officioza intervenção de V. M^{ces} a quem prometto enviar a minha relação, logo que as funebres conjuncturas, em que actualmente se acha este paiz, mo permittaõ fazer livremente, sem que ella se veja

¶

sujeita a ter que passar pelas chamas do purgatorio da saude em Gibraltar, por onde tem de passar estas regras, que talvez cheguem (se chegarem) ás maons de V. M^{ces} em estado tal que se não possam lêr.

Deos Guarde a Vida de V. M^{ces} como dezeja.

Seu Venerador e Compatriota.

Um LUZITANO TANGERINO

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR
PORTUGUEZ EM LONDRES;

[Lisboa, 26 Novembro 1818.

Lendo em o No. 88, do seu Jornal uma carta datada de Londres aos 25 de Septembro, e assignada por um credor de Moreira, Vieira, e Machado—cumpreme como credor de Francisco Joze Moreira de Lisboa, e compellido pela força da verdade, informar a Vm^{ces} que tudo o que na citada carta se assevera hé falso.

O seu correspondente refere-se nesta carta á outra que Vm^{ces} publicaraõ em Maio passado, e eu refirome ás informações que se lhes remeteraõ por esse mesmo tempo á cerca desta carta; informações que Vm^{ces} receberaõ, e que até hoje não publicaraõ.*

O decoro, e a justiça pedem que um Jornalista nunca publique escripto algum em que se ataca

* Admira-nos que o Auctor desta Carta assim taõ despedadamente nos accuze de não termos publicado as informações a que allude. Não se lembra Vm^{ce}, quem quer que hé, que a carta que nos escreveu com essas informações dizia—*Confidencial e particular*? Entaõ porque ouza accuzar-nos taõ indiscretamente por a não ter-mos publicado? Se Vm^{ce} não hé mais exacto em tudo o mais que nesta sua carta agora escreveu, em tal cazo mui pouco ou nada valem todas as razoes que allega.—Os Redactores.

a honra de um, ou mais individuos, sem que esse escripto seja acompanhado de provas sem replica. Ora eu desafio o author da carta em questão, para que prove que os administradores do Auzente Fran. Joze Moreira offerecerão ao Ex^{mo} Marquez de Borba os 64,000,000 de reis que se achão em caixa para fazerem parte do emprestimo que o governo abriu, para occorrer ás urgentes, e extraordinarias despezas do estado, pagando, como religiosamente tem pago o juro de 6 por cento, de seis, em seis mezes, e amortizando ao mesmo tempo parte do capital emprestado. Hé regra de logica mais sabida, que o que nega, não tem obrigação de dar provas da sua negação: só lhe incumbe destruir as provas daquelle que affirma: venhão pois as provas que o seu correspondente tem para affirmar, que os administradores do auzente Francisco Joze Moreira offerecerão ao administrador geral do Real Erario os ditos 64,000,000 rs., que eu me offereço desdeja para lhas refutar, e no entanto que nenhuma prova der, passara aos olhos de todo o homem de probidade, e senso por um calumniador.

Se os administradores do auzente Francisco Joze Moreira seguissem o parecer de alguns dos principaes credores há muito que os ditos 64,000,000 rs. terião entrado no erario para o novo emprestimo; precedendo a precisa, e legal auctoridade: essa medida se fosse adoptada, longe de ser um mal, seria um bem para os credores quaesquer que venhão a ser aquella massa. Apontualidade com que o governo paga os juros das antigas apolices, que hoje, e há muito tempo, estão ao par: a fidelidade, e promptidão com que se tem pago os juros do novo emprestimo, e com que se vai amortizando o capital, o longo tempo, que hade necessariamente decorrer antes que se

finalizem as questões pendentes, questões que provavelmente não estarão findas no espaço de dez annos: todas estas razões aconselham aquella medida, e da sua adopção resultaria que no fim de oito, ou dez annos os credores em lugar de terem para repartir 64,000,000 rs., teriam oitenta e seis, ou noventa contos. E não era isso mais util?

O author da citada carta pensando elogiar o Ex^{mo} administrador do Real Erario por não ter querido aceitar a supposta offerta dos 64,000,000 rs. o indisporá talvez na presença d'El-Rey nosso Senhor, até que S. M. saiba que tal offerta se não fez. E quando pensa que ataca os administradores, indirectamente os elogia; porque, o que pelo menos se pôde concluir, hé que os ditos administradores tem em cofre os 64,000,000 rs. em boa guarda, e qae se não tem servido deste dinheiro, como muitos outros administradores tem feito.

Ninguém poderá entender o autor da carta em questão, quando diz que *os administradores tinham offerecido ao Ex^{mo} Marquez de Borba, administrador do Erario de Lisroa, a quantia de 64,000,000 rs. producto de algumas fazendas dos credores Inglezes as quaes por este estratagemá pertendiam vender.* Pois se ainda pertendiam vender algumas dessas fazendas dos suppostos credores Inglezes, como estão os 64,000,000 rs. já em cofre, producto dessas mesmas fazendas? Hé uma perfeita advinhação! Quanto ao outro elogio que fazem a decisão da Real Junta do commercio com audiencia dos Juizes Togados, nomeando arbitros, o seu correspondente hé pouco sincero, pelo contrario os administradores de Francisco Joze Moreira, e seus credores hé que tem celebrado, e aplaudido este despacho, e logo procuraram que se pözesse em execução;

juntando os papeis, e requerendo de conformidade; e pelo inverso, os procuradores desses Senhores de Londres tem apresentado ao tribunal requerimentos com novas pertençoens, se não de todo contrarias aquelle sabio despacho, pelo menos com o fim de demorar o seu effeito, e hé provavel que ainda em mais do 12 mezes não tenhaõ hido os papeis para os arbitros. Se os taes procuradores não derem volta para se revogar este despacho, não obstante ser proferido por adjuntos em que elles poem toda a confiança, como deve ser, os taes arbitros por ora só devem decidir do merito, e justiça dos pontos, em questão, e não do ajuntamento das contas, pois isto hé uma couza para o final quando se decidir o como ellas devem ser ajustadas. Os vendedores dessas fazendas a Moreira, Vieira, e Machado, e que são os que as reclamaõ já devem estar convencidos pelo Alvará do Rio de Janeiro de 4 de Septembro de 1810, da injustiça da sua pertenção, como bem sabiamente infõrmou o meritisimo juiz conservador dos privilegiados do commercio, e em consequencia disso agora apparesem em campo os remetentes dessas fazendas Moreira, Vieira, e Machado, ou seus administradores, e eix a questão no pé que devia ter principiado á 22 mezes; e a conclusão, e ajuste das contas pendentes decidirá se Moreira, Vieira, e Machado são credores (depois de pagarem á massa de Francisco Joze Moreira a sua cota das perdas nas remessas que lhe fizeraõ por 400 mil Libr. pouco mais, ou menos, em compradores falidos, e juros de adiantamentos das remessas por retorno, e em outros objectos), porem *sendo devedores, como são*, como pertendem receber estas fazendas que pertencem de direito á massa do auzente Francisco Joze Moreira; porque já vieraõ para pagamento das somas adiantadas, e

que estavaõ devendo, e cujas quantias foraõ extorquidas por Moreira para as mandar para Londres; em fim, naõ entro no amago da questãõ, porque sei que Vm^{ces} já foraõ bem informados, e apello para essa informaçãõ, e para a sua imparcialidade;* e fazendo todo o conceito do seu Jornal em naõ ser o vehiculo destas publicacoens que nada vem para o interesse publico, com muito pezar vejo que se afastaõ do seu sistema antigo, o que naõ deve ser, sejaõ quaes forem as razoes de contemplaçaõ que haja para com os seus correspondentes, ou amigos.

Como naõ leio os outros Jornaes Portuguezes que se imprimem nesse paiz, o *Correio Braziliense*, e o Portuguez, e sendo provavel que o seu correspondente remetesse a estes igual commissãõ, e que elles taõ promptamente, como Vm^{ces} a tenham publicado, e como os Redactores daquelles Jornaes leraõ o seu Investigador, *confiado na imparcialidade desses Senhores, e de que elles tanto se jactaõ*, lhe peço a que se dignem inserir nos seus Jornaes esta minha resposta, cazo tenhaõ publicado outra igual, porque naõ será provavel que eu os leia para entãõ lhes responder de facto.

Sou, de Vm^{ces}

Attento Venerador e Servo,

Um Credor de FRANCISCO JOZE MOREIRA.

* Bem o pode assim dizer, vendo que naõ tivemos difficuldade em publicar esta sua Carta.—Os Redactores.

*Aos Senhores Subscriptores e Correspondentes do
Investigador Portuguez em Inglaterra.*

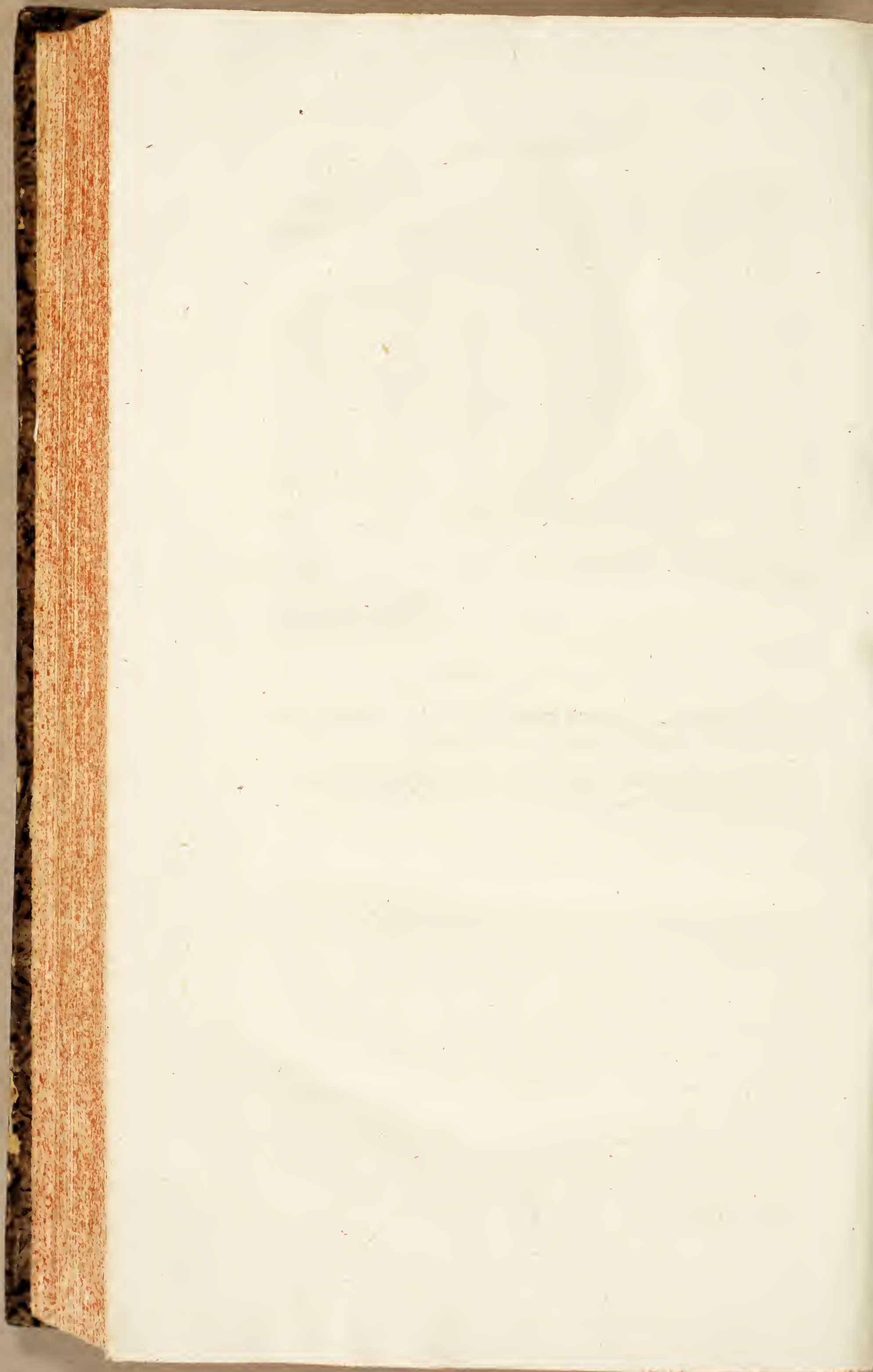
Participaõ os Redactores que a publicaçaõ deste Jornal fica suspensa no prezente No. 92, Vol. 23. Por esta occasiaõ tem a honra de lhes agradecer a liberalidade com que sempre protegeram esta empreza literaria, particularmente nestes ultimos tempos. Aos Snrs. Correspondentes, que tinhaõ á seo cargo aceitar e receber as subscripçoens do Investigador rogaõ, alem disto, que no cazo de haverem já recebido dinheiro adiantado pelas subscripçoens do corrente semestre, queiraõ ter a bondade de o mandar immediatamente restituir aos Snrs. Subscriptores, deduzindo só delle o emporte dos dois Nos. de Janeiro e Fevereiro de 1819, publicados por conta do dito semestre.

P. S.—*Lista das pessoas que tem contribuido em Paris até o dia 25 de Janeiro de 1819 para a erecção de um Monumento em Lisboa á memoria de Camoens.*

<i>Francos igual a Reis.</i>			
O Ex ^{mo} Marquez de Marialva	3,000	...	480,000
O Ex ^{mo} Conde de Palmella.....	2,000	...	320,000
A Ex ^{ma} Condessa de Palmella	1,000	...	160,000
O Ex ^{mo} Conde de Funchal	2,000	...	320,000
O Ex ^{mo} D. Joze Maria de Souza Botelho	1,000	...	160,000
Francisco Joze Maria de Brito	1,000	...	160,000
Manoel Roiz Gameiro Pessoa.....	150	...	24,000
Joze Bazilio Rademaker	100	...	16,000
Antonio Joze de Carvalho e Mello.....	100	...	16,000
Nuno Barboza de Figueiredo d'Almeida } Cardozo	20	...	3,200
Joze Ignacio da Cunha Candido..	20	...	3,200
Joze Joaquim da Gama Machado	300	...	48,000
		<hr/>	
		10,690	1:710,400
		<hr/>	

Errata essencial á pag. 450 deste No., artigo—Subscripção para o Monumento de Camoens—

Aonde se lê—louvado Auctor dos memoraveis feitos, &c.,
leia-se—louvado Cantor, &c.



INDICE GERAL

DO

VOLUME XXIII.

No. LXXXIX.

LITTERATURA PORTUGUEZA E ESTRANGEIRA.

	<i>Pag.</i>
Jurisprudencia militar applicavel aos Officiaes Milicianos	3
Cortes de Coimbra de 1385	32
Revoluçoens Antigas e Modernas	37
Historia de Agathon, escripta por M. Weiland	41
A guerra da Peninsula debaixo do seo verdadeiro ponto	418
de vista, &c.	52

SCIENCIAS.

Progresso das Sciencias Physicas no anno de 1816	73
--	----

POLITICA E VARIEDADES.

REINO UNIDO PORTUGUEZ—Brazil—Noticias do Rio	
da Prata relativas ao exercito Portuguez	80
Decreto, relativo as Patentes dos Officiaes do exercito	
de Portugal, destacado no Brazil	82
Chafariz de 22 bicas levantado no Campo de Santa	
Anna do Rio de Janeiro	83
Communicação entre Minas Geraes e a Bahia	86
Nova Estrada aberta no Brazil	88

†
†

Indice Geral.

ESTADOS UNIDOS D'AMERICA—Restauração da Florida	<i>pag</i> 91
Navio Portuguez Montallegre, tomado por um pirata em nome do Artigas	92
Noticia respectiva a Provincia de Texas	93
AIX-LA-CHAPELLE—Tratado para a evacuação da França	93
HESPAÑHA—Mudança de Ministerio em Hespanha ...	96
INGLATERRA—Lista geral dos Navios Portuguezes tomados pelos Corsarios, denominados de Artigas, copiada das listas diarias de Lloyd's	98

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

Reino Unido Portuguez—Brazil.....	101
Estados Unidos da America	102
Hespanha e Suas Colonias	105
Aix-la-Chapelle	109
Hespanha.—Lista dos Ministros nomeados, e depostos depois da volta d'El Rey	111
Inglaterra—Resposta ao Correio Braziliense.....	112

No. XC,

LITTERATURA PORTUGUEZA E ESTRANGEIRA.

Parecer que o Dezebargador Joze Vaz de Carvalho deu ao Snr. D. João V. quando premeditou fazer a pragmatica	123
A Guerra da Peninsula, debaixo de seo verdadeiro ponto de vista, &c.	139
Historia de Agathon—escripta por Weiland	173

SCIENCIAS.

Leituras de Mr. Brande sobre a Chimica Mineralogica	179
Miscellania no Artigo Sciencias	186

Indice Geral.

POLITICA E VARIEDADES.

	<i>pag.</i>
REINO DO BRAZIL—Rio de Janeiro—Resumo das ultimas noticias das operaçoens do Exercito do Sul...	191
Tabella que representa as posiçoens de varios pontos da Costa Occidental da Africa.....	195
REINO DE PORTUGUEZA—Edital respectivo ás reclamaçoens dos navios e cargas tomados por corsarios dos denominados independentes Hespanhoes Americanos	197
AMERICAS HESPAÑHOLAS—Buenos Ayres—Despacho do General S. Martin	199
FRANÇA—Correspondencia entre o Snr. Chevalier de Brito e o Advogado Mr. Charles Durand a respeito do Snr. Francisco Soudré	201
SUECIA—Tratado de Commercio entre a Suecia e os Estados Unidos d'America ..	206
INGLATERRA—Proclamação do Principe Regente annunciando formalmente a morte de S. M. a Rainha Carlotta, e ao mesmo tempo convocando o Parlamento para uma epocha certa	213

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

Literatura Portugueza e Estrangeira	216
Reino de Portugal—Porto Franco	224
Americas Hespanholas.....	226
Hespanha e suas Colonias	230
França.—Declaração do Congresso de Aix-la-Chapelle, &c.....	233
Inglaterra—O <i>Portuguez</i> , No. 47, pag. 383	238
Correspondencia de C. P. de Carvalho, e A. M. Braga	240

No. XCI.

LITERATURA PORTUGUEZA E ESTRANGEIRA.

Reflexoens do Dr. Vicente Joze Ferreira Cardozo sobre a sentença proferida contra o Marquez de Loule e Conde de S. Miguel.....	251
--	-----

Indice Geral.

Historia de Agathon, escripta por M. Weilland	-pag. 272
A Guerra da Peninsula, debaixo de seo verdadeiro ponto de vista, &c.	281

SCIENCIAS.

Leituras sobre a Chimica Mineralogica	305
Miscellanea no Artigo Sciencias.....	313

POLITICA E VARIEDADES.

REINO DO BRAZIL—Rio de Janeiro. Decreto pelo qual se concedem ao Marquez de Loule as honras merces, e bens de que gozou em quanto esteve no serviço de El Rey Nosso Senhor	319
Alvará respectivo ao privilegio de aposentadoria passiva concedida aos mercadores do Rio de Janeiro	319
Decreto pelo qual se criaõ mais dous officios de Escri- vaens da Meza Grande na Alfandega do Rio de Ja- neiro	321
Decreto, pelo qual se cria na mesma Alfandega uma Meza denominada do Consulado da Sahida	322
Dito pelo qual se criaõ dois Feitores no Pateo da mesma Alfandega	323
ESTADOS UNIDOS D'AMERICA—Tratado com os Indios Chicksaw	323
Preparativos Navaes nos varios portos dos Estados Unidos	324
AMERICAS HESPAÑOLAS—Hespanha e suas Colonias	325
FRANÇA—Abertura da Sessão das Cameras no dia 9 de Dezembro—Falla de El Rey Luiz XVIII.....	334
HESPAÑHA—Decreto da Inquizição	337
PORTUGAL—Porto Franco em Portugal	339
Portaria, relativa á Visita ou devassa da Alfandega Grande de Lisboa	341
INGLATERRA	343
CORRESPONDENCIA.—Statistica das Ilhas do Corvo e das Flores	345

Indice Geral.

No. XCII.

LITTERATURA PORTUGUEZA E ESTRANGEIRA.

	<i>pag.</i>
Reflexoens sobre a Capitania de Minas Geraes.....	355
Correspondencia Official entre o Cardeal Gonsalvi, &c. e o Ministro Portuguez J. M. Pinto á cerca do Arce- bispo de Evora	367
Memoria historica e geographica da descoberta das Minas, &c.	375
Memoria sobre a Conquista do Rio Pardo em 1806	397
Das principaes Epochas da Literatura Alemam	412

SCIENCIAS.

Leituras sobre a Chimica Mineralogica	419
Lista das principaes Obras publicadas nos 4 mezes pre- cedentes	428

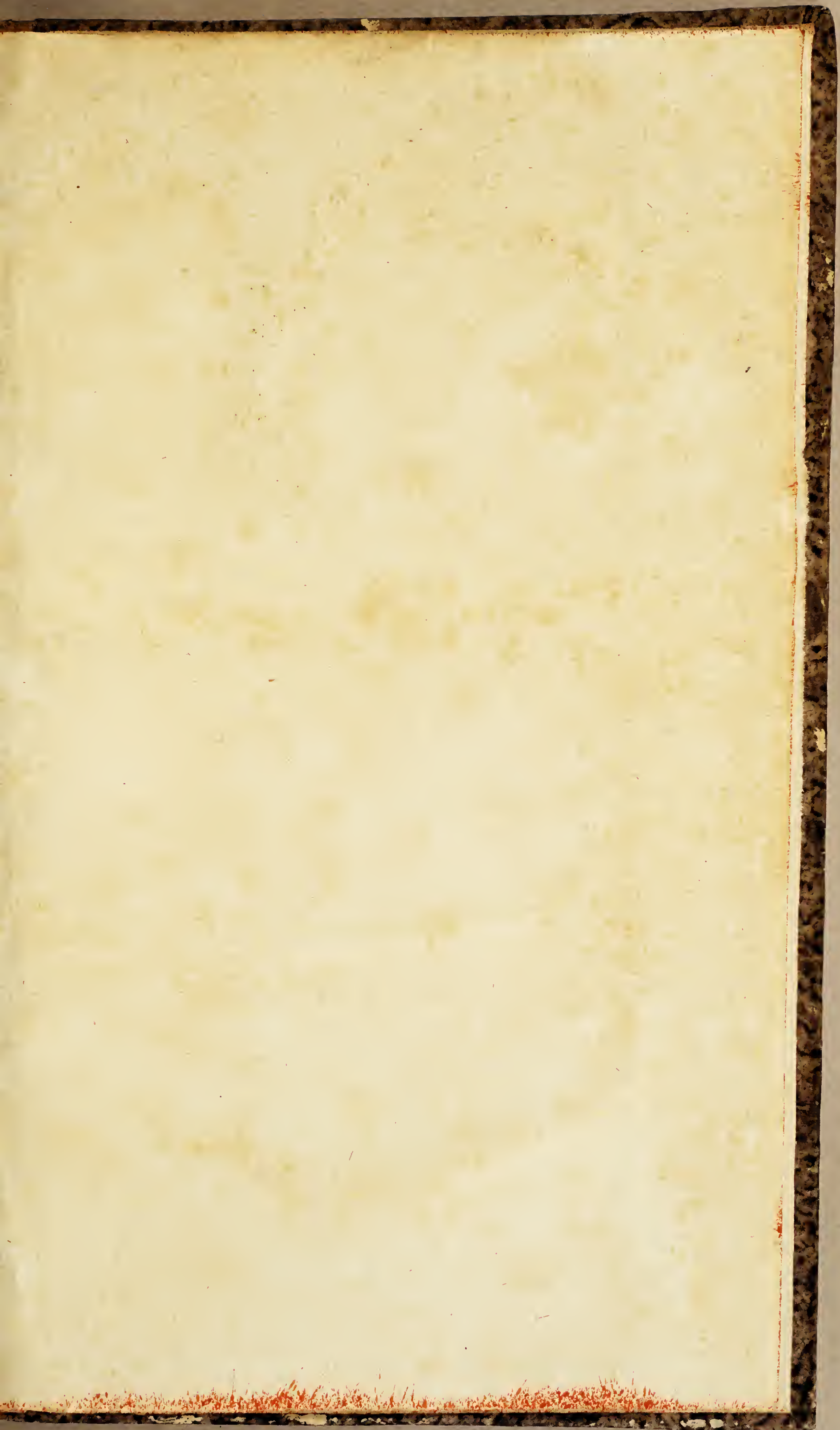
POLITICA E VARIEDADES.

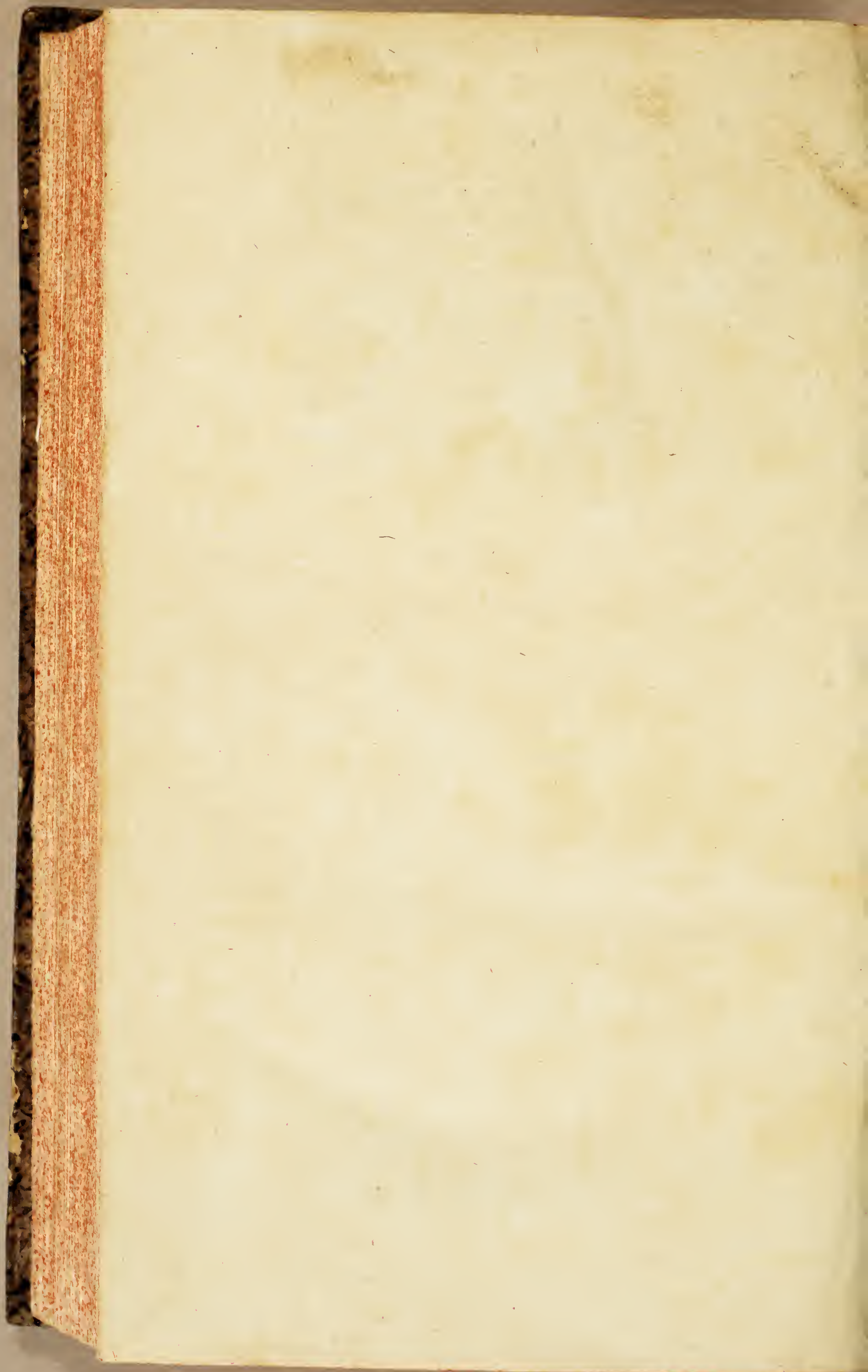
Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves	431
Correios Maritimos entre o Brazil e Portugal	431
Commissarios Portuguezes em Londres para a liquidaçaõ dos navios de escravos, tomados pelos Inglezes.....	431
Praça para o Mercado publico na Bahia	432
Decreto sobre o imposto de 2 p. c. nas Alfandegas da Bahia e Pernambuco	436
Resolução de uma Consulta sobre o premio que devem ter as Fazendas incluidas no § 8 do Alvará de 25 de Abril, 1818	438
Extracto de uma Memoria Official dirigida as Potencias alliadas á cerca das violencias commetidas por piratas, em nome de Artigas.....	440
Documentos Officiaes á cerca das reclamaçoens Portu- guezas contra o governo Francez, os quaes são:—	
Nota de S. E. Conde de Palmella a Lord Castlereagh	443
Nota Official de S. E. Marquez de Marialva	444
Resposta de Lord Castlereagh ao Conde de Palmella ...	445
REINO DE PORTUGAL.—Conta dos progressos das Es- collas de primeiras Letras, creadas em todos os corpos do exercito	446

Indice Geral.

Subscripção para o Monumento que se pertende erigir ao Grande Luiz de Camoens	<i>pag.</i> 450
AMERICAS HESPAÑHOLAS,—Hespanha e suas Colonias	452
INGLATERRA.—Abertura do Parlamento, e Miscelaneas	458
Lista das pessoas que tem contribuido em Paris até o dia 25 de Janeiro de 1819 para a erecção de um Mo- numento em Lisboa á Memoria de Camoens	475
CORRESPONDENCIA.—Pergunta ao <i>Portuguez</i> ?	467
Carta sobre um remedio para a peste	467
Da. de um Credor de Francisco Joze Moreira	469
Avizo aos Subscriptores e Correspondentes do Investi- gador	474

F I M.





CC
I62p
v.23

